

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA SAÚDE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TERAPIA OCUPACIONAL

MONICA VILLAÇA GONÇALVES

**A MOBILIDADE URBANA DE JOVENS EM PROJETOS SOCIAIS DO
COMPLEXO DO ALEMÃO, NO RIO DE JANEIRO, E SUAS RELAÇÕES COM
A TERAPIA OCUPACIONAL SOCIAL**

São Carlos - SP

2020

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA SAÚDE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TERAPIA OCUPACIONAL

MONICA VILLAÇA GONÇALVES

**A MOBILIDADE URBANA DE JOVENS EM PROJETOS SOCIAIS DO
COMPLEXO DO ALEMÃO, NO RIO DE JANEIRO, E SUAS RELAÇÕES COM
A TERAPIA OCUPACIONAL SOCIAL**

Texto apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Terapia Ocupacional como parte obrigatória dos requisitos para obtenção do título de Doutor em Terapia Ocupacional pela Universidade Federal de São Carlos – UFSCar.

Orientadora: Profa. Dra. Ana Paula Serrata Malfitano

Linha de Pesquisa: Redes Sociais e Vulnerabilidades.

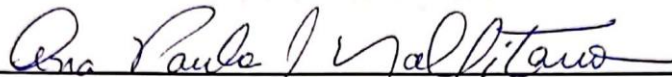
São Carlos - SP

2020



Folha de Aprovação

Assinaturas dos membros da comissão examinadora que avaliou e aprovou a Defesa de Tese de Doutorado da candidata Monica Villaça Gonçalves, realizada em 20/03/2020:



Profa. Dra. Ana Paula Serrata Malfitano
UFSCar



p/ Profa. Dra. Lillian Vieira Magalhães
UFSCar



p/ Prof. Dr. Vitor Sérgio Ferreira
ULisboa



p/ Profa. Dra. Sandra Maria Galheigo
USP



p/ Profa. Dra. Maria Livia de Tomassi
UFABC

Certifico que a defesa realizou-se com a participação à distância do(s) membro(s) Lillian Vieira Magalhães, Vitor Sérgio Ferreira, Sandra Maria Galheigo, Maria Livia de Tomassi e, depois das arguições e deliberações realizadas, o(s) participante(s) à distância está(ao) de acordo com o conteúdo do parecer da banca examinadora redigido neste relatório de defesa.



Profa. Dra. Ana Paula Serrata Malfitano

Apoio:
Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES),
código de financiamento 001.

DEDICATÓRIA

*“Quantos mais vão precisar morrer para que essa guerra acabe?”
(Marielle Franco, 13 de maio de 2018)*

Ao Benjamim, ao Marcos Vinícius, ao Eduardo, à Agatha e suas famílias. Inocentes que não pudemos ouvir e que não poderemos ver crescer. E que, da pior forma possível, representam a injustiça e a violência que precisamos combater.

À Marielle, à Matheusa, à Dandara, ao Mestre Moa do Katendê, à Sabrina Bittencourt e a tantos outros que perderam brutalmente suas vidas em suas resistências.

A todos que lutam e resistem, através da arte, da cultura e da política por uma sociedade mais justa.

Que continuemos tendo esses exemplos de força, e que possamos honrá-los, transformando luto em luta.

Dedico.

AGRADECIMENTOS

“A vida é a arte do encontro, embora haja tantos desencontros pela vida”
(Vinicius de Moraes)

Finalizar uma tese de doutorado onde comecei a minha formação como terapeuta ocupacional não é nada mais do que um feliz reencontro em minha trajetória. Voltar ao lugar que até hoje considero “minha casa” após tantos anos sem estranhamento só foi possível pela recepção que tive no Departamento de Terapia Ocupacional da UFSCar. O longo caminho - geográfico e temporal - percorrido desde a entrada no programa até este momento, apesar de intenso e trabalhoso, foi leve e prazeroso, como deve ser!

Agradeço em primeiro lugar à Ana Paula, pelos ensinamentos, pelas trocas, pela paciência, pela compreensão e pela afetividade nesse processo. Por ser um exemplo do tipo de orientadora que quero ser.

À todas as professoras do PPGTO, pela luta ao criar e manter o primeiro programa de pós-graduação em terapia ocupacional da América Latina diante de tantos ataques às universidades públicas brasileiras. Um agradecimento especial à Roseli (Ró) pelas trocas no grupo de estudos, à Carlinha pelas reflexões sensíveis sobre a terapia ocupacional e à Lilian, pelo conhecimento compartilhado de forma tão solidária e afetiva nas disciplinas e pelas importantes colaborações na banca de qualificação, assim como pela disponibilidade em compor a banca de defesa.

Aos colegas do PPGTO pelo acolhimento e pelas ajudas. Em especial destaco a querida amiga Marina Jorge, que desde a graduação tem estado ao meu lado pelos caminhos trilhados, por mais que a geografia nos deixasse distantes. Por ter me ajudado com áudios reflexivos, mensagens de apoio e com a parte burocrática e a papelada. Mas, principalmente, pela presença, pelos almoços, pelos *cookies*, pela amizade e pelos abraços.

Ao Vitor, por ter me recebido em Portugal em meio a uma semana de feriados com tanta disponibilidade e pelas contribuições, tanto neste primeiro encontro quanto no exame de qualificação.

Às professoras Livia de Tomassi e Sandra Galheigo, pela disponibilidade em participar da banca avaliadora da tese. À Samira pela suplência e pelos ensinamentos sobre a terapia ocupacional.

À Lucia Cabral por sempre ter me recebido tão bem e sempre estar tão disponível. Por me ensinar sobre o Complexo do Alemão e sobre militância. Mulher preta, mãe, esposa, avó, favelada: quanta força e quanta inspiração!

Aos jovens participantes da pesquisa, meu profundo agradecimento por compartilharem comigo suas histórias, trajetórias e cotidianos. Espero poder retribuir tudo o que vocês me ofereceram.

À amiga Bia Takeiti pela parceria desde a chegada na UFRJ. Será que um dia eu estaria aqui, estudando a favela, se eu tivesse que estar sozinha? Obrigada por estar junto, de corpo de alma, mergulhando no complexo mundo do Complexo do Alemão comigo.

Aos estudantes que passaram pelo projeto Juventude(s) desde a primeira turma até hoje. Vocês todos fazem parte dessa trajetória. Um agradecimento especial aos que me acompanharam mais de perto no decorrer dessa pesquisa e participaram junto da minhas indagações e reflexões: Amanda, Leticia, Luiz, Paulo, Yasmim e Yann.

Agradeço também aos colegas do curso de Terapia Ocupacional da UFRJ, pelas parcerias e por permitirem o afastamento e as ausências que foram necessárias para a conclusão desta tese. À Jana, Carô, Camila e Rick em especial pelo cuidado e pela força.

Ao Antonio pela cuidadosa revisão do texto e pelas trocas durante esse processo.

À Carol, Gabi, Milena, Juka e Manu pela amizade, por estarem sempre perto (mesmo longe) e por serem meu porto seguro diante das turbulências do cotidiano.

À Carolzita pela hospedagem em São Carlos, sempre tão cuidadosa e acolhedora. A Gi pela companhia nos bares e papos leves e divertidos e também pelas palavras de incentivo.

Ao Elder pelas ajudas gráficas nas figuras, pelos estêncis, pelas tintas spray e pelo esforço na tentativa de compreender minhas necessidades em uma realidade tão diferente da sua.

Por último, mas não menos importante, ao meu “papis”, Helio. Pelo esforço em me propiciar a melhor educação possível por toda a vida, pelo suporte mesmo nos

momentos mais difíceis, pela leitura atenta de tudo que eu escrevia desde pequena até hoje. Por puxar meus pés para o chão quando os sonhos estavam muito distantes; mas principalmente por me estimular a sonhar quando a realidade parecia me prender. Pelas revisões e traduções. Pelo amor.

A todos vocês, meu muito obrigada!

“A alegria não chega apenas no encontro do achado, mas faz parte do processo da busca. E ensinar e aprender não pode dar-se fora da procura, fora da boniteza e da alegria”

(Paulo Freire)

RESUMO

A mobilidade urbana, que envolve os deslocamentos físicos realizados cotidianamente por pessoas e grupos em espaço urbano, implicados por significados e significações relacionados ao contexto sociocultural, é relevante por representar aspectos transformados e transformadores das relações sociais nas cidades, demonstrando possibilidades ou restrições da vida social. Tal conceito se aproxima da terapia ocupacional por ser intrínseco ao cotidiano dos sujeitos, objeto de estudo e *lócus* da ação da profissão. Partindo do questionamento “Como é o cotidiano de jovens moradores de favela, no que se refere à sua mobilidade por diferentes territórios da cidade?”, a presente pesquisa apresenta como objetivo geral conhecer e discutir a mobilidade cotidiana de jovens moradores do Complexo de favelas do Alemão, na cidade do Rio de Janeiro, RJ. Teve como objetivos específicos: (1) conhecer, por meio do uso de atividades, a narrativa de jovens sobre seus cotidianos, com ênfase em sua mobilidade urbana; (2) analisar os aspectos que interferem em sua mobilidade urbana e (3) refletir sobre as relações entre mobilidade urbana juvenil e a prática profissional em terapia ocupacional. Os procedimentos metodológicos se fundamentaram na abordagem dialética materialista-histórica. A produção de dados se deu entre os meses de setembro e dezembro de 2018, em uma Organização Não Governamental localizada dentro do Complexo do Alemão. Foram realizadas oficinas de atividades abertas com diferentes temáticas, a saber: uma oficina de apresentação, quatro para a construção de uma “Cidade da Juventude”, três para a criação de um mangá e uma oficina em um evento público sobre Juventudes e Direitos Humanos. Além das oficinas, acompanhamos individualmente quatro jovens para compreender suas narrativas a respeito da mobilidade urbana, quando utilizamos também atividades com recursos visuais (como mapas, fanzine e fotografia), sendo que um dos acompanhamentos se desdobrou em um acompanhamento singular territorial. As atividades foram entendidas, a partir do referencial da terapia ocupacional social, como processos coletivos inseridos em um momento histórico e cultural. Os resultados demonstraram restrição da mobilidade urbana, como jovens cariocas que não conhecem a praia de sua cidade, por exemplo. Foram elegidas as seguintes categorias, relacionadas à restrição da mobilidade: o local de moradia, o medo e as questões de gênero e orientação sexual. Propõe-se nesta tese que o terapeuta ocupacional social, a partir de uma leitura política e social do conceito de mobilidade urbana, possa utilizá-lo na avaliação, na elaboração de estratégias de intervenção, no objetivo de sua ação e também na atuação como articulador e participante ativo na formulação de políticas públicas. Conclui-se que a mobilidade urbana dos jovens moradores daquele território é reduzida pelo fato de a favela ser alvo de diversos estigmas, como a pobreza e o imaginário social de seus moradores serem criminosos e/ou desordeiros. O medo do desconhecido e da violência, além da orientação sexual e identidade de gênero se interseccionam com a questão de ser “favelado”, influenciando nas possibilidades e restrições da mobilidade urbana. Tal cerceamento, por aspectos simbólicos e concretos, impacta no cotidiano daqueles jovens, restringindo seu repertório de atividades acessadas e os territórios usados, tendo como uma das consequências a restrição do capital cultural e da participação social. As políticas sociais se destacaram como uma possibilidade de ampliação do capital cultural e educacional, o que pode levar a uma amplificação da mobilidade urbana e, quiçá, da participação social de jovens.

Palavras-chave: Juventude, Cotidiano, Mobilidade Urbana, Direito à Cidade, Favela, Território, Terapia Ocupacional Social.

ABSTRACT

Urban mobility, a physical displacement that occurs daily by people and groups in urban space, with significance related to the sociocultural context, is relevant because it represents evolving aspects of social relations in cities, demonstrating possibilities or restrictions of social life. This concept approaches occupational therapy because it is intrinsic to the everyday life of the individuals, object of study and locus of the action of the profession. Upon the question "How is the daily life of young favela dwellers, with regard to their mobility through different territories of the city?", this research presents as a general objective to understand and discuss the daily mobility of young dwellers of "Complexo de favelas do Alemão", in the city of Rio de Janeiro, RJ. Specific objectives are: (1) to understand, through the use of activities, the narratives of young people about their everyday lives, with emphasis on their urban mobility; (2) to analyze the aspects that interfere in their urban mobility and (3) to reflect on the relationships between urban youth mobility and professional practice in occupational therapy. Methodological procedure are based on the materialistic-historical dialectical approach. Data production took place from September to December 2018, in a Non-Governmental Organization located within "Complexo do Alemão". Workshops were held with different themes, namely: one workshop to presentation, four workshop to constructing the "Youth City", three workshop to creating of a Manga and one workshop in a public event on Youths and Human Rights. In addition, we follow-up individually four young people to understand their narratives about urban mobility, at this moment we also applied activities with visual resources (such as maps, fanzine and photos), and we. Made specifically one individual and territorial follow-up. The workshops were understood, from the reference of social occupational therapy, as collective processes inserted in a historical and cultural moment. The results showed a restriction of urban mobility, such as young dwellers who have not been the beach of their city, for example. The following categories were emerged, related to the restriction of mobility: the place of residence, fear and issues of gender and sexual orientation. It is proposed in this thesis that the social occupational therapist, based on a political and social reading of the concept of urban mobility, can use in the evaluation process, in the elaboration of intervention strategies, in the objective of occupational therapy action and also as articulating and an active actor participant in the formulation of public policies. It is concluded that the urban mobility of young dwellers of that territory is restricted by the fact that the favela is the target of various stigmas related to who lives there, such as poverty and the social imaginary of criminals and/or ruffianly. The fear of unknown and violence, in addition to sexual orientation and gender identity, are intertwined with the question of being "favela dwellers", influencing the possibilities and restrictions of urban mobility. This restriction, by symbolic and concrete aspects, impacts on the everyday life of these young people, restricting their repertoire of accessed activities and the used territories, and consequentially impacts on cultural capital and social participation. Social policies stood out as a possibility of expanding cultural and educational capital, which can lead to an enlargement of urban mobility and, perhaps, the social participation of young people.

Keywords: Youth, Everyday Life, Urban Mobility, Right to the City, Favela, Territory, Social Occupational Therapy.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES

AOTA - Associação Americana de Terapia Ocupacional

AP – Área de Planejamento

AT- Acompanhante terapêutico

BOPE - Batalhão Operações Policiais Especiais da Polícia Militar do Rio de Janeiro

CAPS - Centro de Atenção Psicossocial

CECO - Centros de Convivência

CEP – Comitê de Ética em Pesquisa

CESeC- Centro de Estudos de Segurança e Cidadania da

CIF – Classificação Internacional de Funcionalidade

CRJ – Centro de Referência da Juventude

CUFA - Central Única de Favelas

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

EDLP - *Ensina*gem em Desenvolvimento Local Participativo

EDUCAP – Espaço Democrático de União, Capacitação, Aprendizagem e Prevenção

ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio

FIES – Fundo de Financiamento Estudantil

HAQ - *Health Assessment Questionnaire*

IAPC - Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciantes

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDS - Índice de Desenvolvimento Social

IESP/UERJ - Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

IPK – Índice Passageiro por Quilômetros

MEC - Ministério da Educação

MIF - Medida de Independência Funcional

MNRU - Movimento Nacional de Reforma Urbana

MPL - Movimento Passe Livre

OAB - Ordem dos Advogados do Brasil
ONG – Organização Não governamental
ONU - Organização das Nações Unidas
PAC – Programa de Aceleração do Crescimento
PACTO - Programa Permanente de Composições Artísticas e Terapia Ocupacional
PEDI - Inventário de *Avaliação* Pediátrica de Incapacidade
Pnad - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PPGTO – Programa de Pós-graduação em Terapia Ocupacional
Projovem - Programa Nacional de Inclusão de Jovens
Pronatec - Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
Prouni – Programa Universidade para Todos
PUC – Pontifícia Universidade Católica
RA – Região Administrativa
Reuni - Programa de Apoio ao Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
Revisbrato - Revista Interinstitucional Brasileira de Terapia Ocupacional
SUAS - Sistema Único de Assistência Social
TIC - Tecnologias de Informação e Comunicação
UCM - Universidade Candido Mendes
UERJ - Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UFPR – Universidade Federal do Paraná
UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFSCar – Universidade Federal de São Carlos
UPA – Unidade de Pronto Atendimento
UPP – Unidade de Polícia Pacificadora
USP – Universidade de São Paulo
UVA – Universidade Veiga de Almeida

LISTA DE FIGURAS

- Figura 1:** Charge de Genildo sobre o isolamento das favelas do resto da zona sul do Rio de Janeiro, publicada em 20 de fevereiro de 2018. 26
- Figura 2:** Foto da vista do Cristo Redentor a partir da antiga estação do teleférico Alemão. Como na música do Chico, ele está de costa 28
- Figura 3:** Imagem de satélite do *Google Maps*® da região que abrange a Ilha do Fundão, onde se localiza da UFRJ, e o Complexo do Alemão, destacados no mapa. As linhas coloridas são a Linha Amarela e a Linha Vermelha. 30
- Figura 4:** Nossa primeira vista do Complexo do Alemão, pela estação do teleférico, em setembro de 2015. Na foto, os três primeiros estudantes extensionistas do projeto, Gabe, Larissa e Danie; Binho, professor da escola onde desenvolvemos a ação; e Bia, minha colega e coordenadora parceira no projeto “Juventude(s)” 33
- Figura 5:** Logotipo do Jornal “Voz das Comunidades” 94
- Figura 6:** Logotipo do Coletivo Papo Reto. 95
- Figura 7:** Logotipo do *Slam Laje*. Arte de Berro inc. 97
- Figura 8:** Charge de Jaime Magalhães. 106
- Figura 9:** Charge sobre os “rolezinhos”. 107
- Figura 10:** Mapa da cidade do Rio de Janeiro, dividida por bairros, com marcação no Complexo do Alemão. 118
- Figura 11:** Comparação entre o bairro e a favela Complexo do Alemão 125
- Figura 12:** O teleférico visto de uma das estações. 128
- Figura 13:** O Alemão visto pelo teleférico. 130

Figura 14: Capa do Jornal Extra sobre a prisão de Elias Maluco, responsável pelo assassinato de Tim Lopes	135
Figura 15: Reportagem do jornal Folha de São Paulo, de 28 de junho de 2007.	136
Figura 16: Imagem de traficantes fugindo a pé durante a entrada da Polícia e das Forças Armadas no Complexo do Alemão, divulgada na mídia da época e televisionada ao vivo	140
Figura 17: Gráfico com as principais dificuldades dos jovens do Complexo do Alemão para participação em atividades culturais fora de casa.	151
Figura 18: O EDUCAP	164
Figura 19: Imagem de divulgação das oficinas realizadas para a pesquisa, divulgada nas redes sociais virtuais.	172
Figura 20: Primeira oficina no EDUCAP, dia 03 de setembro de 2018.	173
Figura 21: Imagem da primeira oficina de construção da Cidade da Juventude, em 10 de setembro de 2018.	176
Figura 22: Cartaz de divulgação da #roledojuventudes, divulgado nas redes sociais.	178
Figura 23: Cartaz de divulgação da participação do projeto “Juventude(s)” no evento “Circulando – dialogo e comunicação a favela”. Arte de Paulo Vieira Filho, extensionista do projeto.	181
Figura 24: Acervo de fotografias da atividade realizada pelo projeto “Juventude(s)” no Circulando.	183
Figura 25: Mapa corporal coletivo criado no evento Circulando	184
Figura 26: Imagem da personagem criada por Elza para o Mangá. Na parte escrita, lê-se: “Mizaki Miyazaki. Idade: 15 anos. Poderes: desconhecidos. Moradora do Complexo. Seu pai é traficante. Ama música. Tímida, super fan do BTS e Luan Santana. Sonha em ser desenhista.	188

Figura 27: Imagem da personagem criada por João. Na parte escrita, lê-se: “2º ano. Estudante de música. Joga videogame. Brasileiro”.	189
Figura 28: Personagem criada por Chico.	190
Figura 29: Detalhe no mapa corporal do evento Circulando com as frases: “Nós por nós”, “Bem favelada sim” e “Paz sem voz não é paz, é medo”. As frases estão nas pernas do corpo do mapa.	191
Figura 30: Detalhe no mapa corporal do evento Circulando. Destaque para o símbolo da luta feminista no centro do corpo, com as palavras “Liberdade LGBTQ+”. Nos braços do mapa, escrito em tinta vermelha, com bastante destaque, “Bixa Preta”.	194
Figura 31: Detalhe da cidade: museu no centro da cidade	198
Figura 32: Detalhe da cidade: o teatro.	198
Figura 33: Detalhe da cidade: o cinema.	199
Figura 34: Detalhe da cidade: o parque	200
Figura 35: Detalhe da cidade: comércio	201
Figura 36: Detalhe da cidade: A danceteria e o shopping.	202
Figura 37: Detalhe da cidade: a praia	204
Figura 38: Detalhe da cidade: a escola.	207
Figura 39: Registro do segundo encontro de construção da cidade da juventude.	208
Figura 40: A marca dos projetos “Juventude(s)” e “Vamos pro rolê?” feitas por Caetano na cidade.	209
Figura 41: Imagem final da cidade construída pelos jovens.	210
Figura 42: Estêncil.	212
Figura 43: Foto da porta de entrada da Oca dos Curumins. Fotografia de Chico.	215

Figura 44: Foto do muro da entrada da Oca dos Curumins. Fotografia de Chico.	216
Figura 45: Muro da praça com a interferência artística realizada.	216
Figura 46: Chico e Leticia fazendo o grafite no poste em frente ao Raízes.	218
Figura 47: Percurso do rolê com Chico no dia 13 de setembro de 2018.	219
Figura 48: Mapa do Rio de Janeiro com marcações nos bairros onde Chico já esteve. Em laranja, o Complexo do Alemão.	221
Figura 49: Complexo do Alemão, refletido em poça d'água. Fotografia de Chico.	223
Figura 50: Parque Lage. Fotografia de Chico.	225
Figura 51: Complexo do Alemão à noite. Fotografia de Chico.	226
Figura 52: Ato “Ele não”, durante as eleições presidenciais, de 2018, na Cinelândia, centro do Rio de Janeiro. Fotografia de Chico.	227
Figura 53: Uma rua de Olaria. Fotografia de Chico.	228
Figura 54: <i>Slam</i> Laje, no Complexo do Alemão. Fotografia de Chico.	229
Figura 55: <i>Slam</i> Laje, no Complexo do Alemão. Fotografia de Chico.	229
Figura 56: Exposição no centro do Rio de Janeiro sobre a militância nas favelas. Fotografia de Chico.	230
Figura 57: Magé, onde Chico foi a convite de uma amiga para trabalhar em um projeto. Fotografia de Chico.	231
Figura 58: Prédio da Faculdade de Letras da UFRJ. Fotografia de Chico.	232
Figura 59: Praia do Leme. Fotografia de Chico.	233
Figura 60: Praia da Urca. Fotografia de Chico.	234

Figura 61: Ônibus parado em umas das estações do BRT, trajeto que Chico faz diariamente para ir à UFRJ. Fotografia de Chico.	235
Figura 62: Caetano tendo seu corpo contornado para a realização do mapa corporal no evento Circulando.	243
Figura 63: Mapa do Rio de Janeiro com marcações nos bairros onde Caetano já esteve. Em laranja, o Complexo do Alemão.	248
Figura 64: Capa do diário de mobilidade, proposto a alguns jovens da pesquisa como método de produção de dados	249
Figura 65: Parte interna do diário de mobilidade urbana	250
Figura 66: <i>Fanzine</i> produzido por Caetano	252
Figura 67: Mapa do Rio de Janeiro com marcações nos bairros onde Elza já esteve. Em laranja, o Complexo do Alemão.	263
Figura 68: Mapa do Rio de Janeiro com marcações nos bairros onde Gil já esteve. Em laranja, o Complexo do Alemão.	268
Figura 69: Centro comercial desenhado por Gil durante nossa primeira conversa.	270
Figura 70: Prédio que Gil contou admirar na região portuária.	270
Figura 71: Fotografia no centro do Rio de Janeiro enviadas por Gil à pesquisadora via <i>WhatsApp</i> ®.	271
Figura 72: Fotografia no centro do Rio de Janeiro enviadas por Gil à pesquisadora via <i>WhatsApp</i> ®.	272
Figura 73: Desenho de Gil sobre qual seria a cidade ideal, em sua visão.	275

SUMÁRIO

PRIMEIRAS PALAVRAS: MEU PONTO DE PARTIDA	25
1. TODA PESQUISA TEM UMA MOTIVAÇÃO PESSOAL	25
2. MINHA TRAJETÓRIA PROFISSIONAL E O ENCONTRO COM A PERGUNTA DA PESQUISA	30
PARTE 1 – REFERENCIAIS TEÓRICO-METODOLÓGICOS	39
CAPÍTULO 1 – O CONCEITO DE MOBILIDADE URBANA E SUAS RELAÇÕES COM A TERAPIA OCUPACIONAL	39
1.1 DIREITO À CIDADE: UM DIREITO CIVIL E SOCIAL	40
1.2 CIRCULAÇÃO E MOBILIDADE URBANA COTIDIANA: DO QUE ESTAMOS FALANDO?	45
1.3 MOBILIDADE URBANA E A TERAPIA OCUPACIONAL: QUAIS AS RELAÇÕES POSSÍVEIS?	50
1.3.1 O conceito de território	53
1.3.2 O conceito de cotidiano	55
1.3.3 Mobilidade urbana cotidiana na ação terapêutica ocupacional: O que têm sido produzido na literatura específica da área e quais reflexões podem ser apontadas como possibilidades	61
1.3.3.1 Mobilidade urbana como um objetivo da intervenção	64
1.3.3.2 Mobilidade urbana como instrumento avaliativo para a terapia ocupacional	68
1.3.3.3 Mobilidade urbana como recurso da prática	72
1.3.4.4 A terapia ocupacional nas políticas públicas de mobilidade urbana	74
1.4 RELAÇÕES ENTRE O CONCEITO DE MOBILIDADE URBANA COTIDIANA E A TERAPIA OCUPACIONAL	77
CAPÍTULO 2 – DIÁLOGOS ENTRE CONCEITOS: JUVENTUDES, JUVENTUDE POBRE E MOBILIDADE URBANA	79
2.1 JUVENTUDES: DIVERSAS E DESIGUAIS	80
2.2 O QUE PODEMOS DIZER SOBRE OS JOVENS POBRES, MORADORES DAS FAVELAS?	86

2.2.1 Outros olhares para a juventude urbana brasileira: políticas públicas de acesso ao ensino superior e a organização em coletivos e em movimentos sociais	91
2.2.2.1 A organização juvenil em coletivos e em movimentos sociais	91
2.2.2.2. Políticas de diminuição da desigualdade: as políticas de acesso ao ensino superior	97
2.3 MOBILIDADE URBANA DE JOVENS MORADORES DE FAVELAS	101
2.4 BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE MOBILIDADE URBANA COTIDIANA, TERAPIA OCUPACIONAL E A JUVENTUDE POBRE URBANA	113
PARTE 2 - O TERRITÓRIO, O CAMPO E O PERCURSO DA PESQUISA	115
CAPÍTULO 3 – APRESENTANDO O TERRITÓRIO DA PESQUISA: O COMPLEXO DO ALEMÃO, NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO	115
3.1 CARACTERÍSTICAS DEMOGRÁFICAS E GEOGRÁFICAS	117
3.2 APONTAMENTOS HISTÓRICOS	121
3.3 O PAC NO COMPLEXO DO ALEMÃO	126
3.3.1 O teleférico do Complexo do Alemão	127
3.3.2 Algumas outras críticas ao PAC	131
3.4 A VIOLÊNCIA E A PERICULOSIDADE COMO MARCADORES DE IDENTIDADE DOS MORADORES DO COMPLEXO DO ALEMÃO	132
3.4.1 O assassinato do jornalista Tim Lopes em 2002	133
3.4.2 A Chacina do Pan em 2007	135
3.4.3 Representações de violência do Complexo do Alemão pela mídia	137
3.5 A OCUPAÇÃO DO ALEMÃO PELO EXÉRCITO EM 2010 E A INSTALAÇÃO DAS UPPs	139
3.6 COMO É SER JOVEM NO COMPLEXO DO ALEMÃO?	143
3.6.1 A relação com a polícia	144
3.6.2 A relação com a mídia tradicional e as novas tecnologias de informação	146
3.6.3 Hábitos Culturais e de Lazer no Complexo do Alemão	148
3.6.4 Os jovens no Complexo do Alemão	151

CAPÍTULO 4 – O PERCURSO, O CAMPO E OS PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	153
4.1 O PROCESSO DE PRODUÇÃO DE DADOS	161
4.1.1 O campo da pesquisa	162
4.1.2 As atividades realizadas	169
PARTE 3 – OS ACHADOS E AS REFLEXÕES	185
CAPÍTULO 5 – O QUE OS JOVENS NOS CONTARAM	185
5.1 QUEM SÃO E COMO QUEREM SER VISTOS OS JOVENS: A CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADES	186
5.2 QUE CIDADE QUE DESEJAM OS JOVENS: A CONSTRUÇÃO DE UMA CIDADE DA/PARA A JUVENTUDE	195
5.2.1 O espaço da cultura e do lazer na cidade	197
5.2.2 O lugar da favela na cidade	203
5.2.3 O que, afinal, uma cidade precisa ter?	207
5.3 “EU ANDO POR TODOS OS LUGARES” – MAPEAMENTOS DA MOBILIDADE URBANA COTIDIANA DE ALGUNS JOVENS DO COMPLEXO DO ALEMÃO	211
5.3.1 Chico	211
5.3.1.1 Detalhando o rolê com Chico e seus desdobramentos	214
5.3.2 Caetano	238
5.3.3 Elza	257
5.3.4 Gil	265
CAPÍTULO 6 – CONSTRUINDO UM “PONTO DE VISTA”	277
6.1 ENTRE VELHOS E NOVOS CONHECIMENTOS: JOVENS POBRES NAS FAVELAS	278
6.2 A MOBILIDADE URBANA DE JOVENS MORADORES DO COMPLEXO DO ALEMÃO	280
6.2.1 A favela como lugar de moradia e a mobilidade urbana	280
6.2.2 A orientação sexual de jovens moradores de favela e a mobilidade urbana	288
6.2.3 O medo e suas relações com a favela e com a mobilidade urbana	291

6.2.4 A mobilidade urbana no cotidiano dos jovens moradores do Complexo do Alemão	296
6.2.5 As políticas sociais e suas relações com a mobilidade urbana cotidiana	300
6.3 TERAPIA OCUPACIONAL SOCIAL, JOVENS POBRES E MOBILIDADE URBANA	302
6.3.1 Proposições para a terapia ocupacional social	303
6.3.1.1 Mobilidade urbana como um objetivo	307
6.3.1.2 Mobilidade como instrumento avaliativo	308
6.3.1.3 Mobilidade urbana como recurso da prática	311
6.3.1.4 Mobilidade urbana nas políticas públicas	312
ÚLTIMAS PALAVRAS: ONDE CHEGUEI E PARA ONDE QUERO IR	319
REFERÊNCIAS	327
ANEXOS	354

PRIMEIRAS PALAVRAS: MEU PONTO DE PARTIDA

*Rio 40°
Cidade Maravilha
Purgatório da Beleza e do Caos
(Fernanda Abreu. Rio 40°)*

*É muito fácil falar de coisas tão belas
De frente pro mar, mas de costas pra favela
(Planet Hemp. Zerovinteum)*

1. TODA PESQUISA TEM UMA MOTIVAÇÃO PESSOAL

A construção desta tese de doutorado teve seu início, provavelmente, muito antes de meu ingresso no Programa de Pós-graduação em Terapia Ocupacional da Universidade Federal de São Carlos (PPGTO - UFSCar). Talvez, lá em 2008, em ocasião da minha chegada ao Rio de Janeiro.

Apesar de constar na minha certidão de nascimento a naturalidade carioca, ainda bebê fui para o interior de São Paulo. Filha de outros dois cariocas, cresci aprendendo alguns hábitos que somente mais tarde descobri que eram tão comuns aos fluminenses: o feijão preto todos os dias no almoço, o mate sempre gelado, futebol de botão em casa. Mas, ainda sim, como diz meu pai, sempre fui e me considerei “muito paulista”.

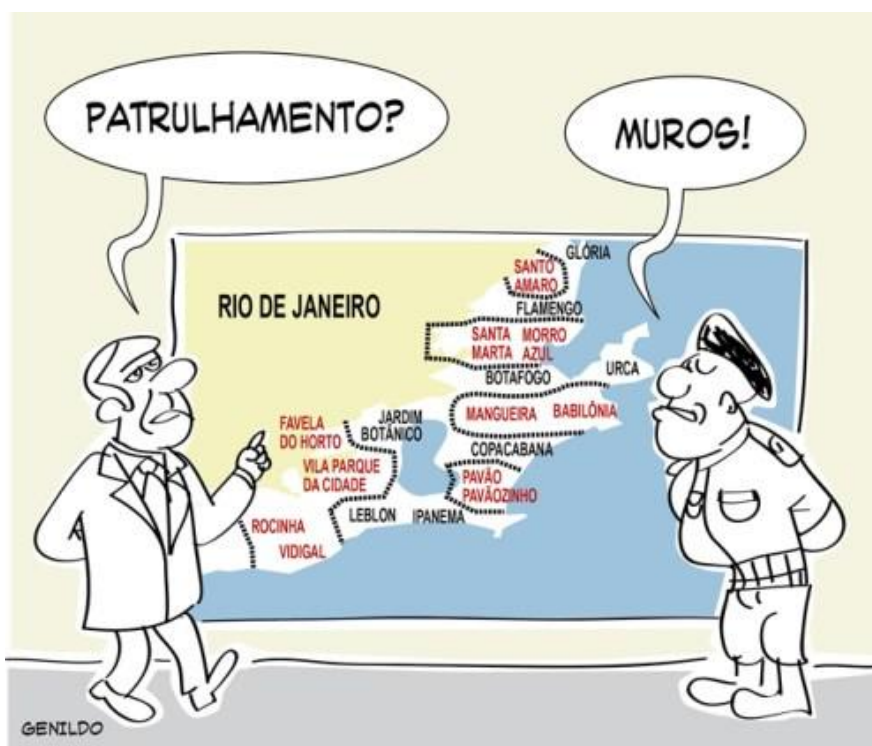
Chegar ao Rio, com todos os estigmas sociais que a cidade sempre teve, não foi fácil. Vinda do interior paulista, onde tinha a liberdade de ir e vir sozinha, a qualquer hora, achava que não poderia nunca sair a pé, ou sozinha, ou à noite, porque, afinal de contas, era muito perigoso. Bala perdida? Todos os dias, em qualquer esquina! No entanto, não foi bem assim. Fui estudar e trabalhar na zona sul¹ e lá também estabeleci

¹ A cidade do Rio de Janeiro é dividida em quatro regiões: zona sul, zona norte, centro e zona oeste. A zona sul do Rio é a região mais rica e mais famosa da cidade, onde se localiza a maior parte das atrações turísticas. É na zona sul que estão os bairros de Copacabana, Urca, Ipanema, Leblon, Leme e Botafogo.

minha moradia. E por lá vivi, por alguns anos, frequentando um círculo de lugares que praticamente não atravessava os túneis².

Apesar da existência de muitas favelas, mesmo na zona sul, não as frequentava, nem tinha contato direto com elas. O Rio de Janeiro, apesar de uma geografia que deixa o “morro e o asfalto” próximos, apresenta uma condição de distanciamento entre esses dois territórios.

Figura 1: Charge de Genildo sobre o isolamento das favelas do resto da zona sul do Rio de Janeiro, publicada em 20 de fevereiro de 2018.



Fonte: Disponível em: <https://www.humorpolitico.com.br/tag/muros/>. Acesso em: 05 de julho de 2018.

*É que eu sou da rocinha
Estou curtindo o clima da maior favela da américa latina
Zona oeste, zona leste, zona norte ou zona sul
Favela número 1 a roça da zona sul
(MC Galo. Rap da Rocinha)*

² A zona sul se separa das outras áreas da cidade por três túneis: Zuzu Angel, Santa Bárbara e Rebouças.

Dois anos depois da minha chegada e de viver na “bolha” da zona Sul, iniciei um novo emprego na Favela da Rocinha, uma das mais famosas da cidade. Tive então meu primeiro contato com as suas realidades, apesar de, como a letra da música acima afirma, tratava-se de uma “favela da zona sul”, ou seja, já muito frequentada por turistas à época, que se apresentava estável no que se referia aos conflitos violentos entre facções criminosas e delas com a polícia.

No primeiro dia, tive o carro parado para me identificar aos trabalhadores do tráfico e conseguir subir a rua onde se localizava o serviço em que fui trabalhar. Um pouco antes, uma viatura policial havia pedido meus documentos. Fato constante nos dias que se seguiram: ser parada duas vezes, uma pela polícia, outra pelos membros da facção que comandava o morro. Na primeira semana, uma ação policial nos impediu de sair no horário em que deveríamos. Nas semanas seguintes, e por mais de um ano em que estive por lá, tivemos “paz”, pelo menos em relação à violência explícita dos tiroteios.

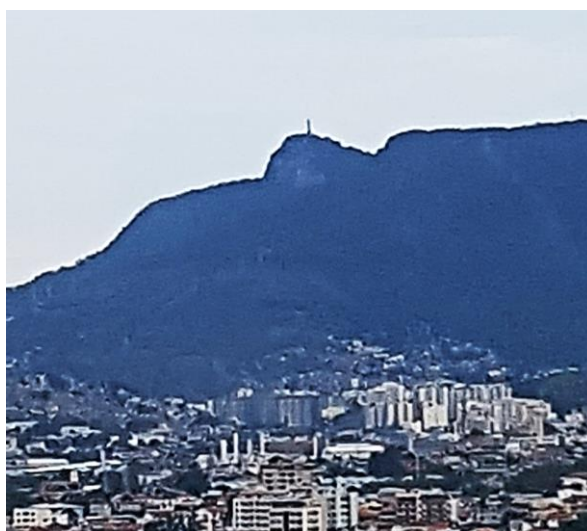
A vivência ali me acordou para uma outra realidade, que eu não conhecia, apesar da total consciência de sua existência. Antes, trabalhava no único atendimento de saúde mental da zona sul que deveria atender aos chamados casos graves. Tínhamos usuários da Favela da Rocinha. Mas, ao chegar lá, esse número cresceu, expressivamente. Percebi que muitos nunca tiveram acesso porque não saíam da favela. Lá ficava toda sua possibilidade de circulação e mobilidade e, conseqüentemente, sua rede social e de serviços.

Ao mesmo tempo, ingressei no mestrado, na Escola Nacional de Saúde Pública da Fundação Oswaldo Cruz, no qual desenvolvi uma pesquisa em três serviços localizados em Bangu, Campo Grande e Santa Cruz, bairros da zona oeste da cidade. Só então fui entender o quanto o Rio de Janeiro era grande. Comecei a andar pela primeira vez na tão falada Avenida Brasil. Assim, conheci o que me falavam que era “o outro lado do Rio”.

*Lá não tem moças douradas
 Expostas, andam nus
 Pelas quebradas teus exus
 Não tem turistas
 Não sai foto nas revistas
 Lá tem Jesus
 E está de costas*
 (Chico Buarque. Subúrbio)

Figura 2: Foto da vista do Cristo Redentor a partir da antiga estação do teleférico Alemão.

Como na música do Chico, ele está de costa



Fonte: Arquivo pessoal.

E como era difícil chegar lá! Como começou a ficar árduo transitar pelo Rio, na medida em que ele estava ficando tão grande! Hoje, escrevendo essa apresentação, reflito sobre o porquê de ele ser tão grande para mim. Mulher, branca, classe média, pós-graduanda, trabalhadora, na época, de serviços públicos de saúde, pesquisadora. Esse desenho fez com que eu pudesse – **e quisesse** – conhecer esse “outro lado do Rio”, com todas as dificuldades possíveis. Eu pude circular pela cidade, de uma forma que não imaginei antes. Circulação esta que descobri, mais tarde, muitas pessoas nunca tiveram. Pessoas que viveram toda a vida no Rio não conheciam os lugares que acabei conhecendo nessa trajetória. Algumas, por falta de oportunidade. Outras, por falta de vontade. Outras, por não saberem dessa possibilidade.

No entanto, o meu ir e vir cotidiano não era uma tarefa fácil. Apesar de ter um carro, o que facilita muito o deslocamento por diferentes regiões em uma grande metrópole, algo ainda me atrapalhava. Seria o tempo desses deslocamentos? Os perigos do trajeto entre os pontos, passando por regiões de conflito? A forma como eu os fazia (sozinha, com GPS, parando para pedir informações)? Todas as razões anteriores?

A mobilidade urbana pela cidade, para mim, como já colocado, não deveria apresentar grandes barreiras, por todos os privilégios existentes por minha condição social. Não eram apenas as questões “concretas” – como meio de transporte, condições financeiras, tempo - envolvidas no deslocamento que respondiam à minha indagação. A sensação de pertencimento à cidade e aos seus diferentes lugares nunca foi uma realidade para a “carioca mais paulista que existe”. Percebo agora que são muitos os aspectos e os questionamentos a serem postos em análise, para pensar sobre esse trânsito por diferentes espaços citadinos.

Com essas vivências, os estudos realizados para a construção desta tese, incluindo um novo (pelo menos para mim) entendimento de mobilidade urbana cotidiana, têm me ajudado a buscar algumas respostas (e, é claro, ainda mais indagações) sobre esse processo de viver a vida na cidade do Rio de Janeiro. Acredito, como afirma Minayo (2015), que toda pesquisa tem suas motivações pessoais. Porém, elas não podem ser únicas, individuais. Elas precisam ter um sentido para o coletivo e a sociedade em que vivemos. Faz parte do papel social, ético e político do pesquisador pensar em questões do coletivo, ainda mais em se tratando de pesquisas desenvolvidas em universidades públicas. Assim, essa motivação pessoal foi se juntando às experiências profissionais que me fizeram perceber que essa não era uma questão só minha, não era apenas de uma paulista deslocada. Era uma realidade para muitos dos cariocas que conheci e convivi nessa trajetória.

Meu encontro então com a tão procurada pergunta da pesquisa aconteceu mais recentemente, vinda de minha prática profissional como docente de uma universidade pública do Rio de Janeiro. Dessa parte da história, tenho ainda mais coisas para contar....

2. MINHA TRAJETÓRIA PROFISSIONAL E O ENCONTRO COM A PERGUNTA DA PESQUISA

Em 2012, nesse movimento de andanças pelo Rio (cinco endereços e seis diferentes locais de trabalho em seis anos, até então), fui aprovada no processo seletivo para professora temporária no curso de graduação em terapia ocupacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Passei a frequentar a tal “Ilha do Fundão”, sobre a qual tanto ouvia meu pai falar, e o meu trajeto cotidiano casa-trabalho-casa começou a incluir a Linha Vermelha, que eu só conhecia pelas notícias dos telejornais matinais, especialmente no que se referia ao trânsito. Dois anos mais tarde, fui aprovada em outro concurso e me tornei professora efetiva, o que fez com que esse trajeto fosse agora realizado quase que diariamente.

A UFRJ, geograficamente, localiza-se perto de grandes complexos de favelas do Rio, com grande visibilidade na mídia: o Complexo da Maré, que vemos quando usamos o caminho da Linha Vermelha, e o Complexo do Alemão, mais visível pela Linha Amarela³.

Figura 3: Imagem de satélite do *Google Maps*® da região que abrange a Ilha do Fundão, onde se localiza a UFRJ, e o Complexo do Alemão, destacados no mapa. As linhas coloridas são a Linha Amarela e a Linha Vermelha.



Fonte: *Google Maps*®, acesso em 20 de junho de 2018. Edição da imagem feita pela autora.

³ Linha Vermelha e Linha Amarela são os nomes populares de duas grandes vias expressas da cidade do Rio de Janeiro. A linha Vermelha é a Via Expressa Presidente João Goulart (RJ-071), e a linha Amarela é a Avenida Governador Carlos Lacerda.

Como veremos mais adiante, o Complexo do Alemão teve um grande destaque, anos antes, em 2010 (época em que eu trabalhava na Favela da Rocinha), no momento do início da implementação das Unidades de Polícias Pacificadora (UPP) no Rio de Janeiro. Na minha visão, era um complexo de favelas gigante, muito violento, por conflitos tanto entre as diferentes facções que ocupavam os seus diferentes morros, quanto delas com a polícia. Havia passado por perto apenas uma vez, ao me perder e pegar a *van* errada, alguns anos antes. Lembro que senti medo, mas fiquei lá dentro, esperando um outro ponto de ônibus em que eu me sentisse mais segura para descer. Até então, o pouco que sabia, além do propagado pela mídia, foi através da fala de uma colega de mestrado, Juliana, que desenvolveu sua pesquisa com jovens do Alemão⁴.

Em 2015, junto com a colega Beatriz Takeiti, iniciei ali um projeto de extensão na área de terapia ocupacional social, trabalhando com a juventude. Graças a colegas em comum, conseguimos contato com um professor de sociologia de uma escola pública localizada próxima ao Complexo e iniciamos o projeto, em princípio nomeado: “Juventude(s): intervenções urbanas de arte e cultura na escola”.

Voltei, naquele momento, a refletir sobre a terapia ocupacional social, retomando uma trajetória iniciada ainda na graduação em terapia ocupacional na UFSCar, através das participações como aluna extensionista do projeto *Metuia*⁵. Foi lá, em 2004, em São Carlos, em um tempo e espaço tão diferentes do que me encontro atualmente, que conheci essa subárea de atuação, que tanto fez sentido para pensar a profissão que havia escolhido exercer.

⁴ CORRÊA, Juliana Silva. As representações de jovens moradores do Complexo do Alemão no Rio de Janeiro sobre a implantação das Unidades de Polícia Pacificadora -UPP. 2013. 121 f. Dissertação (Saúde Pública) - Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/24542>. Acesso em 10 de junho de 2019.

⁵ Grupo interinstitucional, criado em 1998, por docentes da área de terapia ocupacional da Universidade de São Paulo (USP/Campus São Paulo), da UFSCar e da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas), que reúne professores, pesquisadores, profissionais, alunos de graduação e de pós-graduação que discutem a formação, a pesquisa e a atuação em Terapia Ocupacional Social. Atualmente, são quatro os núcleos do Projeto *Metuia*: USP, UFSCar, UNIFESP (Universidade Federal de São Paulo) e UFES (Universidade Federal do Espírito Santo). Disponível em: <http://www.dto.ufscar.br/laboratorios-1/laboratorio-metuia>. Acesso em 02 de julho de 2018.

A terapia ocupacional social surge de necessidades advindas de profissionais que, até então, desenvolviam ações ligadas ao setor saúde e perceberam que, diante de novos cenários de práticas que surgiam (como o trabalho em instituições fechadas, com populações em situação de pobreza e vulnerabilidade social), necessitavam de novas fundamentações teóricas e metodológicas para exercer sua prática (GALHEIGO, 2016).

Hoje já consolidada, ela “está voltada ao desenvolvimento de ações pela busca de emancipação e autonomia dos sujeitos que têm impedimentos e/ou dificuldades socioeconômicas para o acesso aos seus direitos sociais” (MALFITANO, 2016, p. 123). O que diferencia essa subárea das outras, em princípio, é a origem das demandas dos grupos com os quais se propõe a trabalhar: fatores socioeconômicos e não relacionados ao binômio saúde e doença (BARROS; LOPES; GALHEIGO, 2007a; LOPES, 2016; MALFITANO, 2016).

O projeto “Juventude(s)”, como costumamos chamá-lo, utilizando-se dos referenciais teórico-metodológicos da terapia ocupacional social, tem como objetivo geral intervir com jovens em situação de vulnerabilidade social, a partir de oficinas de arte-cultura, buscando ampliar os repertórios educacionais para a formação em cidadania e direitos humanos. Essas atividades se pautam em dois eixos distintos, porém complementares: (1) Juventude, Território e Violência e (2) Juventude e Direitos Humanos⁶.

A realização de oficinas artístico-culturais se fundamenta no entendimento de que as atividades, nas ações terapêutico-ocupacionais do campo social, são instrumentos de emancipação, com uma dimensão sociopolítica, cultural e afetiva de pessoas, grupos e comunidade. Elas possuem significados múltiplos e são expressões de identidades, assim como fazem parte dos seus processos de formação (BARROS; GHIRARDI; LOPES, 2002; BARROS; LOPES; GALHEIGO, 2007a).

⁶ Informações do cadastro do Projeto no SIGPROJ, disponível em: http://sigproj1.mec.gov.br/apoiados.php?projeto_id=295024. Acesso em 05 de julho de 2018.

Figura 4: Nossa primeira vista do Complexo do Alemão, pela estação do teleférico, em setembro de 2015. Na foto, os três primeiros estudantes extensionistas do projeto, Gabe, Larissa e Danie; Binho, professor da escola onde desenvolvemos a ação; e Bia, minha colega e coordenadora parceira no projeto “Juventude(s)”



Fonte: Acervo do projeto “Juventude(s)”. Divulgação com autorização.

Com o tempo, o desejo de desenvolver ações territoriais fez com que buscássemos outros espaços dentro do Complexo e, com a ajuda da Juliana, conhecemos Lucia Cabral, de quem falaremos mais adiante nesta tese, fundadora e administradora do EDUCAP – Espaço Democrático de União, Capacitação, Aprendizado e Prevenção, uma Organização Não-governamental (ONG), ali localizada. Lucia, moradora desde a infância, nos abriu espaço para desenvolvermos as atividades no EDUCAP, nos apresentou o Complexo de “dentro e de perto”, conforme propõe Magnani (2002). Conhecemos as instituições, as pessoas com que poderíamos desenvolver parcerias, os movimentos sociais e muitos jovens. O “Juventude(s)” se ampliou e passou a se chamar “Juventude(s): intervenções urbanas de arte e cultura no território”⁷.

Diante das primeiras incursões do referido projeto de extensão dentro do Complexo do Alemão, ao me deparar com a grande quantidade de coletivos ali presentes

⁷ Para conhecer mais sobre o projeto “Juventude(s)”, procurar as redes sociais do projeto:

Facebook®: Perfil Juventudes UFRJ – Disponível em:

<https://www.facebook.com/profile.php?id=100016764300255>

Facebook®: Página @juventudesufrj – Disponível em: <https://www.facebook.com/juventudesufrj/>

Instagram®: @projetojuventudes. Disponível em: <https://www.instagram.com/projetojuventudes/?hl=pt-br>

Twitter®: @juventudesUFRJ. Disponível em: <https://twitter.com/JuventudesUFRJ>

Youtube®: Canal Projeto Juventude(s) UFRJ. Disponível em: https://www.youtube.com/channel/UCIO-YtMeWO99_FqoPdi3K6A

Tumblr®: Juventudes UFRJ Disponível em: <https://www.tumblr.com/search/juventudesufrj>

e perceber o quanto é rico em produções artísticas e simbólicas, em movimentos sociais e culturais pela busca de acesso a direitos, comecei a me questionar sobre como seria a circulação daqueles jovens pelo restante da cidade, na qual também se tem a tradição de manifestações culturais diversificadas e ditas democráticas.

Como já mencionei anteriormente, circular pelo Rio de Janeiro nunca me pareceu uma tarefa simples. Percebia que, apesar da organização em coletivos, consciência política, proatividade e empoderamento dos jovens que Lucia nos apresentava, a mobilidade urbana para os moradores de favelas em geral não era fácil. Para além da dificuldade no ir e vir por problemas concretos, como falta de ônibus e dificuldade financeira, estar em outros espaços da cidade, ter o desejo de circular por ela, requer uma sensação de pertencimento que muitos deles não sentiam aos saírem de seus locais de moradia. Começa então o meu encontro com a pesquisa. Apesar de realidades tão distantes, tinha algo que era comum a mim e aos jovens do Alemão e que eu estava começando a conhecer: a dificuldade de circular pela cidade do Rio de Janeiro.

Em uma experiência anterior, atuando no Sistema Socioeducativo, em uma atividade externa à unidade de internação em que trabalhava, ouvi um jovem dizer “*Eu nem sabia que eu podia entrar aqui*” (GONÇALVES, 2016, p.134). Outro, nesse mesmo contexto, disse que aquele era o lugar de roubar. Não era o de passear, de ter atividades de lazer, de estudar. O estigma vivido por ser um jovem pobre morador de favela os acompanha pelos diferentes espaços da cidade, a qual não é democrática, como insistem em dizer a mídia e o senso comum.

O que pode ser exemplificado pelo ocorrido em agosto de 2015, quando policiais militares abordaram um ônibus que partia da zona norte em direção à praia da zona sul do Rio de Janeiro. Quinze jovens, a maioria moradores da periferia do Rio, foram apreendidos e levados à delegacia, antes de chegarem ao seu destino⁸. Tal posicionamento, aliado à mudança de linhas de ônibus da cidade que dificultavam o trânsito entre as diferentes zonas urbanas, suscitaram grandes discussões sobre a mobilidade urbana.

⁸ PM aborda ônibus e recolhe adolescentes a caminho das praias da Zona Sul. Jornal Extra, 4 de agosto de 2015. Disponível em: <http://extra.globo.com/noticias/rio/pm-aborda-onibus-recolhe-adolescentes-caminho-das-praias-da-zona-sul-do-rio-17279753.html#ixzz4A91gMobV>. Acesso em 10 janeiro de 2016.

*Corpo na cidade
Cidade grande exclusiva
Elitista separatista racista fóbica*

*Mas o Rio de Janeiro continua lindo, não é mesmo?
Não está nada lindo
Não está normal*
(Matheusa Passarelli. O Rio de Janeiro continua lindo e opressor)⁹

Assim contextualizada, encontro finalmente a **pergunta norteadora** dessa pesquisa: “Como é o cotidiano de um jovem morador do Complexo do Alemão, RJ, no que se refere à sua mobilidade por diferentes territórios da cidade?”.

Sendo o cotidiano um conceito que permeia minha formação e minha prática como terapeuta ocupacional, a busca por realizar essa pesquisa em um programa de pós-graduação específico de minha área parte também de outras perguntas, que chamarei aqui de **motivadoras**: a partir do conhecimento das histórias de vidas daqueles jovens e seus cotidianos, quais práticas que respondam às suas demandas reais poderiam ser realizadas por terapeutas ocupacionais, com foco em sua mobilidade? Como a mobilidade cotidiana se relaciona com a fundamentação e as intervenções da terapia ocupacional, notadamente da terapia ocupacional social? Assim, penso que esta tese surge também da necessidade de responder aos meus questionamentos sobre minhas práticas e fundamentá-las. Além disso, considero que não seria possível desenvolver a pesquisa sem tal motivação, tanto pessoal como profissional.

São muitas as cobranças por produtividade no mundo contemporâneo e, como consequência, no acadêmico. A necessidade de responder a demandas de forma rápida faz com que muitas vezes entremos num ciclo de produção numérica e automatizada, sem sentido. Larrosa Bondía (2002), em um texto que muito me inspira, alerta-nos para os

⁹ Matheusa Passarelli foi assassinada em maio de 2018 no Rio de Janeiro. Estudante do curso de Artes na UERJ, militante, trans não binária, negra, produziu na disciplina de gravura o zine “O Rio de Janeiro continua lindo e opressor”, de onde são originários esses versos. Era irmã de Gabe Passarelli, estudante que participou da primeira turma de extensionistas do projeto “Juventudes”. Disponível em: <https://elle.abril.com.br/cultura/o-legado-de-matheusa-passarelli-e-sua-historia/>. Acesso em 20 de junho de 2018.

cuidados com essa lógica e a importância de valorizarmos a “experiência” e o “saber da experiência”. Para ele, experiência é aquilo que nos toca, que nos afeta, que nos transforma. É preciso estar receptivo, ter tempo para refletir e deixar que ela aconteça. Através da sua vivência, desenvolvemos um “saber da experiência”. Que é diferente do saber científico ou do saber da informação, pelos moldes das ciências modernas, por ser um saber que se relaciona à vida, à existência e às (re)existências humanas.

Entendo que o “saber da experiência” é essencial ao conhecimento científico, mesmo no entendimento das “ciências duras”. Além de também o ser ao pesquisador, pois gera **sentido** ao que ele está produzindo, algo necessário para que haja um real envolvimento com a pesquisa. Eu particularmente não conseguiria me dedicar por tantos anos a algo que não transbordasse as necessidades e cobranças acadêmicas e fizesse sentido também em outras esferas da vida. Por esse motivo, apresento os diferentes lugares – vida pessoal e vida profissional – dos quais partem minhas motivações de pesquisa. Da mesma forma, são para esses dois lugares também que busco levar seus achados, para que se transforme efetivamente em um “saber de experiência”, mais do que apenas no “saber de informações”.

Assim, com essa perspectiva e as perguntas apresentadas, delimitamos então como **objetivo geral**: conhecer e discutir a mobilidade cotidiana de jovens moradores do Complexo do Alemão, no Rio de Janeiro, RJ. São **objetivos específicos** dessa pesquisa: conhecer, através do uso de atividades, a narrativa de jovens moradores do Complexo do Alemão a respeito de seus cotidianos, com ênfase na sua mobilidade urbana; analisar os aspectos que interferem na mobilidade urbana de jovens moradores do Complexo do Alemão e, por fim, refletir sobre as relações entre mobilidade urbana juvenil e a prática profissional em terapia ocupacional.

Esta tese se desenvolve com a seguinte estrutura, após esta apresentação:

A primeira parte, denominada “Referenciais teóricos da pesquisa”, apresenta dois capítulos. O primeiro, “O conceito de mobilidade urbana e suas relações com a terapia ocupacional”, busca apresentar o conceito de mobilidade urbana cotidiana, em diálogo com as ciências humanas e sociais, e refletir sobre suas relações com a terapia ocupacional.

Mobilidade urbana é entendida neste trabalho como os deslocamentos físicos realizados cotidianamente por pessoas e grupos no espaço urbano, implicados por significados e significações relacionados ao contexto sociocultural, transformados e transformadores das relações sociais nas cidades. A partir do entendimento de que ela faz parte do cotidiano de sujeitos e coletivos, defendo que tal conceito deve ser incorporado por terapeutas ocupacionais em suas pesquisas e práticas. Discuti possibilidades do seu uso como instrumento avaliativo, objetivo da intervenção e recurso da prática. Apresentei ainda a possibilidade de terapeutas ocupacionais se inserirem no debate sobre as políticas públicas urbanas.

No segundo capítulo conceitual, “Diálogos entre conceitos: Juventudes, juventude pobre e mobilidade urbana”, revisei a literatura para compreender os sujeitos que colaboraram com a pesquisa: jovens pobres moradores de favela. Relacionei também as especificidades dessa categoria com a mobilidade urbana nas cidades, entendendo que são uma população vulnerável, que tem seu direito à mobilidade urbana cerceado.

Na segunda parte, intitulada “O processo da pesquisa”, apresentei o território, o campo e o percurso da pesquisa. Para esta apresentação, inicia-se com o capítulo três, “Apresentando o território da pesquisa: O Complexo do Alemão, na Cidade do Rio De Janeiro”, que contextualiza o espaço pesquisado, descrevendo o Complexo do Alemão por meio de dados demográficos, geográficos, históricos e culturais. Tal revisão foi essencial a conhecê-lo para além de minhas vivências.

Em seguida, no quarto capítulo, “O percurso, o campo e os procedimentos metodológicos”, descrevi a trajetória da pesquisa, delimitando o seu local de efetivação (uma ONG do Complexo do Alemão), o processo e as formas de produção de dados juntos aos jovens, além dos referenciais metodológicos utilizados para a análise.

Na terceira e última parte, “Os achados e as reflexões”, desenvolvi os resultados, as reflexões e discussões a respeito dos mesmos. Ela se inicia com o capítulo cinco, nomeado “O que os jovens nos contaram”, onde apresentamos os resultados da pesquisa, a partir das narrativas dos jovens produzidas nas atividades realizadas durante seu percurso. Descrevemos as oficinas de atividades realizadas em diferentes grupos, assim como as individuais, ocorridas com quatro diferentes jovens colaboradores.

No sexto capítulo, “Construindo um “ponto de vista””, apresento a discussão dos resultados. É discutido que a mobilidade urbana dos participantes da pesquisa sofre interferências de diferentes fatores, especialmente de alguns marcadores sociais, como o local de moradia. A favela como território é um importante marcador social, atravessado por estigmas que, associados a outras características, confere a eles uma situação de vulnerabilidade concreta e simbólica, que cerceiam sua mobilidade urbana. Associados ao lugar de moradia, foram relatados dois outros aspectos que se relacionam com tal cerceamento, são eles: o medo, tanto da violência quanto do desconhecido, e a orientação sexual e identidade de gênero. Destaca-se ainda a atuação em terapia ocupacional social, por meio de reflexões acerca de suas conexões com a temática da mobilidade urbana.

Finalizo com o capítulo “Últimas palavras: onde cheguei e para onde quero ir”. Apresento a conclusão de que ser morador da favela impacta na mobilidade urbana dos jovens moradores do Complexo do Alemão devido aos estigmas do território, junto ao medo da violência, tanto dentro quanto fora, explicitando que a restrição de mobilidade é intrinsecamente relacionada ao capital social e cultural deste grupo. Além disso, a orientação sexual e a identidade de gênero também se relacionam com tais restrições, especialmente dentro da favela. Por outro lado, o acesso às políticas sociais se mostra como uma importante dimensão para a ampliação da mobilidade urbana.

A terapia ocupacional social, a partir de uma leitura política a respeito da temática aqui desenvolvida, utilizando-se de seus recursos e tecnologias já conhecidos (oficinas de atividades, acompanhamento singular territorial, articulação de recursos no campo social e a dinamização da rede de atenção) pode desenvolver ações com a mobilidade urbana, podendo aplicar o conceito como um objetivo, um recurso, um meio de avaliação sobre o cotidiano e/ou um aspecto a ser considerado no trabalho micro e macrossocial com as políticas sociais.

Por fim, apresento minhas perspectivas futuras com relação à divulgação científica dos achados desta tese e retorno aos participantes. Termino com reflexões sobre as relações da pesquisa com minha prática docente em ensino, pesquisa e extensão, e das possíveis e desejadas contribuições deste trabalho à construção da terapia ocupacional social.

PARTE 1 – REFERENCIAIS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

CAPÍTULO 1 – O CONCEITO DE MOBILIDADE URBANA E SUAS RELAÇÕES COM A TERAPIA OCUPACIONAL

O conceito de mobilidade urbana cotidiana é central para este trabalho, na medida em que se volta para sua aplicação específica sobre a vida dos jovens moradores de favela no Rio de Janeiro. Para o embasamento teórico de seus pressupostos, argumentamos a partir do entendimento do direito à cidade como um direito social, o qual se caracteriza como essencial para o acesso a todos os demais direitos componentes e presentes na vida cotidiana. Pelo enfoque sobre os impactos específicos para aqueles que vivem no meio urbano, apoiaremos-nos em escritos de Léfèbvre e Harvey para esta reflexão.

Para este debate, buscamos conceituar mobilidade urbana cotidiana a partir de produções sobre o tema relacionadas às ciências humanas e sociais. Tendo como base tal conceito, debruçamo-nos sobre uma questão primordial para este trabalho: a mobilidade urbana como um dos referenciais teórico-metodológicos para a prática em terapia ocupacional.

1.1 DIREITO À CIDADE: UM DIREITO CIVIL E SOCIAL

*E a cidade se apresenta centro das ambições
Para mendigos ou ricos e outras armações
Coletivos, automóveis, motos e metrô
Trabalhadores, patrões, policiais, camelôs*

*A cidade não para, a cidade só cresce
O de cima sobe e o de baixo desce
A cidade não para, a cidade só cresce
O de cima sobe e o de baixo desce*
(A cidade. Chico Science e a Nação Zumbi)

Henri Léfèbvre (2001) introduziu o conceito de “direito à cidade”, em seu livro de 1969, com este mesmo nome. Ele entendeu que a cidade é um produto histórico das relações dos seres humanos. Logo, se elas mudarem, a cidade também muda. Em sua obra, “O direito à cidade”, o autor faz uma recapitulação da história das cidades, desde as *pólis* gregas, passando pelas medievais, até chegar às atuais, apresentando principalmente a sua posicionalidade: localizado na Europa ao final da década de 1960.

A cidade era o local de participação na vida social e comunitária. No entanto, com a consolidação da cultura do consumo e dos processos de industrialização advindos dela, permeada principalmente pela lógica capitalista, o espaço citadino mudou e passou a ser um local de consumo de bens e de lugares. Para ele, o direito à cidade inclui o direito à participação e à sua apropriação, aos “locais de encontros e de trocas, aos ritmos de vida e emprego do tempo que permitam o uso pleno e inteiros desses momentos e locais” (LÉFÈBVRE, 2001, p. 139). Trata-se de “direito à vida urbana transformada” (LÉFÈBVRE, 2001, p. 118), que só seria possível através de uma transformação da sociedade capitalista, ou seja, por meio de uma revolução do modo de produção, uma vez que esse modo leva à segregação social e de classe, que na visão desse autor destroem as cidades e ameaçam a vida urbana.

David Harvey, geógrafo britânico marxista, influenciado pelos estudos de Léfèbvre, tem discutido o direito à cidade em tempos mais recentes. Para ele, é “o direito de mudar a nós mesmos pela mudança da cidade” (HARVEY, 2012, p. 74). Assim como

Léfèbvre (2001), retoma o processo de urbanização como fundamental para a existência do capitalismo, sendo, portanto, a cidade transformada em uma mercadoria. Afirma que, contemporaneamente, com as políticas neoliberais, o direito à cidade está cada vez mais determinado através de interesses privados das elites dominantes:

O direito à cidade, como ele está constituído agora, está extremamente confinado, restrito na maioria dos casos a elite política e econômica, que está em posição de moldar as cidades cada vez mais ao seu gosto (HARVEY, 2012, p. 87)

Em comum, esses autores, ambos marxistas, afirmam que a luta pelo direito à cidade é uma luta das classes operárias contra o controle do capital.

A democratização deste direito e a construção de um amplo movimento social para fortalecer seu desígnio é imperativo, se os despossuídos pretendem tomar para si o controle que, há muito, lhes tem sido negado, assim como se pretendem instituir novos modos de urbanização. Léfèbvre estava certo ao insistir que a revolução tem de ser urbana, no sentido mais amplo deste termo, ou nada mais (HARVEY, 2012, p. 88).

Em uma crítica a este princípio teórico, alguns autores classificam essa definição de direito à cidade de Léfèbvre como utópica, uma vez que sua obra apresenta mais reflexões e pensamentos do que propostas para sua efetivação (CRAWFORD, 2017). Argumentam que, concretamente, ainda hoje, após décadas do lançamento de seu pensamento, não vivemos a “revolução social” a qual ele se dedicou a estudar.

Conhecendo o debate acadêmico e os pertinentes questionamentos que são apresentados pelos críticos de Léfèbvre e Harvey, consideramos neste trabalho que as colocações desses dois autores são, apesar das críticas, relevantes no que se refere a trazer provocações aos movimentos que buscam melhorias nas condições urbanas e diminuição das desigualdades. Corroboramos a ideia de que as cidades não devem ser vistas como mercadorias e o acesso a diferentes espaços apenas como formas de consumo, mas como elementos constituidores para a efetivação da cidadania. Partindo do princípio de que há sempre disputas e tensão social, defendemos que ambos os referenciais ainda embasam discussões que se voltem ao lugar social de determinados grupos nas cidades e suas possibilidades e impossibilidades de direito à cidade.

No Brasil, por exemplo, embora não tenha acontecido uma revolução urbana, como a proposta pelos autores, a incorporação dessa expressão tem sido utilizada amplamente por diversos movimentos sociais. O início dessa pauta enquanto reivindicação pode ser localizada na década de 1980, a partir do Movimento Nacional de Reforma Urbana (MNRU). A organização daquele movimento conseguiu incluir na Constituição Federal de 1988 dois capítulos sobre Política Urbana (capítulos 182 e 183), que culminaram mais tarde na instituição do Estatuto das Cidades (Lei nº 10.257 de 2011) e na criação do Ministério das Cidades (em 2003).

Tais instrumentos legislativos incluem, na gestão urbana, a participação de diversos atores interessados nesta discussão, possibilitada pelas Conferências Nacionais das Cidades e do Conselho Nacional das Cidades (CAFRUNE, 2016; SÃO PAULO, 2015). A organização do MNRU também possibilitou a participação de órgãos ligados ao movimento em eventos mundiais da Organização das Nações Unidas (ONU) de discussão sobre a questão urbana, como os Fóruns Sociais Mundiais e o Fórum Urbano Social. A organização desses fóruns levou a publicação, em 2006, da Carta Mundial pelo Direito à Cidade (CAFRUNE, 2016). Nesta carta, direito à cidade é definido como um direito humano:

o usufruto equitativo das cidades dentro dos princípios de sustentabilidade, democracia, equidade e justiça social. É um direito coletivo dos habitantes das cidades, em especial dos grupos vulneráveis e desfavorecidos [...] **O Direito à Cidade é interdependente a todos os direitos humanos internacionalmente reconhecidos, concebidos integralmente, e inclui, portanto, todos os direitos civis, políticos, econômicos, sociais, culturais e ambientais que já estão regulamentados nos tratados internacionais de direitos humanos.** [...] O território das cidades e seu entorno rural também é espaço e lugar de exercício e cumprimento de direitos coletivos como forma de assegurar a distribuição e o desfrute equitativo, universal, justo, democrático e sustentável dos recursos, riquezas, serviços, bens e oportunidades que brindam as cidades. (“Carta Mundial pelo Direito à Cidade”, 2006, s/p, grifo nosso).

O entendimento do direito à cidade como um direito humano, um direito social ou um direito político não é consensual e depende da interpretação que se tem de cada um desses direitos, relacionado ao referencial teórico e filosófico utilizado para essa leitura. Para Léfèbvre (2001, p.134), o direito à cidade é “uma forma superior de direito”. Conforme colocamos acima, na Carta Mundial pelo Direito à cidade, é entendido, por alguns movimentos sociais organizados que lutam por essa pauta, como um direito humano essencial e interdependente de outros.

Numa divisão comumente realizada em relação aos Direitos Humanos, podemos traçar um paralelo e, utilizando-se dessa teoria, classificar o direito à cidade como de primeira geração, ou um direito civil, que são os relacionados à liberdade individual, como, por exemplo, o direito de ir e vir (que poderíamos aqui chamar de mobilidade urbana). Pode também ser entendido como primordial para que se efetivem os de segunda geração, ou seja, os direitos sociais, como o acesso ao trabalho, à educação, à saúde, ao lazer, à cultura, entre outros (BENEVIDES, 1998).

Contudo, a aplicação do conceito de Direitos Humanos para a especificação de acessos a bens sociais é discutida por alguns autores, questionando se há benefícios por meio de sua generalização. Hannah Arendt, por exemplo, enfatizando a importância do conceito de Direitos Humanos com a intenção de dar visibilidade às situações de violências e horror que ocorreram e continuam ocorrendo na História (como as guerras, as misérias, à fome etc.), faz uma crítica devido ao fato de “direitos humanos” colocar o humano como um ser abstrato, sem considerar seu pertencimento a um coletivo político, que é primordial para sua existência (MALFITANO; LOPES, 2014). Neste sentido, no debate sobre os direitos é importante considerar a organização política em jogo.

Tal debate se aproxima da discussão acerca da efetivação da cidadania, conforme propõe Marshall (1967). Para o autor, a cidadania plena se relaciona à conquista de três direitos: o civil, o social e o político. O que o autor chama de direito civil e de direito social, correlacionando com a teoria de direitos humanos, poderia ser descrito como direitos humanos de primeira e segunda gerações. Já os direitos políticos são os direitos de participação e exercício do poder político, ou seja, considera a inserção dos seres humanos em organizações coletivas.

A participação na vida política, segundo Arendt, só é possível através da participação em espaços públicos, que para a autora são lugares de conflitos, debates de interesses e espaços essenciais para a fomentação da cidadania (MALFITANO; LOPES, 2014). Harvey (2012) afirma que o direito à cidade deve ser concebido como um direito coletivo, já que implica no “exercício de um poder coletivo de moldar o processo de urbanização” (p.74). Assim, podemos inferir que o direito à cidade pode ser considerado também um direito político, pois através dele é possível ocupar diferentes espaços públicos e garantir a participação política coletiva e democrática.

Diante dessa discussão sobre as conceituações do direito, nos aproximamos da defesa de Léfèbvre, considerando o direito à cidade como um direito superior, sendo que reservamos algumas críticas ao uso da palavra “superior”. Entendemos que o direito à cidade é um direito social e primordial para a efetivação de outros direitos sociais, civis e políticos. Dessa forma, caracteriza-se como um direito transversal. Classificá-lo como “superior” pode ser problemático à medida em que a luta pelos direitos deve ser coletiva e agregadora e um posicionamento hierárquico na importância de cada um deles pode não contribuir para a organização e luta coletivas.

Para além disso, podemos dizer que a percepção de importância/relevância pode ser considerada subjetiva, sendo influenciada pelas vivências individuais e coletivas de quem define. Podemos dizer, portanto, que a hierarquização em termos de direitos, a nosso ver, é um aspecto desnecessário. Por essas diferentes possibilidades de “categorização” do direito à cidade, é que Cafrune (2016) diz que o direito à cidade, enquanto um termo, é usado por diferentes movimentos sociais no Brasil como um “guarda-chuva” para os outros direitos.

A despeito das diferentes possibilidades de entendimento do direito à cidade, é consenso que este direito é importante para os seres humanos em sua vida cotidiana e por isso é preciso entender como se constrói concretamente, uma vez que vivemos em uma sociedade capitalista com políticas neoliberais que culminam na organização dos centros urbanos de acordo com interesses do capital. Uma das questões essenciais para essa discussão é pensar o papel da mobilidade urbana para a concretização do direito à cidade. Para Florentino (2011), “a mobilidade é uma dimensão crucial do direito à cidade, permitindo a integração entre pessoas e espaços” (p.47).

Tal ponto de vista é corroborado pelo Movimento Passe Livre de São Paulo¹⁰ (2014, s/p.), quando afirma que “as condições de mobilidade urbana são uma catraca que restringe a efetivação do direito à cidade em seus mais variados aspectos”. Entre estes, citam que a restrição à circulação pela cidade dificulta o acesso das pessoas a

¹⁰ O Movimento Passe Livre (MPL), oficializado e nomeado em 2005, “é um movimento social autônomo, apartidário, horizontal e independente, que luta por um transporte público de verdade, gratuito para o conjunto da população e fora da iniciativa privada” (MOVIMENTO PASSE LIVRE, [s.d.]

serviços/espços de saúde, educação e cultura e aos espaços de participação política, impedindo a apropriação da cidade.

Frente a tais discussões, entendemos a cidade como um espaço de trocas, encontros e produção de vida coletiva e das relações sociais, na contramão da ideia de mercadoria ou espaço de consumo. Essa perspectiva, portanto, coloca a cidade como um objeto de estudo e de efetivação das políticas públicas de diversos níveis e setores.

Assim, entendemos que o direito à cidade é um direito social essencial para o acesso e a efetivação de outros direitos sociais, civis e políticos, e que envolve diversos aspectos em sua conceituação. Podemos incluir, como uma parte do direito à cidade, o de ir e vir, ou seja, o de circular pela cidade.

1.2 CIRCULAÇÃO E MOBILIDADE URBANA COTIDIANA: DO QUE ESTAMOS FALANDO?

*O gueto, a rua, a fé
Eu vou andando a pé pela cidade bonita
O toque do afroxé e a força de onde vem
Ninguém explica (ela é bonita)
(Canto da cidade. Daniela Mercury)*

Diante do entendimento do direito à cidade como fundamental ao exercício de cidadania e da imprescindibilidade de se poder circular pela cidade para a sua efetivação, apresentamos mais detalhadamente o conceito de mobilidade urbana.

Trata-se de conceito utilizado por diferentes áreas do conhecimento - geografia, urbanismo, engenharia, ciências sociais -, o qual tem sido empregado em diversas publicações atuais. São várias as definições que podem ser encontradas sobre esse termo e destaca-se que nem dentro de um mesmo campo de estudo é algo consensual.

Barros (2014) afirma que o interesse de diferentes áreas pela temática se dá pelo “fato de a mobilidade urbana ser um tema que afeta todos os indivíduos” (p.2).

Tradicionalmente os estudos sobre a mobilidade urbana se concentram no campo da engenharia e do urbanismo (FLORENTINO, 2011), com um enfoque voltado para as questões relacionadas ao trânsito e ao transporte.

Independente da disciplina e do enfoque dado ao estudo da mobilidade urbana, é consenso que ela faz parte do cotidiano de todos os indivíduos e coletivos, seja nas grandes ou pequenas cidades, ou nas áreas rurais. Sendo essencial ao cotidiano das pessoas, é um objeto sobre o qual as ciências humanas e sociais devem se debruçar. Entretanto, os estudos sobre seus impactos sociais neste campo, assim como as abordagens multidisciplinares sobre a questão, ainda são incipientes (BARROS, 2014; FLORENTINO, 2011; LANGEVANG; GOUGH, 2009). É neste sentido que buscamos trazer diversas definições e a relação entre elas, na tentativa de construções de um conceito para o que buscamos entender, no bojo dos interesses de nosso estudo.

A ausência da visão relacional que possa agregar perspectivas para se estudar um objeto, torna-o, na maioria das vezes, incompletos, incoerentes ou raso. A soma de olhares poderia ser uma estratégia para tornar mais sólidas as leituras (BARROS, 2014, p. 3)

Existe um sentido tradicional da mobilidade urbana que a entende como a habilidade de se movimentar, em decorrência de condições físicas e econômicas (VASCONCELLOS; JUNQUEIRA, 1999). Para o Ministério das Cidades (BRASIL, 2005), é a “facilidade de deslocamentos de pessoas e bens no espaço urbano” (p.3), sendo considerada mais do que apenas os meios de transporte, mas também os serviços e os meios de se deslocar.

Porém, o que buscamos nesse trabalho é um sentido ainda mais ampliado na discussão do conceito. Barbosa (2016) destaca que não se pode entender a mobilidade urbana apenas como as questões objetivas relacionadas à locomoção, mas que é preciso perceber que está “intimamente ligada às expressões subjetivas de reprodução urbana das relações sociais” (p.49).

Segundo Balbim (2016), nas ciências sociais, mobilidade urbana “designaria o conjunto de motivações, possibilidades e constrangimentos que influem tanto na projeção, quanto na realização dos deslocamentos de pessoas, bens e ideias, além,

evidentemente, dos movimentos em si” (p.24). Para este autor, trata-se de uma atualização e ampliação deste conceito, que até então era relacionado apenas com a questão do transporte, da acessibilidade e da circulação de pessoas.

Pretende-se, ao usar o termo mobilidade, referir-se a uma noção que supera a ideia de traslado físico apenas e analisa também as suas causas e consequências, ou seja, busca olhar para as transformações sociais relacionadas ao movimento (BALBIM, 2016). Engloba, para além dos deslocamentos físicos, suas significações e práticas para os sujeitos (ADEY, 2006; LANGEVANG; GOUGH, 2009; SOUZA, 2014). Para Sabegnago (2018), a mobilidade “se constitui em uma prática social através do tempo e do espaço, o que possibilita o acesso a atividades, experiências, pessoas e lugares. Envolve aspectos corporais, interacionais, simbólicos e afetivos” (p.20). Assim, esse novo conceito de mobilidade urbana se debruça sobre problemáticas sociais que interessam às ciências humanas e sociais e, conforme discutiremos mais adiante, à terapia ocupacional.

Já o conceito de circulação, presente em publicações na discussão sobre a vida urbana, pode ser considerado como uma “parte” da mobilidade, uma “condição estrutural importante, mas apenas preliminar, na garantia do direito à mobilidade” (SILVA J. S. et al., 2016, p.186). Circular pela cidade é o passo inicial para que os sujeitos e coletivos comecem a conhecê-la, seus diferentes espaços e trajetos, para que, posteriormente, possam ocupá-la e apropriar-se dela. A circulação é importante para o início dos processos coletivos da vida cotidiana (CASSAB; MENDES, 2011; CASTRO, 2004). Neste entendimento, somente pela circulação é possível iniciar um movimento de apropriação do espaço, o que é essencial à efetivação da mobilidade.

Em contraponto, Magalhães (2008) afirma que a circulação unicamente já é uma forma de apropriação do espaço, embora outros autores possam avaliar que para se considerar uma apropriação é preciso que haja também uma intervenção no espaço. O ponto de vista dessa autora é que circular, transitar ou se deslocar por determinado espaço permite conhecê-lo. Contudo, como a apropriação de uma experiência é individual e subjetiva, cada um a fará de um jeito, no seu tempo, não sendo possível, dessa forma, “medir níveis” de apropriação.

É neste sentido mais amplo do conceito de mobilidade urbana que passamos a entendê-la como um direito social fundamental, pois é através da mobilidade (e da circulação que a compõe) que podemos buscar promover a participação ativa e democrática da população no desenvolvimento local, sendo, portanto, um importante recurso ou capital social (PERO; MIHESSEN, 2013; SOUZA, 2014).

Diversos autores (BALBIM, 2016; CASSAB, 2009; CASSAB; MENDES, 2011; CASTRO, 2004; LEITE; MACHADO DA SILVA, 2013; SILVA, J.R. et al., 2016; VELOSO; SANTIAGO, 2017) são enfáticos ao afirmar que o direito à circulação pela cidade, e conseqüentemente à mobilidade, não é igual para todos. Cresswell (2010) e Silva Junior (2013) dizem que, desde a pré-história, o sistema de circulação é um elemento fundamental para o exercício do poder pelas classes dominantes – quem possui maior domínio sobre a regulamentação da mobilidade e maior possibilidade de circulação, possui mais poder.

Podemos afirmar que são diversos os fatores que influem na mobilidade urbana: classe social, local de moradia, gênero, contexto político, cultura, religião, idade, violência, estigmas, contexto simbólico e acessibilidade. Sobre tais fatores, podemos pormenorizar alguns deles. Com relação à classe social, tem-se que quanto maior a renda do indivíduo ou de sua família, maior a mobilidade das pessoas, já que é preciso pagar pelo transporte, seja ele público ou privado. Tal fator se relaciona diretamente com o local de moradia: classes sociais mais desfavorecidas economicamente, que possuem menor renda, acabam estabelecendo suas residências em locais periféricos da cidade que, além de mais distantes dos centros econômicos e locais de maior oferta de serviços, possuem pior qualidade e oferta de transporte público, além de menos infraestrutura urbana, como calçadas adequadas, ruas asfaltadas e ciclovias.

A acessibilidade também é menor nesses locais, assim como os transportes adaptados para as pessoas com deficiência, que em geral já têm a mobilidade reduzida. O mesmo acontece com os idosos. Mulheres apresentam mais restrições de mobilidade do que os homens, por medo da violência de gênero e sexual, que impõe limitações nos horários de retorno à casa e a necessidade de estar acompanhada para se sentirem mais seguras, por exemplo (ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS TRANSPORTES PÚBLICOS, [s.d.]). O fato de o transporte público funcionar com maior frequência até certo horário

da noite e nos dias úteis restringe que moradores de regiões mais distantes saiam de suas casas para outros lados da cidade para a realização de atividades de lazer à noite ou aos fins de semana. Ou seja, o deslocamento de alguns grupos da população é organizado apenas de modo a possibilitar as atividades de trabalho (SILVA, J.R. et al., 2016).

A mobilidade também depende de fatores simbólicos e subjetivos, como o desejo de se deslocar para diferentes espaços e o sentimento que aparece durante o trajeto, assim como o de pertencimento ao local de destino. Moradores de favelas, por exemplo, muitas vezes têm sua mobilidade cerceada pelos estigmas que carregam: por mais que até consigam acessar fisicamente outros espaços da cidade, não se sentem pertencentes a eles e sofrem violências (veladas ou não), tanto no caminho quanto no próprio local (CRESSWEEL, 2010; LEITE; MACHADO DA SILVA, 2013; VELOSO; SANTIAGO, 2017). “Parece haver poucas dúvidas de que a mobilidade é um dos principais recursos da vida no século XXI e que é a distribuição desigual desse recurso que produz algumas das diferenças mais gritantes de hoje”¹¹ (CRESSWEEL, 2010, p. 163, tradução nossa).

Assim, podemos afirmar que a mobilidade (ou a falta dela) expressa patamares de desigualdades sociais. A diferença da circulação e da mobilidade urbana de diferentes grupos, além de revelar as discrepâncias no acesso aos direitos sociais como um todo, indica também como se dá a manutenção dessas desigualdades sociais através da organização das grandes cidades. Cressweel (2006) coloca que é uma via dupla: as mobilidades são produtos dessas relações de poder ao mesmo tempo que as produzem.

Segundo Balbim (2016), a mobilidade é uma atividade/condição humana por natureza e é essencial ao modo de vidas de pessoas. Souza (2014) afirma que a mobilidade pode ser dividida em permanente (aquele oriunda das migrações por exemplo) e a cotidiana, que se refere aos deslocamentos para a realização de atividades diárias, como trabalho, estudos e lazer.

Nos estudos sobre mobilidade urbana, têm-se um destaque para a mobilidade urbana cotidiana, que se refere tanto aos deslocamentos diários, quanto às estratégias traçadas pelas pessoas e coletivos para que estes se efetivem. A mobilidade urbana

¹¹ No original: “There seems little doubt that mobility is one of the major resources of 21st-century life and that it is the differential distribution of this resource that produces some of the starkest differences today.”

cotidiana é aquela em que o retorno ao ponto inicial do deslocamento ocorre num período de tempo curto (BALBIM, 2016). Portanto, sujeitos e coletivos precisam pensar em estratégias diversas para que se efetivem em um espaço de tempo reduzido disponível, o que inclui os meios de transportes, os custos, as rotas a serem realizadas, as prioridades de lugares e deslocamentos, entre outros. Está cada vez mais em voga a necessidade de se debruçar sobre a questão da mobilidade cotidiana, pois, segundo Balbim (2016), expressa a posição social dos indivíduos e suas condições de vida. Como exemplo, o autor menciona a mobilidade cotidiana obrigatória, ou seja, aquela que se refere ao trajeto casa-trabalho. A forma como se concretiza (tempo, tipo de transporte utilizado, condições para sua efetivação) traduz a realidade em que o sujeito vive.

Tomando-se a mobilidade cotidiana a partir de um indivíduo ou uma família, por exemplo, devem ser levadas em conta – para sua completa compreensão – a formação e a história de vida do sujeito da ação, suas trilhas espaço-temporais, inclusive seus valores e os valores presentes na formação socioespacial a qual está inserido. Não se pode ainda olvidar da sua aptidão física, das condições de seu local de residência, dos meios e modos de circulação disponíveis, acessíveis e escolhidos, além dos próprios desejos e vontades. A construção de um quadro a partir desse conjunto amplo de fatores resultaria na imagem da condição de mobilidade desse indivíduo e, ao mesmo tempo, traria paisagem única do seu lugar de vivência (BALBIM, 2016, p. 32–33).

Portanto, a mobilidade faz parte do cotidiano dos indivíduos e é a partir dessa relação que podemos pensá-la como um elemento importante a ser considerado na prática em terapia ocupacional. Neste sentido, por compreender que a expressão mobilidade urbana incorpora implicitamente a adjetivação cotidiana, deixamos subentendido que toda vez que a abordarmos estaremos entendendo que se refere ao cotidiano concreto de vida dos sujeitos, grupos e comunidades.

1.3 MOBILIDADE URBANA E A TERAPIA OCUPACIONAL: QUAIS AS RELAÇÕES POSSÍVEIS?

Todas as profissões, incluindo a terapia ocupacional, têm suas sustentações epistemológicas e fundamentações teóricas modificadas “conforme mudam os valores e as configurações de poderes políticos nos contextos em que elas estão inseridas”

(MEDEIROS, 2010, p.62). Medeiros (2010) afirma que a terapia ocupacional, “como qualquer outra prática profissional, cumpre, além da função específica que lhe é cabida na divisão social do trabalho, uma função ideológica na sociedade” (p.62). Isso porque o técnico, em sua prática, sempre assume um papel social ou um posicionamento em defesa de alguém ou de algum ponto de vista. Da mesma forma, na produção de conhecimento, não se pode afirmar a existência de uma ciência neutra, pois toda a produção de conhecimento científico é atravessada pelo contexto político-social-cultural em que está inserida. Consequentemente, a prática da terapia ocupacional, técnica, empírica e científica é sempre política (GUAJARDO CÓRDOBA, 2016).

Historicamente, parte do que foi construído como conhecimento científico e epistemologias na terapia ocupacional, dentro das universidades, espelhou-se no modelo anglo-saxão da profissão, o que, segundo diversos autores, não condiz com a realidade latino-americana ou brasileira atual (CORREIA; TAKEITI, 2017; GALHEIGO, 2014; MORÁN; ULLOA, 2016; SIMÓ ALGADO, 2016a). Neste sentido, entende-se que, por estarmos em outra realidade e outro contexto sócio-político-cultural, repensar a fundamentação da terapia ocupacional é um exercício importante a ser realizado pelos profissionais e pesquisadores da área.

Simó Algado (2016a), valendo-se da definição de modernidade líquida cunhada por Bauman, lembra que a única certeza que se tem atualmente é a de que sempre haverá mudanças na sociedade e, fazendo um paralelo com a área de terapia ocupacional, podemos dizer que será preciso se adaptar a essas novas transformações para que a profissão sobreviva. Segundo Morán e Ulloa (2016), precisa-se de um “exercício de uma práxis e desenvolvimento de uma Terapia Ocupacional ancorada nas necessidades e contextos próprios da América Latina”¹² (p.422, tradução nossa). Ainda, pensar mais especificamente na realidade brasileira, já que não se pode falar de apenas uma única terapia ocupacional em um contexto tão diverso quanto o latino-americano, refere-se abordar múltiplas terapias ocupacionais (GALHEIGO, 2012, 2014; GUAJARDO CÓRDOBA, 2016; SIMÓ ALGADO, 2016a).

¹² No original: “al ejercicio de una praxis y desarrollo de la Terapia Ocupacional anclada a las necesidades y contextos históricos propios de Latinoamérica”.

No bojo dessas discussões, alguns autores têm se debruçado em estudar a terapia ocupacional a partir da perspectiva da teoria crítica, que “parte do princípio de que não existe uma verdade que possa ser alcançada pela utilização de técnicas de pesquisa social. Para os teóricos críticos, compreender tais relações de dominação traz em si a possibilidade de sua mudança” (GALHEIGO, 2003, p.106). Essa perspectiva propõe que se ponha em interrogação a realidade e se situe historicamente os problemas com os quais o profissional lida no cotidiano institucional do serviço ofertado à população.

Em uma sociedade capitalista, marcada por diferentes desigualdades econômicas e sociais, na qual classes dominantes exercem o poder de forma a oprimir e alienar a classe trabalhadora, lutar pelo enfrentamento dessa dominação e buscar a liberdade, a participação, a emancipação e a garantia dos direitos humanos e sociais de diferentes indivíduos e grupos passam a ser fundamentos da prática terapêutica ocupacional, para os profissionais que analisam criticamente a profissão diante do contexto em que se inserem (GUAJARDO CÓRDOBA, 2012, 2016; SIMÓ ALGADO, 2016b). Assim, começa-se a pensar em uma terapia ocupacional que questiona as concepções hegemônicas da profissão e cria práticas e epistemologias contextualizadas com a realidade local, a partir da conversa com outras ciências, áreas de conhecimento e ainda com os saberes populares e tradicionais (CORREIA; TAKEITI, 2017; COSTA; ALVES, 2017).

Na década de 1970, por exemplo, iniciou-se uma reflexão a respeito de modelos e das práticas de terapia ocupacional em vigor até então no Brasil, quando, em plena ditadura civil-militar, profissionais começaram a repensar suas ações dentro das instituições e buscar novos fundamentos para construir inovações nas formas de atuação, que culminaram, entre outras questões, na subárea da terapia ocupacional social (BARROS; ALMEIDA; VECCHIA, 2007; LOPES, 2016). Ela sustenta suas ações a partir de uma leitura crítica dos problemas sociais contemporâneos, já que busca a compreensão e a abordagem dos macroprocessos em que a vida e o cotidiano de sujeitos e coletivos estão inseridos (GALHEIGO, 2016). Para a composição da fundamentação desse novo campo, buscou-se articular conhecimentos de diferentes áreas de saber, como a educação, a sociologia, a antropologia e a filosofia.

Pode-se afirmar que, além da teoria da marginalidade social de perspectiva estruturalista histórica, houve um conjunto de produções de base sociológica e antropológica e de cunho biográfico ou jornalístico que passou a compor o corpo teórico das disciplinas [de Terapia Ocupacional Social]. Esse referencial permitiu conhecer aqueles a quem se destinavam as práticas assistenciais, as instituições e as políticas em vigor. [...] Em paralelo, as ideias de Franco Basaglia, Robert Castel Jacques Donzelot, Michael Foucault, Erving Goffman, Paulo Freire e Karl Marx passaram a construir o arcabouço teórico que possibilitou a elaboração da crítica à assistência oferecida no país e da desconstrução dos modelos assistenciais existentes. (BARROS; LOPES; GALHEIGO, 2007a, p. 349)

Essas reflexões levaram à composição de “uma prática inovadora em terapia ocupacional, marcada pelo princípio territorial da assistência” (BARROS; LOPES; GALHEIGO, 2007b, p. 355). Para além da terapia ocupacional social, outras áreas da profissão têm trabalhado na lógica territorial, buscando uma aproximação com os sujeitos e o alcance dos espaços reais da vida, cada qual com seus objetivos, técnicas e fundamentos.

1.3.1 O conceito de território

*Doce lugar,
que é eterno no meu coração,
e aos poetas traz inspiração,
pra cantar e escrever.
[...]
Ah meu lugar,
tem mil coisas pra gente dizer,
o difícil é saber terminar,
Madureira, lá, laiá
(Meu lugar. Arlindo Cruz)*

Território é entendido para além da delimitação geográfica, mas também com “elementos que o qualificam como espaço demográfico, epidemiológico, tecnológico, econômico, social e político, inserido numa totalidade histórica na qual diferentes sujeitos se articulam em torno de suas necessidades e interesses” (ALMEIDA; OLIVER, 2001, p. 88). Esse entendimento de território utilizado pelos terapeutas ocupacionais se aproxima daquele proposto por Milton Santos, que o define como o lugar de trocas, de identidade

e de sentimento de pertencimento. É também o lugar do cotidiano, das experiências (SANTOS, 2001).

A noção de território se liga cada vez mais a um conceito social, uma vez que sua existência se estabelece nas dinâmicas cotidianas locais, nas identidades coletivas, nos jogos de força, nas ações políticas e na cultura (COSTA; MENDES, 2014, p. 24).

As práticas territoriais em terapia ocupacional necessitam de um descentramento do saber técnico para o entendimento da existência de saberes plurais que coexistem no território de atuação (BARROS; GHIRARDI; LOPES, 2002). É mais do que realizar a ação fora do *setting* clínico ou da instituição, requer que se reconheça o outro como um sujeito de saberes, respeitando e buscando identificar as culturas e as relações sociais existentes no lugar em que os sujeitos e grupos efetivamente vivem seu cotidiano.

Portanto, significa olhar também para o uso e a apropriação que as pessoas fazem do território, o qual depende da circulação pelos diferentes espaços (SANTOS, 1998). O trabalho territorial requer, portanto, entre outras questões, abordar a mobilidade e o acesso aos diferentes espaços geográficos que compõem o cotidiano de sujeitos ou grupos. A dimensão espacial habitada, o deslocamento e a circulação entre eles são elementos constituidores dos conceitos de território e fazem parte do cotidiano das pessoas, elementos que integram a prática profissional de muitos terapeutas ocupacionais.

Na discussão sobre os referenciais teóricos conceituais da profissão, diversos conceitos têm sido incorporados por terapeutas ocupacionais acerca de sua identidade e prática profissional, tais como ocupação, atividade, cotidiano, modos de vida, inserção/inclusão social, participação social, entre outros. Assim, o território pode ser compreendido como outro destes, que compõem as discussões de perspectivas críticas da prática em terapia ocupacional, sendo que aqui destacamos a terapia ocupacional social.

Outro conceito que tem sido utilizado por terapeutas ocupacionais desde os anos de 1990 é o de cotidiano, central na discussão deste trabalho, ao qual dedicaremos a própria seção.

1.3.2 O conceito de cotidiano

*Todo dia ela faz tudo sempre igual
Me sacode às seis horas da manhã
Me sorri um sorriso pontual
E me beija com a boca de hortelã
(Cotidiano. Chico Buarque)*

O conceito de cotidiano foi empregado pelas ciências sociais a partir do entendimento de que, para se apreender processos sociais, um olhar externo não é o suficiente – apenas um olhar “de dentro”, ou seja, da dimensão pormenorizada da vida, pode proporcionar que se entenda as vivências e os seus significados, suas representações e sentidos, tanto para indivíduos, quanto para coletivos (GALHEIGO, 2003; PAIS, 2007). Além disso, o estudo do cotidiano, atento às esferas da vida microssocial, revela estruturas sociais complexas e reveladoras de elementos vivenciados na macroestrutura social (PAIS, 2007).

Para Agnes Heller (1985), “a vida cotidiana é a vida de todo homem” (p.17). Ao mesmo tempo em que a vida cotidiana é única, de cada indivíduo, mas o “indivíduo é sempre, simultaneamente, ser particular e ser genérico” (p.20). Para ela não existe vida humana sem cotidiano. O que significa que o cotidiano de um indivíduo representa, de alguma forma, os outros indivíduos da sociedade em que vive e, ao mesmo tempo, contém suas particularidades e subjetividades. Ou seja, a dialética implícita no cotidiano revela as relações indivíduo-sociedade, não como dicotomia, mas sim integração, sendo influenciado por cada época e cada lugar, na perspectiva da historicidade. A autora afirma que a vida cotidiana “não está ‘fora’ do acontecer histórico: é a verdadeira ‘essência’ da substância social” (HELLER, 1985, p. 20).

Como exemplo, a autora cita o trabalho: todos os seres humanos exercem alguma atividade de trabalho, o que é genérico, mas as motivações de cada um para tal atividade são particulares.

A vida cotidiana é o conjunto de atividades que caracteriza a reprodução dos homens singulares que, por seu turno, criam a possibilidade da reprodução social. Isso significa que, na vida cotidiana, o indivíduo reproduz indiretamente a totalidade social [...]. Na vida cotidiana o homem aprende as relações sociais e as reproduz enquanto instrumento de sobrevivência. (CARVALHO, 2007, p. 26)

Nessa mesma direção, Pais (2003), afirma que “o cotidiano é uma fonte de revelação do social” (p. 111) e, por isso, o seu estudo deve ser valorizado nas pesquisas sociais, naquilo que denomina de sociologia do cotidiano. Seabra (2004) corrobora este ponto de vista, já que, em suas palavras a vida cotidiana “integra todas as representações do mundo, espelhando o conjunto de valores e do ideário de uma época” (p.192). Portanto, a compreensão de cotidiano dos sujeitos que tem sido trabalhada nas ciências sociais entende que não é apenas a repetição de atividades, a rotina, mas sim a representação de uma estrutura social maior.

O conceito de cotidiano não pode se restringir à ideia daquilo que é feito dia após dia, pois abrange como o sujeito vê a si mesmo, como constrói sua identidade, como participa da vida comunitária e também se refere às formas de organização social (SALLES; MATSUKURA, 2015, p. 269).

Para Léfèbvre (1981) são necessárias três perspectivas para se estudar o cotidiano. A primeira é a busca do real e da realidade, que significa que o estudo sobre a vida cotidiana deve se debruçar tanto em dados práticos quanto em dados abstratos da realidade. Isso inclui então entender as vivências, os afetos, as subjetividades, as representações e as imagens. A segunda perspectiva é abordar o cotidiano em sua totalidade, não em fragmentação em partes que formam um todo. A terceira diz respeito às possibilidades de a vida cotidiana ser uma forma das classes e grupos oprimidos revolucionarem a composição social estratificada pela organização capitalista da sociedade (CARVALHO, 2007), ou seja, as criatividades, resistências e vivências fora da norma que se tecem no dia a dia da vida.

Sobre essa terceira perspectiva, parte-se do pressuposto de que o cotidiano é uma representação da estrutura social, composto na conjunção de elementos subjetivos e culturais. Podemos afirmar que, em nossa sociedade contemporânea, o cotidiano representa a organização capitalista e, conseqüentemente, de suas desigualdades, o que

faz com que a vida cotidiana dos indivíduos seja uma fonte de exploração e um espaço a ser controlado pelas classes dominantes (CARVALHO, 2007).

Para o autor, o cotidiano é um conceito operacional, pois permite uma análise crítica do real. O estudo do cotidiano permite enxergar o vivido e trazer à tona as possibilidades de transformação inseridas nele.

O cotidiano – costuma dizer-se – é o que se passa todos os dias. Mas também se costuma dizer que no cotidiano nada se passa que fuja à ordem da rotina e da monotonia. Então o cotidiano seria o que no dia a dia se passa quando nada parece se passar [...], é nos aspectos frívolos e anódinos da vida social, no ‘nada de novo’ do cotidiano, que encontramos condições e possibilidades de resistência que alimentam a sua própria rotura (PAIS, 1993, p. 108)

Pais (1986) afirma que o estudo do cotidiano é importante, pois nem sempre “uma visão exclusivamente macroscópica do social pode dar conta de todos os pequenos jogos sociais que constituem a trama social” (p.11). Então, a sociologia do cotidiano seria uma forma de entrelaçar as esferas micro e macro da vida, considerando, portanto, além das atividades rotineiras diárias, a perspectiva social e histórica em que os sujeitos estão inseridos. Através do estudo do cotidiano é possível conhecer as interações sociais:

A sociologia do cotidiano centra-se nos indivíduos para melhor dar conta de como o social se reflete na vida deles, mas sem perder de vista a historicidade do cotidiano, que nos permite compreender como as sociedades dos indivíduos se transformam por força conjuntas de estruturas sociais e predisposições individuais. (PAIS, 2013, p. 123).

Portanto, estudar o cotidiano “permitiu aos sociólogos aprofundar-se no conhecimento não só da complexidade da trama social, mas identificarem novas dimensões tanto da injustiça, quanto dos recursos da intersubjetividade para enfrentá-la” (MARTINS, 2014, p. 173)

Milton Santos (1996) arrola que “o cotidiano tem como dimensão essencial no mundo de hoje a dimensão espacial. A dimensão espacial é a dimensão talvez central do cotidiano no mundo de hoje” (p. 11). Para ele, existem três dimensões humanas que ajudam o estudo do cotidiano a partir de uma perspectiva espacial. A primeira é a corporeidade, que ele afirma ser uma dimensão objetiva, na qual o autor inclui a forma como o sujeito se apresenta e concebe sua educação, riqueza, capacidade de mobilidade,

localidade e *lugaridade*. A segunda dimensão é a individualidade, que é subjetiva, pois inclui a consciência de mundo, do lugar, de si, do outro e do coletivo do sujeito. E, finalizando, a terceira dimensão, que nomeou de socialidade, que é a relação entre indivíduos e o fenômeno do viver e estar juntos. Ele afirma que esta dimensão inclui o espaço e é incluída por ele (SANTOS, 1996).

Resumindo, para o autor o cotidiano é a relação entre corporeidade, individualidade, socialidade e espacialidade. A relação entre essas dimensões do cotidiano influencia a cidadania. Para Seabra (2004), a partir da leitura baseada em Milton Santos, a vida cotidiana é “uma experiência de espaço e tempo na modernidade” (p.189).

Segundo Galheigo (2003, p. 106), “O Estado, as instituições e as corporações são controladores tenazes da vida cotidiana”. A forma de surgimento das cidades no Brasil – a urbanização – é um exemplo do processo de fortalecimento das desigualdades sociais e das hierarquias de poder advindas da sociedade capitalista, que impactam a vida cotidiana de diferentes sujeitos e coletivos, violando direitos básicos como a circulação e a mobilidade pelas cidades, que exacerbam questões como a pobreza, o desemprego, a falta de acesso às atividades e serviços de educação, saúde, cultura e lazer (BARBOSA, 2016; CASTRO, 2004). Os impasses e contradições do processo de urbanização deste contexto configuram um modo de vida da cotidianidade moderna que “se explicita pelas formas de uso do tempo nos lugares demarcados e estipulados no movimento da propriedade” (SEABRA, 2004, p. 183).

O capital, em suas múltiplas dimensões, mas principalmente a financeira, fica acumulado em determinadas áreas da cidade (na maior parte das vezes, as centrais), que recebem melhor infraestrutura, enquanto as áreas periféricas, nas quais são mais difíceis as condições de vida, ficam reservadas aos pobres. Para Milton Santos (2007), o local onde uma pessoa mora determina o seu acesso ou não aos direitos de um cidadão. Balbim (2016), afirma que o local de início de qualquer mobilidade é o lugar onde vive o sujeito e que este lugar é “físico, é social e é simbólico” (p.33). Ou seja, as configurações urbanas são mais uma forma de controle do cotidiano e do ir e vir das classes dominadas pelo Estado e pelos que detém o poder do capital. Nessa perspectiva, território e cotidiano se integram, na medida em que se direcionam para o contexto onde as pessoas vivem:

Pode-se dizer que, de um ponto de vista estritamente teórico, o território articula o particular ao geral ou o local ao global e que, revelando o modo de vida eleva o cotidiano, enquanto expressão da vida cotidiana na modernidade, à teoria e ao conceito. (SEABRA, 2004, p. 185).

Adicionamos que o trabalho territorial no cotidiano de vida das pessoas requer, entre outras questões, abordar a mobilidade, o acesso e restrições aos diferentes espaços geográficos que compõem a vida de sujeitos, grupos e/ou comunidades, como elementos que possibilitam a compreensão dos cotidianos vividos, assim como revelam estruturas macro e microssociais entrelaçadas.

Na terapia ocupacional, a incorporação do conceito de cotidiano vem, conforme já colocamos, desde os anos de 1990, a partir da crítica às práticas que eram realizadas até então, em um momento em que os terapeutas ocupacionais buscavam cada vez mais contextualizá-las com a realidade, o que engloba o contexto social, histórico, econômico e cultural, e as formas de inserção e participação coletiva dos sujeitos e grupos com as quais realiza suas intervenções (GALHEIGO, 2003). Salles e Matsukura (2015) afirmam, a partir de uma revisão de literatura, que o conceito de cotidiano é tanto uma ferramenta teórico-conceitual como uma prática para terapeutas ocupacionais:

a utilização do conceito de cotidiano em terapia ocupacional indica um caminho teórico e metodológico trilhado pela profissão, que procura ir além do estudo dos fenômenos concretos, repetitivos e sintomáticos [...] para focalizar também no que é único e ocorre em conexão com o contexto social. (SALLES; MATSUKURA, 2015, p. 269).

A terapia ocupacional atua com populações em situação de vulnerabilidades diversas, que têm seus direitos violados e sua participação social limitada por diferentes fatores e em diferentes contextos (seja pelas condições econômicas, a institucionalização e os estigmas; seja por questões ligadas à saúde, como os transtornos mentais, as deficiências físicas ou as limitações impostas pela idade e gênero, por exemplo). São também essas populações que mais têm o seu direito de mobilidade cerceado, conforme já apontava Milton Santos: “Como conciliar o direito à vida e as viagens cotidianas entre a casa e o trabalho, que tomam horas e horas? A mobilidade das pessoas é, afinal, um direito ou um prêmio, uma prerrogativa permanente ou uma benesse ocasional?” (SANTOS, M. 2007, p. 124). Sendo uma profissão que constitui seus saberes e suas

práticas como resposta às necessidades de pessoas e coletivos, procurando sempre uma abordagem ética, dialógica e participativa dos sujeitos envolvidos neste processo, a terapia ocupacional tem como seu objetivo buscar algum nível de transformação social (GALHEIGO, 2011, 2012).

Portanto, incorporar as reflexões acerca da mobilidade compõe a construção de um pensamento crítico a respeito da epistemologia e prática da profissão. Afinal, “A circulação é um importante elemento articulador e transformador do espaço, pois mais movimento conduz a mais mudanças espaciais (e, por extensão, sociais, econômicas e políticas)” (SILVA Jr., 2013, p. 414). Promover a circulação de pessoas e grupos pelo espaço urbano, quando esta é restrita ou até inexistente, é um trabalho primordial em vista da participação social, um dos objetivos da intervenção terapêutico-ocupacional (CASSAB; MENDES, 2011; MAGALHÃES, 2008; PERO; MIHESSEN, 2013; SOUZA, 2014).

Retornando a um importante ponto levantado por Galheigo (2012), esse compromisso ético-político do terapeuta ocupacional não pode ser apenas um processo reflexivo, mas precisa também acontecer na práxis da atuação profissional. Neste sentido, busca-se refletir aqui como a mobilidade e a circulação urbana cotidiana podem ser efetivadas como ação de pesquisa e de prática em terapia ocupacional.

Entender as formas de circulação e descolamento das pessoas e grupos, assim como sua mobilidade, constitui um elemento da prática do terapeuta ocupacional aplicado à dimensão territorial do trabalho. Neste sentido, entendemos que o conceito de mobilidade urbana cotidiana supera a ideia de deslocamento físico e analisa também as suas causas e consequências, ou seja, busca abordar as transformações sociais relacionadas ao movimento, às significações desses deslocamento para a vida de pessoas e grupos, entendendo, portanto, a mobilidade como uma prática social que inclui as diferentes dimensões da vida cotidiana (BALBIM, 2016; SOUZA, 2014).

Assim, ao usar o termo mobilidade urbana, referimo-nos a uma noção marcada pelo lugar social ocupado pelos sujeitos individuais e coletivos em suas vidas. Compreendendo que a expressão mobilidade urbana incorpora, de maneira implícita, a adjetivação cotidiana, por se tratar do local onde a mobilidade ocorre. Assim, defendemos

que o conceito pode ser incorporado à terapia ocupacional tanto como um elemento para a prática profissional, quanto uma ferramenta teórica de análise e avaliação da prática.

1.3.3 Mobilidade urbana cotidiana na ação terapêutica ocupacional: O que têm sido produzido na literatura específica da área e quais reflexões podem ser apontadas como possibilidades

Para que discutíssemos a correlação entre mobilidade urbana e terapia ocupacional, nosso objetivo aqui, realizamos um ensaio reflexivo tendo como base a literatura da área. Para tanto, foram pesquisados os três periódicos nacionais concernentes a ela: Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional (anteriormente com o título Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar); Revista de Terapia Ocupacional da USP e Revista Interinstitucional Brasileira de Terapia Ocupacional (Revisbrato), em todos seus acervos disponíveis nos sítios eletrônicos e, por fim, a biblioteca virtual SciELO. Utilizou-se o termo “terapia ocupacional” combinado com os seguintes, separadamente, em português e em inglês: mobilidade urbana; território; mobilidade comunitária; circulação; cidade; políticas urbanas; mobilidade cotidiana.

Localizadas as publicações, foi realizada uma leitura dos resumos, na busca pelo conceito de mobilidade urbana cotidiana. Na sequência, foi feita a leitura completa dos artigos que abordavam a questão da mobilidade e/ou da circulação. Na leitura dos artigos, buscou-se também as referências por eles citadas e utilizadas, visando conhecer os conceitos que informavam tais estudos. A partir desse levantamento, foram tecidas reflexões sobre as relações do conceito de mobilidade urbana cotidiana com a terapia ocupacional, buscando elementos que contribuam para a sintetização do que vem sendo aplicado nos estudos da área.

Sato e Barros (2016) demonstram que as práticas da terapia ocupacional relacionadas à mobilidade já têm sido alvo de estudos de pesquisadores. As autoras, assim como outros terapeutas ocupacionais citados por elas em sua publicação, trabalham com um tipo específico de mobilidade, que nomeiam de mobilidade humana, a qual se refere, sobretudo, às migrações, especialmente as internacionais. Este tipo de mobilidade é chamado por alguns pesquisadores como mobilidade permanente (SOUZA, 2014) ou

mobilidade de migração/migratória (BALBIM, 2016; SILVA, J.R. et al., 2016). O trabalho de Sato e Barros (2016), situado na terapia ocupacional social, apresenta um avanço no que se refere à busca de respostas às demandas atuais e contextualizadas, com foco na atual questão da migração.

A terapia ocupacional social tem se deparado com novas dinâmicas na cidade, rearranjos plurais nos cenários de vida dos imigrantes e se questionando como as pessoas chegam à cidade, como se inserem nas questões de trabalho, nas trocas sociais e econômicas, como acessam os diversos serviços, como tecem suas redes de relações (SATO; BARROS, 2016, p. 99).

Tais questionamentos podem ser estendidos a diversas outras populações com as quais a terapia ocupacional trabalha, para além dos imigrantes, tanto na área social ou de saúde, sendo a mobilidade permanente/migratória também um tema de interesse e relevância para terapeutas ocupacionais, portanto. Tal aspecto pode ser observado pelo expressivo número de publicações mundiais citado pelas autoras a respeito da atuação com a população imigrante em diferentes contextos (saúde, educação, campo social e campo da cultura).

No entanto, para o objetivo específico desta tese, foca-se na mobilidade cotidiana urbana, ou seja, aquela mobilidade diária que acontece nas cidades e que afeta todos os que nela vivem. De uma forma geral, pode-se dizer que a mobilidade aparece com diferentes abordagens nos artigos publicados por terapeutas ocupacionais, com diferentes nomenclaturas. Um dos conceitos que se assemelham ao que chamamos de mobilidade urbana e que é abordado em um artigo é o conceito de habitar, já que, nas palavras das autoras: “Habitar significa, então, apropriar-se do espaço, estabelecer relações de pertencimento com ele” (BALDANI; CASTRO, 2007, p. 4).

Já Galvani et al. (2016) refletem sobre o exercício etnográfico no trabalho com artistas de rua em São Paulo e se utilizam das noções de “pedaço, trajeto (fluxo pela cidade) e circuitos (rede de espaços, pedaços e equipamentos referentes a determinadas práticas ou oferta de serviços)” (p.865), para realizarem a leitura das experiências e vivências na cidade dos grupos com os quais realizam suas pesquisas e práticas. Entende-se que, apesar de lançar mão de outra nomenclatura, advinda do referencial teórico da

antropologia urbana (etnografia), utilizando as categorias “trajeto”¹³ e “circuitos”¹⁴ propostas por Magnani (2002), poderíamos traçar uma aproximação com o conceito de mobilidade urbana que utilizamos neste trabalho.

Algumas publicações discutem a mobilidade urbana com foco na acessibilidade aos espaços e transportes públicos coletivos para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida (CASSAPIAN; RECHIA, 2014; CAVALCANTI et al., 2013; DI STEFANO et al., 2009; LOGAN et al., 2004; SACKLEY et al., 2009; VIEIRA; CAVALCANTI; ALVES, 2015; VOLPINI et al., 2013). A discussão sobre a acessibilidade, especialmente para os terapeutas ocupacionais que trabalham na área da reabilitação física, é consolidada e amplamente difundida, o que se verifica nas inúmeras publicações sobre o tema. No entanto, as produções ainda têm um recorte específico relativo aos aspectos concretos da acessibilidade, especificamente os aspectos físicos, seja dos meios de transportes, seja da arquitetura dos espaços. Tais dimensões são de significativa relevância e impacto no cotidiano da vida das pessoas com deficiências (CASSAPIAN; RECHIA, 2014; CAVALCANTI et al., 2013; DI STEFANO et al., 2009; LOGAN et al., 2004; SACKLEY et al., 2009; VIEIRA; CAVALCANTI; ALVES, 2015; VOLPINI et al., 2013).

As publicações elencadas têm um importante ponto de convergência: o destaque acerca da acessibilidade não apenas como uma questão física, mas também atitudinal e que, para acessar um determinado lugar e se apropriar dele, é preciso primeiramente conseguir chegar até lá. Neste sentido, podemos dizer que o que aos autores nomeiam como acessibilidade começa a se aproximar do conceito de mobilidade que propomos. Os artigos têm em comum resultados não muito favoráveis: a acessibilidade no transporte e nos locais para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida ainda é falho e é preciso maior preparação da população para lidar com as diferenças no contexto brasileiro, para

¹³ Segundo a referência utilizada pelas autoras do texto, a categoria trajeto se refere a uma forma de uso do espaço, sendo os “fluxos mais recorrentes no espaço mais abrangente da cidade e no interior das manchas urbanas [...] trajetos ligam equipamentos, pontos [...] É a noção de trajeto que abre o pedaço para fora, para o âmbito do público” (MAGNANI, 2002, p. 23)

¹⁴ Já circuitos referem-se ao “uso do espaço e de equipamentos urbanos [...], porém de forma mais independente em relação ao espaço, sem se ater à contiguidade” (MAGNANI, 2002, p. 24). Os circuitos permitem o exercício de sociabilidade através dos encontros e da comunicação, que não necessariamente estão “presas” a um determinado espaço.

que assim possam ser efetivamente promovidos encontros da diversidade nos diferentes espaços das cidades.

Apesar de propormos uma outra visão para a mobilidade, mais aplicada à dimensão cotidiana e incluindo não apenas a circulação física para tal, é importante destacar o uso de uma definição conceitual para esse termo por publicações específicas da área de terapia ocupacional, o que já denota certa visibilidade do assunto. As publicações encontradas, tanto no âmbito nacional quanto estrangeiro, apontam que, de alguma forma, terapeutas ocupacionais já têm se aproximado do conceito de mobilidade urbana cotidiana como uma noção que informa tanto a pesquisa, quanto a prática profissional. Embora nem sempre a mobilidade urbana seja nomeada pelos autores, podemos inferir uma aproximação da literatura já disponível na área à nossa proposta de conceito aqui em debate.

Defendemos que o estudo da mobilidade cotidiana por terapeutas ocupacionais pode ser relevante para suas práticas e pesquisas. Para a defesa de tal argumento, apresentaremos a seguir quatro dimensões encontradas na literatura sobre a conexão entre mobilidade e terapia ocupacional: a discussão da mobilidade urbana como objetivo específico da intervenção, como uma forma/instrumento de avaliação em terapia ocupacional, ou como um recurso da prática para se atingir o objetivo proposto, ou até mesmo para fundamentar a inserção da profissão na discussão das políticas públicas de planejamento urbano.

Apesar de propormos uma divisão analítica dessas quatro possibilidades, cabe ressaltar que as fronteiras entre elas, especialmente quando falamos de avaliação, recurso e objetivos são porosas e que, muitas vezes, na prática, se articulam e não delimitam individualidades, mas sim características compartilhadas e comuns.

1.3.3.1 Mobilidade urbana como um objetivo da intervenção

A mobilidade urbana cotidiana pode ser o objetivo da intervenção em terapia ocupacional, para além de um meio/recurso para promoção do trabalho, conforme no item acima destacado. Isso incorpora a compreensão de que este conceito é mais do que ações

de ir e vir, mas também a possibilidade de produzir novas formas de vida coletiva social, além de ter significados subjetivos a cada um.

Objetivar a circulação urbana em terapia ocupacional se relaciona com a busca por maior participação social dos sujeitos, grupos e/ou coletivos. Nas práticas nem sempre é possível atingir os objetivos planejados inicialmente, sendo necessário programar em etapas, estabelecendo planos e metas para curto, médio e longo prazos. A mobilidade urbana pode ser um objetivo em diferentes etapas do processo terapêutico ocupacional.

No contexto estrangeiro, o conceito de mobilidade parece estar mais voltado à questão da circulação física por diferentes espaços, podendo ser sua criação e/ou ampliação o objetivo da intervenção terapêutico-ocupacional. Di Stefano et al. (2009) definem o que chamam de mobilidade comunitária (*community mobility*) como a “capacidade das pessoas de se locomoverem em sua área local e inclui atividades como caminhar, andar de bicicleta, dirigir ou usar transporte público e outros dispositivos de mobilidade” (p.5, tradução nossa)¹⁵. Conceito semelhante aos apresentados por Di Stefano; Stuckey e Lovell (2012); Jónasdóttir; Egilson; Polgar (2018) e Jónasdóttir e Polgar (2018) e que, conforme colocamos anteriormente, é uma visão já difundida especialmente pelas áreas do urbanismo e das engenharias.

Jónasdóttir, Egilson, Polgar (2018), que também se utilizam da expressão mobilidade comunitária, ampliam tal entendimento ao defenderem que a mobilidade pode “ser pensada tanto como ocupação quanto como um recurso para a ocupação” (p.2, tradução nossa).¹⁶ Os autores ainda complementam que, mais do que “como” as pessoas se deslocam, a mobilidade se refere ao porquê desses deslocamentos acontecerem, o que se aproxima do entendimento que propomos aqui de mobilidade urbana.

Em outro artigo, Jónasdóttir e Polgar (2018) realizaram uma revisão da literatura sobre a temática e indicam diferentes termos que foram usados para expressar a questão da mobilidade urbana cotidiana, como “*community mobility*” (mobilidade comunitária), “*physical mobility*” (mobilidade física), “*moving around*” (mover-se no entorno, que

¹⁵ No original: “peoples’ ability to transport themselves around their local area and includes activities such as walking, cycling, driving, or using public transportation or other mobility devices”

¹⁶ No original: “can be thought of as both an occupation, and a means to occupation”.

poderíamos associar à circulação), “*life space*” (espaço de vida) e “*community participation*” (participação comunitária). Por essa perspectiva, a palavra mobilidade foca na acessibilidade aos espaços e transportes públicos coletivos para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida (CASSAPIAN; RECHIA, 2014; CAVALCANTI et al., 2013; DI STEFANO et al., 2009; LOGAN et al., 2004; SACKLEY et al., 2009; VIEIRA; CAVALCANTI; ALVES, 2015; VOLPINI et al., 2013).

Já no contexto brasileiro, Soares, Inforsa e Castro (2009) apresentam projetos realizados em parceria pelo Programa Permanente de Composições Artísticas e Terapia Ocupacional (PACTO)¹⁷, filiado ao curso de graduação em Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo (USP) com a Associação Morungaba da cidade de São Paulo, os quais buscavam, nas intervenções realizadas, “favorecer a produção e o exercício coletivo, fomentando as estratégias de circulação e exploração da cidade, bem como as trocas que daí se desdobram, promovendo maior acessibilidade e pertinência social” (p.197). Utilizaram-se, segundo o relato, de estratégias como o mapeamento dos territórios, fortalecimento de redes sociais e utilização de diferentes espaços públicos para a realização das ações, que aconteciam com diferentes populações, de pessoas com deficiência até populações em situação de vulnerabilidade social, de diversos segmentos, como crianças, famílias, adultos etc.

As autoras relatam que objetivavam fomentar o desejo por maior circulação na cidade fora das atividades do grupo, através da “apropriação de circuitos significativos” (p.197). Podemos afirmar que elas apresentaram a mobilidade urbana como um objetivo de sua intervenção, uma vez que, além de efetivar deslocamentos pela cidade e refletir sobre as implicações necessárias para eles, buscaram desenvolver atividades que trabalharam com a apropriação de si e de seu entorno, considerando sensações, afetos, dificuldades e interesses, o que se relaciona com o conceito de mobilidade urbana cotidiana que defendemos neste trabalho.

¹⁷ O PACTO é um projeto didático-assistencial do Laboratório de Estudos e Pesquisa Arte, Corpo e Terapia Ocupacional, do Curso de Terapia Ocupacional da USP, criado em 1998 (LIMA et al., 2011) com o objetivo de se pensar em “abordagens e metodologias que atravessam o trabalho com o corpo e com as artes e com as diretrizes que integram práticas clínicas e sociais no campo da Terapia Ocupacional” (CASTRO et al., 2009, p. 150).

A mobilidade urbana como objetivo do trabalho terapêutico-ocupacional também é apresentada na publicação de Baldani e Castro (2007), também realizado pelo PACTO, que apresenta a experiência de uma ação com uma criança que vivia em situação de vulnerabilidade social.

E foi essa apropriação que buscamos conquistar nos encontros que aconteceram nos diversos espaços existentes no território. Neste processo, evidenciou-se outra perspectiva importante: a construção da experiência de apropriar-se do mundo, sentir-se pertencendo a ele (BALDANI; CASTRO, 2007, p. 4).

O artigo de Baldani e Castro (2007), além de apresentar um objetivo congruente com a definição de mobilidade urbana que utilizamos, apresenta ainda a ideia da circulação como um elemento/recurso para se atingir esse objetivo: “avaliou-se que realizar com ela a exploração do território forneceria uma nova experiência para M. habitar o mundo [...] Neste sentido, é necessário em primeiro lugar que o mundo seja apresentado por alguém” (BALDANI; CASTRO, 2007, p. 4).

Já a pesquisa de Ferigato, Carvalho e Teixeira (2016), que relata uma experiência nos Centros de Convivência (CECO) da cidade de Campinas, SP – caracterizados, segundo os autores, como equipamentos que compõem a rede intersetorial, abertos à comunidade em geral e especialmente para a população em vulnerabilidade –, apresenta os CECOs como meios importantes para a efetivação do objetivo de intervenções nas cidades, entre outros, através da criação de novos modos de circulação pelo território.

Percebemos que a circulação e a mobilidade urbana são objetivos encontrados em parte da literatura em terapia ocupacional, seja enfocando as pessoas com deficiência, as crianças, os adultos ou os idosos, os usuários de serviços de saúde, educação e assistência social, ou sujeitos em vulnerabilidade social. Conforme já mencionado, a depender da situação, a circulação e mobilidade poderão ser objetivos de curto, médio ou longo prazos. Poderão também, a depender de cada contexto e o resultado do trabalho, deixar de ser um objetivo e se tornar um recurso da intervenção.

1.3.3.2 Mobilidade urbana como instrumento avaliativo para a terapia ocupacional

As avaliações e os instrumentos avaliativos em terapia ocupacional são bastante valorizados nas práticas profissionais e de pesquisa por parte dos profissionais da área. Um dos livros brasileiros, “Terapia Ocupacional: Fundamentação e Prática” (CAVALCANTI; GALVÃO, 2007a), apresenta quatro capítulos dedicados a essa temática: um sobre a avaliação qualitativa em terapia ocupacional (ROCHA; BRUNELLO, 2007); um sobre os métodos e técnicas de avaliação nas áreas de desempenho ocupacional, com três seções (CAVALCANTI, 2007; MELLO; MANCINI, 2007; NUNES, 2007); um sobre métodos e técnicas de avaliação dos componentes do desempenho, também com três seções (ABREU, 2007; DORNELAS; GALVÃO, 2007; RODRIGUES; ALVES, 2007) e um sobre avaliação dos contextos (CAVALCANTI; GALVÃO, 2007b).

Rocha e Brunello (2007) afirmam que a expansão das intervenções e campos de atuação da terapia ocupacional leva à necessidade de se repensar também as avaliações feitas pelos profissionais, que precisam contemplar necessidades, desejos e o contexto cultural do sujeito ou grupo com o qual está realizando a intervenção. Para Galheigo (2003), a concepção de uma práxis crítica da terapia ocupacional depende de um olhar que considere o contexto histórico do sujeito e sua inserção participante no coletivo.

Especificando a discussão da avaliação em terapia ocupacional e a questão da mobilidade cotidiana, é preciso considerar diversos fatores que influenciam os sujeitos e coletivos, tais como: fatores pessoais (gênero, idade, escolaridade, condições físicas, renda, etnia, religião e cultura), fatores familiares (ciclo de vida, posse de veículo particular) e fatores externos (oferta de meios de transporte, localização do destino desejado, horário de funcionamento dos destinos e dos meios de transporte e segurança pessoal) (ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS TRANSPORTES PÚBLICOS, [s.d.]).

Portanto, compreende-se que a discussão de processos de avaliação da mobilidade urbana cotidiana, em seu sentido amplo, pode também compor este tópico, o que não foi encontrado na literatura da área. Sendo a mobilidade urbana um direito social coletivo, avaliá-la seria importante para terapeutas ocupacionais que atuem em qualquer área, pois

se trata de um elemento informativo acerca da vida cotidiana da pessoa, grupo ou comunidade em questão.

Tal avaliação pode predizer, por exemplo, como está o acesso da pessoa aos serviços de saúde, de educação, de assistência social, de cultura e a espaços públicos; pode apontar a possibilidade de inserção e manutenção no mercado de trabalho; desvelar o uso do tempo nas atividades diárias concretas e aquelas que o sujeito necessita; assinalar necessidades e desejos individuais e coletivos de estar em espaços; perceber como estão as funções físicas, cognitivas e psicossociais que são necessárias para que se tenha uma boa mobilidade pelas cidades; utilizar como avaliador da implementação de políticas públicas de acessibilidade; avaliar a necessidade de uso de equipamentos de tecnologia assistiva, que auxiliem na circulação, entre outras possibilidades.

Os instrumentos de avaliação utilizados por terapeutas ocupacionais podem ser padronizados ou não padronizados. Independentemente do tipo, são importantes como o ponto de partida para certos tipos de intervenções em terapia ocupacional, segundo alguns autores (DORNELAS; GALVÃO, 2007), assim como para a produção de conhecimento no contexto da ciência contemporânea (ROCHA; BRUNELLO, 2007), aplicada a determinadas áreas de atuação.

Algumas publicações da área de terapia ocupacional definem o conceito de mobilidade e propõem sua avaliação e mensuração. Para a Associação Americana de Terapia Ocupacional (AOTA), mobilidade é “planejar-se e mover-se na comunidade e usar o transporte público ou privado, como dirigir, caminhar, andar de bicicleta ou acessar e locomover-se através de ônibus, táxi ou outros sistemas de transporte” (CAVALCANTI; DUTRA; ELUI, 2015)¹⁸. Cavalcanti et al. (2013) definem a mobilidade cotidiana como sendo “fundamental, por exemplo, para as relações sociais e de trabalho,

¹⁸ Tradução do original publicado pela American Occupational Therapy Association (2014). *Occupational therapy practice framework: Domain and process* (3rd ed.). American Journal of Occupational Therapy, v. 68 (Suppl.1), S1–S48. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5014/ajot.2014.682006>. Traduzido para o português por Alessandra Cavalcanti, Fabiana Caetano Martins Silva e Dutra e Valéria Meirelles Carril Elui. Tradução autorizada para publicação em português, acesso aberto na Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo, v. 26, ed. especial, 2015. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/rto/article/view/97496/96423>

[e] acontece através dos deslocamentos a pé e do uso dos sistemas de transportes coletivos de passageiros” (p.20).

Outro estudo que apresenta definições acerca dos conceitos que aqui abordamos é o de Ferreira, Folha e Tobias (2013), que define circulação como “parte do ambiente construído que permite a circulação física de pessoas e mercadorias: vias públicas, calçadas, vias físicas e terminais de passageiros e cargas” (p. 26) e que busca avaliar os fatores que influem na mobilidade, utilizando como instrumento a Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF), o qual considera a mobilidade essencial para as atividades cotidianas dos sujeitos.

Já existem instrumentos de avaliação da mobilidade urbana desenvolvidos para as áreas da engenharia e do urbanismo. No entanto, buscamos aqui pensar na aplicação dos conceitos especificamente para o campo da terapia ocupacional. Nos instrumentos já utilizados mais comumente pelos profissionais, o termo mobilidade aparece mais frequentemente referindo-se à transferência de posicionamento, como no MIF (Medida de Independência Funcional)¹⁹ e no PEDI (Inventário de Avaliação Pediátrica de Incapacidade)²⁰. No PEDI, no entanto, o item mobilidade avalia também a locomoção e o ambiente externo, por exemplo. O MIF utiliza o termo locomoção para avaliar a marcha, o uso de cadeira de rodas e a capacidade de subir escadas. O HAQ (*Health Assessment Questionnaire*)²¹ tem questões a respeito do caminhar em lugares planos, de subir e descer escada e sobre a utilização de transporte coletivo (MELLO; MANCINI, 2007).

Ressaltamos que, embora seja importante a abordagem da mobilidade nas avaliações já utilizadas por terapeutas ocupacionais, ainda precisamos considerar outros aspectos que se referem à mobilidade no sentido que propomos nesta tese e que não são contemplados em instrumentos que utilizam escalas numéricas com uma perspectiva de mensuração de itens pré-determinados.

¹⁹ RIBERTO, M. et al. Reprodutibilidade da versão brasileira da Medida de Independência Funcional. *Acta Fisiátrica*, v. 8, n. 1, p. 45–54, 2001.

²⁰ MANCINI, M. C. **Inventário da Avaliação Pediátrica de Incapacidade (PEDI): manual da versão brasileira adaptada**. Belo Horizonte: UFMG, 2010.

²¹ STANFORD UNIVERSITY SCHOOL OF MEDICINE. DIVISION OF IMMUNOLOGY & RHEUMATOLOGY. **The Health Assessment Questionnaire Manual**. (HAQ). [s.l.: s.n.]. Disponível em: <https://www2.gov.bc.ca/assets/gov/health/forms/5383fil.pdf>. Acesso em: 28 ago. 2018.

Cressweel (2010) afirma que, apesar de diversos instrumentos e estudos sobre os transportes urbanos apresentarem dados concretos sobre o deslocamento, como medidas e mapas, eles não informam sobre as representações da mobilidade em nível individual ou coletivo, nem sobre como ela é efetivamente incorporada e praticada. Se estamos propondo o conceito de mobilidade urbana cotidiana como uma prática social, que se refere não só aos movimentos no espaço, mas também aos sentidos, significados e afetos causadores e causados pelos deslocamentos, precisamos pensar que outras formas de avaliação podem ser incluídas no arsenal de trabalho do terapeuta ocupacional.

De exemplo nessa direção, Borba et al. (2017), em relato de uma experiência prática no Sistema Único de Assistência Social (SUAS), abordam que, tendo como objetivo se aproximar do cotidiano das pessoas que frequentavam um determinado serviço, buscaram conhecer, entre outros aspectos, por onde elas circulavam na cidade, realizando esta abordagem através de um acompanhamento “corpo a corpo”, ou seja, circulando junto com a pessoa, indo com elas aos espaços que frequentavam e buscando entender como se dava sua inserção e participação naqueles espaços. Esse caso, como veremos adiante, exemplifica uma experiência em que a circulação e a mobilidade foram tanto instrumentos avaliativos, quanto recursos da ação técnica.

Avaliações qualitativas e que considerem os aspectos subjetivos são possibilidades de abordagem da mobilidade no entendimento que estamos propondo e já têm sido utilizadas por terapeutas ocupacionais, tanto em pesquisas, quanto na prática profissional (CAVALCANTI; GALVÃO, 2007b; GOZZI; LUSI, 2013; ROCHA; BRUNELLO, 2007). Para isso, pode-se trabalhar com avaliações a partir de entrevistas abertas, histórias de vidas, uso de mapas, cartografias, etnografia, grupos de atividades, diários de campo, entre outros a serem avaliados pelo profissional, a depender de seus objetivos e suas possibilidades.

Podemos inferir então que a inclusão de aspectos relacionados ao conceito de mobilidade urbana como um instrumento avaliativo ou parte das avaliações em terapia ocupacional já é realizada, notadamente quando se refere à discussão sobre acessibilidade física (CAVALCANTI et al., 2013; CAVALCANTI; GALVÃO; MIRANDA, 2007). Porém, a ampliação desse conceito contribuiria para uma avaliação mais qualificada no que se refere ao cotidiano concreto de vida das pessoas. Tal abordagem adicionaria os

aspectos subjetivos e sociais e colaboraria para o planejamento de intervenções que se estendam ao território, propiciando mais possibilidades de participação social, um dos objetivos anunciados pelas práticas em terapia ocupacional.

1.3.3.3 Mobilidade urbana como recurso da prática

Consideramos recursos terapêuticos ocupacionais os meios/instrumentos que o profissional utiliza no desenvolvimento de sua prática profissional para atingir seus objetivos, são recursos diversos e incluem atividades, técnicas e métodos.

Especificamente para o entendimento da mobilidade urbana como um recurso da prática, é mais comum pensarmos na circulação urbana como um recurso, já que a circulação é um primeiro passo para o reconhecimento do território e sua posterior apropriação, possibilitando uma futura participação social, efetivação do direito à cidade e construção e consolidação de redes sociais territoriais. Práticas da terapia ocupacional, em especial da terapia ocupacional social, com o objetivo de apropriação do território e fortalecimento de redes em busca da participação social, são frequentes desde a década de 1970, quando se iniciaram as discussões desse campo.

Atualmente, a partir de uma perspectiva crítica da profissão, a qual busca abordar os problemas sociais contemporâneos, tais questões têm sido presentes em parte também das publicações do campo da saúde mental, da reabilitação física, em práticas de saúde comunitárias e culturais, por exemplo. Podemos citar, dentre outras, as publicações de Almeida e Oliver, (2010); Castro et al. (2016); Castro e Maxta (2010); Oliver et al. (2000).

Encontramos publicações que apresentam a mobilidade tanto como instrumento/recurso de intervenções em terapia ocupacional como quanto objetivo das intervenções (BALDANI; CASTRO, 2007; JÓNASDÓTTIR; EGILSON; POLGAR, 2018; SOARES; INFORSATO; CASTRO, 2009), embora se utilizem de diferentes nomenclaturas. Os autores utilizam o conceito que aqui nomeamos como mobilidade urbana cotidiana para realizar suas intervenções com os sujeitos e grupos com os quais trabalhavam, como um recurso para promover a participação social, o pertencimento territorial, o fortalecimento de identidade; ao mesmo tempo, buscam a mobilidade urbana

como um objetivo a ser alcançado pelas intervenções. Paralelamente mover-se pela cidade é a forma de participar dela e buscar a possibilidade de se mover também é o objetivo da ação técnica em terapia ocupacional naquela experiência descrita pelos autores. Assim, destacamos, mais uma vez, que a “classificação” das práticas entre recursos e objetivos é subjetiva.

Muitos são os trabalhos de articulação das redes sociais, de serviços e de promoção e acesso de sujeitos e coletivos aos serviços/equipamentos e espaços que lhes são de direito na terapia ocupacional. Os artigos de Ferigato, Carvalho e Teixeira (2016); Kemper et al (2015) e Lopes, Borba e Cappelaro (2011) são alguns, dentre muitos outros, que encontramos na literatura. A circulação pela cidade pode ser um recurso para a prática profissional que visa à articulação territorial como estratégia para alcançar os objetivos do trabalho, como podemos observar no relato de Borba et al. (2017):

Além disso, investiu-se em seu acompanhamento singular territorial, buscando conhecer a cidade a partir de sua perspectiva. Como teve experiência de viver nas ruas por muitos anos, sua desenvoltura ao andar pelo Centro da cidade era evidente. Foi também nessas caminhadas que identificou, pouco a pouco, muitas pessoas e locais conhecidos, ao mesmo tempo que era reconhecida por várias pessoas, tanto transeuntes como comerciantes formais e informais da região (BORBA et al., 2017, p. 209)

Em um outro exemplo, a circulação foi utilizada como um recurso no projeto “Descobrir”, realizado com crianças de creches de uma favela da cidade de São Paulo em parceria com o PACTO. Naquele projeto, as crianças da creche eram acompanhadas em diversos passeios em diferentes espaços públicos da cidade. O argumento apresentado é que, através da circulação por diferentes espaços públicos, buscou-se a realização de atividades de convivência com a diferença, com a apropriação e com a conscientização de direitos aos espaços públicos e acesso a atividades de lazer (SOARES; INFORSATO; CASTRO, 2009).

Tendo em vista as experiências relatadas pelos autores dos textos que encontramos e aqui dialogamos, podemos inferir que a mobilidade urbana, embora ainda não seja incorporada como um conceito por terapeutas ocupacionais, pode e já tem sido utilizada como um dos recursos terapêutico-ocupacionais, por meio de “ir junto” aos espaços, do desenvolvimento de atividades individuais e coletivas pela cidade, junto a um

grupo já existente ou à incorporação de novos coletivos. Inclui a informação sobre as possibilidades de lugares a serem frequentados, as formas de acesso, os trajetos e os deslocamentos necessários e/ou escolhidos/desejados, sendo que a aplicação de tal recurso se coaduna com o trabalho terapêutico-ocupacional nos cotidianos concretos das vidas das pessoas com quem trabalhamos. Porém, entendemos que a incorporação e estudo da mobilidade urbana como um conceito pode subsidiar teoricamente essas práticas, fundamentando-as.

1.3.4.4 A terapia ocupacional nas políticas públicas de mobilidade urbana

Uma outra abordagem do conceito de mobilidade urbana cotidiana por terapeutas ocupacionais foi encontrada quando se propõe que os profissionais podem participar também das proposições, formulações, acompanhamento e execução de políticas públicas de planejamento urbano, exercendo um papel de relevância na aplicação de seu conhecimento específico às políticas urbanas dedicadas à facilitação do acesso dos cidadãos aos seus direitos nas cidades (CORREIA et al., 2018; CORREIA; COSTA; AKERMAN, 2018; DI STEFANO; STUCKEY; LOVELL, 2012; JÓNASDÓTTIR; EGILSON; POLGAR, 2018; JÓNASDÓTTIR; POLGAR, 2018; PARNELL; WILDING, 2010).

Reflexões sobre a terapia ocupacional nas ações de planejamento urbano foram encontradas em algumas publicações estrangeiras que trazem posicionamentos importantes sobre essa possibilidade de atuação, ainda que em pouco número. Jónasdóttir e Polgar (2018), em sua revisão, afirmam que terapeutas ocupacionais têm explorado a questão da mobilidade em seu sentido físico, mas não se debruçado sobre as políticas relacionadas a ela. Ainda com essas mesmas pesquisadoras, um estudo de 2018 levanta quais seriam as possibilidades de atuação da terapia ocupacional relacionadas à mobilidade. Por se utilizarem do referencial teórico da Ciência Ocupacional, defendem a necessidade de se incorporar os conceitos utilizados nesse campo, especificamente de direitos ocupacionais e justiça ocupacional²², para a implementação de políticas de

²² Para Nilsson e Townsend (2010), justiça ocupacional é aquela que reconhece a ocupação como um direito. Portanto, tendo como objetivo a participação de todas as pessoas e coletivos nas ocupações diárias,

mobilidade, assim como relacionar as ocupações e os recursos necessários para que elas se efetuem na formulação de políticas públicas (JÓNASDÓTTIR; EGILSON; POLGAR, 2018).

Há ainda outra publicação que pontua como um dos papéis do terapeuta ocupacional a participação na política e o desenvolvimento de pesquisas sobre mobilidade urbana, colocando a temática como pauta para a profissão (DI STEFANO; STUCKEY; LOVELL, 2012).

Um exemplo dessa possibilidade é apresentado por Parnell e Wilding (2010), a respeito de uma consultoria feita ao *Roads and Traffic Authority*, na Austrália. Identificou-se que novas vias que haviam sido construídas para facilitar o deslocamento de pedestres e ciclistas entre comunidades urbanas e rurais não teve o impacto esperado. As autoras levantam a hipótese de que a pouca participação comunitária no planejamento daquelas vias levou com que elas não tivessem sentido para os que as usariam, pois não foi considerado o cotidiano e as subjetividades da população a quem se destinava a obra. Para elas, faltou uma perspectiva acerca dos diferentes aspectos que devem ser considerados na sua constituição, que poderia ter sido exercido por um terapeuta ocupacional:

Em particular, um terapeuta ocupacional poderia contribuir para: uma compreensão do ambiente que engloba mais do que apenas as dimensões físicas; consideração da complexa interação entre pessoa, ocupação e ambiente; conhecimento do desenho universal e uma consideração dos impactos em sistemas inteiros; uma abordagem pragmática e orientada para a solução; e uma filosofia centrada na pessoa. (PARNELL; WILDING, 2010, p.347, tradução nossa)²³.

No Brasil, a discussão da terapia ocupacional no planejamento urbano é recente e escassa. Foram encontrados apenas dois trabalhos nessa temática, o que mostra um campo ainda em construção. Na pesquisa realizada por Correia et al. (2018), que descreve o

minimizando as diferenças do acesso a ele por questões relacionadas a aspectos como idade, habilidade, gênero, classe social, entre outras.

²³ No original: “In particular, an occupational therapist could contribute to: an understanding of the environment that encompasses more than just the physical dimensions; consideration of the complex interplay between person, occupation and environment; knowledge of universal design and a consideration of impacts on whole systems; a pragmatic and solution-oriented approach; and, a person-centered philosophy.”

levantamento documental acerca de uma experiência prática em uma cidade no interior do estado de São Paulo, identificaram ações da terapia ocupacional em três categorias no planejamento urbano: ocupações coletivas, abordagem comunitária e leituras comunitárias. Concluem que:

terapeutas ocupacionais podem ser requisitados a colaborar como consultores e/ou profissionais diretamente vinculados a órgãos de urbanização, uma vez que possuem conhecimentos teórico-metodológicos para compreender e intervir sobre os modos de participação de indivíduos e coletivos nas ocupações da cidade (CORREIA et al., 2018, p. 356)

A outra publicação (CORREIA; COSTA; AKERMAN, 2018), com a participação de um dos autores do mesmo artigo anterior, trata de uma análise de prática realizada com uma comunidade quilombola. Esse relato apresenta as estratégias realizadas por terapeutas ocupacionais para a efetivação da participação coletiva nas políticas de planejamento urbano. Os autores utilizam como referenciais teóricos a *ensinagem* em desenvolvimento local participativo (EDLP) e o Estatuto da Cidade, sendo que os recursos utilizados variam, sendo citados: imersão para conhecimento da realidade local, mapeamento das redes sociais de suporte, rodas de conversa e oficina de atividades.

Esses recursos, bastante incorporados nas práticas terapêuticas ocupacionais em geral, buscaram que a própria população se conscientizasse das suas necessidades e das suas possibilidades de participação política coletiva na reivindicação das demandas locais para o seu desenvolvimento (CORREIA; COSTA; AKERMAN, 2018). Os autores afirmam que terapeutas ocupacionais, como profissionais que atuam para mediação de ações e estratégias para promover maior participação social, têm espaço para a atuação em organismos de planejamento urbano. Para tal, é preciso se balizar nas políticas públicas existentes, em especial, no Estatuto da Cidade (BRASIL, 2011).

Ao pensar na inserção da profissão no debate das políticas urbanas, para além dos já essenciais conhecimentos necessários mostrados pelos autores, adicionamos a necessidade de uma apropriação conceitual de elementos constituintes de tais políticas, sendo um deles o conceito de mobilidade urbana.

1.4 RELAÇÕES ENTRE O CONCEITO DE MOBILIDADE URBANA COTIDIANA E A TERAPIA OCUPACIONAL

Considerando a ampliação do conceito de mobilidade urbana cotidiana, que engloba novas abordagens, em especial os seus aspectos sociais, entendemos que o conceito pode ser incorporado por terapeutas ocupacionais de modo a fundamentar suas práticas e seus estudos. Defendemos que seu estudo por terapeutas ocupacionais pode ser relevante para suas práticas profissionais e pesquisas. Uma vez que, conforme indica a literatura encontrada, a mobilidade urbana cotidiana pode ser tanto utilizada tanto como uma forma/instrumento de avaliação da ação em terapia ocupacional, portanto recurso da prática para se atingir o objetivo proposto da intervenção, quanto para fundamentar a inserção da profissão na discussão das políticas públicas de planejamento urbano.

Utilizar o conceito de mobilidade urbana nas avaliações em terapia ocupacional pode auxiliar os profissionais a entenderem melhor as dinâmicas da vida cotidiana dos sujeitos e grupos que acompanham, analisando as dimensões objetivas e subjetivas de sua circulação e os aspectos que poderiam ser incluídos nos projetos terapêuticos ocupacionais. Empregada como recurso, caso um sujeito ou grupo tenha dificuldades em se inserir em espaços que deseja no seu cotidiano, pode ser utilizado nos acompanhamentos terapêuticos ocupacionais. Como objetivo da prática, integra as estratégias para buscar um maior nível de participação social.

Se a terapia ocupacional, como profissão, busca desempenhar uma posição crítica que efetivamente considere o cotidiano de vida das pessoas, é preciso se debruçar nas diferentes dimensões e contradições que o compõem. A mobilidade urbana é uma delas e de extrema relevância, pois demonstra fatores sociais, físicos e atitudinais que impedem e/ou limitam o verdadeiro exercício de participação social.

É a partir desse entendimento que esta tese discute a mobilidade urbana cotidiana de jovens moradores da favela do Complexo Alemão, no Rio de Janeiro.

CAPÍTULO 2 – DIÁLOGOS ENTRE CONCEITOS: JUVENTUDES, JUVENTUDE POBRE E MOBILIDADE URBANA

*Eu vejo na TV o que eles falam sobre o jovem não é sério
O jovem no Brasil nunca é levado a sério
Eu vejo na TV o que eles falam sobre o jovem não é sério,
não é sério
(Não é sério. Charlie Brown Jr.)*

A categoria juventudes (propositadamente no plural, buscando demarcar sua multiplicidade) se apresenta como central para este estudo, em função da necessária compreensão acerca deste grupo populacional a quem as reflexões desta pesquisa são dedicadas.

Para a discussão, iniciamos com uma revisão bibliográfica a respeito da categoria juventudes, com ênfase em jovens pobres urbanos, moradores de favela. Tal recorte específico se faz essencial a demonstrarmos as singularidades que perpassam os participantes da pesquisa, notadamente marcados, no que se refere à sua classe social e ao local de moradia. Em seguida, apresentamos o que já foi produzido na literatura a respeito da mobilidade urbana dos jovens brasileiros, em especial dos jovens pobres urbanos, com um enfoque nas produções relacionadas às ciências humanas e sociais. Tal revisão se faz crucial para a análise dos dados produzidos durante a pesquisa, diante dos objetivos que foram estabelecidos.

2.1 JUVENTUDES: DIVERSAS E DESIGUAIS

*Se você é jovem ainda, jovem ainda, jovem ainda
Amanhã velho será, velho será, velho será!
A menos que o coração, que o coração sustente
A juventude que nunca morrerá!*

*Existem jovens de oitenta e tantos anos
E também velhos de apenas vinte e seis
Porque velhice não significa nada
E a juventude volta sempre outra vez!*

(Se você é jovem ainda. Trilha sonora do programa “Chaves”, versão brasileira)

Em publicações brasileiras, durante muito tempo o termo juventude foi utilizado concomitantemente ao termo adolescência, sem distinção entre eles, sendo que as “semelhanças e diferenças nem sempre são esclarecidas e suas concepções ora se superpõem, ora constituem campos distintos, mas complementares, ora traduzem uma disputa por abordagens distintas” (SILVA; LOPES, 2009, p. 88). Segundo as autoras, o termo adolescência tem sido mais utilizado pelo campo da psicologia, a partir de teorias que consideram os processos subjetivos dessa fase do desenvolvimento humano.

As ciências da saúde, de forma geral, também têm priorizado o termo adolescência, conforme resultados da revisão de Malfitano, Silva e Barbosa (2017). Já Francisco e Groppo (2016), também em uma revisão a respeito das categorizações, afirmam que distinguir o uso dos termos adolescência e juventude apenas pelas dualidades de entendimento com relação a uma perspectiva sociocultural *versus* uma perspectiva da personalidade, ou por seus usos em Psicologia e Ciências Sociais não é suficiente.

Embora o conceito de adolescência como uma fase distinta do desenvolvimento já seja usado no ocidente desde o século XX, oficialmente inaugurada por Stanley Hall em 1904, existem relatos desde a antiguidade que apontavam para uma percepção da existência de uma fase de transição entre a infância e a vida adulta (LÍRIO, 2012; SCHOEN-FERREIRA; AZNAR-FARIAS; SILVARES, 2010). Na década de 1990, tanto no meio acadêmico quanto na elaboração de políticas públicas no Brasil, foi destacado o conceito de adolescência, em virtude da promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), lei brasileira que reconhece a infância e a adolescência como fases peculiares e que devem ser priorizadas no contexto nacional.

Com isso, o termo juventude ficou preterido na elaboração das políticas de Estado, à época, embora já fosse bastante estudado e consolidado como uma categoria dos estudos acadêmicos, em especial nas ciências humanas e sociais (FRANCISCO; GROppo, 2016). As definições desses termos se distanciam em alguns momentos, mas já se encontram produções há algumas décadas que colocam adolescência e juventude como fases do ciclo de vida ou, ainda, que entendem a adolescência como uma etapa inicial da juventude (FRANCISCO; GROppo, 2016). Em uma revisão nas publicações das áreas das ciências humanas e sociais, entre os anos de 2007 e 2011, Trancoso e Oliveira (2016) demonstram que alguns autores apresentam distintas situações com relação ao uso desses termos ou conceitos, sendo:

aqueles que afirmam terem refletido a respeito de ambos os conceitos e, a partir disso, fizeram uma opção de como considerá-los; aqueles que não apresentam reflexão sobre a relação entre esses conceitos e utilizam, no texto produzido, algumas vezes, a expressão juventude e, outras vezes, a expressão adolescente, deixando ou não transparecer o posicionamento escolhido a respeito dessa relação. Esses últimos adotam um posicionamento tácito diante do significado desses conceitos, assumindo, de certa forma, que essa não é uma discussão pertinente ou necessária; e aqueles que não fazem uso das expressões adolescente/adolescência, mas apenas jovem/juventude. (TRANCOSO; OLIVEIRA, 2016, p. 281–282)

Neste trabalho, buscando não assumir uma posição dicotômica entre a psicologia e a sociologia nas conceituações a respeito de adolescência e juventude, optamos por utilizar a categoria juventude, por nos aproximarmos dos entendimentos sociológicos constituídos sobre essa população. Em consonância com a sociologia da juventude, partimos do princípio de que se trata de uma categoria socialmente construída, ou seja, possui diversas representações sociais (ABRAMO, 1997, 2005a; PAIS, 1990; SPOSITO; CARRANO, 2003). A partir desse pressuposto, nos aproximamos das teorias de uma perspectiva sociológica, “no qual a leitura do coletivo prevalece” (SILVA; LOPES, 2009, p. 88). Entendemos, portanto, juventude como um coletivo geracional, inserido em uma realidade histórica e social, que não pode ser analisada fora deste contexto, embora cada sujeito tenha suas singularidades e subjetividades.

Dessa discussão, entendemos a juventude como parte de um processo mais amplo de constituição de sujeitos, mas que tem especificidades que marcam a vida de cada um. A juventude constitui um momento determinado, mas não se reduz a uma passagem, ela assume uma importância em si mesma. Todo esse processo é influenciado pelo meio social concreto no qual se desenvolve e pela qualidade das trocas que este proporciona [...]. É nesse sentido que enfatizamos a noção de juventudes, no plural, para enfatizar a diversidade de modos de ser jovem existentes. Assim compreendida, torna-se necessário articular a noção de juventude à de sujeito social (DAYRELL, 2003, p. 42).

Assim sendo, estando os jovens inseridos em realidades distintas que reproduzem diferentes relações sociais, não é possível falar de juventude de uma forma única. Por este motivo, encontra-se na literatura a abordagem das juventudes, muitas vezes no plural, para reforçar a multiplicidade de sentidos, heterogeneidades e complexidades daqueles que a vivenciam, buscando evitar que se opere uma definição objetiva reduzida à faixa etária (DUARTE, 2000; NEGREIROS et al., 2018; NOVAES, 1997; TRANCOSO; OLIVEIRA, 2016).

Definir as juventudes brasileiras apenas pela faixa etária talvez não explique quem de fato são os jovens, embora tal delimitação seja importante para algumas questões de ordenamento jurídico e político. No Brasil, segundo Abramo (2005a), era utilizada na literatura a abordagem que considerava a juventude na faixa etária entre 16 e 24 anos, pois, segundo a autora, “corresponde ao arco de tempo em que, de modo geral, ocorre o processo relacionado à transição para a vida adulta” (p.45). Porém, para uma delimitação legislativa, o Estatuto da Juventude (BRASIL, 2013) considera jovem as pessoas entre 15 e 29 anos. Já o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e a Organização Mundial da Saúde (OMS) delimitam a juventude entre 15 e 24 anos (FRANCISCO; GROppo, 2016).

Especificamente sobre as ações públicas junto a essa população, por muito tempo a assistência dedicada foi baseada na caridade, sendo realizadas através de ações de cunho assistencialista, não entendendo esses cuidados como direitos dos jovens. Entretanto, desde a Constituição de 1988, crianças e adolescentes são reconhecidos como sujeitos de direitos e de prioridades e o Estado brasileiro passa então a ser “tutor de direitos e não de pessoas” (LOPES; SILVA; MALFITANO, 2006, p.119). Dois anos depois da Constituição foi promulgado o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei Federal no. 8069), que retifica tal posição, estabelecendo um sistema de garantia de direitos às crianças e aos adolescentes. Para os jovens, a institucionalização dos direitos em lei é mais recente, apenas em 2013 foi promulgado o Estatuto da Juventude (BRASIL, 2013), estabelecendo os princípios, as diretrizes e as ações das políticas de juventude através do Sistema Nacional da Juventude (SINAJUVE).

Barreio e Malfitano (2014), em uma revisão de documentos oficiais a respeito das políticas públicas brasileiras para as juventudes, indicaram o avanço da década de 2000, no que se refere à inclusão dessa pauta na discussão da política nacional brasileira, mas ainda

apontaram algumas questões importantes a serem revistas e debatidas, como a predominância de um viés ainda voltado para um recorte específico ligado à classe social – especificamente aos jovens pobres, em detrimento de uma proposição mais universal, para todos os jovens brasileiros.

Ou seja, ainda que a lei estabeleça um sistema de garantia de direitos da população juvenil, assistimos ainda hoje uma série de violações de direitos ao que tange ao segmento populacional mais pobre, que ainda vivencia, sob a égide do estigma do “menor”, ações que se perpetuam como práticas “assistencialistas”, pois continuam sendo vistos como uma ameaça à ordem social e, portanto, criminalizados e violentados em seu cotidiano.

Para Francisco e Groppo (2016), o Estatuto da Juventude apresenta artigos escritos de uma forma mais “genérica”, o que faz com que poucos direitos sejam garantidos à população de forma efetiva, já que boa parte do que é previsto necessita ainda de uma outra regulamentação específica na forma de lei.

Sendo as juventudes processos essencialmente sociais, em um país como o Brasil, com tamanhas desigualdades, a vivência desse período não é igual para todos. Para alguns, ela se inicia precocemente. Para outros, pode se estender para além dos 30 anos, a depender de fatores sociais, econômicos, culturais e individuais (FRANCISCO; GROPPPO, 2016; NOVAES, 2006). Com efeito, qualquer que seja a faixa etária estabelecida, jovens com idades iguais tendem a viver a juventude de formas desiguais, dependendo do contexto, notadamente social, em que estão. Groppo (2004), ao abordar tal temática, nomeia as contradições juvenis de dialética das juventudes:

Concebo a dialética das juventudes e da condição juvenil, primeiro, como a presença de elementos contraditórios no interior dos diversos grupos juvenis, elementos que colocam constantemente aquilo que é definido institucional e oficialmente em estado de superação, pela própria dinâmica interna das coletividades juvenis e de suas relações com a sociedade mais geral (GROPPPO, 2004, p. 14).

Nesta mesma direção, Carrano e Peregrino (2005) afirmam que a vivência da condição juvenil no Brasil está intrinsecamente atrelada aos estratos ou grupos sociais dos quais o jovem participa. Assim, seu reconhecimento se faz a partir das diversas expressões do mundo jovem por meio das redes de pertencimento e manifestações culturais que emergem dos diferentes grupos sociais que os compõem. Para Groppo (2004), “ao analisar as juventudes concretas, é

preciso fazer o cruzamento da juventude – como categoria social – com outras categorias sociais e condicionantes históricos” (p.12).

Portanto, são diversos os aspectos que conferem às juventudes diferentes modos de vivenciá-las e diferentes representações sociais, como classe social, gênero, raça e o lugar de moradia (GROPPO, 2004; NOVAES, 2006). Separadamente, cada um dos fatores incide no estigma que recai sobre elas. Independente da classe, um jovem negro sofre mais preconceitos que um jovem branco, mesmo aqueles com melhores condições financeiras. Da mesma forma, o local de moradia do jovem influi de forma isolada na representação social que se tem de um sujeito: ser morador de um bairro periférico, mesmo que por vezes com condições socioeconômicas mais desfavorecidas, é menos estigmatizante do que ser morador de favela, devido à construção social do que é a favela. No entanto, se combinarmos dois ou mais fatores, temos aí uma intensificação das representações negativas. Ser jovem, negro e morador de favela é ser triplamente qualificado negativamente na visão que ainda persiste na sociedade brasileira contemporânea (MISSE, 2010) .

Entendemos que esses fatores são todos inter-relacionados, causas e efeitos e retroalimentadores de certas condições de vida, impactando nas representações sociais dos jovens de forma isolada ou a partir de suas combinações. Por exemplo, devido à herança escravocrata na sociedade brasileira, a questão racial é um dos fatores determinantes na condição social, além de incidir, também, independentemente da renda, na determinação do local de moradia, por questões culturais, de identificação e pela possibilidade de sofrer menos discriminação (CARVALHO; BARRETO, 2007). Também por este motivo, Monteiro e Cecchetto (2009) afirmam que o racismo nem sempre é subsumido à condição socioeconômica, mas “que a mesma [identificação do racismo] adquire contornos específicos em função dos contextos sociais” (p.325).

Tais estigmas relacionados à raça e ao local de moradia são um reflexo da associação feita desses dois fatores com a classe social. Monteiro e Cecchetto (2009), em reflexão sobre a pesquisa desenvolvida por Farias (2003)²⁴ nas praias cariocas, pontuam que a “territorialidade serve como um marcador explícito e ajuda a subsumir a discriminação racial a uma

²⁴ FARIAS, Patrícia. **Pegando uma cor na Praia: Relações Raciais e Classificação de cor na cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, Secretaria Municipal das Culturas, Depto Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, Coleção Biblioteca Carioca, vol. 46, 2003.

categorização de posição social ou status, indicando, mais uma vez, a combinação de variáveis na dinâmica da discriminação” (p.31). Ainda com relação ao local de moradia, as autoras expõem em sua publicação o relato de jovens moradores de favelas que afirmam que a discriminação por endereço é perceptível na inserção do mercado de trabalho, já que alguns são preteridos em relação a outros que moram em outros bairros da cidade (MONTEIRO; CECCHETTO, 2009).

Para Milton Santos (2007), o lugar de moradia é uma expressão da classe social e da desigualdade da sociedade capitalista, sendo este o enfoque principal da maioria dos estudos sobre a segregação urbana no Brasil. Destaca-se então a centralidade do marcador classe social nesta discussão associada ao lugar de moradia.

Porém, posicionamo-nos aqui na inter-relação entre tais elementos, considerando a classe social como um fator que influencia a condição daqueles jovens, juntamente com outros fatores que também impactam sua vida, tais como o lugar de moradia (CARVALHO; BARRETO, 2007). Assim, consideramos o local de moradia como um marcador importante na representação social, especialmente quando se especifica as favelas, devido ao percurso histórico dos seus surgimentos nas cidades brasileiras, especialmente no Rio de Janeiro. Isso se deve à associação no imaginário social de moradores de favelas com a criminalidade ou violência, conforme veremos adiante.

Considerando os elementos sociais discutidos, podemos abordar as juventudes em sua diversidade, que perpassa de forma inter-relacionada inúmeros marcadores sociais, fazendo com que não possa ser interpretada como uma unidade.

É necessário, então, acompanhar a referência aos jovens com a multiplicidade de situações sociais em que esta fase da vida se desdobra; apresentar os quadros sociais historicamente desenvolvidos que condicionam os diferentes modos de ser jovem (MARGULIS; ARIOVICH, 2008, p. 14, tradução nossa)²⁵.

No entanto, mesmo com todas as diversidades existentes nos modos de viver as juventudes, não podemos deixar de considerá-las como uma categoria social e como um grupo

²⁵ No original: Es necesario, entonces, acompañar la referencia a la juventud con la multiplicidad de situaciones sociales en que esta etapa de la vida se desenvuelve; presentar los marcos sociales historicamente desarrollados que condicionan las distintas maneras de ser joven.

com elementos que tem algumas experiências em comum e, portanto, utilizando das palavras de Groppo (2004), de uma forma dialética e perpassada por contradições. Nas produções no campo das ciências humanas e sociais, este tem sido o caminho mais seguido na produção bibliográfica (TRANCOSO; OLIVEIRA, 2016).

Seguimos essa discussão com um recorte específico entre as juventudes brasileiras: os jovens pobres urbanos moradores de favela. Entendemos, conforme Dayrell (2003), que não existe “um único modo de ser jovem nas camadas populares” (p. 42), mas que sua inserção em determinada classe social, combinada com o local de moradia em que vivem, trazem particularidades que, de alguma forma, perpassam todo o coletivo.

2.2 O QUE PODEMOS DIZER SOBRE OS JOVENS POBRES, MORADORES DAS FAVELAS?

*Se eu pudesse eu tocava em meu destino
Hoje eu seria alguém
É ruim acordar de madrugada pra vender bala no trem
Se eu pudesse eu tocava em meu destino
Hoje eu seria alguém*

*Seria eu um intelectual
Mas como não tive chance de ter estudado em colégio legal
Muitos me chamam pivete
Mas poucos me deram um apoio moral
Se eu pudesse eu não seria um problema social
(Problema social. Seu Jorge)*

Neste trabalho, vamos tratar de jovens moradores do Complexo do Alemão, ou seja, de jovens pobres que habitam a periferia de um grande centro urbano, mais especificamente, que moram em uma região componente de uma favela. Sendo assim, não se pode deixar de mencionar que, para olhá-los, é preciso relacionar a categoria juventude com outros aspectos que conferem sua identidade. Neste caso, vamos falar de um determinado grupo, moradores de uma região que compõe uma favela carioca, na sua maioria em condições de pouco acesso

econômico, sendo, portanto, dois os marcadores importantes a serem analisados ao se estudar o cotidiano daqueles jovens: a classe social e o território de moradia²⁶.

Malfitano (2011a) afirma que, apesar dos diferentes recortes possíveis que possam ser tomados para estudar a questão da juventude (social, cultural, econômico, entre outros), a demarcação de classe social se caracteriza como relevante para esta discussão. Porque, segundo a autora, na sociedade capitalista, o acesso a direitos sociais e bens materiais está intrinsecamente ligado à classe social, o que acaba por influenciar diretamente nas perspectivas e possibilidades de vida juvenil.

Embora entendamos que dentro desse recorte de classe ainda hajam multiplicidades de experiências juvenis, a utilizaremos aqui no singular, por tentar abordar o que esse grupo, apesar da diversidade, tem em comum: a vivência da pobreza social. A escolha de delimitação desta tese se dá na perspectiva de possibilitar alguma visibilidade a um grupo historicamente vulnerável e muitas vezes excluído de sua participação social e acesso aos direitos:

Voltar-se para esse recorte da população [pobre] tem o intuito de dar visibilidade àqueles que menos ocupam o lugar de protagonistas e de debater processos e ações que realizam, ou que possam vir a realizar, a promoção de direitos e de condições menos injustas e mais solidárias de vida, em resposta ao sofrimento social vivenciado em função da condição em que se encontram (MALFITANO, 2011a, p. 540)

Independentemente do contexto social em que se inserem, as juventudes têm sido, da perspectiva geracional, marcadas por instabilidades associadas a problemas sociais (PAIS, 1990). Para Abramo (1997), os jovens são apontados como um “objeto de falha, disfunção ou anomia do processo de integração e, numa perspectiva mais abrangente, como tema de risco para a própria continuidade social” (p.29).

Especificamente com relação à juventude pobre brasileira, o que temos, historicamente, é um lugar de exclusão da participação social, que passou, ao longo do tempo, por diferentes processos de violação de direitos, institucionalização e violência. Essas práticas que

²⁶ A partir dos referenciais teóricos escolhidos, juntamente com os dados do campo da pesquisa, não abordaremos alguns outros marcadores importantes relacionados às juventudes, tais como: religião (NOVAES, 2012, 2018), gênero (CORDEIRO *et al.*, 2009; WELLER, 2005), raça (FLORES, 2016; NASCIMENTO, 2014) entre outros. Embora reconheçamos sua relevância e presença no contexto estudado, por questões de tempo e opções teóricas, deixaremos tais aspectos para aprofundamento em estudos futuros.

desconsideram as condições sociais específicas dessas juventudes tornam cíclico o processo de vulnerabilização desta população.

Em se tratando de jovens pobres, podemos afirmar que a associação entre vulnerabilidade e violência se intensifica, não só no senso comum, mas também no meio acadêmico. Diversos autores afirmam que a mídia contribui a difundir notícias sobre a juventude como um problema social, ao mesmo tempo que, muitas vezes, a própria academia enfatiza esse senso comum, especialmente no que se refere aos pertencentes às classes populares, em perspectivas individualizantes da compreensão de questões/problemas associados (ABRAMO, 1997; DAYRELL, 2003; MALFITANO, 2011a; PAIS, 1990).

Nos meios de comunicação de massa, esses estigmas que ainda recaem sobre a juventude pobre urbana advêm de discursos recorrentes que remetem ainda à concepção anterior à promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), o Código de Menores, a qual persiste em nomeá-los como “menores”. Aos jovens pobres resta o estigma de violento, infrator e sem possibilidades de futuro que precisam ser “controlados” (SILVA; LOPES, 2009).

Os tempos dos jovens são diferentes e representam variados significados e sentidos sobre a própria vida, em busca da criação, da transformação pelo conflito, mas na modernidade, no modo de vida industrial, tecnológico, tecnicista, o velho se impõe sobre o novo, definindo as normas, orientando para um tipo de comportamento a ser perseguido nas relações sociais. E sob esse prisma, nos diversos estudos, inclusive sociológicos, os jovens são vistos como a resistência frente ao determinado, como sujeitos que se integram mal, são os desviantes, os problemáticos (FRANCISCO; GROppo, 2016, p. 288)

A associação entre juventude e “problemas”, no meio acadêmico, especialmente em questões relacionadas à violência urbana e vulnerabilidade enfrentada por este grupo, são resultados encontrados por diversos estudos, especialmente os realizados na forma de estado da arte, tanto no campo das ciências da saúde como nas ciências humanas e sociais (ALVARADO; VOMMARO, 2010; MALFITANO; SILVA; BARBOSA, 2017; SPOSITO, 2009; TAKEITI; VICENTIN, 2015). Takeiti e Vicentin (2015) afirmam que as pesquisas brasileiras têm tratado as juventudes a partir de aspectos sempre problemáticos ou resolutivos, entendendo-as como um campo que necessita ser aprofundado sob diferentes perspectivas, assim como Malfitano, Silva e Barbosa (2017).

Malfitano (2011a) destaca que essa visão recai no âmbito político, o que faz com que políticas e ações propostas no âmbito público para as juventudes sejam pensadas pelo viés

individual, da necessidade de um “controle” da violência. Muitos estudos, por exemplo, são focados na prática de atos infracionais, que reafirmam a associação entre jovens pobres e violência e levam a um aumento dessa vinculação no imaginário social e, conseqüentemente, dos estigmas sofridos por essa população (GONÇALVES, 2016; TAKEITI, 2003).

Percebe-se que, nessas publicações, muitos conceitos como vulnerabilidade, risco, exclusão, marginalização são utilizados como categorias que explicam por si só as vivências das juventudes brasileiras, especialmente os jovens pobres, e acabam por desconsiderar outros aspectos do cotidiano daquela população, como seus modos de vida, suas singularidades, experiências e resistências que encontram para enfrentar as diferentes formas de violências que sofrem em seus territórios de vida cotidiana (ABRAMOVAY et al., 2004; DIÓGENES, 2008; LIVIA; COIMBRA, 2009; SPOSITO, 2009; VICENTIN, 2005).

Milton Santos (2007) afirma que, a depender do local onde uma pessoa mora, ela é considerada “mais ou menos cidadã”, ou seja, tem mais ou menos acesso a diferentes direitos e é vista pela sociedade de uma outra forma. Silva e Barbosa (2013), ao estudarem especificamente o caso de favelas cariocas, afirmam que o imaginário social, construído diante de representações vindas tanto da mídia quanto do poder público e das classes dominantes, é que os moradores de favelas não são sujeitos de direitos como os moradores dos bairros nobres da cidade – ao contrário, são vistos como coniventes e cúmplices às ações criminosas das facções e, portanto, especialmente os jovens, vistos como potencialmente criminosos.

Sobre estes, Leite e Machado da Silva (2013) afirmam que “apesar da diversidade interna, esse segmento foi homogeneizado e transformado em problema [...] vinculado às novas modalidades de crime violento associados aos bandos de traficantes de drogas enquistados nas favelas cariocas” (p.150). Dessa forma, pode-se afirmar que essas representações do território influenciam diretamente nas representações que são feitas de seus moradores, assim como também nas próprias representações que os moradores têm de si.

Hoje, certos endereços também trazem consigo o estigma das áreas urbanas subjugadas pela violência e a corrupção dos traficantes e da polícia - chamadas favelas, subúrbios, vilas, periferias, morros, conjunto habitacionais, comunidades. Ao preconceito e à discriminação de classe, gênero e cor adicionam-se o preconceito e a discriminação por endereço. (NOVAES, 2006, p.106.)

Pérez (2014) afirma que a subjetividade e a espacialidade são intrinsicamente relacionadas. Para a autora, as identidades juvenis produzem e são produzidas a partir de seu modo de viver e transitar no território. Ao refletir diretamente sobre essa relação, afirma que “eles [os jovens] se reconhecem e falam a partir de um lugar, se esse espaço sofre mudanças e rupturas, as imagens produzidas por si mesmo também passam por transformações” (p.2). Pode-se, então, inferir que os estigmas relacionados ao bairro em que moram interferem diretamente sobre o cotidiano juvenil, por serem uma população já representada negativamente no senso comum. Soma-se a esse fato o aspecto já apresentado anteriormente acerca da associação da juventude como um “problema social” (MALFITANO, 2011a; PAIS, 1990), na medida em que o “problema” tem endereço.

Compreendemos ser importante lidar com as “ausências” e as violências e violações de direitos sofridas pelos jovens, entretanto, focar-se apenas nelas pode levar à perpetuação, pela academia, dos estereótipos juvenis já estabelecidos pelo senso comum e reforçados cotidianamente pela mídia. Entendemos que é preciso mudar a perspectiva de abordagem para os jovens pobres urbanos, quebrando o chamado “paradigma da ausência” (enfocando sempre nas precariedades, ausências e carências de determinado grupo/território, a partir de uma análise vinda dos grupos sociais dominantes) e buscar também o “paradigma das potências”, valorizando as inventividades, as construções e as alternativas de enfrentamento das adversidades cotidianas (SILVA, C.R. et al., 2016).

Para Francisco e Groppo (2016) “existe no ser juvenil um grande potencial renovador e transformador das práticas sociais e culturais, ressignificando o mundo da vida” (p. 289). Entendemos que são possibilidades que podem também ser consideradas ao se estudar as juventudes. Jovens de diferentes segmentos têm “inventado” novas formas de existir e resistir às adversidades da vida contemporânea e às diversas formas de violência perpetuadas socialmente e também pelo Estado a que são sujeitados em seus cotidianos.

Para além disso, têm usufruído de políticas que os tem ajudado a acessar oportunidades de vida que antes não faziam parte da realidade de seu grupo e, apesar da existência de críticas a algumas questões propostas por tais políticas, por exemplo, a utilização de cotas e outros critérios que propositadamente beneficiam determinados grupos desfavorecidos, é necessário destacar que elas têm mostrado um impacto positivo na vida de alguns jovens pobres.

Algumas pesquisas já têm se debruçado sobre os modos de vida dos jovens enfatizando suas potencialidades e formas de existência e resistência às violações e violências que sofrem cotidianamente, enfocando em suas organizações em coletivos, no desenvolvimento de ações culturais, na militância e nas políticas públicas de redução da desigualdade, como por exemplo as políticas de acesso e permanência no ensino superior.

2.2.1 Outros olhares para a juventude urbana brasileira: políticas públicas de acesso ao ensino superior e a organização em coletivos e em movimentos sociais

2.2.2.1 A organização juvenil em coletivos e em movimentos sociais

Buscando novos olhares para a juventude pobre urbana, encontra-se no meio acadêmico uma diversidade de publicações que buscam diferentes perspectivas para as potencialidades desse grupo. Tais publicações abordam temas como a organização juvenil em coletivos e movimentos sociais, as ações culturais da população jovem periférica e as políticas de acesso ao ensino superior e ao mercado de trabalho e seus impactos na vida de jovens pobres.

A participação social e política de jovens por meio de coletivos tem sido apontada pela literatura acadêmica como um aspecto importante a ser estudado (SPOSITO, 2010, 2014). Segundo Maia (2017), a luta para a participação social/cidadã das minorias estigmatizadas socialmente necessita, indubitavelmente, de uma articulação coletiva e em rede. Os coletivos são também espaços importantes na fermentação de práticas que estimulem, promovam e garantam a participação de jovens como cidadãos e atores políticos para a mudança social, pois podem colaborar na formulação de políticas públicas. Têm sido importantes também na quebra de um paradigma de ações e projetos voltados ao público jovem que, na busca da resolutividade de seus “problemas”, realizam ações mais tutelares do que de promoção da autonomia e efetiva participação política.

Entende-se, assim como Borelli e Oliveira (2010), que é importante na pesquisa com jovens “considerar os novos cenários de constituição da cidadania, da participação política e a presença de variadas redes de sociabilidade juvenis engendradas pelas práticas cotidianas, pelos modos de ser e de viver dos jovens em grandes centros urbanos” (BORELLI; OLIVEIRA, 2010, p. 59). Para a juventude, a organização de ações coletivas acontece para além dos movimentos sociais e são comumente movimentos de identidades juvenis. São, dessa forma, muito ligadas

às ações culturais e estéticas ligadas ao universo jovem (BORELLI; OLIVEIRA, 2010; SPOSITO, 2014), que impactam também na participação política e social dos jovens pobres urbanos. Para Borelli e Aboboreira (2011), os coletivos podem ter quatro “modos de relação” no que se refere à sua institucionalização, organização e financiamento:

a) coletivos extrainstitucionais que não buscam, ou mesmo recusam, conexões institucionais como justificativa para afirmação de independência e autonomia; b) coletivos que se articulam a diferentes ordens de institucionalidade – governamentais, não governamentais, religiosas, entre outras –, recebem “auxílios” e participam de editais e concorrências para a realização de suas atividades político culturais; c) coletivos juvenis que atuam de forma colaborativa, em suas regiões de pertença, usufruindo indiretamente da infraestrutura já conseguida por outros agrupamentos, por meio de projetos e serviços anteriormente aprovados, pelos mecanismos das políticas públicas voltadas à juventude; d) coletivos que já desfrutaram por um ou dois anos da verba pública e permanecem atuando, mesmo quando este vínculo deixou de ocorrer (BORELLI; ABOBOREIRA, 2011, p. 165–166).

Como exemplo de um coletivo juvenil que buscou a participação política em diferentes espaços, temos a experiência do projeto Movimentos, formado a partir de uma iniciativa do Centro de Estudos de Segurança e Cidadania (CESeC), da Universidade Cândido Mendes (UCM), que reuniu dez jovens de favelas do Rio de Janeiro, de São Paulo e de Salvador para participar de uma oficina de formação de três dias sobre política de drogas no Rio de Janeiro. O relato desse projeto mostra que a organização do grupo, a partir de metodologias participativas propostas pelos próprios jovens, tem permitido uma ação em prol dos seus interesses coletivos. Desde o seu primeiro encontro, o grupo tem desenvolvido estratégias para “garantir o protagonismo dos moradores de favelas no debate sobre segurança pública e política de drogas” (MOVIMENTOS/CESEC, 2019, p. 3), uma vez que os moradores de favela são os mais impactados por tais políticas.

Para tal objetivo, o grupo tem desenvolvido duas estratégias. A primeira trata da disseminação do debate sobre política de drogas dentro das favelas e periferias. Nesta perspectiva, as ações relatadas nos dois primeiros anos de organização do coletivo foram: a organização de debates, seminários e participação em programas de TV e rádio; oferta de aulas e oficinas sobre o tema em escolas públicas e particulares, pré-vestibulares comunitários e projetos sociais; promoção de eventos educativos e culturais junto a coletivos e grupos organizados; realização de uma pesquisa com jovens lideranças de diferentes favelas da cidade do Rio de Janeiro sobre o tema e a organização de encontros para pensar na construção de uma agenda nacional sobre política de drogas.

A segunda estratégia é a ocupação dos espaços que discutem e formulam as políticas. Ambas as frentes têm como objetivo trazer para o centro do debate sobre segurança pública e política de drogas os sujeitos que são mais impactados por tais políticas, criando espaços para que eles pensem, debatam e construam alternativas às atuais abordagens (MOVIMENTOS/CESEC, 2019).

Especificamente no Complexo do Alemão, território onde se desenvolveu nossa pesquisa, são vários os coletivos que lutam pelos direitos dos moradores do bairro. Alguns são institucionalizados e formais, outros surgiram de maneira informal. Alguns têm financiamento fixo, outros sobrevivem através das doações e trabalhos voluntários. Independentemente de sua estrutura organizacional, são reconhecidos pelos moradores e exercem um papel importante no cotidiano da vida na favela. Muitos foram concebidos e organizados a partir de jovens moradores do próprio bairro que, diante de suas vivências cotidianas, decidiram formar coletivos para fortalecer a luta pelo acesso aos direitos básicos.

Um dos exemplos de organização coletiva com grande visibilidade, para além do Complexo do Alemão, é o “Voz da Comunidade”. Foi idealizado por Renê Silva que, em 2005, aos 11 anos de idade, começou a participar do jornal da escola em que estudava, situada em um dos morros que compõem o Complexo do Alemão. Logo expandiu a atuação do jornal para falar de questões relacionadas à vida para além da escola e criou o Voz da Comunidade. O jornal ganhou grande visibilidade devido às ações de Renê no *Twitter*²⁷ durante a entrada da polícia no Complexo do Alemão, 2010 (MAIA, 2012, 2017). Hoje se estendeu e conta com uma equipe de 12 pessoas e publica notícias e informações para outras favelas, além do Complexo do Alemão. A comunicação entre a equipe do jornal e os moradores das favelas é feita através das redes sociais digitais, sendo, portanto, uma proposta de um jornal colaborativo²⁸. Segundo informações de sua página oficial no *Facebook*²⁹, o jornal já recebeu diversos prêmios, como

²⁷ *Twitter*® é uma rede social e um servidor para *microblogging*, criado em 2006, que permite aos usuários enviar e receber atualizações pessoais de outros contatos (em textos de até 280 caracteres, conhecidos como "tweets", fotos ou vídeos de curta duração) (Fonte: <https://twitter.com/privacy?lang=en>, Acesso em 25 de junho de 2019).

²⁸ Segundo informações da reportagem de 6 de novembro de 2017 da Revista Veja Rio, disponível em: <https://vejario.abril.com.br/cidades/voz-das-comunidades-da-favela-para-o-mundo/>, Acesso em 02 de abril de 2018.

²⁹ O *Facebook*® foi criado por Mark Zuckerberg e por seus colegas da Universidade de Harvard. É uma rede social virtual, lançada em 2004 nos Estados Unidos e, atualmente, é uma das que têm maior número de usuários no Brasil – onde chegou em 2008 - e no mundo. Nela, cada usuário tem um “perfil”, em que pode inserir fotos, textos, vídeos, compartilhar informações, interagir com outros usuários, acessar jogos, entre diversos outros recursos,

Shorty Awards, *Faz Diferença*, Prêmio Jovem Brasileiro 2011, Prêmio Anu de ouro, Prêmio Orilaxé, Prêmio Anu Preto e Prêmio Jovem Brasileiro 2012.

Figura 5: Logotipo do Jornal “Voz das Comunidades”



Fonte: <http://www.vozdascomunidades.com.br/geral/nossa-historia/>. Acesso em 02 de abril de 2018

Outro coletivo juvenil do Complexo do Alemão, também ligado à comunicação, é o Coletivo Papo Reto. Trata-se de um veículo de comunicação independente, que surgiu em 2014, devido à insatisfação de um grupo de jovens com a forma como a mídia tradicional criminalizava os movimentos sociais da favela e pela abordagem dada às questões relacionadas à segurança pública ali. Segundo o site oficial do coletivo, “atua como um canal que mostra a realidade Favela, tendo forte importância na ‘mídia de guerrilha’ em tempos de guerra e na provocação reflexiva do ‘até onde é verdade o que diz a grande mídia?’” (COLETIVO PAPO RETO, [s.d.]). O coletivo tem uma rede de moradores que troca informações, também pela *internet*, 24 horas por dia, e trabalha também documentando, em vídeos feitos através de aparelhos de celular, as ações policiais dentro do Complexo (PENTEADO; RENÓ, 2016).

Figura 6: Logotipo do Coletivo Papo Reto.



Fonte: <https://100ko.wordpress.com/sobre/>. Acesso em 02 de abril de 2018.

Especificando essas organizações coletivas no âmbito das ações culturais, alguns autores as definem como sendo “importantes para as práticas políticas e construção da cidadania juvenil” (BORELLI; OLIVEIRA, 2010, p.58). No caso dos jovens de periferias e bairros pobres das cidades brasileiras, tais ações têm tido maior visibilidade mais recentemente no meio acadêmico. Os pesquisadores que se dedicam a estes estudos têm em comum o entendimento de que as organizações coletivas e as ações culturais “tem sido uma estratégia para o desenvolvimento” (SILVA, C.R. et al., 2016, p.14) e são citados em documentos nacionais e internacionais que discutem as demandas da juventude contemporânea.

Os coletivos culturais são importantes social e politicamente no sentido de quebrar estigmas relacionados aos bairros pobres, fazendo com que jovens das regiões centrais da cidade passem a frequentar a periferia, “alterando a geografia cultural da cidade” (BORELLI; OLIVEIRA, 2010, p.69). A popularização dos bailes *funks*, os passeios turísticos, o crescimento de *hostels* e hospedagens para turistas, são exemplos dessas mudanças, mesmo com todas as críticas que possam ser feitas à exploração turística das favelas³⁰.

³⁰ Sobre este tema, Freire-Medeiros (2007) afirma que não se pode ter uma visão reduzida simplista, sendo necessário olhar todas as ambiguidades que estão envolvidas nesse processo. Apesar do ponto de vista da “espetacularização” da favela e seus moradores, o turismo pode também contribuir para a quebra de alguns estigmas a respeito do cotidiano e dos seus moradores (MENEZES, 2007), além da questão econômica, se os moradores forem efetivamente envolvidos nos projetos.

No Complexo do Alemão podemos citar o *Slam Laje* como exemplo de ação cultural na busca de promoção de participação social de jovens. O primeiro *slam* surgiu em Chicago, na década de 1980, quando um operário da construção e poeta começou a organizar noites para *performances* de poetas que eram avaliados pelo público presente. O nome *slam* foi emprestado das finais de torneios de baseball e *bridge* e os poetas que participam das batalhas são chamados *slammers*. Esse formato de competições de poesias faladas, gênero poético ligado à cultura *hip-hop*, são uma ação coletiva, já que é necessária uma plateia para a performance poética dos *slammers*. Atualmente são bastante difundidos no Brasil, em especial nas favelas e periferias (D'ALVA, 2014).

O *Slam Laje* acontece em diversos lugares no Complexo do Alemão e tem como objetivo “incentivar a poesia e a literatura marginal, dentro do Complexo do Alemão, fortalecendo o movimento cultural, ocupando vários espaços dentro da nossa favela com muito passinho, batalhas de rimas, de uma forma sagaz e resistente”³¹. É produzido pelas MC Martina³² e MC Dall Farra³³ junto ao MC Al-Neg³⁴, e utiliza as redes sociais virtuais e os jornais comunitários como fonte de divulgação dos eventos realizados.

³¹ Informações da página oficial do *Slam Laje* no *Facebook*®: <https://www.facebook.com/batalhadepoesia/>. Acesso em 09 de maio de 2019.

³² Página oficial da MC Martina no *Facebook*®: <https://www.facebook.com/McMartinaOficial/>. Acesso em 09 de maio de 2019.

³³ Página oficial da MC Dall Farras no *Facebook*®: <https://www.facebook.com/mcdallfarra/>. Acesso em 09 de maio de 2019.

³⁴ Página oficial do MC Al-Neg no *Facebook*®: <https://www.facebook.com/AlnegMC/>. Acesso em 10 de junho de 2019.

Figura 7: Logotipo do *Slam Laje*. Arte de Berro inc.



Fonte: Página oficial no *Slam Laje* no Facebook. Disponível em:
<https://www.facebook.com/batalhadepoesia/photos/a.102516423755556/170390140301517/?type=1&theater>.
Acesso em 10 de junho de 2019.

2.2.2.2. Políticas de diminuição da desigualdade: as políticas de acesso ao ensino superior

Já com relação às políticas públicas de diminuição da desigualdade que atingem mais diretamente a população jovem, temos nos últimos anos no Brasil a implementação de diversas delas, como as políticas de educação e inserção pelo trabalho. Podemos exemplificar com as cotas nas universidades federais (Lei no.12.711, de agosto de 2012), o Programa Universidade para Todos – Prouni (Lei no. 11.036 de janeiro de 2005), o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – Pronatec (Lei no. 12.513 de outubro de 2011) e o Programa Nacional de Inclusão de Jovens – Projovem (Lei no. 12.513 de outubro de 2011), entre outros.

Com relação às políticas de inclusão no âmbito educacional, destacaremos àquelas relacionadas à inserção de jovens no ensino superior, por se tratar das que atingem mais diretamente quem colaborou com o nosso estudo.

Podemos pontuar alguns marcos importantes nas políticas de acesso ao ensino superior. Em ordem cronológica, o Prouni, criado pelo governo federal em 2004 e instituído pela lei no. 11.036 de janeiro de 2005, tem como objetivo promover o acesso de jovens de baixa renda

(com renda *per capita* máxima de três salários mínimos³⁵) às universidades privadas, com o critério de que tenham estudado durante todo o ensino médio em escolas públicas ou como bolsistas em escolas particulares. São concedidas bolsas de estudo integral ou parcial (de 50%) em troca de um abatimento nos impostos federais. O Prouni realiza ações em parceria com o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), que possibilita ao estudante com bolsa parcial financiar parte da mensalidade que não é coberta pelo programa. Segundo dados do Ministério da Educação (MEC), até o segundo semestre de 2018, 2,47 milhões de jovens haviam se beneficiado do programa, sendo 69% com bolsa integral (BRASIL, [s.d.]).

As ações afirmativas³⁶ buscam viabilizar o acesso ao ensino superior público no Brasil, tendo como principal estratégia o sistema de cotas. Tais projetos foram iniciados nos anos 2000, sendo a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) a primeira no país a adotar o sistema em seu vestibular (MENDES Jr., 2014). Desde então, surgiram iniciativas em diferentes instituições, porém se configuravam como ações heterogêneas, que dependiam de leis estaduais ou de resoluções dos Conselhos Universitários das próprias universidades para serem implementadas (DAFLON; FERES JÚNIOR; CAMPOS, 2013; FERES JÚNIOR et al., 2013). Tais iniciativas tinham como objetivo reduzir as desigualdades de acesso ao ensino superior no Brasil, que apresentava, como característica, a pouca diversidade socioeconômica entre os seus estudantes, conforme informam Carvalho e Waltenberg (2015):

De fato, embora entre 2006 e 2008, 85% dos concluintes do ensino médio proviessem do ensino médio público, dos indivíduos que ingressaram nos cursos de graduação no Brasil nesse período, essa proporção cai para somente 57% (MEC/Inep). Na mesma linha, em 2009, enquanto 45% das pessoas com ensino médio completo provinham de famílias relativamente pobres (com renda familiar de até 3 salários mínimos), entre os ingressantes do ensino superior, essa proporção caía para 39%. Considerando apenas as pessoas com ensino médio completo, 50,3% se declararam não brancas enquanto entre os ingressantes dos cursos de graduação a incidência desse grupo era de apenas 36,4%. (p.371-372)

³⁵ Em 2019 o salário mínimo brasileiro era de R\$998,00, o que corresponde a cerca de US\$ 245,00, na conversão pelo câmbio do mês de dezembro do mesmo ano.

³⁶ Daflon, Feres Junior e Campos (2013) definem, a partir das ideias de Feres Junior e Zoninsein (2006), ações afirmativas como “medidas redistributivas que visam alocar bens para grupos específicos, isto é, discriminados e vitimados pela exclusão socioeconômica e/ou cultural passada ou presente” (p.306).

Em 2007, pelo decreto número 6.096, de 24 abril, foi instituído o Programa de Apoio ao Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni). Este programa teve entre suas principais diretrizes instituir “mecanismos de inclusão social a fim de garantir a igualdade de oportunidade de acesso e permanência na universidade pública a todos os cidadãos (BRASIL, 2007b, p. 10)”. Assim, embora ainda não existisse no âmbito federal uma lei de ação afirmativa para o ingresso no ensino superior, com o Reuni o governo federal condicionou a transferência de mais recursos para as universidades que adotassem políticas inclusivas, além do incentivo a essa prática através de programas de bolsas (FERES Jr. et al., 2013).

Somente em agosto de 2012 foi instituída a lei 12.711, chamada de “Lei de cotas”. Trata-se de uma política de reserva de vagas nas instituições de ensino médio e superior federais para estudantes egressos de escolas públicas, pretos, pardos e indígenas. São quatro subcotas previstas na lei: (1) egressos de escola pública; (2) egressos de escola pública e de baixa renda; (3) pretos, pardos e indígenas egressos de escolas públicas; e (4) pretos, pardos e indígenas egressos de escolas públicas e de baixa renda.

Existem críticas às políticas afirmativas, especialmente devido à avaliação enviesada feita pela grande mídia, o que faz com que o debate seja permeado de informações equivocadas (DAFLON; FERES Jr.; CAMPOS, 2013). Preocupações como a queda na qualidade do ensino superior não encontraram subsídios em resultados de pesquisas acadêmicas sobre o tema, pois, ao contrário, os estudantes cotistas têm demonstrado rendimento equivalente aos não cotistas (VILELA et al., 2017; VILELA; MENEZES-FILHO; TACHIBANA, 2016). Especificamente sobre o FIES e o Prouni, as críticas se direcionam à mercantilização do ensino, dada a ampliação de vagas no ensino privado, em detrimento de um investimento no setor público, e a supervalorização do capital financeiro de instituições privadas beneficiárias do financiamento público de suas atividades (CAVICHIOLO, 2019; FIGUEIREDO, 2016).

Porém, alguns estudos destacam que tais políticas foram essenciais para que os jovens pobres pudessem acessar o ensino superior, o que implica em uma concreta mudança de *status* social. O estudo de Carvalho e Waltenbg (2015), que utilizou os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) do IBGE de 2003 e 2013 para comparação das oportunidades e desigualdades no acesso ao ensino superior brasileiro, constatou que, no período de 10 anos estudado, após as ações afirmativas, a disponibilidade do ensino superior público e privado para a sociedade aumentou (de 28,5% para 31,6%) e a desigualdade no acesso ao ensino superior

caiu, o que significa que a distribuição das vagas está ligeiramente mais homogênea entre os grupos de diferentes classes sociais.

Valladares (2009), em um estudo com jovens moradores de favela graduados e graduandos em instituições de ensino superior, antes mesmo da instituição da lei nacional de cotas (mas já com o Prouni, Reuni e Fies instituídos), já afirmava que “estamos diante de um processo significativo de mobilidade social por intermédio da educação. Mediante o acesso de alguns ao ensino superior, a população das favelas se diversifica e complexifica, afetando assim a estrutura social” (p.154). Para além das mudanças concretas no *status* social relacionadas ao ingresso na educação superior, existe ainda uma mudança simbólica relacionadas à cultura brasileira no que se refere à formação acadêmica:

A necessidade de “ser alguém”, de ser “diferente dos outros”, é muito enfatizada. Lembremo-nos de que, no Brasil, obter um diploma universitário é indicador de ascensão social. Um certificado de curso superior significa uma ascensão em termos de status e também uma mudança subjetiva que implica uma nova visão de mundo, novos valores, novas amizades, novos conhecimentos, novas relações sociais. Ser detentor de um título universitário permitiria, assim, a alguns moradores de favelas, sobressair em meio a uma multidão de “iguais” (VALLADARES, 2009, p. 168).

Acreditamos que as políticas de acesso ao ensino superior têm um impacto na ampliação de mobilidade dos jovens, na medida em que a universidade está localizada efetivamente em outro espaço físico geográfico, não aqueles onde vivem. Assim, mais significativa é a ampliação de ofertas e possibilidades de circulação social e cultural cotidiana. O acesso a mais informação e ampliação de capital cultural dos contemplados pode refletir diretamente em sua mobilidade urbana cotidiana.

Mesmo com a organização da juventude periférica em coletivos e a inserção de parte desse grupo na educação superior e no mercado de trabalho, ainda se tem uma dificuldade na saída dos jovens da periferia para os grandes centros urbanos, como explanaremos mais adiante. Ser um jovem pobre morador de favela no Brasil ainda acarreta estigmas que continuam sendo reproduzidos socialmente e que levam a diferentes tipos de violações de direitos e violências cotidianas. As representações sociais sobre as favelas e as juventudes ainda estão fortemente enraizadas no imaginário popular.

Os avanços conquistados são inegáveis, porém ainda não o suficiente para uma mudança na condição juvenil. Muitas das políticas públicas de diminuição da desigualdade social

atingiram parte dessa população, mas ainda deixaram muitos de fora. Apesar de sua importância no que se refere à diminuição da desigualdade social no Brasil, ainda é preciso um olhar crítico para essas políticas que, em muitos momentos, aproximam-se mais da lógica de inserção para o mercado do que pelo viés do direito e da cidadania (OLIVEIRA; MELLO NETO, 2015).

Acreditamos que parte da dificuldade do segmento juvenil em efetivar seu direito à cidade vem das questões relacionadas à sua mobilidade urbana cotidiana. Buscamos então compreender se abordar a sua mobilidade nos possibilitaria apreender mais elementos sobre o cotidiano e as possibilidades de ampliação de sua participação social e política.

2.3 MOBILIDADE URBANA DE JOVENS MORADORES DE FAVELAS

*surfista zona sul
desliza cheio de graça
surfista zona norte
com a mão suja de graxa*

*surfista zona sul
vai da Barra pro Havaí
surfista zona norte
da Central à Japeri*

*da zona sul à zona norte
ou em qualquer lugar
quem não tem prancha
vai de trem
o importante é surfar
(Rap do surfista. Grupo Geração)*

Conforme já colocado por Novaes (2006), entre outros autores, o lugar de moradia é um marcador importante no que se refere às vivências juvenis, assim como os estigmas vivenciados pelos jovens. Neste sentido, Sposito (2009) afirma que ainda são poucos os estudos sobre os modos de vida juvenis a partir de seu local de moradia, pensando em todos os fatores de seus cotidianos, como a escola, o trabalho, o lazer, a sociabilidade, relacionando-os ao território em que vivem. A mesma autora, mais recentemente, defende a necessidade de se dedicar mais ao cotidiano dos jovens: “Na difração de raios com menor intensidade de luz – as práticas

cotidianas e submersas – pode residir um grande desafio para a pesquisa, um caminho possível dentre tantos outros” (SPOSITO; TARÁBOLA, 2017, p. 18).

Nesta direção, acreditamos que estudar a mobilidade urbana cotidiana de jovens urbanos responde a parte da demanda destacada pela autora, uma vez que explicita o cotidiano dos jovens e suas relações não apenas com o seu lugar de moradia, mas com toda a cidade em que vivem, relações essas que partem de sua experiência em seu território. Abordar a dimensão espacial das juventudes é entendê-la como produto e produtora de espaço (CASSAB; MENDES, 2011).

Jovens pobres são caracterizados por diferentes estigmas que os marcam ao longo de suas vidas e, de forma direta ou indireta, fazem com que seus direitos sejam violados. Um dos direitos que tem sido constantemente levantado por estudiosos e movimentos sociais é o direito à cidade, que inclui a efetivação da mobilidade urbana, o que, se não for concretizado, os impede de exercer plenamente sua cidadania. Apesar de assegurado pelo Estatuto da Juventude (na seção IX – direito ao território e mobilidade), assim como a concepção de território como espaço de integração proposto por essa mesma lei (seção II das diretrizes gerais), na prática esse direito ainda não tem sido efetivado, especialmente em relação aos jovens da periferia (BRASIL, 2013), conforme mostram diversas pesquisas e notícias recentes.

Podemos enumerar diferentes motivos para que os jovens moradores de favelas tenham uma experiência urbana restrita na cidade, todos relacionados intrinsecamente um com o outro. O primeiro motivo é concreto, amplamente divulgado em pesquisas sobre mobilidade urbana nas cidades: a questão do transporte público coletivo. Para Veloso e Santiago (2017), nas favelas fica evidente a dependência do poder público no que tange à mobilidade urbana, tanto dentro da própria favela, quanto para fora dela.

Em pesquisa recente realizada no Complexo do Alemão a respeito dessa temática, tem-se que mais da metade (52,5%) dos moradores utilizavam ônibus para a circulação fora da favela e, desses, 46% precisavam de apenas um ônibus, mas 35% necessitavam utilizar mais de um ônibus ou a combinação de um ônibus e um metrô para chegarem ao seu destino. Desses usuários, 29,1% dos entrevistados afirmaram ser o ônibus de péssima qualidade; 17,28% disseram ter uma qualidade ruim; 34,57% responderam ser regular; 16,67% boa e apenas 2,47% disseram ser ótima. Entre as principais reclamações sobre a questão da qualidade dos ônibus,

destacaram a necessidade da reestruturação de algumas linhas que ligam a zona norte à zona sul:

muitos ônibus que passavam nas adjacências do Complexo do Alemão mudaram de rota e não chegam até a zona sul, fazendo com que o morador tenha que pegar mais de um ônibus para acessar essa região da cidade. Em outras palavras, mais da metade dos entrevistados têm um acesso ao serviço público de transporte cada vez mais precarizado, o que contribui para restringir não só a qualidade desses serviços, mas, sobretudo, a qualidade do seu acesso à cidade do Rio de Janeiro (VELOSO; SANTIAGO, 2017, p. 24)

Para além do primeiro fator, muitas vezes aqueles jovens nem sabem que podem frequentar determinados espaços públicos, ou seja, faltam informações. Em uma experiência com jovens em cumprimento de medida socioeducativa, ao visitar um espaço público da cidade do Rio de Janeiro (o Teatro Municipal), foi informado a eles que aquele espaço oferecia visitas guiadas gratuitas a grupos de escolas ou de outros tipos de instituições sociais, além de peças e musicais a preço populares, a partir de R\$1,00, em alguns fins de semana. Ao ouvirem estas informações, os meninos e meninas que participavam da ação ficaram animados, disseram que gostariam de voltar, pois nesse caso teriam condições financeiras de acessarem o local (GONÇALVES, 2016). O caso exemplifica como a informação não chega a essa população.

Para Milton Santos, além da distância geográfica, a distância política e a falta de acesso à informação são fatores importantes ao se discutir o acesso da população pobre aos seus direitos. Para ele, esse público tem “menos meios efetivos para atingir as fontes e os agentes do poder, dos quais se está mal ou insuficientemente informado” (SANTOS, M. 2007, p.91). Em suas palavras, “morar na periferia é se condenar duas vezes à pobreza” (p.195). Podemos acrescentar também a falta de motivos para circular. Em uma pesquisa com jovens moradores de favelas pacificadas³⁷, encontrou-se que os motivos que os levavam a saírem das favelas eram o trabalho e o estudo (quando não estudavam em escolas dentro da própria favela). Poucas vezes visitavam amigos ou familiares que residiam fora, porque grande parte de suas redes sociais estava dentro da mesma comunidade (LEITE; MACHADO DA SILVA, 2013).

Cressweel (2010), ao desmembrar didaticamente diferentes aspectos relacionados à mobilidade, apresentou como o primeiro deles a força motriz. Para ele, a primeira pergunta a

³⁷ São chamadas de “favelas pacificadas” aquelas que tem implementadas as Unidades de Polícia Pacificadora (UPP), projeto proposto pela Secretaria Estadual de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro. Esse projeto de “pacificação” será mais detalhado no próximo capítulo, quando apresentaremos o território da pesquisa.

ser respondida quando nos debruçamos no estudo da mobilidade é “Por que uma pessoa se move?”. Para o autor, é preciso saber de onde vem a vontade de se mover, se é interna ao sujeito (desejo próprio) ou externa a ele; se ele vai por escolha própria ou se por obrigação (por exemplo, para trabalhar). Assim, por exemplo, ir de um ponto a outro tem significados totalmente diferentes a depender da vontade do sujeito e do seu papel durante esse deslocamento – é diferente se o sujeito é um turista a passeio, se é um empregado em direção ao seu local de trabalho, se é um executivo fechando negócios, ou se é um imigrante ilegal em busca de melhores condições de vida.

Considerando que os moradores das periferias das grandes cidades e das favelas se deslocam, na grande maioria das vezes de ônibus, majoritariamente de qualidade ruim, apenas para atividades ligada ao trabalho, podemos inferir que essa forma de circular pela cidade não propicia uma “uma apropriação mais ampla do espaço urbano e/ou envolva possibilidades (objetificadas posteriormente ou formuladas como desejo ou projeto) de uso/fruição dos locais, serviços e equipamentos disponíveis no percurso” (LEITE; MACHADO DA SILVA, 2013, p. 151). Assim, acabam sendo deslocamentos ponto a ponto sem sentido, o que nos leva ao próximo aspecto influenciador da imobilidade urbana de jovens moradores de favelas: a não apropriação dos espaços pelos quais circulam, ou seja, eles não se sentem pertencentes aos espaços públicos (CASSAB; MENDES, 2011; LEITE; MACHADO DA SILVA, 2013; SAVEGNAGO, 2018).

Conforme já postulamos, a apropriação é essencial para a efetivação da mobilidade urbana. Essa realidade é diretamente ligada aos estigmas sofridos pelos jovens pobres. Neste sentido, Abramo (2005a) afirma que é preciso mudar a lógica com a qual se estabelece a relação deles com o espaço público, “buscando ações que garantam o uso e a apropriação dos espaços públicos pelos jovens, como fundamental para suas vivências, para sua sociabilidade, expressão e participação” (p.31), referindo-se, especialmente, às ações no campo da cultura, do esporte e do lazer. O exemplo já citado anteriormente dos jovens em conflito com lei que foram ao teatro municipal, em uma atividade com a autora desta tese, por exemplo, é uma ação que exemplifica como se pode pensar na mudança de relação com o espaço público. Eles já conheciam o local onde se localizava o teatro (uma das principais praças do centro da cidade), frequentavam o lugar, mas não se sentiam pertencentes a ele:

Compreendemos que, apesar de serem moradores de bairros distantes daquele, estes jovens tinham uma grande circulação pela cidade, mas, ao mesmo tempo, sua circulação simplesmente não proporcionava um sentimento de pertencimento àquele território (GONÇALVES, 2016. p.134)

Moradores do Complexo do Alemão, no Rio de Janeiro, em pesquisa a respeito das regiões da cidade para as quais se locomovem, responderam, na grande maioria (84,9%), frequentarem somente a zona norte e, mais especificamente, os arredores do Complexo do Alemão, como Penha, Olaria, Ramos, Bonsucesso e Inhaúma. Apenas 5,1% respondeu ir frequentemente à zona sul (VELOSO; SANTIAGO, 2017). Embora a pesquisa não tenha realizado uma análise dos motivos de frequentarem determinadas regiões, a discrepância entre os números chama atenção, conforme destacam os próprios autores:

A discrepante proporção entre a quantidade de pessoas que se locomovem em direção à zona sul – região que reúne bairros e áreas e equipamentos turísticos, como Copacabana, Ipanema, Pão de Açúcar – da cidade e as pessoas que se locomovem nos limites da zona norte, e nas adjacências do próprio Complexo revela a precarização do acesso à cidade por parte de sua população e reflete um aspecto característico da segregação social carioca, que divide a população e cria muros invisíveis entre as várias zonas que compõem o espaço urbano do Rio de Janeiro (VELOSO; SANTIAGO, 2017, p. 24–25).

A segregação espacial no Rio de Janeiro, dividido entre zona norte e zona sul, sendo essa última o principal destino dos turistas e, conseqüentemente, um território hostil para os moradores de favela, concreta e simbolicamente, é ilustrada da charge de Jaime Magalhães a seguir:

Figura 8: Charge de Jaime Magalhães.



Fonte: Disponível em: https://www.picmog.com/media/1299244835764603149_960817017. Acesso em 30 de maio de 2018.

A título de exemplo acerca da desigualdade territorial no Rio de Janeiro, temos o fato ocorrido em 2015, já citado na apresentação da tese, quando os ônibus que interligavam os bairros da periferia às praias da zona sul foram parados pela polícia militar e 15 jovens foram abordados, sendo que 14 eram negros e nenhum portava armas ou drogas³⁸. As autoridades justificaram a abordagem pelo fato de eles não portarem documentos de identidade ou “não estarem com dinheiro para ir à praia”³⁹, sendo que as abordagens seguiram por mais algumas semanas. À época, houve grande repercussão do caso, pois, além, dessa intervenção específica, havia acontecido uma mudança de linhas de ônibus da cidade que ligavam a zona norte à zona sul. Essas ações foram interpretadas por muitos como uma forma de isolamento – camuflado pelo discurso de proteção e da segurança - dos bairros mais ricos da cidade, intensificando a segregação urbana já existente (SAVEGNAGO, 2018). Para Monteiro e Cecchetto (2009):

essa forma discriminatória encontra-se respaldada em uma ideia racista bastante equivocada no senso comum, incluindo a polícia, de que a cor preta ou negra, combinada a outros atributos, é um bom indicador de criminalidade. Em geral, os considerados suspeitos por suas aparências (indicador de classe ou posição social) ou cor (traço fenotípico) sofrem abusos de poder ou são tratados como violência física. (p.319)

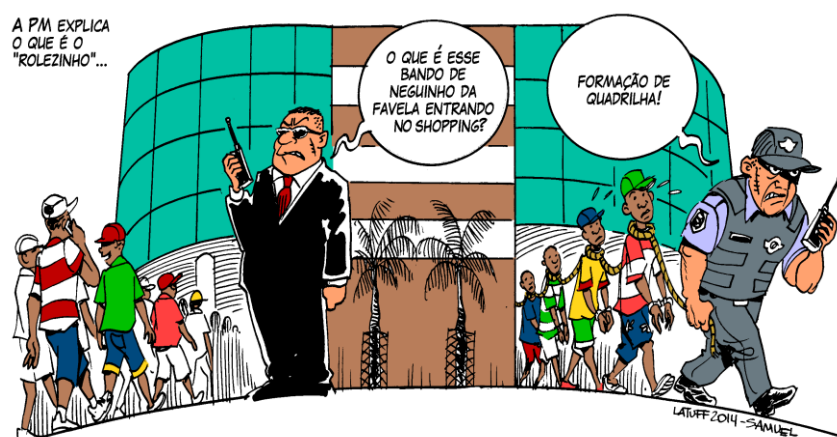
³⁸ Ver nota 8.

³⁹ Reportagem vinculada na época: “Beltrame sobre arrastões: Como um jovem vai à praia sem dinheiro pra comer?” -Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2015/09/21/beltrame-sobre-prisoos-como-um-jovem-vai-a-praia-sem-dinheiro-pra-comer.htm>. Acesso em 04 de junho de 2018.

Na pesquisa de Savegnago (2018), os jovens relataram situações de preconceito e segregação à autora e disseram que, por essa razão, não tentavam mais frequentar outras regiões da cidade. A mesma conjuntura foi descrita a Monteiro e Cecchetto (2009), a partir de relatos de jovens que contaram que, em alguns espaços públicos como *shoppings centers*, agências bancárias, ruas e restaurantes, eles percebiam “distanciamento dos transeuntes, descaso no atendimento, perseguição e violência dos seguranças dos estabelecimentos comerciais, assim como da própria polícia” (p.317). Para Castro (2004), a circulação de jovens pobres pela cidade está “permeada de uma vigilância constante, realizada pela repressão e pelo constrangimento do aparato policial, tornam-se o cenário de humilhação e fortalecimento de estereótipos” (p.84).

Outro exemplo sobre fatores que impedem a apropriação dos jovens pelos diferentes espaços públicos urbanos por causa dos estigmas que sofrem é o caso dos “rolezinhos” nos *shoppings* paulistanos em 2013. Os “rolezinhos” se iniciaram em dezembro de 2013, no *Shopping Itaquera* (Grande São Paulo), e logo se propagaram para outros estados e cidades. Consistiu em nada mais do que jovens moradores da favela que marcaram um encontro no *shopping* para fazer aquelas que são as atividades típicas da faixa etária nas horas de lazer: paquerar, comer, passear, ouvir música, consumir alimentos e outros bens. Entretanto, o grande número de jovens (negros, pobres, moradores de favela) fez com que os comerciantes do *shopping* fechassem suas lojas com medo de haver arrastões, tumulto e vandalismo (LEHFELD; SILVA, 2016). A charge abaixo ilustra a questão:

Figura 9: Charge sobre os “rolezinhos”.



Fonte: Disponível em: <https://latuffcartoons.files.wordpress.com/2014/01/rolezinho.gif>. Acesso em 30 de maio de 2018.

A fragmentação espacial da cidade, conforme Harvey (2012) e Léfèbvre (2001) argumentam, faz parte da manutenção da segregação e da ordem na sociedade capitalista. Para Milton Santos (2007), a forma de organização da cidade causa a distinção do acesso aos direitos. Castro (2004) ressalta que, para os jovens pobres urbanos, são desenhadas diferentes cidades: a real (aquela pela qual ele efetivamente circula), a possível (a que é possível de ser acessada, mesmo que no cotidiano não o seja) e a proibida (aquela que não se conhece e não se pode acessar). Neste sentido, podemos dizer que a cidade proibida se dá por fatores concretos e também simbólicos, sendo que: “a amplitude de cada uma dessas cidades é extremamente variável, já que para alguns a cidade real e a possível desenham-se de forma acanhada” (CASTRO, 2004, p. 95)

Essa questão leva a um debate ainda não encerrado sobre a inserção de serviços e projetos dentro das favelas e a perspectiva territorial das políticas públicas. Defendemos a necessidade de uma perspectiva dialética para o debate a respeito da territorialização de serviços pelas políticas públicas de diferentes setores. Por um lado, temos a convicção de que é preciso que as favelas e periferias dos grandes centros urbanos tenham serviços e espaços de educação, saúde, lazer, cultura, assistência social, de forma que a população os acesse facilmente, sem os impedimentos que a mobilidade urbana pode trazer cotidianamente. Por outro lado, pensamos que muitas vezes a inserção desses serviços e espaços, especialmente os de lazer e cultura, dentro das favelas, pode ser utilizado como uma forma de cercar a mobilidade daquela população e conseqüentemente a sua participação na cidade. Sobre esse assunto:

embora demandem equipamentos e atendimentos descentralizados nos bairros ou nas comunidades, os jovens não querem ficar aí “confinados”, querem poder fruir os equipamentos, os espaços e as oportunidades de outros pontos da cidade, querem, portanto, ter o direito à “cidade” (SOUTO; PONTUAL, 2007, p.47)

Em diversas pesquisas é comum encontrar discursos de jovens que enfatizam o sentido positivo da circulação por outros bairros, mas ao mesmo tempo sem perceberem a sua falta de mobilidade como um problema (CASSAB, 2009; CASSAB; MENDES, 2011). Para Cassab e Mendes (2011), restringir a circulação ao próprio bairro, embora possa não ser um problema para eles, pode ser uma armadilha para naturalizar sua condição desigual. Por outro lado, Cressweel (2010) destaca que hoje a mobilidade é extremamente valorizada na cultura,

entendida como algo positivo, sinônimo de liberdade e de progresso, visão vinda de um discurso socialmente construído, que reverbera em nosso cotidiano, quando estamos todos sempre “tentando chegar a algum lugar”. Embora não desconsidere a importância da mobilidade para as pessoas e coletivos, o autor considera que esse discurso influencia o desejo individual, fazendo que às vezes a busca por mobilidade seja apenas uma forma de adequação ao mundo (CRESSWELL, 2010). Já Castro (2004), nos alerta para a associação entre a circulação e o consumo de novas sensações e culturas, sem que haja verdadeiros encontros e trocas entre sujeitos nos espaços comuns. Em suas palavras:

Nem sempre a circulação permite a troca entre as pessoas. Ela pode se determinar pela errância individualizada sempre em busca de novidade e da diversão ou serve para o consumo de novas sensações. Que custo social ela criaria? Pergunta que faço diante da proliferação de trocas que talvez não se realizem com tempo suficiente para *converterem* os sujeitos por mais que um ou dois minutos. Ou ainda trocas restritas a alguns beneficiários em detrimento de outros (CASTRO, 2004, p. 97–98, grifo da autora).

Apesar dessas ponderações, entendemos que trabalhar com a circulação para promover mobilidade e apropriação à cidade “seja uma possibilidade de construção de novos espaços coletivos numa dimensão política, rompendo a lógica do consumo” (CASSAB, 2009, p. 168). Mesmo que a circulação seja apenas parte da mobilidade que pretendemos atingir e que, talvez, seja ainda não tão significativa para os sujeitos, ela faz parte do início de um processo de apropriação da cidade. O desejo de circulação pela cidade revela ser importante na experimentação e ampliação das redes sociais juvenis, contribuindo para suas construções identitárias. Scandirizi, Maximino e Liberman (2015) relatam que a circulação e a mobilidade por diferentes territórios e espaços não usados frequentemente pelos jovens pode ser um desencadeador de questionamentos, ampliação de conhecimento e potências no que se refere à participação em diferentes espaços. Sendo que, para que a mobilidade se efetive, não apenas como forma de consumo ou como uma falsa apropriação, é preciso que as políticas públicas e ações sociais se debruem em formar de garantir este direito (SOUTO; PONTUAL, 2007).

Por isso, ressaltamos a importância das políticas públicas de direito à cidade, que devem ser articuladas às políticas de outros setores, e, pensando no caso da juventude, das políticas específicas para essa população. Justamente por não ser um direito consolidado, existem no Brasil e no mundo movimentos juvenis de reivindicação do direito à cidade, especialmente ligados aos estudantes, conforme aponta Almeida (2013):

O “movimento pelo passe-livre”⁴⁰ que eclodiu em diversas capitais do Brasil nos últimos anos, também protagonizado por jovens, geralmente é associado aos estudantes, por serem estes os atores principais das reivindicações. No entanto, não se trata de uma demanda vinculada tão somente ao deslocamento do jovem para a escola. Antes, revela a necessidade e o desejo de poder circular pela cidade utilizando transporte público gratuito. A circulação pela cidade, tão praticada ou desejada pelos jovens, aparece aqui em forma de um direito a ser garantido pelo Estado (ALMEIDA, 2013, p.160)

O movimento referido pelo autor ganhou visibilidade com as manifestações que ocorreram em junho de 2013. Em princípio localizadas na capital paulista, as manifestações acabaram crescendo territorialmente, devido a atuação do Movimento Passe Livre – MPL (SOBREIRO FILHO, 2015). O MPL, conforme já citado no capítulo anterior, declara-se como um movimento social independente, sem relação com partidos políticos ou qualquer tipo de instituição, que luta pelo transporte público gratuito de acesso universal (MOVIMENTO PASSE LIVRE,[s.d.]). As manifestações que ocorreram em junho e julho de 2013, em um movimento chamado por alguns de “Jornadas de Junho” (SINGER, 2013), ou ainda Primavera Brasileira (em referência à Primavera Árabe) se iniciou com manifestantes protestando contra o aumento de vinte centavos nas passagens de ônibus municipais em São Paulo, mas com a liderança do MPL, acabaram levantando outras pautas:

Na evolução das manifestações foram trazidas à tona pelo movimento questões importantes a serem pensadas e reivindicações importantes tais como: discutir uma mobilidade urbana real para a população localizada nas periferias e, sobretudo, para os estudantes; debater e levar a população à participação e definição do IPK – Índice Passageiro por Quilômetros; priorizar o investimento no transporte público coletivo; demanda que o Estado invista e arque com os custos e que, de fato, escolha pela via do transporte coletivo para a resolução de questões de trânsito, pois pela via de investimentos em transporte público coletivo seria possível a redução dos onerosos custos gerados pelo transporte individual e que é pago pelo Estado; subsídio integral ao transporte público; estatização do transporte público coletivo; etc. (SOBREIRO FILHO, 2015, p. 20–21).

Após as manifestações que chegaram a quase 400 cidades, incluindo 22 capitais brasileiras, as pautas foram se transformando e agregando outros setores da sociedade e outros movimentos e coletivos. Foi quando surgiu o *slogan* “não são só 20 centavos”. Com a apropriação dos protestos por militantes e partidos de direita, o MPL se retirou oficialmente do comando e da convocação das manifestações, mas, diante de seu impacto na mídia e na sociedade, ganhou visibilidade, tornando-se importante politicamente e trazendo a questão da

⁴⁰ Ver nota 10.

mobilidade urbana, no que se refere ao transporte, ao menos como uma pauta de debate nacional (SOBREIRO FILHO, 2015).

Para além deste marco histórico, que teve grande visibilidade na mídia, movimentos menores, muitas vezes não organizados com essa intenção, também têm sido realizados por jovens pobres na busca pela sua mobilidade e seu direito à cidade, em uma esfera mais micropolítica. Souza e Perucchi (2018) relatam o caso de jovens de uma cidade da zona da mata mineira que reivindicavam o espaço de uma praça central na cidade para realizarem as Batalhas de RAP. Neste relato, as autoras trazem a dualidade dos participantes com relação à formalização do uso do espaço público.

Sendo o espaço formalmente, após alguns entraves, “cedido” pela prefeitura da cidade para a realização do evento, as autoras trazem duas perspectivas diferentes de posicionamento dos jovens a respeito da situação: na primeira, alguns jovens se veem sendo controlados pelo poder público e que, a partir dessa regulamentação do uso do espaço, cederam à ordem normativa vigente, o que criou como consequência em uma perda do sentido original da ocupação daquele espaço e sua luta; na segunda perspectiva, eles entendem que seria melhor manter a ocupação do local mesmo com esta regulamentação da prefeitura, no sentido de validar e institucionalizar o uso do espaço. Percebe-se, nesta experiência, o quanto a discussão sobre o uso de espaços públicos da cidade por jovens das periferias urbanas é perpassado por debates com percepções distintas sobre qual é efetivamente o seu direito a utilizá-los e como deve ser a busca pela ocupação de tais lugares.

Outro evento localizado que podemos apresentar sobre a reivindicação pelo uso da cidade pelos jovens foi o #OcupaAlemãoÀs9h e o #OcupaBorelÀs9h, eventos realizados simultaneamente em duas favelas do Rio de Janeiro em 5 de dezembro de 2012, ambos baseados no *Occupy Wall Street*. Tais eventos foram motivados pela abordagem de policiais da UPP que, uma semana antes, no dia 26 de novembro de 2012, andaram armados pelas favelas ordenando um “toque de recolher”, às 21 horas. Naquele dia também um jovem de 18 anos foi assassinato por policiais dentro de sua própria casa (SOUZA, 2016).

Segundo Souza (2016) o grande diferencial daquela ação foi o fato de ter sido mobilizada por jovens, sem o intermédio de instituições (ONGs e projetos sociais, embora alguns estivessem ligados a eles) e utilizarem as redes sociais para convocarem e divulgarem sua manifestação. Destacaram, em sua divulgação, que eram os jovens/a juventude das favelas

que estavam na organização do evento, uma vez que eram eles quem mais estavam sofrendo com as intervenções arbitrárias da polícia no local. Segundo a autora, a ideia de fazer uma ocupação cultural adveio da necessidade de se quebrar um estigma sobre os moradores, que buscaram responder à violência da polícia com práticas artísticas e culturais.

No Complexo de Favelas do Alemão participaram entre 50 e 100 pessoas das atividades e realizaram um abaixo-assinado pedindo a garantia de seus direitos básicos:

como direito a exercer e produzir práticas culturais em seu território, direito a produzir representação social, direito à liberdade de expressão, direito à liberdade de ir e vir, à não violação do domicílio, ao esclarecimento de mortes, entre outros, e direito à criação de um comitê, formado pela sociedade civil organizada e moradores, com o intuito de mediar conflitos entre a polícia e a juventude (SOUZA, 2016 p.160).

Alguns meses depois, em 15 de junho de 2013, aconteceu o Rolê Afetivo do Complexo do Alemão, com a proposta de uma caminhada pelas ruas e vielas da Favela da Grota, Morro dos Mineiros e Morro do Alemão, guiada por participantes do “Ocupa Alemão”. O convite para o evento foi realizado pela *internet*, utilizando as redes sociais, e cerca de 20 pessoas, a maioria jovens entre 20 e 25 anos de diferentes lugares da cidade, participaram do passeio, que terminou com uma roda de conversa (LIMA, 2015; SOUZA, 2016; VOZ DAS COMUNIDADES, 2013).

Tais movimentos, dentre inúmeros outros que não conseguiríamos enumerar em um trabalho, demonstram a preocupação da juventude com a questão da mobilidade urbana, assim como suas reivindicações por esse direito, através de movimentos e coletivos, organizados ou não, em uma perspectiva mais ampla de visibilidade política ou através de ações locais e mais pontuais. Sem hierarquização dessas práticas, afirmamos que todas têm sua importância e nos apontam para uma nova perspectiva sobre a juventude pobre urbana.

2.4 BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE MOBILIDADE URBANA COTIDIANA, TERAPIA OCUPACIONAL E A JUVENTUDE POBRE URBANA

Com a apresentação dos dois capítulos de delimitações conceituais, finalizamos a primeira parte desta tese, na qual buscamos elucidar quais são os referenciais teóricos que utilizamos para o entendimento dos conceitos centrais com os quais trabalhamos, que são: mobilidade urbana cotidiana e jovens pobres moradores de favela.

Em síntese, por mobilidade urbana cotidiana compreendemos os deslocamentos físicos realizados cotidianamente por pessoas e grupos no espaço urbano, implicados por significados e significações relacionados ao seu contexto sociocultural, transformadores e transformados por relações sociais nas cidades.

Compreendemos os jovens pobres moradores de favela como um grupo socialmente estigmatizado a partir das representações negativas de sua classe social e seu local de moradia, o que levanta a hipótese de que tenha sua mobilidade urbana cotidiana restrita em função de seu lugar social.

Seguimos, nos próximos capítulos, com a descrição dos procedimentos metodológicos da pesquisa, com os quais foram levantados os dados em análise. Para tal, iniciaremos apresentando o território em que a pesquisa foi realizada: o Complexo do Alemão, no Rio de Janeiro.

PARTE 2 - O TERRITÓRIO, O CAMPO E O PERCURSO DA PESQUISA

CAPÍTULO 3 – APRESENTANDO O TERRITÓRIO DA PESQUISA: O COMPLEXO DO ALEMÃO, NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

*A favela, nunca foi reduto de marginal
A favela, nunca foi reduto de marginal*

*Ela só tem gente humilde
Marginalizada
e essa verdade não sai no jornal*

*A favela é, um problema social
(Eu sou favela. Bezerra da Silva)*

Inicia-se essa segunda parte da tese contextualizando o território da pesquisa: o Complexo do Alemão, situado na cidade do Rio de Janeiro.

Cabe ressaltar que a pesquisa não ocorreu na totalidade do Complexo do Alemão, que se refere a uma grande área geográfica, mas em uma Organização Não-Governamental ali localizada e nos seus arredores. São utilizados aqui diferentes referenciais que nos ajudaram a construir esta fotografia sobre o lugar. “Fotografia” porque estamos falando de um determinado momento histórico e temporal e porque se trata de uma perspectiva que não é a hegemônica a respeito do local.

Conforme destacado por Maia (2017), as informações sobre o Complexo do Alemão, sejam elas sobre sua história, sua composição, seus dados demográficos, entre muitos outros, são compostas por múltiplas narrativas, vindas de pesquisadores, de moradores, de órgãos governamentais, dos veículos de comunicação. Nem sempre as narrativas são consonantes. Mas não nos cabe julgá-las aqui, determinando quais são as “verdadeiras”. Realizou-se, portanto, um resgate da literatura acadêmica já existente publicada especificamente sobre o Complexo, somado a dados empíricos obtidos pela pesquisadora durante suas incursões em campo.

Segundo Valladares (2005), as favelas existem antes mesmo da nomeação da “categoria” favela. No Rio de Janeiro as favelas surgiram no final do século XIX, quando a população de baixa renda, que não tinha condições de pagar moradia nas periferias da cidade e transporte para ir ao centro trabalhar, começaram a ocupar alguns morros na região central da cidade, para morar mais próximo ao local de trabalho (FERREIRA, 2009).

Favela é o nome popular de algumas plantas brasileiras. Eram plantas comuns na região de Canudos, no sertão da Bahia, onde houve uma guerra entre os anos de 1883 e 1897. Após aquela guerra, muitos ex-combatentes do exército regressaram ao Rio de Janeiro e foram morar nos morros do centro da cidade. Aqueles combatentes se reuniram para morar principalmente em um morro localizado no centro da cidade, o denominaram Morro da Favela (QUEIROZ FILHO, 2011). Existem diferentes interpretações que explicam esta nomeação. A primeira é que a planta favela também existia naquele morro e a segunda é que o nome foi dado para associar a resistência dos soldados da Guerra de Canudos aos habitantes que foram morar ali (VALLADARES, 2000).

Segundo Queiroz Filho (2011), um processo posterior e gradativo fez com que a palavra favela fosse generalizada e passasse a representar todos os outros locais de moradia semelhantes ao primeiro morro. O reconhecimento oficial das favelas já existia desde 1937, em documentos de cidade do Rio de Janeiro (VALLADARES, 2005). O maior crescimento no tamanho e no número de favelas aconteceu entre as décadas de 1950 e 1970, período de intensa industrialização da cidade (QUEIROZ FILHO, 2011). Desde seu “surgimento” oficial, até os dias de hoje, as favelas sempre foram vistas como um “problema urbano”.

Até hoje, o debate sobre o que é favela está presente no meio acadêmico, popular e nas políticas públicas. Atualmente, uma das denominações oficiais é a do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)⁴¹. O instituto considera que as favelas estão incluídas na denominação de “aglomerados subnormais”. Este conceito foi criado pelo IBGE em 1987, definido como um conjunto constituído por 51 ou mais unidades habitacionais caracterizadas por ausência de título de propriedade, além de uma das características abaixo: (1) irregularidade das vias de circulação e do tamanho e forma dos lotes e/ou (2) carência de serviços públicos essenciais (como coleta de lixo, rede de esgoto, rede de água, energia elétrica e iluminação pública) (IBGE, 2011).

⁴¹ Instituto público da administração federal brasileira criado em 1934, principal provedor de informações geográficas e estatísticas sobre o Brasil.

Porém, Pasternak e D'Ottaviano (2016) afirmam que o processo de coleta de dados do Censo pode apresentar algumas distorções com a realidade, o que acarreta em diversas críticas aos seus resultados. Assim, para as autoras, os dados censitários sobre favela são considerados subestimados. No entanto, reafirmam que, apesar das possíveis imprecisões, os dados colhidos pelas pesquisas censitárias ainda são um importante parâmetro para se pensar nas ações e nas políticas para as favelas. Por isso, iniciamos a caracterização daquele território tendo como base alguns de seus dados demográficos.

3.1 CARACTERÍSTICAS DEMOGRÁFICAS E GEOGRÁFICAS

O Complexo do Alemão se localiza na zona norte da cidade do Rio de Janeiro, na Área de Planejamento⁴² – AP 3. Essa região abriga sete das dez maiores favelas da capital em números de habitantes. Nessa AP, 27% do total de moradores vivem em favelas. O número é maior do que a proporção da cidade como um todo, na qual 1.443.773 habitantes dos 6.320.446 totais vivem em favelas, o que corresponde a 23% da população (CAVALLIERI; VIAL, 2012).

⁴² A cidade do Rio de Janeiro é dividida, a partir da implementação do Plano Diretor da cidade em 1992, em cinco grandes áreas de planejamento (AP) (SANTOS, 2012).

Figura 10: Mapa da cidade do Rio de Janeiro, dividida por bairros, com marcação no Complexo do Alemão.



Fonte: <http://mapaambiental.blogspot.com.br/2010/08/bairros-do-rio-de-janeiro-shapefile-e.html>. Modificado pela autora. Acesso em 02 de abril de 2018.

As AP são divididas em subáreas e em regiões administrativas (RA), divisão que considera, além da geografia próxima, características relacionadas, por exemplo, ao perfil de ocupação da região (SANTOS, 2012). O Complexo do Alemão é a XXIX região administrativa (RA) da cidade, que é dividida em 33 RAs. Dentre essas, o Complexo ocupa o 8º. lugar em relação à proporção de moradores do bairro que vivem em favelas. Entre os 1.143.773 moradores de favelas do Rio, 4,2% vivem no Complexo do Alemão, o que corresponde a 60.500 habitantes. Cabe ressaltar que, segundo os dados do Instituto Pereira Passos, nem todos os moradores da XXIX RA – Complexo do Alemão vivem em favelas, embora seja a maior proporção entre todas da cidade: a RA tem 69.143 habitantes e desses 87% vivem em favelas. Em número absolutos, o Complexo do Alemão é a 4ª. maior favela da cidade (a pesquisa considerou os complexos como uma favela apenas), ficando atrás apenas da Rocinha, do Complexo da Maré e do Complexo de Rio das Pedras (CAVALLIERI; VIAL, 2012).

Esse número, no entanto, não é um consenso, se perguntado aos próprios moradores da favela. Dados extraoficiais que circulam no território dizem que são 450 mil moradores, diante de informações de um levantamento do Ministério da Defesa, que apontou a existência de 150 mil moradias no território (MAIA, 2017). O Complexo do Alemão, enquanto bairro, tem taxas maiores de números de habitantes por domicílio e densidade demográfica do que a cidade do Rio de Janeiro em geral (INSTITUTO PEREIRA PASSOS, 2017), conforme podemos observar na tabela:

Tabela 1: Comparação entre o número de habitantes por domicílio e densidade demográfica entre o bairro Complexo do Alemão e a cidade do Rio de Janeiro.

Dados	Complexo do Alemão (bairro)	Cidade do Rio de Janeiro
Número de habitantes por domicílio	3,32	2,94
Densidade demográfica (habitantes/ha)	341,8	110,7

Fonte: elaboração da autora, baseada em dados de 2010 apresentados pelo Instituto Pereira Passos (2017)

Outro dado que mostra a discrepância entre o bairro e a cidade em geral é a renda *per capita*. Dados do censo demográfico de 2010 apresentam que, enquanto no município 34,1% da população vive com mais de dois salários mínimos, no Complexo do Alemão apenas 2,6% dos moradores têm esta renda. A maior parte dos moradores do Complexo vive com uma renda

per capita entre um quarto de salário mínimo e um salário mínimo (62,9%), número maior que o dobro se considerada a cidade como um todo (30,1%) (INSTITUTO PEREIRA PASSOS, 2017).

Com relação à faixa etária, tem-se que, em 2010, 29% da população do bairro tinha idade entre 15 e 29 anos. Em números absolutos, são 16.664 jovens, sendo 8.218 homens e 8.446 mulheres. Na cidade do Rio de Janeiro, como um todo, a porcentagem de jovens na população dessa idade é de 24% (INSTITUTO PEREIRA PASSOS, 2017), ou seja, há uma concentração maior de jovens naquela região, comparado com o perfil demográfico da cidade.

Com relação às condições de vida, o Alemão tem um dos piores resultados do Índice de Desenvolvimento Social (IDS)⁴³ da cidade do Rio de Janeiro, de acordo com dados do censo de 2000. Entre os 158 bairros, ocupa a 149ª posição, com o IDS de 0,47, considerado baixo. A título de comparação, a Lagoa, o primeiro lugar na lista, tem IDS de 0,854, e a maioria da população da cidade (53,95%) vive em áreas com IDS entre 0,5 e 0,7 (CAVALLIERI; LOPES, 2008). O que demonstra uma situação de vulnerabilidade social em patamares mais elevados do que o Rio de Janeiro, em geral.

Guimarães e Jannuzzi (2005), em uma reflexão a respeito do uso de indicadores sociais para a aplicação de políticas públicas, apresentam algumas críticas sobre suas limitações e inadequações existentes. Isso porque, apesar de legitimados política, técnica e cientificamente, muitas vezes existem “graves violações a princípios básicos das boas práticas da Pesquisa Social Empírica e do uso mal informado dessas medidas como critérios únicos e ‘neutros’” (p.88). O que os autores afirmam é que a utilização de índices numéricos não abrange os fenômenos multidimensionais existentes em diferentes territórios, ainda mais em um país como o Brasil, que tem dimensões continentais. Deve-se estar atento para que os índices não

⁴³ O IDS é um índice baseado no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), calculado pela Organização das Nações Unidas (ONU). Trata-se de número com intervalo de variação numa escala de 0 a 1 (0= menor valor; 1 = maior valor), que avaliou 10 variáveis de quatro dimensões no estudo em questão: (A) Dimensão Acesso a Saneamento Básico (1) Percentagem dos domicílios com serviço de abastecimento de água adequada - aqueles que têm canalização interna e estão ligados à rede geral; (2) Percentagem dos domicílios com serviço de esgoto adequado - aqueles que estão ligados à rede geral; (3) Percentagem dos domicílios com serviço adequado de coleta de lixo - aqueles que dispõem de coleta direta ou indireta de lixo; (B) Dimensão Qualidade Habitacional (4) Número médio de banheiros por pessoa; (C) Dimensão Grau de Escolaridade (5) Percentagem de analfabetismo em maiores de 15 anos; (6) Percentagem dos chefes de domicílio com menos de quatro anos de estudo; (7) Percentagem dos chefes de domicílio com 15 anos ou mais de estudo; (D) Dimensão Disponibilidade de Renda (8) Rendimento médio dos chefes de domicílio em salários mínimos; (9) Percentagem dos chefes de domicílio com renda até dois salários mínimos; (10) Percentagem dos chefes de domicílio com rendimento igual ou superior a 10 salários mínimos (CAVALLIERI; LOPES, 2008)

simplifiquem os diversos aspectos envolvidos na vulnerabilidade social e na pobreza. Apesar disso, são relevantes, pois informam a discrepante desigualdade social na cidade do Rio de Janeiro, demonstrando maior vulnerabilidade social em territórios como o Complexo do Alemão.

Cabe ressaltar que, dentro do Complexo, existem muitas disparidades entre as condições de vida dos moradores. Segundo Motta (2014), há uma grande desigualdade social naquele território, sendo que em alguns bairros encontramos desde casas com até três andares, azulejo, ar-condicionado nos cômodos, assim como as moradias advindas de intervenções governamentais (como os conjuntos habitacionais), até as casas de madeira no alto do morro. Quanto mais no alto, mais barata e sem estrutura são as casas, onde vivem os mais pobres. Para os jovens entrevistados por Pérez (2014), parte dessa desigualdade está também relacionada às obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)⁴⁴, que atingiram de forma desigual a favela. Enquanto algumas partes melhoraram porque ganharam muitos investimentos, outras continuaram da mesma forma ou até degradaram.

3.2 APONTAMENTOS HISTÓRICOS

O começo da história sobre o que hoje nomeamos de “Complexo do Alemão” ocorreu na década de 1920. A primeira parte do Complexo a ser povoada foi o lado leste. Naquela época, haviam três fazendas na região: Joaquim Leandro da Motta, Camarinha e o loteamento do polonês Leonard Kaczmarkiewicz. Em 1941, parte da fazenda Camarinha foi vendida para o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciantes (IAPC) e, naquelas terras, iniciaram-se as ocupações consentidas pelo Estado, uma vez que o IAPC financiava conjuntos habitacionais que alugava para seus associados. As terras correspondem ao local onde hoje é a favela Nova Brasília.

⁴⁴O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) foi um programa lançado em 2007 pelo Governo Federal com objetivo de investir em infraestrutura (nas áreas de transporte, energia, saneamento, habitação e recursos hídricos), para eliminar os principais obstáculos ao crescimento econômico do país, promovendo então a aceleração do crescimento econômico; o aumento do emprego; e a melhoria das condições de vida da população brasileira. Para isto, utilizou-se de um conjunto de medidas destinadas a incentivar o investimento privado e aumentar o investimento público em infraestrutura e remover obstáculos (burocráticos, administrativos, normativos, jurídicos e legislativos) ao crescimento (BRASIL, 2007a). Detalharemos mais o PAC no Complexo do Alemão na seção 3.3. deste capítulo.

Ainda naquela década, trabalhadores do horto florestal tiveram autorização para morar nas terras do IAPC e, com o tempo, começaram a permitir, por conta própria, a fixação de novos moradores, que começaram a chegar na década de 1950, estimulados pelo parentesco com quem ali morava e pela crescente oferta de trabalho nas fábricas das indústrias que se estabeleciam no local. No início dos anos de 1960 surgiu a Associação de Moradores que iniciou a regulação da questão da posse da moradia (COUTO; RODRIGUES, 2015).

Já na região do alto da Serra da Misericórdia, havia a fazenda do polonês Leonard Kaczmarkiewicz. Segundo relatos, por suas características físicas, o imigrante era chamado de “Alemão” pelos moradores das favelas vizinhas às suas terras, o que fez com que a serra começasse a ser chamada de Morro do Alemão. Leonard alugava sua fazenda para inquilinos que construíam suas próprias casas. Outros proprietários de terras ao redor também alugavam seus terrenos ou faziam contratos de arrendamentos com produtores locais. Ao final dos anos 1940, iniciou-se a construção de avenidas e ruas, o que atraiu a vinda de imigrantes da região nordeste do país e, mais tarde, com a industrialização daquela área, os trabalhadores assalariados. Na década de 1960 começou a ocupação desordenada, sem autorização, que culminou no processo de favelização do bairro e, para evitar a perda de suas terras, os proprietários e herdeiros das fazendas do alto do Morro começaram a vendê-las. Assim, as terras da parte baixa do morro foram ocupadas. Esse processo aconteceu na região onde hoje é o Morro do Alemão e a Grota (COUTO; RODRIGUES, 2015; MOULIN; TABAK, 2014; TAVARES; COSTA; TUBINO, 2009).

Entre as décadas de 1970 e 1980 iniciaram-se os processos de ocupação de outros espaços e morros que hoje constituem o Complexo. Segundo Rodrigues (2016), as ocupações eram parte do contexto da época:

Pode-se dizer que a conjuntura política da década de 1980, que agregava apoio político às invasões e aos novos investimentos governamentais nas favelas, conduziu à ampliação da área ocupada por favelas, conformando o território do atual Complexo do Alemão. Novas áreas foram anexadas ao conjunto de favelas já existente, em parte porque se tornaram aptas para a moradia devido à expansão do sistema de adução de água, em parte porque o movimento de invasão de terrenos ociosos para a moradia era respaldado por um conjunto de entidades com representatividade social e política. Além disso, o contexto macroeconômico e social, de queda do emprego e da renda, e a ausência de políticas de habitação de interesse social tornavam a favela uma das poucas alternativas de moradia acessíveis na cidade para a população de baixa renda (RODRIGUES, 2016, p.65).

Na década de 1980 houve um grande aumento da população das favelas, muito maior quando comparado à população geral da cidade do Rio de Janeiro, resultando em uma atenção a este processo pelo governo. Entre 1981 e 1983 a Secretaria Municipal do Desenvolvimento Social do Rio de Janeiro destinou recursos para o Projeto de Desenvolvimento Social das Favelas, que tinha como objetivo realizar o diagnóstico de 21 favelas da cidade. Naquela pesquisa nomeou-se de “Conjunto Favelado do Alemão” a área compreendida pelas seguintes favelas: Morro do Alemão, Nova Brasília, Itararé e Joaquim Queiroz. É importante ressaltar, no entanto, que os órgãos contratados para realizar aquela pesquisa não apresentaram uma “unidade” ao considerar a região, no que se refere à sua nomenclatura e sua área de abrangência, expresso nos relatórios de diferentes maneiras, como “Conjunto do Alemão”, “Complexo do Alemão”, “Morro do Alemão” (MATIOLLI, 2016).

Com base nesses dados, é interessante destacar, primeiro, uma espécie de confusão no uso da noção de “Morro do Alemão”, que ora expressa todo o conjunto de favelas e ora, apenas uma delas. Depois, o reconhecimento de uma nova escala territorial, o “Complexo do Alemão”, também parece confuso, pois os dados apresentados ora dizem respeito a esta nova unidade territorial, ora se referem às diferentes favelas que a compõem, marcando sua diferenciação interna. Essa perspectiva reconhece uma continuidade entre as favelas do Alemão, sem perder de vista a sua heterogeneidade interna. (MATIOLLI, 2016, p.76)

Já nos anos 1990 a expansão territorial nas favelas do Complexo do Alemão se esgotou com a diminuição do investimento do governo nas obras de urbanização. Além disso, o Alemão não foi incluído no programa Favela-Bairro da prefeitura do Rio de Janeiro, o que levou a uma diminuição dos investimentos. Soma-se, ainda, o aumento da violência com a chegada do tráfico de drogas e a intensificação de conflitos armados entre os grupos de traficantes e a polícia, o que levou a uma diminuição das políticas de urbanização, que foram substituídas pelas políticas de segurança enquanto ponto central nos debates sobre as necessidades das favelas (RODRIGUES, 2016).

Em 1986, o Decreto Municipal nº 6.011, de 4 de agosto decretou a XXIX Região Administrativa (RA) – Complexo do Alemão e, em 9 de dezembro de 1993, o Complexo do Alemão passou a ser considerado um bairro da cidade, a partir da aprovação da Lei Municipal nº 2.055 (MATIOLLI, 2016). Hoje, o Complexo do Alemão é constituído por uma área de mais de dois milhões de metros quadrados, o que corresponde a 296 mil campos de futebol (MATIOLLI, 2016; MOULIN; TABAK, 2014).

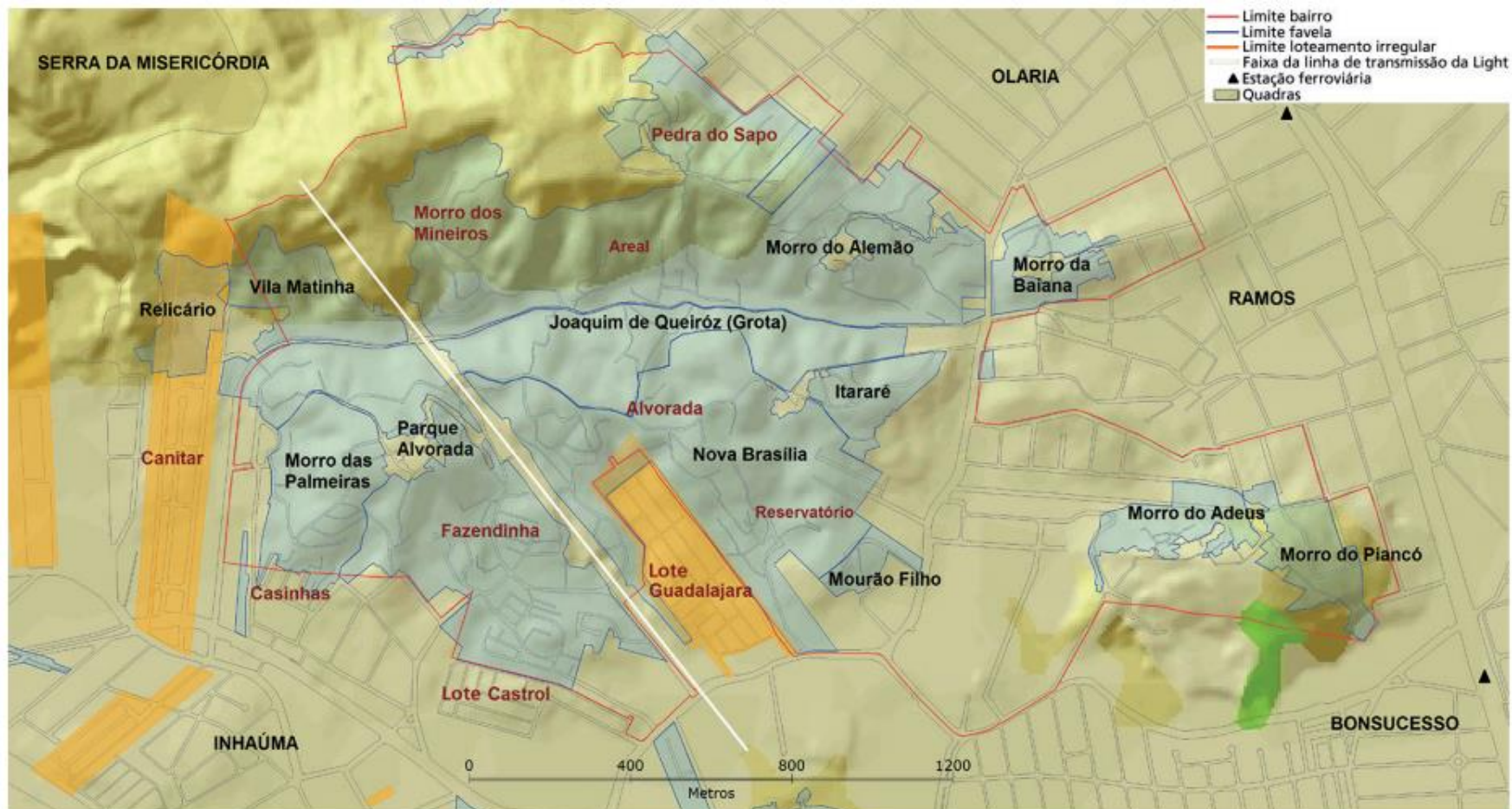
No censo de 2010, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) buscou aprimorar os dados relacionados ao que denomina de “aglomerados subnormais”⁴⁵. Nesta pesquisa, consideraram o Complexo do Alemão como uma área interligada entre o Morro do Alemão e outros nove aglomerados: Itararé, Joaquim Queiroz, Morro da Baiana, Morro das Palmeiras, Mourão Filho, Nova Brasília, Parque Alvorada, Relicário e Vila Matinha (IBGE, 2011). É importante ressaltar que a área que corresponde ao bairro do Complexo do Alemão não é a mesma que a do aglomerado do Morro do Alemão e suas adjacências.

No entanto, a depender da fonte consultada, encontra-se um número diferente de favelas compondo o Complexo, conforme demonstrado por Mees (2015) e Maia (2017). Para o jornal “Voz da Comunidade” (jornal comunitário de um grupo de jovens moradores do Complexo) são 13 as favelas que compõem o Complexo, assim como para o Instituto Raízes em Movimento (uma Organização não-governamental local); ao mesmo tempo, no sítio eletrônico do projeto das Unidades de Polícia Pacificadora (UPP), da prefeitura, são 15 e para a Central Única de Favelas (CUFA) são 12.

A título de comparação, a imagem abaixo sobrepõe o bairro e a favela Complexo do Alemão, elaborado por Couto e Rodrigues (2015). Na imagem, as autoras indicam que são 12 favelas reconhecidas pelo Instituto Pereira Passos, identificadas com o nome na cor preta. Na cor marrom estão as favelas consideradas pelos moradores que participaram do trabalho de campo da pesquisa das autoras. A linha vermelha apresenta os limites do bairro Complexo do Alemão e a azul os limites das favelas que compõem o Complexo.

⁴⁵ Conceito criado pelo IBGE em 1987, definido como um conjunto constituído por 51 ou mais unidades habitacionais caracterizadas por ausência de título de propriedade e pelo menos uma das características abaixo: (1) irregularidade das vias de circulação e do tamanho e forma dos lotes e/ou (2) carência de serviços públicos essenciais (como coleta de lixo, rede de esgoto, rede de água, energia elétrica e iluminação pública) (IBGE, 2011).

Figura 11: Comparação entre o bairro e a favela Complexo do Alemão



Fonte: COUTO, P. B.; RODRIGUES, R. I. **A gramática da moradia no Complexo do Alemão: história, documentos e narrativas**. Brasília: IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2015, p.14. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_2159.pdf>. Acesso em: 28 nov. 2019

3.3 O PAC NO COMPLEXO DO ALEMÃO

O Alemão recebeu o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) em 2008. Iniciado pelo Governo Federal em 2007, tinha como principal proposta para aquele território “criar possibilidades de permanência ou realocação dessa população em sua região de origem” (OLIVEIRA, 2011, p.31). Para que as ações pudessem ser efetivadas, foi desenvolvida uma metodologia de trabalho pela Caixa Econômica Federal - CAIXA, nomeada como “PAC Social”. O objetivo era, segundo as instruções normativas do Ministério das Cidades, “viabilizar o exercício da participação cidadã e promover a melhoria de qualidade de vida das famílias beneficiadas pelo projeto, mediante trabalho educativo, favorecendo a organização da população, a educação sanitária e ambiental, a gestão comunitária e o desenvolvimento de ações que, de acordo com as necessidades das famílias, facilitem seu acesso ao trabalho e melhoria da renda familiar”. A ideia do governo federal com esta proposta era viabilizar ações sociais integradas com as obras de infraestrutura (OLIVEIRA, 2011, p.31-32).

O governo do Estado e a Agência XXI, ao chegarem no território para iniciar o trabalho do PAC, investiram no *slogan* “O Alemão vai mudar”. Antes da execução dos projetos de engenharia civil, foram feitas ações, tanto por agentes governamentais quando pelas lideranças comunitárias e ONGs, para que se pensassem nas demandas individuais e coletivas dos moradores no planejamento. No entanto, líderes de associações de moradores e ONGs relataram que demandas das comunidades que compõem o Complexo não foram atendidas igualmente (OLIVEIRA, 2011).

Embora desde a concepção da proposta houvesse a orientação da necessidade de um trabalho social a ser desenvolvido junto às obras, na prática o início do programa foi considerado turbulento (OLIVEIRA, 2011). Os responsáveis pelas obras tiveram muitos atritos com os moradores. Segundo Oliveira (2011), em sua avaliação, alguns fatores levaram aos problemas na efetivação da proposta de participação no PAC: “a consolidação da máquina política governamental – que buscava acima de tudo a maximização dos ganhos eleitorais – e o não-reconhecimento de sujeitos historicamente subalternizados nos espaços de participação popular idealizados pelo PAC Social” (p.106). O autor afirma também que houve um grande “desvirtuamento do trabalho social pelo alto grau de interferência político-eleitoral (p.107)”. Foram construídos pelo PAC:

Espaço Esportivo, o Centro de Geração de Renda operado pela FAETEC, e o Centro Integrado de Atenção à Saúde que possui uma Unidade de Pronto Atendimento (UPA) e consultórios. Contou com a construção do Colégio Estadual Jornalista Tim Lopes, o Centro de Referência para a Juventude (CRJ). As obras do PAC incluíram a construção conjuntos habitacionais em seis localidades: dois na Avenida Itaoca, um no Morro do Adeus, um numa antiga fábrica, um na Estrada do Itararé, um na Área do Gás (Heliogás)”. (PÉREZ, 2014, p.172)

Pérez (2014) acrescentou ainda alguns outros equipamentos, como o Cine Carioca, cinema com uma sala 3D, o Espaço de Desenvolvimento Infantil, para crianças de 0 a 6 anos, e a Praça do Conhecimento, construídos na favela Nova Brasília em 2010, pela prefeitura do Rio de Janeiro. A pesquisadora, ao entrevistar jovens locais, apontou que a distribuição de recursos foi bastante desigual entre as favelas do Complexo, fazendo com que muitas áreas continuassem em situação precária de desenvolvimento. Cabe ressaltar aqui também que as obras do PAC do Alemão foram denunciadas na justiça por esquemas de superfaturamento e, pelos moradores, de abandono de muitas obras, que não foram concluídas. Outra obra que deve destaque no PAC foi o teleférico do Complexo do Alemão, conforme apresentamos a seguir.

3.3.1 O teleférico do Complexo do Alemão

O teleférico ganhou destaque na concepção deste trabalho por se tratar de um recurso implantado com a justificativa de melhorar e garantir a circulação e a mobilidade dos moradores na favela. Assim, optou-se por apresentar os pontos de vistas a respeito dessa obra, tamanha a discussão que suscita até os dias de hoje⁴⁶ (GONÇALVES; BANDEIRA, 2017).

Desde que o PAC adentrou no Alemão com o projeto de construção do teleférico, não foi unânime entre os moradores, segundo Oliveira (2011, p.60): “A população se

⁴⁶ O teleférico apareceu recentemente na mídia após seu fechamento e as denúncias de corrupção em suas obras, conforme podemos observar nas reportagens: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2016/12/21/fechado-ha-3-meses-teleferico-do-alemao-e-exemplo-da-criese-financeira-do-rj.htm>, <http://jc.ne10.uol.com.br/blogs/deolhonotransito/2017/09/20/o-abandono-do-teleferico-do-alemao-simbolo-da-mobilidade-moderna-e-sustentavel/> e <https://istoe.com.br/teleferico-do-complexo-do-alemao-nao-leva-mais-a-lugar-nenhum/>; Acesso em 16 de março de 2018.

beneficiava do transporte informal e tinha suas necessidades atendidas, não percebendo problemas com relação ao transporte que justificassem tamanho investimento de recursos públicos”. O teleférico foi inaugurado em 7 de julho de 2011. Era composto por seis estações, sendo a primeira Bonsucesso, onde fazia integração com o trem da Supervia. Seguia com um percurso de aproximadamente 3,5 km. com mais cinco estações: Adeus, Baiana, Alemão, Itararé e Palmeiras. O projeto buscava atender até 30 mil passageiros por dia e, para tanto, o teleférico foi composto por 152 cabines com capacidade para oito passageiros sentados e dois em pé. O tempo total do trajeto era de 20 minutos (GONÇALVES; BANDEIRA, 2017; IZAGA; PEREIRA, 2014; OLIVEIRA, 2011; PÉREZ, 2014). Em cada uma das estações, foi construído um espaço comunitário, com alguns serviços como bancos, comércios, equipamentos sociais e bases da UPP (SANTOS, 2014).

Figura 12: O teleférico visto de uma das estações.



Fonte: Acervo do projeto “Juventude(s)”. Divulgação com autorização.

Izaga e Pereira (2014) apontam que, apesar das divulgações feitas pelos órgãos oficiais, o teleférico não foi eficiente como esperado. Apenas 7% da população local se cadastrou para poder usá-lo gratuitamente. Para as autoras, “o ponto falho quanto ao sistema de teleféricos parece residir no fato de que a sua implantação aparenta não ter tido compatibilidade com o plano urbanístico e com a própria trama viária de cada uma

das favelas que compõem o Complexo do Alemão” (p.100). Segundo Santos (2014) não houve nenhum estudo de demanda para o projeto.

Nas pesquisas de Gonçalves e Bandeira (2017), Santos (2014) e Lima (2015), os moradores referiram que preferiam usar mototáxi ou Kombi. Segundo esses estudos, o teleférico era usado por aqueles que moravam no alto dos morros, pertos das estações, mas, para os demais, não valia a pena subir. Outro fator influenciador era a presença de tiroteios frequentes na região, que chegou a perfurar uma das gôndolas. Um dos pontos polêmicos relacionados ao teleférico dizia respeito ao seu uso para o turismo:

Por outro lado, o uso turístico se consumou em algo novo, gerando questionamentos sobre a função do equipamento na favela. Primeiramente, estava claro que a intenção do governo era que o sistema fosse implantado com a principal função de melhorar a mobilidade dos moradores. No entanto, o turismo nunca foi descartado, e sim, estimulado pelo menos através de visitas e declarações. (SANTOS, 2014, p.81).

Santos (2014) afirma ainda que o uso turístico do teleférico era a única forma de ele ser viável economicamente, uma vez que as tarifas pagas pelos turistas (mais alta do que aquela paga pelos moradores, que usavam integração com outro transporte, além daqueles que tinham gratuidade) poderiam financiar o subsídio para que o governo realizasse a manutenção do equipamento.

O teleférico, junto à ocupação do território pelas Unidades de Polícia Pacificadora (detalhada adiante neste trabalho), efetivamente aumentou o turismo na região. Segundo relato de uma moradora, dona de uma única agência de turismo do local, apesar desse aumento, não houve mudança significativa para o comércio (SANTOS, 2014). Segundo alguns jovens, os turistas conhecem ONGs, vão a bares, lugares de samba, mas têm no teleférico o passeio preferido, pois veem a favela em sua totalidade, com uma vista “de cima”. No entanto, eles refletem que essa vista não contempla a realidade do Alemão, pois, “podem dar a impressão que a favela está melhorando” (PÉREZ, 2014, p.278).

Santos (2014) critica essa forma de turismo “à distância”, na qual não há uma aproximação da experiência da favela, não tem interatividade. A autora afirma que existe uma fetichização e espetacularização da favela, sendo o turista apenas um espectador que, “ao contemplar a estética do precário, vive a experiência como um espetáculo” (p.84).

Para ela, para o turismo ser realmente positivo para a região, seria preciso pensar em formas de que não fosse realizado com tanta distância, para que pudesse ocorrer uma troca entre os turistas e os moradores, não só no sentido comercial, mas também na desmistificação de alguns estigmas das favelas.

Figura 13: O Alemão visto pelo teleférico.



Fonte: Acervo do projeto “Juventude(s)”. Divulgação com autorização.

O teleférico foi desativado por tempo indeterminado em outubro de 2016, após diversas paralizações, por desgaste de um cabo de tração e a falta de repasse de verba do governo do estado para o consórcio que o administrava (GONÇALVES; BANDEIRA, 2017). No momento em que foi realizada a pesquisa de campo (2018), continuavam inoperantes e haviam sido extintos ou migraram de localização os serviços para a população que foram construídos nas estações.

Pode-se afirmar então que, apesar das obras do PAC terem efetivamente beneficiado algumas áreas do Alemão, a desigualdade de distribuição e o alto investimento no teleférico não contemplaram as necessidades do território. Existe, nas ações nas favelas, “um conflito de interesses entre ações do poder público e o que os habitantes do Complexo do Alemão demandam como prioridade para a melhoria da qualidade de vida na região” (PÉREZ, 2014, P.174), sendo o teleférico um exemplo concreto desse conflito.

3.3.2 Algumas outras críticas ao PAC

Para além das críticas já colocadas ao PAC do Complexo do Alemão, como a distribuição irregular dos recursos e a forma como foram implementadas propostas e projetos, sem a participação efetiva dos moradores, outra crítica se refere à imposição de intervenções que descaracterizaram a história e a cultura locais, como por exemplo a destruição de uma galeria de grafite a céu aberto na Avenida Central, substituída por grafites encomendados pelo Estado a um artista consagrado internacionalmente, Eduardo Kobra (FACINA, 2014).

A autora ainda questiona a remoção dos moradores da Avenida Central, que não queriam se desfazer de suas moradias, repleta de histórias e significados. Naquele local, artistas próprios da região realizaram uma intervenção em uma escada abandonada, que levaria a uma das casas removidas. Esta intervenção estética também foi derrubada pelas obras, que não foram finalizadas.

Destacamos, portanto, que, apesar dos inegáveis benefícios construídos através do PAC no Complexo do Alemão, não se pode negar que houve a lacuna de uma construção participativa das propostas, assim como uma valorização das histórias, culturas e narrativas dos moradores.

3.4 A VIOLÊNCIA E A PERICULOSIDADE COMO MARCADORES DE IDENTIDADE DOS MORADORES DO COMPLEXO DO ALEMÃO

*Como é que essa gente tão boa
É vista como marginal
Eu acho que a sociedade
Tá enxergando mal
Entendo esse mundo complexo
Favela é a minha raiz
Sem rumo, sem tino, sem nexo
E ainda feliz.
Nem toda maldade humana
Está em quem porta um fuzil
Tem gente de terno e gravata
Matando o Brasil acima de tudo
(Favela. Arlindo Cruz)*

O Complexo do Alemão é visto hoje, por parte da população do Rio de Janeiro, como um território marcado pela violência. A presença de organizações criminosas ligadas ao tráfico de drogas, aos conflitos com a polícia e a perpetuação de notícias relacionando a essa região com práticas violentas fez com que o Alemão ficasse marcado, no imaginário popular, como um bairro extremamente perigoso, diretamente ligado a atividades criminosas.

Os problemas socioeconômicos no final dos anos 1980 e início de 1990 alteraram a organização do crime no Brasil, o que levou essas atividades às periferias, principalmente das metrópoles e, no caso do Rio de Janeiro, às favelas. Assim, elas passaram a ter uma intensificação da violência, causada principalmente pelo aumento das atividades em torno do tráfico de drogas e o armamento utilizado pelos traficantes (CORRÊA, 2013).

Segundo Rodrigues (2016), desde as décadas de 1960 e 1970 já havia notícias veiculadas pela mídia sobre a existência de “bocas de fumo”⁴⁷ na região onde hoje é o Complexo do Alemão. Porém, entre 1984 e 1986 os conflitos violentos levaram a um grande número de mortes de pessoas da região, o que culminou em maior visibilidade do

⁴⁷ Gíria utilizada para se referir ao local onde acontece o comércio de drogas ilícitas.

conflito por parte da imprensa, ocasionando a visão das “favelas como lugares centrais do tráfico de drogas da cidade” (p.66).

Foi desse modo que o conjunto de favelas passou a ser conhecido como “Faixa de Gaza do Rio de Janeiro”, em referência aos conflitos entre palestinos e israelenses no Oriente Médio. Contribuíram para esta representação os constantes tiroteios entre facções rivais e entre estes e a polícia; os elevados números de assaltos nos bairros vizinhos, atribuídos a ações comandadas por traficantes do Complexo do Alemão; e o brutal assassinato do jornalista Tim Lopes, da Rede Globo de Televisão (CORRÊA, 2013, p.62).

O Alemão não é apenas mais um bairro violento da cidade do Rio de Janeiro. É conhecido como “o mais violento” (CORRÊA, 2013; MAIA, 2017). Alguns fatos foram corroborando para esse imaginário. O assassinato do jornalista Tim Lopes em 2002 e a Chacina do Pan, em 2007, são alguns exemplos. A partir de então, as incursões da polícia passaram a ser cada vez mais frequentes nas favelas do bairro e a sua representação simbólica para a população passou, cada vez mais, a ser a de um lugar violento.

3.4.1 O assassinato do jornalista Tim Lopes em 2002

O jornalista Tim Lopes foi assassinado em junho de 2002 quando realizava uma reportagem investigativa que apurava denúncias de tráficos de drogas e exploração sexual de jovens por traficantes do Complexo do Alemão⁴⁸. Foram 100 dias entre a morte do jornalista e a prisão de Elias Maluco, apontado como comandante do crime. Naquele período, houve uma intensa pressão sobre a polícia por parte da mídia, mais especificamente da rede Globo, local em que o jornalista trabalhava.

Segundo Castilho (2011) “a pressão exercida sobre a investigação se deu através de uma narrativa com forte apelo emocional, na qual se percebe uma vontade interdita do jornal de vingar a morte de Tim. Era mais do que um simples caso de polícia” (p.207). Durante aquele período, a intensa cobertura da mídia, ao invés de se basear em relatos

⁴⁸ Existe a versão que afirma que Tim Lopes estava investigando a exploração sexual de jovens em bailes *funk* das favelas. Porém, esta versão é contestada pelo fato de o jornalista ter sido morto em horário diferente ao da realização dos bailes. Facina (2014) diz que essa versão que circulou na mídia faz parte de uma tentativa de desvalorização e criminalização de uma atividade cultural típica das favelas: os bailes *funk*.

objetivos e factuais, utilizou de narrativas que continham o detalhamento da brutalidade dos criminosos (Tim Lopes foi torturado, segundo as investigações), contadas em rede nacional de TV nos mínimos detalhes. Ao mesmo tempo, a história narrada colocou a vítima como um mártir e, ao desfecho do caso, os policiais que prenderam os bandidos envolvidos como heróis. Assim foi criada uma história em que se polarizava um enredo de luta entre vilão e herói, entre o bem e mal (CASTILHO, 2011). Especificamente, enfatizava que o “mau” ficava no Complexo do Alemão.

Em 2011 foi inaugurado um Colégio Estadual dentro do Complexo do Alemão, batizado de Tim Lopes em homenagem ao jornalista. Sobre este fato, nas palavras de Facina (2014), tem-se mais uma vez a reafirmação do Alemão como o local da violência:

Nas entrelinhas do discurso, podemos ler a permanente memória desse crime como parte de um cotidiano escolar que percebe no destino dessas crianças e jovens moradores do Complexo do Alemão a “semente do mal”. Nem sempre as armas precisam estar a mostra para a militarização da vida se fazer presente (FACINA, 2014, p. 46)

Figura 14: Capa do Jornal Extra sobre a prisão de Elias Maluco, responsável pelo assassinato de Tim Lopes



Fonte:

<http://acervo.extra.globo.com/resultados/?ye=2010&mo=11&da=29&e=primeira+p%C3%A1gina&gr=tr>
ue. Acesso em 30 de março de 2018.

3.4.2 A Chacina do Pan em 2007

Em maio de 2007, dois policiais foram mortos no Batalhão da Polícia Militar no bairro de Oswaldo Cruz, na zona norte da cidade da cidade. Após esse crime, iniciou-se um cerco da polícia ao Complexo do Alemão em busca dos bandidos, que durou de março a julho daquele ano. Naquele período, ganhou destaque o acontecimento de 27 de junho de 2007, uma megaoperação policial realizada em parceria pelos governos estadual e federal que culminou na morte de 19 pessoas em um único dia. O ato ficou conhecido como “Chacina do Pan”, em referência aos Jogos Pan-Americanos que se iniciariam na

cidade no mês seguinte. Segundo a Secretaria de Segurança Pública, todos os mortos eram ligados ao crime organizado. Além deles, mais 60 pessoas ficaram feridas no confronto, que teve blindados, helicópteros, dezenas de viaturas e contou com policiais e soldados (ALVARENGA FILHO, 2016; MOULIN; TABAK, 2014).

Figura 15: Reportagem do jornal Folha de São Paulo, de 28 de junho de 2007.

Ação policial mata ao menos 19 no Rio

Operação antitráfico inclui 1.350 homens; secretário de Segurança diz que opção pelo confronto é 'corajosa'



Integrantes da operação policial carregam corpo de homem morto em uma das favelas do complexo do Alemão, zona norte do Rio

Pelo menos 19 pessoas morreram em dez horas de combates na maior mobilização policial já ocorrida em uma única área do Rio.

A ação envolveu 1.350 homens das polícias Civil e Militar e da Força Nacional de Segurança no complexo de favelas do Alemão, na zona norte, alvo de operações diárias há quase dois meses.

Até a noite, o governo do Rio falava em 13 mortos. O total subiu após o dono de um loteamento levar à polícia seis corpos colocados por um grupo em seu veículo quando desceu o morro.

Segundo o governo, os mortos eram traficantes. Sete pessoas foram feridas (incluindo um policial e cinco por balas perdidas), três supostos traficantes foram presos, e um menor, detido.

O secretário de Segurança, José Mariano Beltrame, disse que as mortes foram em áreas altas, que a polícia não alcançava "há décadas". Em sua avaliação, a operação "é uma opção corajosa".

A ação afetou os moradores, que não puderam entrar em casa nem sair da área de conflito, pois o transporte público não operou. *CELESTINE*

Diretor do Deic é sócio de empresa de segurança

O diretor do Deic (Departamento de Investigações sobre o Crime Organizado) de São Paulo, Youssef Abou Chahin, é um dos sócios do Grupo Oregon, que atua na área de segurança e em casos de seqüestros, informa André Caramante.

Na chefia do Deic desde janeiro o policial há 18 anos, Chahin acompanha crimes de seqüestros e extorsões. O delegado não se manifestou. Um de seus sócios diz que ele é só cotista. A polícia não vê ilegalidade, mas diz que vai apurar. *Pág. 6*

Fonte: <http://memorialdademocracia.com.br/card/massacre-do-complexo-do-alemao>. Acesso em 30 de março de 2018.

A Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) visitou o Complexo do Alemão e, após ouvir os depoimentos de moradores, denunciou a ação à imprensa e ao Ministério Público, pois as evidências mostravam que se tratava de uma execução, ou seja, as mortes aconteceram sem que houvesse confronto, o que foi comprovado posteriormente pela Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República (ALVARENGA FILHO, 2016).

A data ainda é muito marcante no cotidiano dos moradores. Jovens entrevistados por Corrêa (2013) se lembravam daquele dia e relataram que a execução e a forma como os policiais arrastaram os corpos dos mortos causou muita indignação. Já os entrevistados por Pérez (2014) contaram que conheciam pessoas que foram abordadas pela polícia e

sofreram violência, mesmo sem estarem envolvidas com o tráfico. Narraram à pesquisadora que ficaram assustados, pois perceberam que poderia acontecer com “qualquer um”. Afirmaram inclusive que o número de mortos foi maior do que o divulgado oficialmente. A invasão ganhou destaque em diferentes veículos da mídia, tendo sido trechos da ação transmitidos ao vivo pela TV. No entanto, apesar da denúncia de execução e de violação dos direitos humanos, percebe-se que:

uma das principais ideias sustentadas pela cobertura de diferentes veículos de comunicação da grande mídia sobre a invasão do dia 27 de junho foi: a operação foi um grande sucesso e, tornou-se assim, um marco no Brasil no que tange ao combate à criminalidade (ALVARENGA FILHO, 2016, p.155).

3.4.3 Representações de violência do Complexo do Alemão pela mídia

De forma geral, existe um imaginário e uma representação das favelas que advém apenas de seus aspectos negativos, de “definições que levam em conta apenas suas carências e ausências” (SILVA; BARBOSA, 2013, p.34). Conforme já colocado anteriormente, como resultado das construções da mídia, do poder público e das classes dominantes, tem-se uma representação negativa pela população a respeito das favelas, que se estende a todos os seus moradores, que acabam sendo vistos como não sujeitos de direitos e coniventes com as ações ilegais das facções que se organizam nos morros (SILVA; BARBOSA, 2013).

A representação do Complexo do Alemão pela mídia é o foco de diversas publicações de pesquisas lá realizadas (ALVARENGA FILHO, 2016; MACHADO, 2013; MAIA, 2012; SILVA; MUNDIM, 2015) e, mesmo em estudos que não tinham como objetivo estudar tais representações, são destacadas reflexões sobre o tema, uma vez que é algo que perpassa o cotidiano dos moradores do bairro.

Alvarenga Filho (2016) analisou a visão de duas revistas de grande circulação nacional (Veja e Isto é) sobre a “Chacina do Pan”, mencionada anteriormente. Para o autor, a análise das publicações das duas revistas mostra que foi trabalhada naquele período uma visão de que o Complexo do Alemão era a “fonte de grande parte dos problemas de segurança pública no Rio” (p.115). As mídias, para Alvarenga Filho (2016), são “potentes produtores de subjetividades” (p.114). Dessa forma, pode-se afirmar que as

representações do território influenciam diretamente nas representações que são feitas de seus moradores, assim como também nas próprias representações que eles têm de si. Pode-se, então, inferir que os estigmas relacionados ao bairro interferem diretamente na vida cotidiana de quem ali reside.

Por outro lado, a “Ocupação do Alemão”, a partir de 2010, junto a algumas outras intervenções do governo no local (como a instalação do teleférico) também teve grande repercussão na mídia, não só no Rio de Janeiro, mas em todo o Brasil. Conforme afirmou um dos entrevistados na pesquisa de Corrêa (2013), “o Alemão está na moda” (p.13). Leal (2014) relembra como, historicamente, foi construída uma imagem do Alemão ligada à pobreza, miséria e violência e de como, com a cobertura da Ocupação, iniciou-se uma tentativa de mudança nessa representação: “O mesmo recurso midiático que projetou a imagem negativa parece, neste instante, tentar redimir a imagem projetada a fim de atrair simpatia de um público que antes apresentava repulsa por este lugar” (p.87).

Essa mudança, conforme aponta Pérez (2014), aparece no fato de o Complexo do Alemão ter tido destaque em uma novela da Globo - fato também destacado por Corrêa (2013) - e nas ações para uma maior visibilidade turística do Alemão, exemplificada com a construção e grande propaganda em torno do teleférico. Hoje, percebe-se uma alternância nesses discursos, tanto da mídia, quanto do Estado: ora o destaque para a violência, para a necessidade de intervenção estatal reguladora das ações das favelas, ora uma visão positiva, estimuladora de um turismo de consumo das atividades culturais das favelas.

Apesar dessas alternâncias de discurso, ainda temos hoje uma visão estigmatizada daqueles territórios e uma grande influência dos meios de comunicação em massa em tais questões, conforme pode ser observado com a intervenção federal no Rio de Janeiro em fevereiro de 2018, que culminou na transferência do controle da segurança do estado para um general do Exército, após a massiva veiculação de notícias a respeito da violência na cidade durante o período do carnaval, que, segundo algumas fontes, não foi maior do que a dos anos anteriores⁴⁹.

⁴⁹ Não houve explosão de violência no Carnaval do Rio, garante ISP. Revista Fórum, 17 fev. 2018. Disponível em: <https://www.revistaforum.com.br/nao-houve-explosao-de-violencia-no-carnaval-do-rio-garante-isp/>. Acesso em 02 de abril de 2018.

3.5 A OCUPAÇÃO DO ALEMÃO PELO EXÉRCITO EM 2010 E A INSTALAÇÃO DAS UPPS

*Dizem que ela existe
Pra ajudar!
Dizem que ela existe
Pra proteger!
Eu sei que ela pode
Te parar!
Eu sei que ela pode
Te prender!

Polícia!
Para quem precisa
Polícia!
Para quem precisa
De polícia
(Polícia. Titãs)*

A implementação das Unidades de Polícia Pacificadora (UPP) se iniciou com um projeto da Secretaria Estadual de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro com o objetivo de instituir polícias comunitárias em favelas como meio de recuperar territórios ocupados por grupos criminosos nessas localidades e pacificar as áreas⁵⁰. A primeira Unidade foi instalada em dezembro de 2008, no Morro Dona Marta, na zona sul da cidade do Rio de Janeiro, e em janeiro de 2009 foram oficialmente instituídas pelo Decreto n.º 41.650. Em 2010, já existiam 12 unidades em diferentes favelas da cidade. No segundo semestre de 2014, eram 38 unidades instaladas pela capital (CORRÊA, 2013; FRANCO, 2014).

No Alemão, a “entrada” das UPPs começou em 2010, após alguns episódios de queima e assalto a veículos, além de ataques a bancos e delegacias ocorridos no mês de novembro, em diferentes pontos da cidade. Os ataques foram interpretados como uma resposta das facções criminosas à presença das UPPs. Houve ampla divulgação dos acontecimentos pela mídia e se instalou um discurso da existência de uma situação de caos na cidade, difundindo o medo entre a população. Com isso, o Batalhão Operações Policiais Especiais (BOPE) da Polícia Militar do Rio de Janeiro, junto à Marinha e ao Exército Brasileiro, utilizando-se de blindados, tanques e helicópteros, entraram na

⁵⁰ Segundo informações do site oficial da UPP: <http://www.upprj.com/>, acessado em 16 de março de 2018.

favela. A operação foi transmitida ao vivo por diversas emissoras de televisão, tendo repercussão internacional, sendo que ganhou destaque a imagem de cerca de 200 traficantes fugindo da favela por uma estrada de terra (CORRÊA, 2013; LEAL, 2014; PÉREZ, 2014; SILVA; MUNDIM, 2015).

Figura 16: Imagem de traficantes fugindo a pé durante a entrada da Polícia e das Forças Armadas no Complexo do Alemão, divulgada na mídia da época e televisionada ao vivo



Fonte: Acervo O Globo – As imagens da ocupação do Alemão. Disponível em: <http://acervo.oglobo.globo.com/fotogalerias/as-imagens-da-ocupacao-do-alemao-9364313>. Acesso em: 8 de dezembro de 2017.

Esse processo foi nomeado como “ocupação” ou “pacificação” do Complexo do Alemão. O Exército permaneceu no Complexo até abril de 2012, quando foi finalmente inaugurada a primeira UPP (CORRÊA, 2013). Sobre essa operação, jovens moradores entrevistados por pesquisadoras que realizaram seus trabalhos de campo no Alemão apresentaram discursos bem diferentes daqueles apresentados pela mídia. Eles relataram que os policiais se apropriaram do dinheiro encontrado na favela e acobertaram a fuga de alguns “bandidos”; que moradores denunciaram os lugares onde os traficantes escondiam joias, drogas, armas e dinheiro; além de relatarem muitas situações de violência vivida pelos moradores, invasão de propriedades e violação de direitos. Alguns jovens contaram que saíram de casa e foram para a casa de parentes. Para eles, a violência só não foi maior por causa da cobertura da mídia (CORRÊA, 2013; PÉREZ, 2014):

Para eles, a violência só não foi maior no dia que teve a entrada do BOPE e do exército na favela porque estava sendo transmitido ao vivo pela televisão. Os jovens acham que os duzentos homens que foram vistos fugindo da polícia subindo a Serra da Misericórdia – uma imagem que foi gravada pela televisão e repetida exaustivamente – numa operação normal, seriam baleados por policiais que atiram do alto, de dentro de helicópteros, sem saber ao certo quem eles estão atingindo. (PÉREZ, 2014, p.255)

Eles se incomodaram, principalmente, com a forma com que a mídia tratou a localidade. Na fala de uma jovem, só se mostrou o lado ruim do bairro, a violência, o crime, os bandidos, sem espaço para as “pessoas de bem” e as histórias de vida dos moradores que lá viviam (CORRÊA, 2013).

As UPPs e a maneira como seu projeto foi instaurado no Rio de Janeiro não são consenso entre a população. Prata et al. (2017) destacam que a entrada das UPPs interferiu nas relações dos moradores e dos profissionais de uma unidade de saúde do Complexo, objeto de seu estudo. Segundo relatos de entrevistados, a insegurança e o medo aumentaram após a ocupação. Afirmavam que, apesar da entrada das forças armadas/polícia ter levado ao fim o tráfico de drogas explícito na comunidade, ainda existiam muitas formas de violência.

Outra questão apontada na pesquisa foi a tensão existente entre os trabalhadores que residiam no território (na maioria agentes comunitários de saúde) e os profissionais que não moravam na região. A tensão vinha da dualidade de pontos de vista a respeito da ocupação, por exemplo: “As diferenças diziam respeito aos custos e benefícios da ocupação, ao grau de exposição às violências, às desigualdades entre eles, traduzidas na clássica oposição entre ‘morro’ e ‘asfalto’ (sic)” (PRATA et al., 2017, p.47).

A descrença na continuidade do projeto após os grandes eventos já agendados no momento de sua implantação (Copa do Mundo de 2014 e Olimpíadas do Rio de 2016) sempre foi presente (CORRÊA, 2013). Essa mesma desconfiança é mencionada na pesquisa de Leal (2014), também a respeito da visão de jovens sobre a UPP. Para os participantes das duas pesquisas, a UPP é uma “maquiagem”, pois não mudou a real situação de violência do território.

O fato de as UPPs estarem restritas ao espaço de favelas, e destinadas a algumas delas, já seria um indício luminoso para desvendar o que o projeto esconde: a ocupação militar e verticalizada das áreas de pobreza que se localizam em regiões estratégicas aos eventos desportivos do capitalismo vídeo-financeiro [...]. Com isso, queremos frisar que as UPPs aprofundam as desigualdades e as segregações socioespaciais no Rio de Janeiro (BATISTA, 2011, p.105).

Precisa-se ressaltar que, apesar das questões negativas já colocadas, as representações a respeito das UPPs são dicotômicas, aparecendo, junto às críticas, também aspectos positivos, conforme alguns dados encontrados em pesquisas realizadas naquele local. A dissertação de mestrado de Corrêa (2013) e o artigo dela derivado (CORRÊA et al., 2016), analisando a percepção de jovens moradores do Complexo do Alemão frequentadores ou não de projetos sociais, a respeito das UPPs consideram que, apesar da redução dos conflitos armados com a entrada das Unidades, ainda têm uma relação de desconfiança com as instituições policiais, especialmente devido às dificuldades de relacionamento com aqueles atores.

Para Corrêa et al. (2016) a entrada das UPPs nas favelas é importante para reduzir as violências naqueles locais. No entanto, é imprescindível pensar na forma como essas ações foram e são realizadas. As UPPs isoladamente não resolvem as questões sociais e econômicas das favelas, pois a maneira como os moradores são vistos e tratados, não só pela polícia, mas pelo Estado e pela sociedade, também precisa mudar. Trata-se de pensar em projetos de longo prazo e que substituam a lógica da “guerra” entre polícia e moradores, para se construir uma lógica de participação. É preciso que as políticas de segurança pública incluam os residentes das favelas como atores para a elaboração e a implementação de proposições, considerando assim suas demandas concretas. Em longo prazo, essa mudança de atitude poderia levar a uma articulação entre os todos os agentes envolvidos nesse processo – polícia, moradores, técnicos atuantes nos diferentes serviços sociais locais, entre outros – podendo culminar em uma relação mais colaborativa entre todos, em detrimento dos conflitos predominantes e permanentes (CORRÊA et al., 2016).

3.6 COMO É SER JOVEM NO COMPLEXO DO ALEMÃO?

Eu acredito
É na rapaziada
Que segue em frente
E segura o rojão
Eu ponho fé
É na fé da moçada
Que não foge da fera
E enfrenta o leão
Eu vou à luta
É com essa juventude
Que não corre da raia
À troco de nada
Eu vou no bloco
Dessa mocidade
Que não tá na saudade
E constrói
A manhã desejada...
 (E vamos à luta. Gonzaguinha)

Conforme colocado no segundo capítulo desta tese, jovens pobres, em especial os moradores de favela, sofrem diversos estigmas e preconceitos oriundos do seu lugar de moradia e classe social. O Alemão, conforme relatado pelos textos levantados em pesquisa sobre as publicações que explicitamente citam aquele local, é um território com um histórico de representações negativas pela mídia. Couto e Rodrigues (2015) colocam que:

No que tange à representação simbólica desta área para a exterioridade dos demais habitantes da cidade do Rio de Janeiro, Brasil e quiçá mundo, sua significação como lugar próximo, distante ou estranho, está impregnada dos sentidos da miséria e da violência urbana. No imaginário social, o Complexo do Alemão costuma ser vinculado à criminalidade, à pobreza, à falta e à negação. (COUTO; RODRIGUES, 2015, p.3).

Diante das particularidades do Complexo do Alemão, já abordadas ao longo deste capítulo, entende-se que ser jovem naquele território significa vivenciar um cotidiano único, atravessado por diversos fatores, simbólicos e concretos, que marcam a experiência daquela juventude. É esse cotidiano que se busca apreender por meio deste trabalho.

Inicialmente, com o intuito de se conhecer pesquisas já realizadas e publicadas sobre o público juvenil naquele local, realizou-se uma revisão sistemática a respeito do tema, através de uma busca com os termos “jovem” ou “juventude” e “Complexo do Alemão”, em bases de dados e bibliotecas virtuais, tais como: *Web of Science*, SocIndex, Scopus, Scielo e no Portal de Teses e Dissertações da CAPES (GONÇALVES; MALFITANO, 2019). Os achados foram complementados com outras produções acadêmicas encontradas de forma não sistemática.

3.6.1 A relação com a polícia

*Diversão hoje em dia não podemos nem pensar
Pois até lá nos bailes, eles vem nos humilhar
Fica lá na praça que era tudo tão normal
Agora virou moda a violência no local
Pessoas inocentes que não tem nada a ver
Estão perdendo hoje o seu direito de viver
(RAP da favela. MC Cidinho e MC Doca)*

A relação dos jovens moradores do Complexo do Alemão com a polícia, especialmente após a implementação das UPPs, tem sido objeto de diversas pesquisas. Jovens moradores do Complexo do Alemão relataram a Corrêa (2013) que a relação com a polícia é de desconfiança, porque existem, segundo eles, dificuldades entre os moradores e os policiais. Segundo eles, o comportamento da polícia com os pobres é desrespeitoso. Além disso, as regras impostas, regulando principalmente as atividades de lazer e sociabilidade dos moradores, causam incômodos, por se sentirem, segundo os autores, “constantemente sob suspeita da polícia, não sob sua proteção” (CORRÊA et al., 2016, p.112, tradução nossa). Apesar disso, a pesquisa afirma que houve uma:

mudança na orientação dos policiais das UPP, que resultou numa atuação a princípio menos violenta junto ao segmento juvenil. No entanto, o tratamento que vem sendo dispensado aos jovens ainda tem como matriz um modelo policial autoritário, de raiz militar, que precisa ser superado (CORRÊA, 2013, p.110).

Já Leal (2014), em pesquisa também realizada com jovens, mas no contexto de uma escola de ensino médio do Complexo do Alemão, encontrou dualidades nas representações dos jovens sobre as UPPs. Ao mesmo tempo em que apresentavam um sentimento de segurança advindo da presença das unidades (pela ação imediata da polícia nas ocorrências e resolução de conflitos, maior proteção causada pela presença de armas, pela maior circulação na favela e pela nova ordem imposta), apareceram também aspectos que demonstravam insegurança, como a desconfiança na postura dos policiais, o medo de represálias (associado aos possíveis laços entre polícia e traficantes), a incerteza da erradicação da violência e a desconfiança sobre a proposta da UPP e sua permanência.

A autora destacou também o incômodo quanto à restrição imposta a suas atividades de lazer, além da perda de “benefícios” que obtinham com o tráfico. No entanto, apesar de todas as críticas, ainda entendiam o projeto como algo positivo para a comunidade, pois visualizavam: a mudança da imagem da favela e de seus moradores; a redução da criminalidade, da visualização das armas, dos tiroteios e do consumo de drogas; a redução da influência do tráfico sobre a vida das crianças e jovens; a valorização da localidade e de seus moradores; as melhorias em relação à escola; as oportunidades nas áreas acadêmicas e de trabalho; o aumento de perspectiva de futuro; as melhorias nas áreas social, esportiva, de lazer e saúde e a organização das formas de lazer.

Pérez (2014) investigou a percepção de jovens moradores de diferentes favelas do Rio de Janeiro sobre as intervenções urbanas em seus territórios. Encontrou, entre outros fatores, a grande marca que a UPP tem na vida dos jovens, sendo esta, nos seus relatos, a principal diferença entre a infância e a juventude atual, constatando um marco nas narrativas: existe um antes e um depois da polícia.

Os jovens moradores do Alemão disseram à pesquisadora que a presença da UPP “melhorou a vida na comunidade, pois não precisam ver e nem escutar essas ações [venda e uso explícito de drogas, incluindo o consumo por crianças e adolescentes] do tráfico de drogas no seu cotidiano” (PÉREZ, 2014, p.252). Ao mesmo tempo, relatam que a presença do tráfico ainda existe no local, contando, como exemplo, uma situação em que o comércio local foi fechado a mando dos traficantes.

Entre os bairros em que realizou a pesquisa, o Complexo do Alemão foi um dos locais em que as relações entre moradores e polícia pareceu mais conflituosa. Os jovens relataram diversas situações em que foram tratados de forma violenta e injusta pela polícia. Ao mesmo tempo, falavam de uma expectativa com relação à melhoria da qualidade de vida dos moradores com a entrada das UPPs, pois esta permitiu uma ampliação de ofertas de atividades (como cursos e projetos sociais) no bairro, especialmente através de Organizações Não Governamentais. Muitos policiais se envolveram nesses projetos, o que causou um efeito positivo na visão que a população tem de sua atuação (PÉREZ, 2014).

3.6.2 A relação com a mídia tradicional e as novas tecnologias de informação

Como já destacado anteriormente, o Complexo do Alemão é um território da cidade do Rio de Janeiro que tem, nos últimos anos, despertado bastante a atenção dos meios de comunicação de massa. Essa visibilidade midiática do Complexo, para os jovens, apresenta pontos positivos e negativos. Os colaboradores com a pesquisa de Corrêa (2013) e de Pérez (2014) criticaram a maneira como a imprensa fez a cobertura da Ocupação do Alemão, ao mesmo tempo em que reclamaram da forma como o bairro é sempre tratado negativamente. Por outro lado, essa atenção da mídia apareceu em suas falas como um fator de proteção, pois a visibilidade que as ações da polícia estavam tendo no território fizeram com que fossem mais cautelosas, inibindo situações de abuso e violência (CORRÊA, 2013; PÉREZ, 2014).

No lado positivo, os textos destacam o uso das novas tecnologias de informação e comunicação (TIC), que possibilita que os jovens se coloquem enquanto vozes ativas para contar a sua realidade (CORRÊA, 2013; MAIA, 2012; PÉREZ, 2014). As redes sociais virtuais, ou TICs, surgiram principalmente com o advento da *Internet* e incidem diretamente na vida de toda a sociedade, ocasionando diversas mudanças em termos sociopolíticos e culturais, como a ampliação das formas de interatividade virtual, a composição do ativismo e de movimentos sociais (chamado *ciberativismo*), ativação de redes, novas relações entre mídias e novos processos de produção e compartilhamento de informação e conhecimento (FERIGATO; SILVA; GOZZI, 2017).

Ao mesmo tempo, as redes sociais podem levar a um distanciamento das trocas pessoais e a uma individualização do sujeito, mesmo quando inserido em um coletivo (LOPES, 2011). Além disso, com o advento da *Internet* e uso das redes sociais, existe um aumento midiático das indústrias de consumo, que têm os jovens como alvos privilegiados de suas ações, buscando associar o consumo de mercadorias ou experiências à sensação de satisfação, autoestima e felicidade (SEVERIANO, 2017).

No Alemão, as novas TICs foram amplamente usadas. Durante a ocupação em 2010, ganhou destaque também a cobertura feita por Renê Silva, um morador do complexo de 17 anos, à época, que utilizou o *Twitter*® para dar notícias ao vivo sobre os acontecimentos. Logo, tanto sua conta pessoal, quanto a do jornal que criou, o “Voz das Comunidades”⁵¹, ganharam milhares de seguidores nas redes sociais (MAIA, 2012; PÉREZ, 2014).

Tal destaque fez com que ele fosse considerado uma fonte primordial de informação, uma vez que estava lá dentro, diretamente onde tudo acontecia. Em certos momentos, chegou a apresentar sua versão de notícias veiculadas pela imprensa (MAIA, 2012). Renê ganhou fama e foi convidado a participar de eventos e entrevistas. Carregou a tocha olímpica das Olimpíadas de Londres em 2012 e participou da novela da Globo gravada no Complexo, naquele mesmo ano (PÉREZ, 2014). Tornou visível um outro lado do Alemão não conhecido pelo público. Segundo Maia (2012):

ele não usa as mídias simplesmente como forma de resistência local em relação à hegemonia; trata-se tanto de uma sociabilidade cooperativa e participativa que promove interação em contexto marginalizado, como é uma tentativa de divulgar globalmente seu local, de “dar voz ao morro” (p.271).

As redes sociais virtuais têm dado espaço para a organização e o fortalecimento de causas de grupos marginalizados, assim como tem disseminado grupos extremistas e com posicionamento político antidireitos. Os jovens afirmaram que conseguiram, através do *ciberespaço*, ganhar uma visibilidade antes reprimida, tanto pela mídia convencional, quanto pela própria ciência, fortalecendo-se como movimento. O uso de redes sociais virtuais pode ser difusor da voz de quem não tem espaço de escuta, ampliando a expressão

⁵¹ Ver capítulo 2, seção 2.2.1.

e a comunicação para os protagonistas das próprias histórias (FERIGATO; SILVA; GOZZI, 2017), sendo sempre necessário se assinalar suas outras ações, bem como aqueles que ainda não acessam as TIC, que correspondem a uma importante parcela da juventude brasileira.

No Alemão, segundo Maia (2017), apesar das dificuldades de uma rede local com boa conexão à *Internet*, a popularização dos celulares com acesso através de planos pré-pagos tem feito com que a rede seja mais acessada pelos moradores. Conforme veremos adiante, estar conectado faz parte dos hábitos culturais e de lazer de jovens moradores do Complexo.

3.6.3 Hábitos Culturais e de Lazer no Complexo do Alemão

*A gente não quer só comida
A gente quer comida
Diversão e arte
A gente não quer só comida
A gente quer saída
Para qualquer parte*

*A gente não quer só comida
A gente quer bebida
Diversão, balé
A gente não quer só comida
A gente quer a vida
Como a vida quer
(Comida. Titãs)*

Em 2011, a partir de uma parceria entre a Secretaria Estadual de Cultura e o Observatório de Favelas⁵², com o patrocínio da Petrobrás, foi realizado um projeto nomeado Solos Culturais, com o objetivo de desenvolver ações que “tem como eixos

⁵² O Observatório de Favelas foi criado em 2001 e desde 2003 é uma organização da sociedade civil (OSCIP) de pesquisa, consultoria e ação pública dedicada à produção do conhecimento e de proposições políticas sobre as favelas e fenômenos urbanos. Tem sede no Rio de Janeiro, na Favela da Maré, mas sua atuação é nacional. Fonte: <http://of.org.br/apresentacao/>. Acesso em 3 de março de 2018.

principais a formação em pesquisa e produção cultural, a realização de experiências estéticas em cada território popular e na cidade, e na realização de estudos de práticas e hábitos culturais de jovens das cinco favelas” (BARBOSA; DIAS, 2013, p.11). Uma das favelas foi o Complexo do Alemão.

Dentre as ações do projeto, foi realizada uma pesquisa com jovens moradores do Complexo a respeito de seus hábitos culturais (BARBOSA; DIAS, 2013b), na qual podemos encontrar alguns dados que nos ajudam a entender seus cotidianos e sua circulação pela cidade, dentro e fora da favela onde moram. Os participantes da pesquisa tinham entre 15 e 29 anos, 49,6% eram do sexo masculino e 50,4% feminino. Destes, 51,9% declararam serem pardos, 32,4% negros e 20,7% brancos. Com relação à ocupação profissional, temos o seguinte panorama:

33,2% declararam estar trabalhando informalmente e 25,6% trabalhavam formalmente. 13,9% estavam apenas estudando e 12,9% estavam desempregados e sem procurar emprego. Quanto à escolaridade, a maior parte (35,8%) já concluíra o 2º grau ou estava em séries superiores. 16% completaram o 1º ano do ensino médio e 11,1% concluíram o 2º ano do ensino médio. Portanto, podemos observar que 37,1% dos entrevistados estão em situação de defasagem escolar (BARBOSA; DIAS, 2013, p. 166).

Quando questionados sobre o que fazem quando não estão trabalhando ou estudando, a maioria dos jovens do Complexo do Alemão afirma ficar na *internet* (48,9%), seguido por ouvir música (27,3%), conversar na rua (26,8%), assistir TV (23,4%), ir à festa e bares (22,9%), praticar esportes e ir à praia (9,2% cada) e ler livros e revistas (9,5%). Percebe-se que, se analisarmos essa atividade, a maior porcentagem é de práticas que são desenvolvidas dentro de casa e, dentre as atividades culturais domiciliares, destacaram-se ficar na *Internet* (54,1%), assistir TV aberta (55,9%) e assistir TV a cabo (50,1%). Percebemos que as características não diferem dos jovens contemporâneos, sejam eles moradores ou não das favelas.

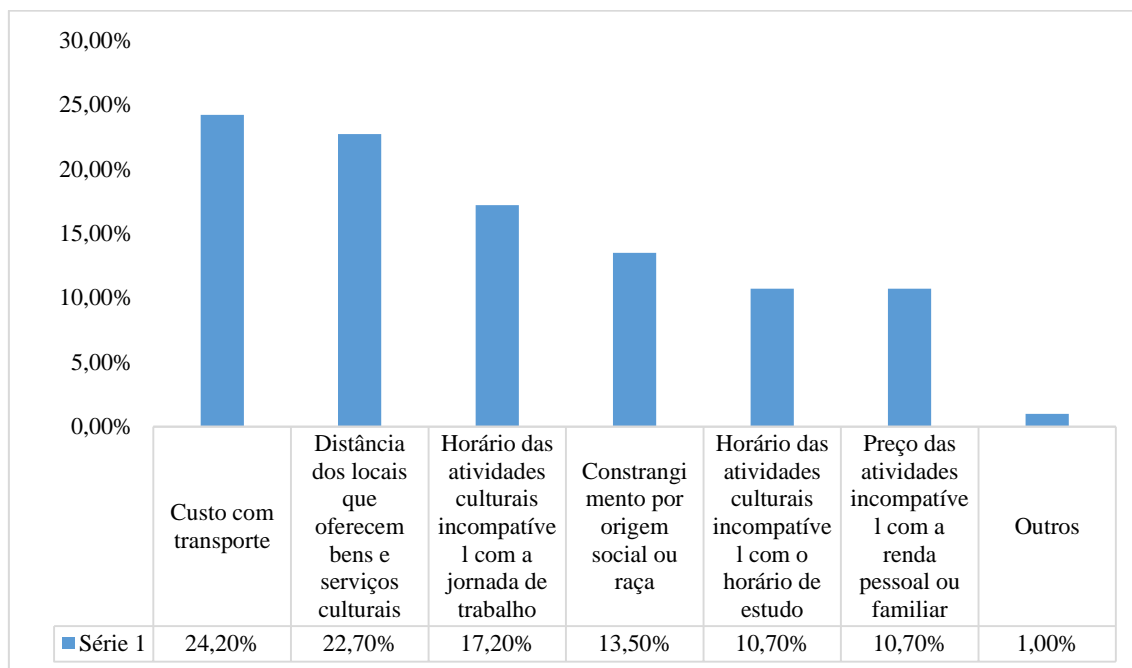
Com relação às atividades realizadas fora de casa, 33,2% afirmam que são realizadas na rua, 27% em praças e 24,5% em quadras, o que mostra que são realizadas em espaços públicos abertos. Os jovens reconhecem como principal manifestação artística do seu território a música (59,6%), seguida por grafite (10%), fotografia (7,5%), dança (5,6%), teatro (1,6%), vídeo (0,9%), literatura (0,6%), artes plásticas (0,3%) e

outros (13,8%). Embora entre os entrevistados 51,9% tenham se declarado pardos e 24,4% negros, o que corresponde a uma amostragem de 76,3% dos participantes da pesquisa, apenas 45,5% declararam participar de atividades culturais afro-brasileiras, sendo que destes a maioria frequentava rodas de capoeira (20,6%), seguido de 8,4% frequentadores de escolas de samba e 7,7% de rodas de samba de terreiro.

Algumas informações mostraram dados relevantes referentes às atividades externas realizadas pelos entrevistados. As porcentagens a seguir dizem respeito a jovens que nunca frequentaram cada um desses diferentes espaços culturais: 53,8% teatro, 69,5% exposição de artes plásticas ou visuais, 88% orquestra, 59,3% biblioteca, 61,4% museu e 59% centro cultural. Dos espaços externos nos quais desenvolvem atividades estão o *shopping* (49,9%), cinema (36%) e show de música (24,4%).

Tais dados são relevantes, afinal se relacionam diretamente com a mobilidade urbana daqueles jovens, uma vez que é preciso estar em diferentes lugares para ter acesso a essa diversidade de atividades. Os lugares que eles indicaram frequentar são dentro ou próximo ao Complexo do Alemão. Já os outros espaços culturais citados na pesquisa, os menos frequentados pelos jovens, como teatro e museus, localizam-se em outras regiões da cidade, mais distantes e com acesso mais difícil aos moradores do Complexo, sendo que os dados corroboram seu não acesso a lugares da cidade para além daqueles na favela. O levantamento apresenta também os principais motivos que os levaram a não frequentarem atividades culturais fora de casa:

Figura 17: Gráfico com as principais dificuldades dos jovens do Complexo do Alemão para participação em atividades culturais fora de casa.



Fonte: Elaboração da autora, com base nos dados apresentados por Barbosa e Dias (2013b)

Esses dados relacionados às dificuldades de participação dos jovens em atividades culturais fora do território em que vivem podem ser transpostos para a dificuldade de participação social e política, para a dificuldade em acesso a serviços e espaços públicos, não só de cultura, mas também de lazer, educação e saúde.

3.6.4 Os jovens no Complexo do Alemão

O que podemos inferir sobre o Complexo do Alemão é que o bairro, que foi considerado pela mídia e pelo imaginário popular por muito tempo como o mais violento da cidade do Rio de Janeiro, apesar de algumas iniciativas mais recentes de mudança de representação, permanece concebido socialmente de forma negativa. Tais estigmas inferem na participação política e social de seus moradores e no acesso a direitos sociais, como o direito à cidade.

As particularidades daquele território são diretamente ligadas ao cotidiano e aos modos de experimentar a juventude dos moradores do Complexo e afetam a mobilidade urbana cotidiana de seus jovens, conforme visto no capítulo anterior. Neste sentido, compreender as dimensões aqui apresentadas sobre o território foi essencial para que a pesquisa se realizasse de forma contextualizada e, uma vez que ela se insere em campo de prática da terapia ocupacional social, que pudesse favorecer reflexões condizentes com a realidade e possíveis de se desdobrar em ações efetivamente produtoras de resultados para os seus moradores.

CAPÍTULO 4 – O PERCURSO, O CAMPO E OS PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

*Você não sabe o quanto
eu caminhei
Pra chegar até aqui
Percorri milhas e milhas
antes de dormir
Eu não cochilei
(A estrada. Cidade Negra)*

A partir deste capítulo, o estilo da escrita foi alternado ao longo do texto. Em alguns momentos foi usada a primeira pessoa do singular, porque grande parte das informações e reflexões aqui apresentadas aconteceram a partir de minha imersão em campo, durante a produção de dados e de um processo reflexivo feito durante aqueles momentos.

Porém, em algumas situações a escrita está na primeira pessoa do plural, pois a pesquisa só foi possível de ser realizada a partir do trabalho em equipe do projeto Juventude(s), vinculado às atividades de extensão da UFRJ, conforme já descrito anteriormente. Em grande parte dos fatos aqui relatados, a pesquisadora não se encontrava sozinha em campo. Além disso, algumas reflexões são originárias de análises compartilhadas durante as orientações da tese, o que demonstra um processo coletivo e não individual. Dessa forma, propositadamente “eu” e “nós” narram os caminhos percorridos durante a pesquisa.

Partindo do objetivo geral de conhecer e discutir a mobilidade urbana cotidiana de jovens moradores do Complexo do Alemão (Rio de Janeiro, RJ), a proposta e o embasamento teórico da presente pesquisa se fundamentaram na compreensão de que a mobilidade urbana cotidiana não se restringe aos deslocamentos que os sujeitos fazem em seu cotidiano, mas se refere também às relações estabelecidas para que eles ocorram, contemplando seus significados e sentidos, tanto no nível individual quanto no coletivo.

Segundo Galheigo (2003), para estudar o cotidiano, as metodologias mais adequadas são as qualitativas, uma vez que se busca entender as relações complexas,

heterogêneas e cheias de significados entre sujeito-coletivo-sociedade, considerando o contexto social, cultural, histórico em que trabalha. A pesquisa qualitativa responde a questões particulares das ciências sociais, uma vez que trabalha com “o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes” (MINAYO, 2010, p.21). O trabalho com a abordagem sobre o cotidiano deve permitir:

a compreensão subjetiva da realidade social e permitem ao sujeito se perceber como resultado de múltiplas determinações. Trabalhar com histórias e mapas ocupacionais, histórias de vida, narrativas e biografias permite ao sujeito recontar sua própria história, ressignificar seu cotidiano. (GALHEIGO, 2003, p.108)

Retomando o objetivo principal da tese e sua pergunta norteadora, entendemos que é preciso destacar as histórias de vida dos jovens moradores daquele local, para que assim possamos entender os seus cotidianos e a mobilidade no Complexo do Alemão e na cidade como um todo, para além daquele bairro. Silva e Barros (2010) afirmam que pesquisas utilizando histórias de vida têm sido frequentes na terapia ocupacional, considerando como hipótese para esse panorama a “preocupação constante em contextualizar, cultural e socialmente, as pessoas, grupos e suas práticas” (SILVA; BARROS, 2010, p.69).

Nesta perspectiva, a presente pesquisa propôs a utilização de atividades (artísticas, estéticas e culturais) como formas de se aproximar das narrativas sobre as histórias de vida dos participantes, com destaque para a sua mobilidade urbana. As atividades são recursos “tradicionais” de trabalho na terapia ocupacional e foram repensadas pelas terapeutas ocupacionais que trabalharam na fundamentação teórico-metodológica da subárea da terapia ocupacional social. Neste campo, propuseram um “descentramento do conceito de atividade como processo unicamente individual para inseri-lo na história e na cultura” (BARROS; GHIRARDI; LOPES, 2002, p. 100).

Assim, as atividades começaram a ser o eixo organizador das intervenções na área social, sendo utilizadas como recursos mediadores “do trabalho de aproximação, acompanhamento, apreensão das demandas e fortalecimento dos sujeitos, individuais e coletivos, para os quais direciona sua ação” (LOPES et al., 2011, p. 282). Especificamente voltadas para o público juvenil, experiências relatadas em publicações da área indicam

que as atividades facilitam a aproximação e a vinculação, sendo um ponto de partida para uma relação mais próxima com os sujeitos e com possibilidade de diálogos mais contextualizados em seus cotidianos (LOPES et al., 2011, 2014).

Para aproximação, compreensão e apreensão de tais cotidianos, o uso de atividades nos ajuda a entender a experiência subjetiva de cada indivíduo. Neste sentido, vamos ao encontro do pensamento de Galheigo (2009), que destaca a atividade como uma manifestação cultural, uma práxis social e política e que, a partir deste entendimento, existe “a possibilidade de ele [o terapeuta ocupacional] passar a olhar as atividades como narrativas humanas” (GALHEIGO, 2009, p.10). Portanto, elas nos ajudam a entender as experiências de cada sujeito em sua realidade.

Narrativas estão para as perspectivas críticas contemporâneas da terapia ocupacional assim como os testes e as medidas estão para as perspectivas técnico-científicas. Assim, os tempos narrativos surgem da crise do paradigma que afirmava que o essencial para o cuidar de alguém estava no mensurar, avaliar, medir e provar seus infortúnios e, a partir do controle do detalhe, traçar-lhe objetivos e métodos de intervenção (GALHEIGO, 2009, p.9).

Narrar uma história é uma ação cultural. É uma ação em que não se tem sempre a objetividade encontrada em uma avaliação padronizada. Porém, é a forma de entendermos os significados das vivências e experiências de indivíduos e coletivos a partir de seus referenciais de vida, de sua cultura e de seu território. Essas são questões centrais para a terapia ocupacional em uma perspectiva crítica: preocupar-se com o subjetivo, compreender e significá-lo (GUAJARDO CÓRDOBA, 2012).

Destacamos que nesta pesquisa trabalhamos com os jovens e buscamos entender seus cotidianos através de suas próprias narrativas de vida, já que acreditamos que “conversar com jovens e ouvir as histórias que têm para contar pela sua própria voz continua a ser uma forma privilegiada de entrar nas suas vidas, de compreender as experiências vividas e realidades subjetivas” (FERREIRA, 2017, p. 21). Porém, ressaltamos que, para contar suas histórias e ouvi-las, utilizamos das atividades como recursos facilitadores de narrativas, tanto no âmbito individual quanto grupal. As atividades, instrumentos de trabalho e de análise do terapeuta ocupacional, podem ser

utilizadas como instrumentos de pesquisa, uma vez que este profissional já domina sua utilização, em diversos aspectos, ou seja:

oferecem de forma enriquecedora técnicas para construção da relação com possíveis sujeitos e coletivos, possibilitam uma gama de distintas expressões, aplicabilidades e materialidades que podem ser utilizadas como estratégias metodológicas, registros e fonte de dados, além de permitirem maior aproximação do pesquisador com seus instrumentos de trabalho e de análise (SILVA, 2013, p.463).

Entende-se que os recursos de arte e cultura com os jovens possibilitam uma aproximação e uma nova forma de comunicação para falar sobre questões nem sempre fáceis de serem colocadas em palavras, por isso, foi através desses recursos que se pretendeu “ouvir” as histórias daqueles jovens e daquele território. O “fazer” tem um lugar central nas práticas em terapia ocupacional e tem sido pensado para além do seu uso na intervenção, mas também como um recurso de pesquisa:

Esse processo, se bem conduzido, associado às outras formas de apreensão, permite, ao pesquisador terapeuta ocupacional, fazer uma leitura do universo daquele que faz [a atividade] de uma forma mais ampla, complementando, corroborando ou contradizendo os dados obtidos por meio da observação (participante ou não), da entrevista ou da ação conjunta. (PEREIRA; MALFITANO, 2014, p.549)

Larrosa Bondía (2002) alerta para a importância da experiência em meio a um mundo que vive uma ênfase contemporânea na informação, sendo que hoje uma das características do sujeito moderno é se informar e opinar. No entanto, de pouco adianta tanta informação se nos falta tempo e espaço para vivenciá-las, pois estamos sempre em atividade ou buscando fazer algo. Neste sentido, o autor sugere que ouçamos mais e que é preciso respeitar o tempo para que a experiência possa acontecer. Em um mundo em que a possibilidade de troca de experiência está profundamente marcada pela velocidade com que as informações nos atravessam, parece imperativo e urgente ouvir o outro, as suas histórias e o que os move diante dos acontecimentos (BENJAMIN, 1994).

Acredita-se que esse processo aconteceu junto às ações dos projetos de extensão “Juventude(s): Intervenções de arte-cultura no território”⁵³ e “Vamos pro rolê? Juventudes, mobilidade urbana e direito à cidade”⁵⁴, dos quais sou uma das coordenadoras. O projeto “Juventude(s)” começou em 2015, quando eu já acumulava três anos de construção de uma relação com aquele território, sendo que o momento da produção de dados para este trabalho, registrado temporalmente entre agosto e dezembro de 2018, foi uma decorrência da continuidade do processo anterior, com desdobramentos do projeto inicial, a criação do projeto “Vamos pro rolê?”, que desenvolve ações mais específicas relacionadas à temática desta pesquisa.

Essa informação é relevante aqui, na medida em que esclarece minha inserção e posição no campo da pesquisa e minha relação com os sujeitos envolvidos nela. As atividades de extensão universitária são compreendidas como um processo interdisciplinar educativo, cultural, científico e político, que promove a interação transformadora entre universidade e outros setores da sociedade (UFRJ, 2013). A extensão é importante para que a universidade cumpra seu papel social, que vai além da produção de conhecimento científico de qualidade, incluindo também sua participação na resolução de problemas socialmente relevantes (MELLO; ALMEIDA FILHO; RIBEIRO, 2009).

O compromisso ético-político da universidade com aspectos relacionados à cidadania e emancipação dos sujeitos e coletividades é aspecto fundamental e, nesse sentido, a vivência extensionista revela-se estratégica na formação universitária, pois propicia experiências ampliadas aos graduandos. A extensão universitária, na direção de uma sociedade mais justa e igualitária, tem a função de promover a comunicação entre a universidade e seu meio, possibilitando a sua realimentação em face da problemática da sociedade e a revisão permanente de suas funções de ensino e pesquisa. (CARVALHO; MAGALHÃES; FARIAS, 2017, p. 59)

⁵³ Informações sobre o projeto “Juventude(s)” já foram colocadas no capítulo de apresentação desta tese.

⁵⁴ O projeto “Vamos pro rolê? Juventudes, mobilidade urbana e direito à cidade” é um desdobramento do projeto “Juventude(s)”, a partir do aprofundamento da pesquisadora sobre o tema desta tese. Ambos desenvolvem suas ações concomitantemente no território do Complexo do Alemão. O projeto foi aprovado e cadastrado no Sistema de Informação e Gestão de Projetos (SIGPROJ) e pode ser acessado pelo *link*: http://sigproj.ufrj.br/apoiados.php?projeto_id=302149.

Nessa perspectiva, além de pesquisadora, existe um outro papel que exerço no território, na posição de professora universitária coordenando uma ação de extensão. Tal posicionamento faz com que, além das questões da pesquisa, durante todo o processo, fossem pensadas ações que pudessem buscar mudanças para a população com quem estabelecemos uma relação no projeto de pesquisa e de extensão, além de uma preocupação pedagógica com a formação dos estudantes de graduação em terapia ocupacional e de outros cursos que estiveram envolvidos no projeto.

Além disso, diante do tempo e da continuidade com que as ações foram (e continuam sendo) desenvolvidas com aquela mesma população, estabeleceu-se uma relação de vínculo que ultrapassa a relação de pesquisa, traduzindo-se em práticas que se desdobram além de uma tese, mas em um objetivo de continuidade após o seu término, esperando que os resultados encontrados possam contribuir com esse processo.

Procurou-se, então, durante a produção de dados para esta pesquisa, trabalhar com as narrativas através das atividades não apenas como recurso metodológico para a produção de dados, mas também como um caminho de intervenção da prática terapêutica ocupacional naquele território, demarcando, sobretudo, um posicionamento político daquele que ouve, um *ethos* de sujeito na interação com o outro-narrador (TAKEITI, 2014). Buscou-se entender o significado das experiências daqueles jovens, entendendo experiência como “o que nos passa, o que nos acontece, o que nos toca” (LARROSA BONDÍA, 2002, p.21). Entende-se que a abertura para uma escuta sensível permite que eles possam reelaborar suas vivências em territórios marcados pelas vulnerabilidades e violências, assim como refletir sobre suas próprias condições de vida, e permitir dar visibilidade às muitas outras histórias de jovens da periferia:

A consciência crítica com que se pensa o sujeito contemporâneo parte da perspectiva de que suas condições são fruto de uma construção histórica e política. As narrativas contemporâneas, portanto, tendem a ser refletidas em referência ao contexto social e histórico. Consciente disso, o sujeito contemporâneo apodera-se de sua história e pode buscar a emancipação e a transformação social. (GALHEIGO, 2009, p.10)

A partir dessa relação, é relevante assinalar que os resultados desta pesquisa informam as ações que continuam se desdobrando a partir de práticas de extensão

universitária, com o objetivo de, em parcerias com os seus colaboradores, desenvolver estratégias de enfrentamento às adversidades e vulnerabilidades locais. Mesmo tendo clara as diferentes especificidades da pesquisa e da ação extensionista ali desenvolvidas, assinala-se que a separação seria fictícia, afinal se trata de um processo de retroalimentação, em que a pesquisa informa a prática e a prática proporciona questões de pesquisa, que carecem de aprofundamento teórico-metodológico. Acreditamos se referir a um aspecto ético relevante à proposta de estudo, para além dos outros procedimentos institucionais que foram tomados para garantir que se desenvolvesse de acordo com as normas vigentes⁵⁵.

Ressaltamos aqui que nem todos os procedimentos que foram pensados inicialmente conseguiram ser efetivados. Assim como propõe Ferreira (2017), não deixaremos de apresentar as dificuldades e desvios de rotas do projeto inicial, já que entendemos que essas questões fazem parte dos resultados e nos ajudam a entender a realidade que nos propomos a investigar. Além disso, em um mundo contemporâneo que é instável, ambíguo e fluído, como nos fixarmos em regras e técnicas na produção de uma pesquisa (FERREIRA, 2017) que busca apreender, mesmo que em uma esfera mais micro, uma realidade social? Frangella (2017) diz que uma pesquisa se faz tanto do método rigoroso para manter a confiabilidade do estudo, quanto de sua flexibilidade diante dos imprevistos.

Embora a proposta inicial fosse trabalhar as narrativas dos jovens através dos grupos de atividades, o território vivo, os desejos e os vínculos que se formaram foram nos levando a um outro desenho, que fez com que outras técnicas fossem associadas ao longo do tempo, como a incorporação de narrativas individuais dos participantes.

Diante de minha história anterior com o território e aqueles sujeitos, afirmamos, como propõe Frigotto (2000), que não iniciamos com um conhecimento nulo a respeito

⁵⁵ O projeto foi apresentado para avaliação do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de São Carlos (CEP - UFSCar), a partir do certificado de apresentação para apreciação ética (CAAE) número 86944918.8.0000.5504 e aprovado conforme o parecer 2.761.319 (Anexo A). Todos os procedimentos éticos previstos pela resolução 446 de 2012 do Conselho Nacional de Saúde foram seguidos. Aos jovens participantes e maiores de 18 anos foi solicitada a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Anexo B) e para aqueles entre 15 e 18 anos foi solicitada a assinatura do Termo de Assentimento (Anexo C) e/ou autorização de seus responsáveis (Anexo D).

do tema, pois “partimos de condições já dadas, existentes e de uma prática anterior nossa e de outros, que gerou a necessidade da pesquisa, do problematizar-se” (p.84). Já tendo conhecimento prévio daquela realidade, adotamos uma abordagem dialética materialista-histórica, que, segundo esse autor, mais do que um método de apreensão da realidade, é também uma postura (referente à nossa concepção de mundo) e uma práxis (já que busca uma unidade entre teoria e prática para a efetivação de uma transformação). Adotar essa postura significa que entendemos que uma realidade a ser estudada deve ser situada dentro de um contexto histórico e social e, por isso, é permeada por contradições, conflitos e transformações.

Esse olhar para o contexto histórico-social, pressuposto do materialismo histórico, está nas bases da fundamentação teórico-metodológica da terapia ocupacional social (LOPES, 2016; MALFITANO, 2016). Nas ações da subárea, o foco não é mais voltado apenas para sujeitos no âmbito individual, mas sim nas relações que estabelecem e na coletividade a que pertencem. Busca-se uma atuação condizente com a história e a cultura em que os sujeitos individuais e coletivos estão inseridos, entendendo então o seu cotidiano como o *locus* da ação e as atividades como um processo coletivo construído cultural e historicamente (BARROS; GHIRARDI; LOPES, 2002; BARROS; LOPES; GALHEIGO, 2007a; MALFITANO, 2016).

Assim, a leitura dos procedimentos metodológicos se alinha aos fundamentos da subárea da terapia ocupacional social, campo de atuação em que venho desenvolvendo minhas ações. Além disso, é a partir dessa perspectiva materialista-histórica que foi realizada a análise dos dados produzidos, a partir dos quais escolhemos os temas, buscando apreender a relação daqueles jovens e sua mobilidade urbana. Nessa linha, buscamos identificar e refletir sobre as contradições e dialéticas das narrativas deles dentro de cada um dos temas elencados para o debate, diante do contexto histórico-social do território da pesquisa.

Por isso, o conhecimento produzido aqui, por falar de um fenômeno social, tem caráter relativo, parcial e provisório, o que não exclui a sua importância do entendimento daquela realidade. Buscamos romper com as ideologias dominantes de pensamento para apresentar as contradições da vida real (FRIGOTTO, 2000).

No processo dialético de conhecimento da realidade, o que importa fundamentalmente não é a crítica pela crítica, o conhecimento pelo conhecimento, mas a crítica e o conhecimento para uma prática que altere e transforme a realidade anterior no plano do conhecimento e no plano histórico social. (FRIGOTTO, 2000, p. 81)

Durante todo o processo da pesquisa, foi produzido um diário de campo, o qual foi utilizado como base para a descrição dos procedimentos metodológicos e dos resultados encontrados. O diário de campo pode ser definido como um “relato daquilo que o pesquisador ouve, vê, experiencia” (BOGDAN; BIKLEN, 1994, p. 150). Porém, entendemos, assim como Polit e Hunglert (1995), que o diário de campo, para além de sua parte mais descritiva, apresenta também uma primeira análise e reflexão de seu autor no momento da ocorrência dos fatos naquele campo vivenciados (ROESE et al., 2006).

Por essa importância, em algumas ocasiões do texto, trechos do diário serão reproduzidos na íntegra, com o objetivo de refletir meus pensamentos no momento de seus acontecimentos, para que se ilustre como foi o processo da pesquisa e as relações que estabeleci com os sujeitos, o território e os acontecimentos. O diário também foi ilustrado por fotos, feitas por mim, pelos jovens colaboradores da pesquisa e pelos estudantes que participavam do projeto de extensão⁵⁶.

4.1 O PROCESSO DE PRODUÇÃO DE DADOS

Descrevemos nesta seção o processo de produção de dados, a começar pela delimitação do seu campo, uma vez que a pesquisa foi realizada em um espaço específico do Complexo do Alemão, território apresentado no capítulo 4. Abaixo, detalharemos as atividades realizadas.

⁵⁶ Todos os colaboradores da pesquisa autorizaram a utilização das imagens na tese, e os estudantes extensionistas do projeto citados durante o trabalho autorizaram a utilização de seus nomes reais, assim como imagens nas quais aparecerem.

4.1.1 O campo da pesquisa

A produção de dados foi realizada no Espaço Democrático de União, Capacitação, Aprendizagem e Prevenção, o EDUCAP, que se localiza dentro do Complexo do Alemão⁵⁷. Em acordo com a posição da coordenadora da EDUCAP, que nos solicitou sua identificação nominal, compreendemos que nomear aquele local nos permite contar a sua história específica de forma mais detalhada, o que influi diretamente na vinculação dos participantes da pesquisa com o lugar. No Complexo do Alemão, assim como em outras favelas brasileiras, há uma grande diversidade de ONGs e projetos sociais, que trabalham com objetivos e ações diferentes, sendo que nos localizamos nas especificidades e particularidade do EDUCAP.

Os jovens participantes da pesquisa foram os frequentadores do EDUCAP, que, em grande número, vivem em suas redondezas, ou seja, um território específico dentro do Alemão. Sua vinculação com a ONG pode ser denominada, segundo Novaes (2006), como um grupo formado por “jovens de projeto”. Novaes (2006) discute que, entre os jovens pobres, para além dos marcadores como cor, renda, gênero e local de moradia, a inserção ou não em projetos sociais é também um elemento que interfere na inclusão e sua participação social.

Existem algumas críticas à forma como historicamente os projetos sociais para jovens pobres se consolidaram no Brasil, especialmente sobre: sua lógica de “salvação”, assim como de vigilância moral e controle social; as características de provisoriedade de suas ações, sem estabelecimento políticas sociais locais; as mudanças sociais declaradas como suas missões, focando em termos individuais em detrimento de coletivos, entre outros pontos (CECCHETTO; CORRÊA; FARIAS, 2016; MONTEIRO; CECCHETTO, 2009; NOVAES, 2006). Porém, é consenso entre os pesquisadores que, apesar de tais problemas, os projetos são importantes para o fortalecimento da confiança entre os pares e a ampliação das redes de sociabilidade dos jovens (CECCHETTO; CORRÊA; FARIAS, 2016; MONTEIRO; CECCHETTO, 2009; NOVAES, 2006).

⁵⁷ A coordenadora do Espaço Democrático de União, Capacitação, Aprendizagem e Prevenção, o EDUCAP, Lucia de Fátima Oliveira Cabral, autorizou a realização da pesquisa em suas dependências com os jovens frequentadores das atividades ofertadas pela ONG, além de autorizar a identificação da instituição e o uso de imagens do local.

Novaes (2006) destaca como aspectos positivos dos projetos sociais: “contribuir para a supressão de certas marcas da exclusão pelo aumento da escolaridade, da capacitação profissional, da consciência étnica, de gênero, de pertencimento local comunitário [...] são pontes para um determinado tipo de inclusão social” (NOVAES, 2006, p. 113).

Nesse contexto, os colaboradores com esta pesquisa são “jovens de projeto”, especificamente da ONG EDUCAP. Trata-se de uma organização fundada em março de 2008 por Lucia Cabral, moradora do Complexo desde a sua infância e liderança local no que se refere à luta pelos direitos dos moradores. Lucia sempre conta que desde a infância alfabetizava crianças em sua casa e tinha o sonho de ter uma ONG no Complexo. Ela reconhece como um marco de sua articulação política para a consolidação desse sonho a Chacina do Pan, relatada anteriormente nesta tese⁵⁸.

Em 2011, o EDUCAP foi oficializado como pessoa jurídica. Sua sede atual foi inaugurada em 2012, em um evento que contou com a presença do príncipe Harry, da Inglaterra, e com um show do cantor Diogo Nogueira, em um evento com bastante visibilidade na mídia⁵⁹. O EDUCAP, no momento da pesquisa, estava sem nenhum financiamento público ou privado regular, sendo que se mantinha funcionando a partir de parcerias com projetos e voluntários que utilizavam seu espaço para ofertar diferentes atividades.

Lucia dizia que, apesar das dificuldades, manter o EDUCAP funcionando era sua missão. Ela não queria que o trabalho fosse descontinuado, como acontece em outros espaços quando o financiamento acaba. Outra característica é o fato de o local funcionar sempre “de portas abertas”, sem um “pré-requisito” para participar das atividades (como estar matriculado na escola, ou manter uma frequência regular de participação na ONG). O EDUCAP tem como missão:

⁵⁸ Ver seção 3.4.2 do terceiro capítulo.

⁵⁹ Reportagens sobre o evento puderam ser acompanhadas pelos veículos de comunicação como Uol (<https://celebridades.uol.com.br/noticias/redacao/2012/03/10/principe-harry-dedica-tarde-de-sabado-ao-complexo-do-alemao-onde-joga-criquete-e-e-cercado-por-criancas.htm>) e o Globo (<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2012/03/principe-harry-inaugura-de-sede-de-ong-no-alemao.html>). Acesso em 19 de fevereiro de 2019.

Contribuir com a promoção da cidadania para os moradores do Complexo de Favelas do Alemão e demais contextos populares, prestando acolhimentos às demandas sociais, estimulando a autonomia, a participação comunitária e desenvolvendo metodologias que possam cooperar com as políticas públicas nas áreas de educação, saúde, empregabilidade, lazer e direitos humanos. (“Educap - Espaço Democrático De União, Convivência, Aprendizagem E Prevenção - Sobre”, [s.d.]

Figura 18: O EDUCAP



Fonte: Acervo do projeto “Juventude(s)”. Divulgação com autorização.

Nossa entrada no Complexo do Alemão para iniciar o projeto “Juventude(s)” foi através do contato com Lucia, que conhecemos através da indicação de uma colega em comum, em 2015. Ela foi essencial para que conseguíssemos adentrar num território até então desconhecido, já que mesmo propondo uma parceria através de um projeto de extensão, ainda não tínhamos muito conhecimentos sobre o Complexo, para além das informações produzidas na literatura acadêmica e na mídia. A falta de conhecimento acerca do Complexo do Alemão, que, conforme já colocamos anteriormente, trata-se de uma grande área territorial formada por diferentes favelas, fez com que a colaboração de um morador para que pudéssemos adentrar o território fosse essencial em termos de segurança e acesso às múltiplas representações e sentidos ali presentes.

Não conhecíamos ainda os símbolos territoriais, os espaços pelos quais podíamos transitar e, diante das frequentes incursões da polícia e a presença ainda forte do tráfico (mesmo com as UPPs instaladas), a violência territorial nos trazia uma insegurança de circular pelo território sozinhas. Por isso, no início de nossas ações, em 2015, sempre nos encontrávamos com Lucia em sua casa e íamos junto com ela ao EDUCAP (ou a outros lugares), porque, ao estar com uma moradora e liderança local, nossa circulação era mais “permitida” e “reconhecida” pelas pessoas locais. A conduta foi necessária até o momento em que nossa inserção no território se solidificou, ficamos “conhecidas” e “reconhecidas” e pudemos então adentrar o bairro.

O campo da antropologia, por meio das pesquisas etnográficas, discute os códigos nativos e as permissões para entrada em determinados campos, principalmente quando têm padrões culturais próprios, como é o caso de territórios dominados pela ilegalidade. Assim, podemos dizer que nossa entrada em campo se relaciona à apreensão de tais códigos e as permissões para ali estar, pois a forma como o “estranho” é acolhido corresponde com a imagem que ele passa (SILVA, 2009).

Dessa forma, o desenvolvimento do projeto “Juventude(s)”, que deu origem à pesquisa, ocorreu a partir da interação e dos diálogos que aconteceram naquele território, possibilitando a presença da equipe do projeto de extensão em um processo que afeta e é afetado pelo outro, similar ao que Silva (2009) apresenta acerca do exercício etnográfico. Tais princípios, partindo de uma abertura ao diálogo, ao desconhecido, e possibilitando o trânsito de afetos, se aproxima da fundamentação da terapia ocupacional social, que busca um “descentramento do saber técnico para a ideia de saberes plurais” (BARROS; GHIRARDI; LOPES, 2002, p. 100).

A etnografia (GEERTZ, 1989; GONÇALVES et al., 2012; OLIVEIRA, 2000) fornece ferramentas de pesquisa de campo que dialogam com as reflexões propostas pela terapia ocupacional social no que diz respeito também a um trabalho realizado sob a perspectiva da diversidade cultural. Há possibilidade de diálogo, do exercício etnográfico, dos acompanhamentos e vivências nas situações cotidianas das pessoas ou grupos estudados, o compartilhamento das experiências, a construção de um campo relacional, a relação de alteridade e diálogo. São modos múltiplos de fazer, ser e estar em campo que estão em pautas de discussão na pesquisa. A metodologia exige um trabalho relacional entre o pesquisador e seus colaboradores, no qual entrar em relação com o Outro se dá mediante o encontro e os modos de desconstruir os diversos momentos desse processo, abrangendo dificuldades teóricas e o aprendizado de técnicas e reflexões específicas, a partir de uma perspectiva permeada pela diversidade sociocultural presente (PASTORE; SATO, 2018, p. 956–957).

Guiadas por tais princípios, Lucia foi nossa interlocutora, ou melhor, introdutora àquele meio. Além das ações no EDUCAP, através dela tivemos contato com várias instituições locais, realizamos visitas em diferentes espaços de saúde, educação, cultura, lazer, organizações governamentais e não governamentais e nos aproximamos do território. Lucia nos apresentou aos jovens, a outras lideranças, movimentos e coletivos locais e nos contou a história do Complexo, pelo seu ponto de vista. Devido à sua história local, Lucia é conhecida por muitos moradores, em diferentes espaços no Complexo. Para muitos é a “tia Lucia”. Mulher com uma longa história de liderança comunitária, já foi personagem de pesquisa de doutorado publicada em livro⁶⁰, de documentário⁶¹, de reportagens para grande mídia⁶² e para a mídia alternativa^{63,64}.

Um aspecto importante a ser destacado são as particularidades territoriais e o momento político e social em que foi realizada a pesquisa. Sendo o Alemão um complexo de favelas com grande visibilidade da mídia, foi alvo das intervenções militares organizadas pelo Governo Federal em fevereiro de 2018 no Rio de Janeiro, devido à violência ali presente, teoricamente⁶⁵. Porém, a intervenção não diminuiu o número de tiroteios. Pelo contrário, eles continuavam acontecendo e muitas vezes interferiram em

⁶⁰ NUNES, N.R. Mulher de favela – o poder feminino em territórios populares. Rio de Janeiro: Gamma, 2018, 284p.

⁶¹ Documentário “Elas da Favela”, dirigido por Dafne Capella. O documentário foi compartilhado pelo hoje deputado federal Marcelo Freixo em sua página no *Youtube*®. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=Re8DQ0t1BbA>. Acesso em 19 de fevereiro de 2019.

⁶² 'Complexo': 5º capítulo da série mostra esperança de moradores do Alemão por dias melhores. reportagem do RJTV, da rede Globo. Disponível em: <https://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/complexo-5-capitulo-da-serie-mostra-luta-de-moradores-do-alemao-para-sobreviver.ghtml>. Acesso em: 19 de fevereiro de 2019.

⁶³ “Lucia Cabral – a mulher que dedica a vida à favela”. Reportagem do jornal favela em pauta. Disponível em: <http://www.favelaempauta.com/lucia-cabral-a-mulher-que-dedica-a-vida-a-servico-da-favela/>. Acesso em 13 de fevereiro de 2019.

⁶⁴ “Sou nordestina, carioca e do Complexo do Alemão, com muita honra”. Reportagem no Jornal Voz da Comunidade. Disponível em: <http://www.vozdascomunidades.com.br/destaques/sou-nordestinaom-muita-honra/>. Acesso em 13 de fevereiro de 2019.

⁶⁵ Ver nota 49 e seção 3.4.3 do capítulo 3 desta tese.

nossa ida ao campo. Apesar de, naquele momento, já estarmos inseridas e com uma maior autonomia de trânsito interno, a intervenção militar introduziu um elemento externo àquele local, que afetou bastante o processo de nossa vivência no bairro.

Para além disso, o afastamento de um ano do campo da pesquisa⁶⁶, com leituras diversas sobre a história do Alemão e o acompanhamento das notícias sobre o território apenas pela mídia, pelas redes sociais e pelos relatos dos conhecidos do local, pareceu em algum momento trazer de volta uma insegurança em retornar ao local:

Antes de voltar ao campo, no fim do afastamento, estava muito insegura de como seria retornar ao Alemão depois de um ano fora e com tudo que aconteceu no Rio nesse período (intervenção militar, o aumento da violência, assaltos e sequestros dentro do *campus* da UFRJ...). Um pouco antes de sair, confesso que já estava ficando difícil ir ao Alemão toda semana, cancelamos algumas vezes, eu estava mais insegura. Achei que depois de um ano e com todo esse contexto, seria novamente mais difícil. Estava apreensiva com isso. Supreendentemente, tem sido mais tranquilo do que eu imaginava. Às vezes, me esqueço de todo esse contexto violento que me cerca (Diário de campo, 13 de setembro de 2018)

Porém, como o próprio relato indica, a insegurança rapidamente se esvaiu, talvez pelo vínculo estabelecido com o local e com os jovens no EDUCAP, talvez pelo reconhecimento do território de outra forma, depois de um distanciamento que permitiu um aprofundamento do estudo de sua constituição e de sua história. Tal fato aponta que, para as práticas territoriais em terapia ocupacional, apreender o local onde se realiza a ação, tanto por meio do conhecimento prático e empírico, quanto através de pesquisas e ações já desenvolvidas e divulgadas no meio acadêmico, mostra-se importante em diversos aspectos (GONÇALVES; MALFITANO, 2019). No caso desta pesquisa, tanto para uma melhor apreensão do contexto em que eu estava inserida como pesquisadora, quanto para uma melhor vinculação ao território e aos sujeitos que nele vivem.

⁶⁶ Entre agosto de 2017 e agosto de 2018 fiquei afastada de minhas atividades docentes para cursar as disciplinas do Doutorado, estando neste período sem participar das atividades do projeto “Juventude(s)” no território, que teve continuação de suas atividades.

Começar a andar por lá agora tem um outro sentido para mim, depois da dedicação a tantas leituras feitas sobre o território. Parece que agora tem mais sentido sua construção, sua organização, seus símbolos... (Diário de campo, 13 de setembro de 2018)

Em uma revisão do diário de campo para a escrita da tese, são várias as passagens que relatam interferências de questões relacionadas à violência em nossas atividades no local, porém, todas elas levadas para uma reflexão sobre como é o cotidiano e como é a mobilidade daqueles moradores diante de um contexto de violência. Da mesma forma que nós do projeto, pelos motivos já expostos, tínhamos nosso direito de mobilidade cerceado ao não conseguir adentrar no espaço do Complexo com segurança, como é para os moradores da favela esse direito, diante de uma violência que infelizmente se tornava cada vez mais cotidiana?

Pela manhã tivemos tiros no Alemão, bem ali perto do EDUCAP, conforme Lucia me informou ao telefone. Disse que já tinha cessado, no momento, e apenas um helicóptero da imprensa estava sobrevoando o local. Converso então com os extensionistas. Sempre aquele dilema: ir ou não ir? Ao mesmo tempo, refletimos juntos sobre como é o cotidiano de quem vive na favela, com tantas incertezas, como a que passamos somente hoje. (Diário de campo, 24 de setembro de 2018)

Outra contextualização importante acerca do momento da realização do campo da pesquisa foi o período eleitoral, com muitos candidatos com uma postura extremamente conservadora ante à diversidade como um princípio democrático, defendendo o uso da força policial no combate ao crime, com discursos que reforçam o estigma das favelas na cidade. Durante todo esse período, discursos inflamados tomaram a mídia tradicional, as mídias alternativas e as redes sociais virtuais, tendo a pauta da segurança pública ganhado bastante destaque.

O resultado das eleições de 2018, tanto para presidente quanto para governador do estado do Rio de Janeiro, refletiram a visão popular a respeito da segurança: os candidatos conservadores saíram vencedores do processo, com o discurso de um projeto político pautado principalmente pelo uso de força militar, de armamento da população,

de autorização para ações violentas na favela, de uma falsa percepção a respeito dos direitos humanos. O governador eleito do Rio de Janeiro disse, em um discurso logo após o término do processo eleitoral, que usaria *snipers*⁶⁷ no combate à violência nas favelas⁶⁸. As eleições, além de afetarem as relações sociais, não só no Alemão, mas no Brasil como um todo, devido aos discursos extremamente radicais e uso de mídias sociais para as campanhas eleitorais, também afetaram nossas atividades de campo naquele período.

A segunda [feira] mais difícil de todas, após o resultado das eleições. Ontem, nas redes sociais, relatos de tiros no Alemão (além de diversos outros relatos de violência contra as minorias em todo o Brasil). No Rio, causa temor não só o resultado das eleições presidenciais, mas também do governo do estado. Não consigo saber, pela manhã, se terei condições de estar no campo. Já foi difícil chegar à universidade. O silêncio, o clima, era amortecedor. O medo, real, concreto, doloroso. [...]
Várias coisas passam pela minha cabeça, especialmente no que se refere àquele local. Como será que está sendo a reação das pessoas? Será que houve algum posicionamento do tráfico? Sei lá, muita coisa... (Diário de campo, 29 de outubro de 2018)

4.1.2 As atividades realizadas

Mesmo com todas essas adversidades do território e do momento político e social vivido, o EDUCAP permaneceu como um local de encontro para os jovens, local ao qual eles se sentem pertencentes, com uma forte vinculação. Assim, mesmo diante de todos os percalços enfrentados no período, foi possível realizar todos os encontros que são descritos nesta tese naquele local, com exceção de uma atividade realizada em um evento aberto no Complexo do Alemão. No quadro abaixo, fazemos uma síntese das atividades realizadas que resultaram na produção de dados para este trabalho:

⁶⁷ *Sniper*: termo em inglês para se referir aos atiradores de elite do exército.

⁶⁸ Logo após as eleições, o governador eleito do Rio de Janeiro, proferiu, em entrevista amplamente divulgada, a frase: “a polícia vai mirar na cabecinha e ... fogo”, ao defender as ações policiais em territórios considerados perigosos, em especial, as favelas. Para maiores informações, ver reportagens da mídia da época: <https://veja.abril.com.br/politica/wilson-witzel-a-policia-vai-mirar-na-cabecinha-e-fogo/>, <https://politica.estadao.com.br/noticias/eleicoes,a-policia-vai-mirar-na-cabecinha-e-fogo-diz-novo-governador-do-rio,70002578109>. Acesso em 15 de fevereiro de 2019.

Quadro 1: Síntese das atividades realizadas para a produção de dados

Método	Datas	Atividade	Participantes ⁶⁹
Oficina de atividades	03 de setembro de 2018 14h - 16h	Apresentação	Nara, Erasmo, Chico, Caetano, Gal, Vinicius, Rita
	10 de setembro de 2018 15h – 18h	Construção da Cidade da Juventude	Chico, Vinicius, Geraldo, Tom, Caetano, Rita, Milton
	17 de setembro de 2018 15h – 18h		Chico, Geraldo, Tom, Caetano
	24 de setembro de 2018 15h – 18h		Caetano, Chico
	01 de outubro 2018 15h – 18h		Caetano, Erasmo
	29 de outubro de 2018 14h – 16h	Construção do Mangá	Chico, Geraldo, João, Elza, Elis, Edu, Raul
	5 de novembro de 2018 14h – 16h		Noel, Elza, Geraldo, Edu, Chico, Elis, Luiz
	12 de novembro de 2018 14h – 16h		Elza, Geraldo, Caetano.
	01 de dezembro de 2018 8h – 13h	Participação no Evento Circulando	Oficina aberta realizada na rua
Acompanhamento singular territorial	13 de setembro de 2018 14h as 17h	“Rolê” pelo Complexo do Alemão e Exposição virtual de fotos	Chico
Narrativas individuais	05 de novembro de 2018 16h-17h30	Construção de um mapa com os locais do Alemão e do Rio por onde já foi	Chico
	06 de dezembro de 2018 10h-12h30	Narrativas a partir de fotografias	
	18 de dezembro de 2018 16h-17h		
	25 de março de 2019 14h-15h		
	12 de novembro de 2018 16h-17h30	Conversa e proposta de construção de um Diário da Mobilidade	Caetano
	26 de novembro de 2018 15h-16h		
	07 de dezembro de 2018 15h-16h	Conversa	
	18 de dezembro de 2018 14h-15h30	Construção de um jornal	
	07 de dezembro de 2018 14h-16h	Construção de um mapa com os locais do Alemão e do Rio por onde já foi	Elza
	13 de dezembro de 2018 14h-16h	Construção de um mapa com os locais do Alemão e do Rio por onde já foi	Gil
	13 de abril de 2019 11h-12h	Conversa	

Fonte: Elaboração da autora, 2019.

⁶⁹ Os nomes de todos os participantes foram substituídos por nomes fictícios escolhidos por mim.

Portanto, conforme apresentado no Quadro 1, foram realizadas oito oficinas de atividades, todas abertas, sendo uma de apresentação, quatro com o tema de construção de uma cidade, três encontros para confecção de um mangá e uma oficina em um evento aberto no Complexo. Também foi realizado o acompanhamento singular territorial com um jovem e a escuta de narrativas a partir de um olhar para a mobilidade urbana de quatro outros, sendo que os encontros variaram entre um e quatro com cada um deles.

As fontes de dados utilizadas, além da análise das atividades, foram as conversas formais e informais ocorridas com os jovens ao longo desse processo. As falas, em linguagem coloquial, conforme apresentadas nos resultados, refletem a minha relação com eles e os momentos informais em que tais conversas aconteceram. Essa relação só foi possível pelo meu tempo de imersão no campo, antes mesmo do início da pesquisa.

Todas as atividades de produção de dados foram realizadas no segundo semestre de 2018. Cabe ressaltar que, mesmo com o meu afastamento por um ano do campo (momento de dedicação às disciplinas do doutorado), o projeto “Juventude(s)” continuou a desenvolver oficinas regulares com jovens no EDUCAP, com a coordenação da parceira de projeto Profa. Beatriz Takeiti. Diante desse cenário de um vínculo prévio com os sujeitos e o local, que não foi rompido, pelo contrário, foi mantido por meio da oferta regular de atividades da universidade, não foi difícil regressar ao campo da pesquisa.

Em agosto de 2018, retornei ao EDUCAP e, junto à equipe do projeto de extensão, convidamos aqueles que estavam frequentando as atividades no primeiro semestre de 2018 para participarem das oficinas semanais que se iniciariam em setembro, todas as segundas-feiras, utilizando atividades artístico-culturais para discutir a temática da mobilidade urbana e do direito à cidade. Além disso, realizamos uma divulgação através das redes sociais do projeto (*Facebook*®, *Twitter*®, *Instagram*®), assim como solicitamos aos participantes que já frequentavam o EDUCAP que convidassem também outros jovens moradores do Complexo. Fizemos um cartaz de divulgação das oficinas, conforme figura abaixo, que depois foi mostrado à Lucia, para que fizesse sugestões para a sua finalização.

Figura 19: Imagem de divulgação das oficinas realizadas para a pesquisa, divulgada nas redes sociais virtuais.

JUVENTUDE(S) **educap**

O projeto Juventude(s) da UFRJ convida jovens moradores do CPX para participar de atividades sobre Direito à cidade e mobilidade urbana.

Quando? Toda 2ª. Feira, a partir das 15h, no EDUCAP (R. Canitar, s/n)


Quem pode participar? Qualquer jovem morador do CPX entre 15 e 29 anos

Como participar? É só comparecer nos dias dos encontros. Não é preciso inscrição nem há limites de vagas!

Teremos certificados para os participantes.

Esperamos vocês!!

TO
TERAPIA OCUPACIONAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO



Fonte: Elaboração da autora.

Lucia sugeriu que colocássemos no cartaz a emissão de certificados pela participação, pois isso poderia atrair mais jovens, que buscam sempre fazer cursos e ter um reconhecimento pelas ações das quais participam. Sobre essa questão, escrevi no diário de campo:

Mostro o cartaz das oficinas, Lucia me sugere colocar que haverá emissão de certificados pois atrai os jovens, e é um importante reconhecimento de seu aprendizado e participação. Debati bastante com Bia [outra professora coordenadora das atividades de extensão] sobre esse assunto, os lados que o compõe: os jovens irem à oficina só por causa do certificado; o fato de não estarmos oferecendo uma capacitação efetivamente para ter um certificado; a necessidade de um reconhecimento, já que efetivamente eles são parceiros na construção do projeto... enfim, não acho que há resposta correta, mas para efetivação do grupo, colocarei no cartaz a questão, e penso que depois podemos fazer um certificado esteticamente diferente, mais a nossa cara (Diário de Campo, 30 de agosto de 2018)

Ressalto que, apesar das colocações de Lucia, a questão dos certificados não influenciou na participação dos jovens que estavam nas oficinas.

Na semana seguinte do retorno ao EDUCAP, em setembro de 2018, iniciamos a pesquisa utilizando grupos de atividades, conforme nossa proposta inicial. No primeiro encontro, realizamos uma dinâmica de apresentação com os jovens. Convidamos todos que estavam presentes no local. Eu conhecia apenas um dos jovens, Caetano, que já frequentava o EDUCAP há muito tempo. Com todos os outros estava tendo contato pela primeira vez, mas eles já conheciam Yasmim⁷⁰, a estudante extensionista que estava acompanhando as atividades naquele dia, pois ela vinha desenvolvendo grupos desde o começo do ano, o que ajudou a vinculação dos jovens comigo e com a atividade proposta.

Estavam presentes sete jovens. Nessa dinâmica, fizemos uma roda e iniciamos com um rolo de barbante na mão. A proposta era de que quem estivesse com o barbante fizesse uma pergunta e o jogasse a uma outra pessoa na roda, que seria quem deveria respondê-la. Cada um deveria ficar segurando um pedaço do barbante antes de jogá-lo ao outro, e assim fomos formando uma grande rede que nos ligava de alguma maneira.

Figura 20: Primeira oficina no EDUCAP, dia 03 de setembro de 2018.



Fonte: Acervo da pesquisa.

⁷⁰ Conforme já colocado anteriormente, todos os extensionistas do projeto citados durante essa tese autorizaram a utilização de seus nomes reais, assim como imagens nas quais aparecerem.

As perguntas feitas foram sobre o cotidiano de cada um deles. A princípio, ficaram tímidos, faziam perguntas entre si, demoraram para, em algum momento, perguntarem algo a nós, mas, com o tempo, ampliaram o repertório de temas. As perguntas perpassaram diferentes assuntos, mas no geral eram sobre o futuro, planos e expectativas. Quando falavam sobre as atividades que gostam de fazer, as respostas não diferiram daquilo que perpassa a realidade de jovens em diferentes contextos: dormir, ir ao *shopping*, “mexer” no celular. Ao final do grupo, perguntamos quais atividades eles gostariam de fazer nas próximas oficinas. Eles têm dificuldade em elencar, diziam que gostavam de tudo. Falaram de fotografias, já que gostam de fotografar e postar nas redes sociais. Mostraram-se disponíveis a participar das oficinas.

Apesar das distrações durante o grupo, especialmente devido ao fato de utilizarem o celular para acessar as redes sociais, percebemos um envolvimento deles na proposta. Não podemos afirmar se esse envolvimento é com a atividade em si, ou com o EDUCAP de certa forma. No diário de campo, reflito sobre esta questão:

Estar lá e participar das atividades denota um comprometimento com a instituição, com Lucia. Não no sentido ruim, de obrigação, mas no de estar grato pelo espaço e querer que ele continue a existir, funcionar e se dedicar a isso. O EDUCAP é o local onde aqueles jovens podem existir sendo quem são... Cheio de significados, sentidos, onde se sentem pertencentes. Onde o menino que é gay pode se mostrar gay. Onde os que têm dificuldade de relacionamento e aprendizado não se envergonham disso. Onde os que sofrem as diversas violências do dia a dia se sentem seguros. Onde podem brincar e aprender ao mesmo tempo. Onde existem regras que são compartilhadas e coletivas. (Diário de campo, 3 de setembro de 2018)

Após o término da atividade, continuamos no local e nos aproximamos de dois jovens, Caetano e Chico. Ambos participaram do grupo e ficaram bastante envolvidos com o tema da pesquisa. Os dois se propuseram a passear conosco pelo Complexo do Alemão um dia, o que avaliamos como sendo bastante importante para conhecer a mobilidade dos moradores locais. Os outros brincavam e diziam que devemos nos preparar para uma longa caminhada, pois ambos caminham muito pelo território. Combinamos então algumas andanças pelo Complexo, no sentido de conhecer os locais que eles consideravam importantes para a juventude.

Na semana seguinte, levamos para a oficina a proposta de uma construção coletiva de uma “Rua da Juventude”. Eles deviam criar, em um pedaço de papel pardo, uma rua na qual representassem o que eles achavam importante para a juventude. Essa construção viva com os jovens cresceu bem mais do que o pensado inicialmente e a rua da juventude se transformou em uma cidade da juventude, bem mais complexa, contando com um grande envolvimento do grupo participante.

Para a “cidade da juventude”, levamos um pedaço grande de papel pardo (1,9m X 1,2m), lápis, borracha, caneta esferográfica, caneta hidrocor de ponta fina e de ponta grossa, tintas de diversa texturas e cores (guache, spray, relevo), papéis coloridos de diferentes gramaturas e cores (sulfite, de seda, crepom), cola, tesoura, glitter, purpurina, carimbos, EVA, linhas e barbantes coloridos, esponjas de lavar louça, rolos de pintura, pinceis de diferentes formatos e tamanhos, adesivos e revistas. O material foi todo disposto no chão e fizemos um círculo ao redor.

A diversidade de materiais tinha como objetivo poder proporcionar diferentes experiências estéticas e sensoriais que poderiam se relacionar com vivências cotidianas dos jovens na cidade, além de estimular a criatividade e a experimentação. Alguns nunca tinham trabalhado com tinta spray, ou feito pintura de texturas com esponjas. Oferecer essa gama de materiais na pesquisa pode nos fazer avaliar em quais lugares da cidade eles se dedicaram mais a explorar os recursos disponíveis e em quais utilizaram os materiais mais “comuns” aos quais eles tinham acesso mais frequentemente.

Figura 21: Imagem da primeira oficina de construção da Cidade da Juventude, em 10 de setembro de 2018.



Fonte: Acervo da pesquisa.

No primeiro encontro, estavam presentes oito jovens. Na semana seguinte foram apenas quatro e nos dois últimos foram apenas dois. Esse período foi conturbado devido à saída de um profissional que desenvolvia um projeto de dança na ONG e tinha uma grande vinculação com eles. Sua saída foi tumultuada e fez com que alguns que compareciam às aulas diminuíssem suas idas ao EDUCAP durante o período em que estávamos desenvolvendo as oficinas. O único que participou dos quatro encontros foi Caetano. Chico foi nos três primeiros, mas não esteve presente no último.

Entre as oficinas de construção da Cidade da Juventude, eu e Letícia, extensionista do projeto “Juventude(s)”, marcamos uma caminhada pelo Complexo do Alemão com Chico. No dia em que agendamos, Caetano iria conosco, mas acabou cancelando sua ida, pois teve que resolver problemas pessoais. Esse passeio, que chamamos de “rolê”, tinha como objetivo conhecer lugares no Complexo do Alemão que Chico considerasse importantes para ele. Assim, poderíamos conhecer mais de sua história de vida.

Conforme já explicitamos, para além de métodos de pesquisa, as ações empreendidas durante o processo de produção de dados foram também intervenções realizadas pelo projeto de extensão, a partir da fundamentação da terapia ocupacional social. Assim, esse “rolê” se aproxima do que são denominados acompanhamentos singulares e territoriais, entendidos como um dos recursos das práticas da terapia ocupacional social. Os acompanhamentos singulares e territoriais possibilitam uma aproximação com o cotidiano e os contextos de vida dos sujeitos, permitindo uma percepção e uma interação condizente com a realidade em que vivem para a articulação de ações técnico-profissionais (LOPES et al., 2014), sendo que já têm sido reportados na literatura da área (LOPES et al., 2014; LOPES; BORBA; CAPPELLARO, 2011).

Durante os “rolês”, pelo fato de termos tirado algumas fotos, surgiu a ideia de compartilhá-las no *Instagram*®⁷¹, tanto pelo projeto quanto em nossas páginas pessoais, e de utilizar uma *hashtag*⁷² para marcar as imagens. A proposta foi que os jovens marcassem com a *hashtag* #roledojuventudes, em suas próprias redes, lugares que visitassem e, assim, pudéssemos observar a sua circulação pela cidade. A partir dessa ideia, criamos um cartaz para divulgar nas redes sociais, estimulando os frequentadores das oficinas e do projeto a participarem.

⁷¹ *Instagram*® é uma rede social *online*, lançada em 2010, que permite o compartilhamento de fotos e vídeos entre seus usuários, além da possibilidade de aplicar filtros digitais às imagens e compartilhá-los em uma variedade de serviços de redes sociais. Atualmente seu controle acionário é do domínio do *Facebook*®. (Fonte: <https://help.instagram.com/478745558852511>. Acesso em 25 de junho de 2019).

⁷² As *hashtags* são palavras ou frases precedidas do símbolo # (*hash*, em inglês), que são utilizadas como “etiquetas” (ou *tags*, em inglês) em posts das redes sociais, que permitem um agrupamento de mensagens e metadados que utilizem a mesma *hashtag* (COSTA-MOURA, 2014)

Figura 22: Cartaz de divulgação da #roledojuventudes, divulgado nas redes sociais.



Fonte: Elaboração da autora.

Para os participantes da pesquisa, assim como para os jovens das grandes cidades em geral, as novas tecnologias de informação e comunicação (TICs) fazem parte do seu cotidiano – são formas de interação entre eles, mesmo quando estão distantes, além de meios para divulgar suas atividades e suas identidades, assim como também de consumo e de exposição de uma imagem que querem passar aos outros. Os jovens colaboradores interagem frequentemente nas redes, tanto comigo como com os estudantes extensionistas, pelas redes do projeto em si.

Pontua-se, entretanto, que nesta pesquisa as redes sociais não são o foco da investigação, mas sim uma estratégia metodológica, por meio do uso da *hashtag* como um método complementar para produção de dados (SIMÕES, 2017). Porém, apesar de os participantes seguirem as páginas das redes sociais do projeto “Juventude(s)” e fazerem muitas postagens, a proposta não se efetivou, apesar das inúmeras tentativas. Apenas Chico utilizou a *hashtag* em uma única publicação no *Instagram*®.

Dando continuidade às oficinas no EDUCAP, tivemos algumas semanas sem encontros, devido a feriados, participação em congressos e também pela ausência dos jovens. Apesar de postarmos nas redes e mandarmos mensagens convidando-os para as atividades, a saída do professor de dança, que se desvinculou da ONG, fez com que eles se ausentassem do local. Naquele período, buscando outras estratégias metodológicas para produzir os dados da pesquisa, começamos a planejar novos “rolês” com alguns deles (como Caetano) e conversas mais individuais com os que estivessem disponíveis para tal.

No entanto, na última semana de outubro, na segunda feira após o segundo turno das eleições, encontramos o EDUCAP cheio, com muitos jovens, e muitos que não havíamos conhecido anteriormente. Em 29 de outubro de 2018, estavam presentes sete que aceitaram participar das atividades, sendo que desses somente dois nos conheciam anteriormente (Chico e Geraldo). Sendo todos eles novos no local, praticamente reiniciamos nossa apresentação e vinculação. Ao contrário do primeiro grupo, mais tímido, estes falavam bastante, diziam que queriam fazer atividades com “arte” e contavam sobre o que gostavam de fazer. Entre os diversos assuntos conversados naquele dia, o que mais trouxe entusiasmo foi a cultura pop oriental. Diziam gostar muito de *animes*⁷³ e mangás⁷⁴.

Eles então começaram a dizer que gostam também muito de *animes*, especialmente *Naruto* e de *Yuri On ice*.

Me explicam que Mangá é o *anime* em quadrinhos. A partir da empolgação deles em falar sobre o assunto, sugiro criarmos um mangá que conte o cotidiano deles enquanto jovens do Alemão. A partir daí, eles se empolgam. Falam que os personagens serão jovens artistas. Falam de usar as gírias, pois no mangá eles não traduzem algumas expressões japonesas que aparecem. (Diário de campo, 29 de outubro de 2018)

Seguimos então por mais três semanas criando o mangá. Para essa criação, levamos diversos materiais, mas eles escolheram fazer a história em papel canson no tamanho A4, utilizando apenas lápis preto e colorido, régua e borracha. Eles relataram gostar do papel, pois era “mais durinho”, melhor para desenhar e ficaria mais bonito ao final da produção. Essa atividade envolveu principalmente três jovens: Geraldo, Elza e Noel. Elza, de 17 anos, que se aproximou do projeto neste segundo grupo, mostrou-se muito interessada, tendo sido uma das que, para além das oficinas, colaborou com a pesquisa através de conversas individuais. Chico participou do primeiro encontro e Caetano ficava circulando por perto, mas não chegou a efetivar nenhuma criação. Neste tempo, ficamos apenas na criação das personagens, que seriam jovens moradores do Complexo do Alemão.

⁷³ Desenho animado asiático. No Japão *anime* é designado para todo tipo de desenho animado.

⁷⁴ Revistas em quadrinhos japoneses com temáticas para crianças, jovens e adultos. Mangá na linguagem japonesa significa “histórias em quadrinhos”.

Intercalando com essa construção, a cada dia, após a oficinas, começamos a conversar com alguns individualmente para entender a mobilidade urbana cotidiana de cada um deles. Para isso, utilizamos um mapa do Complexo do Alemão, um mapa da cidade do Rio de Janeiro e outras atividades artísticas que tivessem relação com os desejos de cada um. Foram três os com os quais tivemos encontros na busca de narrativas mais aprofundadas a partir de suas participações nas oficinas: Caetano, Chico e Elza.

Na última semana do ano letivo da UFRJ e encerramento das atividades do projeto “Juventude(s)” no EDUCAP em 2018, realizamos uma festa, aberta a toda a comunidade, com várias atividades: oficinas, rodas de conversa e show de música com a banda dos jovens frequentadores do EDUCAP. Como a festa era aberta, muitos moradores da região que não conhecíamos participaram também. Nesse dia, Lucia me apresentou Gil, um rapaz de 16 anos que “gosta de desenhar cidades”. Conversamos e Gil me mostrou seus desenhos, falando que gostava de pensar em cidades. Ao saber do tema da pesquisa, ele se interessou em colaborar de maneira individual, após o término do seu ano letivo escolar, já que antes não foi possível participar das oficinas. Com isso, marcamos um encontro e Gil é o quarto com o qual trabalhamos nas narrativas individuais.

Outra atividade que foi incluída na produção de dados para análise desta tese foi a realização de uma oficina aberta, na rua, no evento “Circulando – diálogo e comunicação na favela”⁷⁵, promovido pelo Instituto Raízes em Movimento⁷⁶. Aquela foi a 14ª edição do evento, que aconteceu na Avenida Central do Complexo do Alemão e teve como tema “Diversidades”⁷⁷.

⁷⁵ Sobre o evento Circulando, consultar: <https://www.anf.org.br/o-evento-que-parou-o-complexo-do-alemao-circulando-2018/>. Acesso em 10 de junho de 2019.

⁷⁶ O grupo sociocultural Raízes em Movimento surgiu em outubro de 2001, no Complexo do Alemão, a partir de um grupo formado por jovens e universitários moradores da área ou envolvidos em trabalhos sociais na região. Temos como missão promover o desenvolvimento humano, social e cultural do Complexo do Alemão e demais comunidades por meio da participação de atores locais como protagonistas desses processos, tendo como foco o fortalecimento e ampliação do capital social dessas comunidades (INSTITUTO RAÍZES EM MOVIMENTO, [s.d.]).

⁷⁷ Mais informações sobre o evento e sua programação podem ser encontradas nos links: <http://www.anf.org.br/circulando-dialogo-e-comunicacao-da-favela/> e <http://rioonwatch.org.br/?p=37806>. Acesso em 25 de abril de 2019.

Figura 23: Cartaz de divulgação da participação do projeto “Juventude(s)” no evento “Circulando – diálogo e comunicação a favela”. Arte de Paulo Vieira Filho, extensionista do projeto.



Fonte: Acervo do projeto “Juventude(s)”. Divulgação com autorização.

A presença do projeto “Juventude(s)” no evento se deu a partir da minha participação no curso de extensão chamado “Cidade: Olhares Periféricos”, promovido por uma parceria do Instituto Raízes e Movimento, do Complexo do Alemão, com o Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP/UERJ)⁷⁸. A proposta do curso era que todos os inscritos participassem do evento como uma atividade de finalização.

Neste sentido, apresentei aos coordenadores do evento o projeto “Juventude(s)” e propus uma oficina, sendo que então fomos convidados a coordenar uma roda de conversa sobre “Juventudes e Direitos Humanos”. Para a roda, realizamos uma atividade

⁷⁸ Informações sobre o curso em: <http://www.iesp.uerj.br/curso-de-extensao-cidade-olhares-perifericos/>. Acesso em 18 de março de 2019.

disparadora para o debate, construindo um mapa corporal coletivo⁷⁹, em que os jovens pudessem representar ali suas vivências. A atividade foi realizada em uma calçada na avenida, era aberta e todos os presentes poderiam circular de alguma forma.

Todos os materiais que levamos para o evento estavam espalhados pela rua, ao redor do papel pardo onde foi contornado o corpo: tintas de diversas texturas e cores, canetas, caneta hidrocor, estêncil, folhas com frases soltas, revistas, barbantes, linhas, tesoura, durex colorido, giz de cera, glitter, cola branca e colorida e diferentes materiais para pintura. A maioria dos participantes envolvidos eram jovens e, durante o debate, várias falas a respeito de sua mobilidade pela cidade apareceram. Todo o evento foi transmitido ao vivo pelas redes sociais e o vídeo dessa roda ainda está disponível *online* na página do *Facebook*® do evento⁸⁰. Partes das narrativas escutadas nesse evento, durante a atividade, compõem as reflexões dessa pesquisa.

⁷⁹ O mapa corporal, que pode ser utilizado como ferramenta terapêutica ou como um recurso para pesquisas qualitativas, parte de um contorno de um corpo humano em tamanho real, no qual, a partir da disponibilização de diversos recursos plásticos e artísticos, são realizadas interferências para representar o tema a ser debatido (DAVY et al., 2014; GASTALDO et al., 2012). Nesta pesquisa nos inspiramos nessa técnica, utilizando um único corpo para receber as interferências de diferentes pessoas e, por este motivo, chamamos de mapa corporal coletivo.

⁸⁰ A atividade realizada pelo projeto “Juventude(s)” pode ser visualizada nesse link: <https://www.facebook.com/raizesemmovimento/videos/485728691835886/>. Acesso em 26 de abril de 2019.

Figura 24: Acervo de fotografias da atividade realizada pelo projeto “Juventude(s)” no Circulando.



Fonte: Acervo do projeto “Juventude(s)”. Divulgação com autorização.

Figura 25: Mapa corporal coletivo criado no evento Circulando



Fonte: Acervo do Projeto Juventude(s). Divulgação com autorização

Uriarte (2012) afirma que, mesmo com todo o estudo teórico sobre um campo de pesquisa, o campo sempre surpreenderá o pesquisador, pois a realidade supera a teoria. Neste sentido, entendendo o método como “uma forma de nos aproximar da realidade que nos propomos a estudar e entender” (URIARTE, 2012, s/p), utilizamos uma multiplicidade metodológica para atingirmos os objetivos propostos, que, além da produção de dados à pesquisa, relacionam-se com a intervenção realizada no território. Buscamos métodos compatíveis com os princípios éticos da intervenção em terapia ocupacional, trabalhando com abordagens teóricas condizentes com um trabalho “cultural, social, múltiplo, diverso, contextualizado, histórico e político” (PASTORE; SATO, 2018, p. 955).

PARTE 3 – OS ACHADOS E AS REFLEXÕES

CAPÍTULO 5 – O QUE OS JOVENS NOS CONTARAM

Descreveremos neste capítulo os achados da pesquisa, conforme mencionamos anteriormente, colhidos através de diversos métodos que buscaram compreender as narrativas dos jovens moradores do Complexo do Alemão sobre seu cotidiano, com destaque para a sua mobilidade urbana.

Dividimos este capítulo em três seções. Na primeira, são apresentados os resultados das oficinas que discutiram as identidades dos jovens moradores do Complexo que participaram da pesquisa, como se veem, como percebem as representações dominantes sobre eles e como gostariam de serem vistos. Na segunda seção, aborda-se como entendem a cidade e o que desejariam em uma “Cidade da Juventude”. Na terceira e última seção, apresentamos as narrativas individuais de quatro jovens sobre sua mobilidade urbana.

5.1 QUEM SÃO E COMO QUEREM SER VISTOS OS JOVENS: A CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADES

*Eles querem um preto com arma pra cima
Num clipe na favela gritando cocaína
Querem que nossa pele seja a pele do crime
Que Pantera Negra só seja um filme
Eu sou a porra do Mississipi em chama
Eles têm medo pra caralho de um próximo Obama
Racista filha da puta, aqui ninguém te ama
Jerusalém que se foda eu tô a procura de Wakanda, ah
(Bluesman. Baco Exu do Blues)*

Dentre as problemáticas que perpassam os jovens moradores de favela, estão os estigmas pelos quais ainda são vistos, tanto pela sociedade, quanto pela mídia, o que se reflete também no meio acadêmico. Tais questões estiveram presentes em suas discussões durante as atividades que realizamos. Neste percurso, além das narrativas individuais sobre a mobilidade cotidiana de cada um deles, trabalhamos em algumas oficinas com a construção de um mangá⁸¹, no qual as personagens seriam jovens do Complexo do Alemão, e com as observações realizadas em diferentes momentos, como durante a realização de atividades abertas tanto no EDUCAP, quanto no evento Circulando.

Para além do conteúdo concreto que criaram nas oficinas, o modo de fazer dos jovens já denota uma forma como querem ser vistos: são detalhistas, perfeccionistas, com uma grande preocupação com a estética do resultado final. Essa preocupação, muitas vezes, faz com que tenham dificuldades em iniciar o fazer, pois ficam durante muito tempo discutindo, coletivamente, como será o processo da atividade.

Eles decidem começar a passar caneta nos riscos que já fizeram em lápis na semana anterior, ver como está e depois terminar, avaliar o que falta. São muito perfeccionistas! Não querem borrar de tinta, não querem riscos tortos. (Diário de campo. 17 de setembro de 2018)

Na criação do mangá foi dada uma sugestão bem diretiva com relação à temática: a criação de uma história que representasse, para eles, o cotidiano de jovens moradores do

⁸¹ Ver nota 74.

Complexo do Alemão. Os jovens pensaram em diversos roteiros para a história, mas as oficinas se restringiram à criação de personagens, na prática. Entendemos que as personagens são representações de como eles se veem, somadas a como querem ser vistos pelos outros. Iniciaram, por exemplo, afirmando que todos eram artistas. Ao se debruçarem mais sobre a história, definiram que as personagens seriam jovens moradores do Alemão que tinham superpoderes, mas ainda não os descobriram. Tal descoberta, segundo eles, seria feita através da arte, quando começassem a frequentar uma ONG. Falaram ainda que uma personagem seria um jovem que queria sair do tráfico e iria conseguir graças ao suporte do amigo, que já frequentava a ONG e iria levá-lo até lá.

Conforme mencionado anteriormente, a visão das ONGs como “salvadoras” dos jovens pobres, a “solução” ou “alternativa” à criminalidade dos jovens pobres é presente no imaginário social (CECCHETTO; CORRÊA; FARIAS, 2016; MONTEIRO; CECCHETTO, 2009; NOVAES, 2006), o que pôde ser observado na discussão feita por eles. Novaes (2006) critica o posicionamento, porque leva a entender, subjetivamente, que todos os jovens pobres moradores de periferia são “potencialmente criminosos”, utilizando tal argumento para justificar as ações via projetos sociais voltadas à juventude. Porém, retomamos que, apesar da crítica, as ONGs e os projetos sociais têm tido um importante papel na promoção de participação social em territórios vulneráveis, pois auxiliam também no acesso à escolarização, capacitação profissional, convivência, reconhecimento e pertencimento territorial:

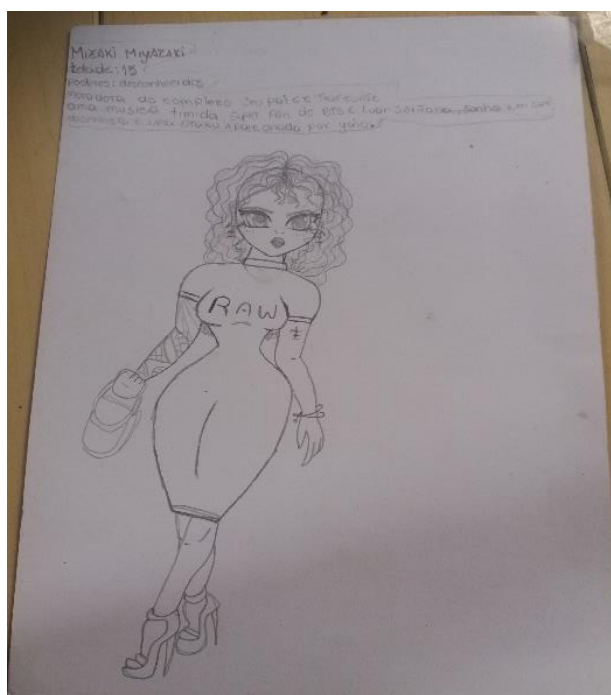
Assim, na dinâmica social de inclusão e exclusão social em cada espaço se fazem presentes (com maior ou menor peso) todos os elementos enumerados (renda, gênero, raça, local de moradia) – e agora também a presença ou ausência de projetos sociais (NOVAES, 2006, p. 112).

Os chamados “jovens de projeto” incorporam e se apropriam de “palavras, gestos, atitudes e práticas” (CECCHETTO; CORRÊA; FARIAS, 2016, p. 493) dos projetos que frequentam, incluindo tais vivências em seu cotidiano como “estratégias de sobrevivência social” (NOVAES, 2006, p. 113), como pudemos observar nas discussões dos participantes durante a oficina. Todos deste grupo faziam parte do projeto “Tambores do Alemão”, um projeto de ensino de música e organização de uma banda com os jovens, que acontecia no EDUCAP, e alguns participavam ainda de atividades relacionadas a dança. Para eles, as artes são importantes em suas vidas e definidoras de suas identidades. Geraldo falou que seu sonho é poder viver de arte. Chico faz curso de graduação em história da arte e Elza disse que graças

à participação no grupo de música estava conseguindo circular mais pela cidade. Além disso, todos reconheciam no EDUCAP um lugar de oportunidades para a participação em diferentes espaços, para a socialização e a convivência.

A primeira personagem criada no mangá foi um homem negro, gay e emo⁸². Em seguida, propuseram uma mulher transsexual, também negra. Orientação sexual, identidade de gênero e negritude são temas que eles destacaram ao falarem da juventude do Complexo do Alemão. Marcaram essas questões em seus corpos e nos desenhos – fazem questão que todas as personagens tenham cabelos afro: encaracolados e *black*, como os deles.

Figura 26: Imagem da personagem criada por Elza para o Mangá. Na parte escrita, lê-se: “Mizaki Miyazaki. Idade: 15 anos. Poderes: desconhecidos. Moradora do Complexo. Seu pai é traficante. Ama música. Tímida, super fan do BTS e Luan Santana. Sonha em ser desenhista.



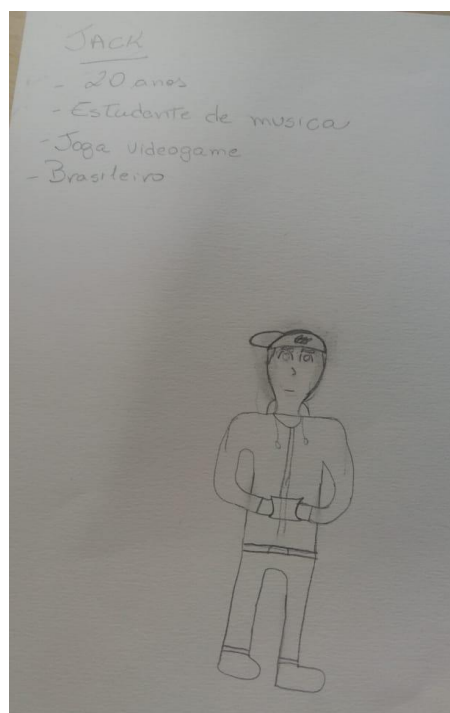
Fonte: Acervo da pesquisa⁸³.

⁸² A palavra emo, derivada de *emotional hardcore*, surgiu na década de 1980 como um movimento cultural ligado principalmente às bandas musicais derivadas do *punk rock* que tinham uma composição mais melódica e as letras com um conteúdo mais emocional. Esse movimento é conhecido, no senso comum, principalmente por característica das letras das músicas, como as emoções exacerbadas, melancolia, autodepreciação e características físicas, como as franjas longas sobre os olhos, olhos pintados de preto, cintos com aplicações de metal, dentre outros (SERRÃO; SANTANA, 2013).

⁸³ Todas as fotos aqui apresentadas foram tiradas por mim, durante a realização das atividades, com consentimento dos participantes e sua autorização para divulgação acadêmica.

Foram criadas também duas personagens bem diferentes das demais. Elza criou uma menina depressiva, segundo ela, devido ao *bullying*, e João um menino solitário, depressivo e que ficava em casa sozinho. Porém, ao começarem a desenvolver melhor as características de cada uma das personagens, a partir das nossas provocações na oficina, incorporaram outras características, como estudar música e gostar de videogame. Elza já apresentou um quadro depressivo, segundo ela mesmo me contou posteriormente àquela oficina. Lucia relatou, em determinado momento, um aumento de demanda nos serviços de saúde mental da região a respeito de quadros depressivos e de tentativas de suicídio de jovens.

Figura 27: Imagem da personagem criada por João. Na parte escrita, lê-se: “2º ano. Estudante de música. Joga videogame. Brasileiro”.

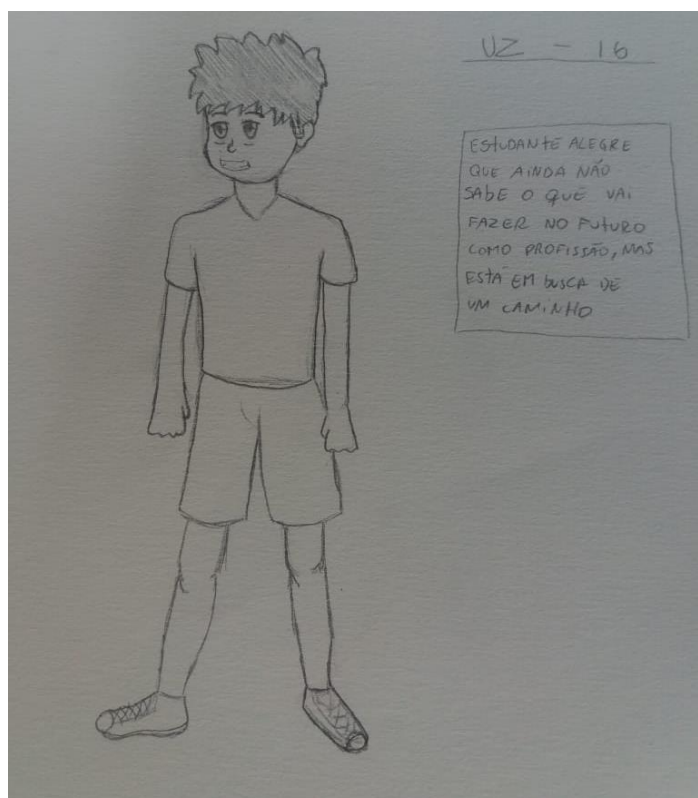


Fonte: Acervo da pesquisa.

Chico também fez sua personagem, Uz, de 16 anos. Na descrição lê-se “Estudante alegre que ainda não sabe o que vai fazer no futuro como profissão, mas está em busca de um caminho”.

Infere-se que a descrição de jovens ainda em busca de um caminho a seguir é algo que perpassa o cotidiano de todos eles, uma vez que as personagens são jovens que têm sonhos para uma vida adulta, como ser desenhista ou ter uma profissão.

Figura 28: Personagem criada por Chico.



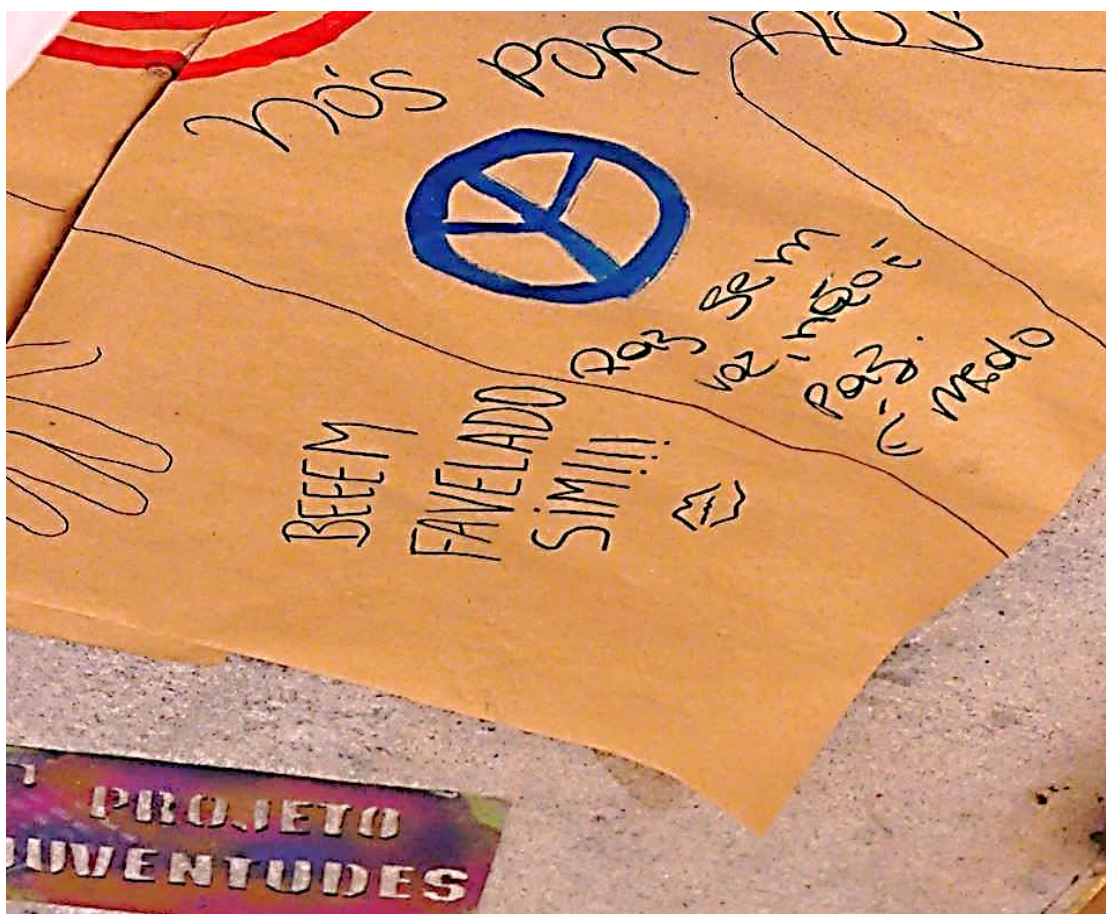
Fonte: Acervo da pesquisa.

Em suas falas durante os encontros, uma das características que os participantes mostraram foi o fato de que ser jovens como eles são requer resistência política. Em nossas observações, a discussão era presente em diferentes momentos dos seus discursos. Exemplificavam com fatores relacionados à resiliência cotidiana, mas que associavam com movimentos mais coletivos de resistência política. Chico contou que frequentava o prédio do Centro de Tecnologias da UFRJ e que lá recebia muitos olhares pela sua aparência e seu modo de se vestir. Geraldo, após o resultado das eleições, disse que não estava sendo fácil viver aquele momento e dizia que iria “*continuar fazendo o que faço, eu vou continuar existindo*”.

Não sei se o Geraldo tem alguma ideia da profundidade dessa fala dele, em um momento em que, existir sendo um jovem, negro, (LGBT?), morador de favela, vai ser tão difícil. Não sei se ele percebe que existir, neste momento, é resistir. (Diário de campo, 29 de outubro de 2018)

Na atividade realizada no evento *Circulando*, uma das frases escritas pelos jovens participantes foi “Bem favelada sim”. Falavam com orgulho de serem quem são, ao mesmo tempo, remetiam que o lugar de morador de favela, apesar de potente, não lhes permite o acesso a algumas oportunidades, pelo preconceito social, pela falta de liberdade e por causa da violência: “*a gente não tem muito acesso [a oportunidades e espaços], é importante a liberdade de ir e vir*”. Uma jovem relatou que “*a gente não tem paz de ir e vir e nem liberdade de ir e vir*”. Neste debate, apontaram principalmente para os estigmas de ser um jovem morador de favela e as relações com a sua cor de pele, identidade de gênero e orientação sexual, bem como tais aspectos influenciam na sua mobilidade e participação em outros espaços da cidade.

Figura 29: Detalhe no mapa corporal do evento *Circulando* com as frases: “Nós por nós”, “Bem favelada sim” e “Paz sem voz não é paz, é medo”. As frases estão nas pernas do corpo do mapa.



Fonte: Acervo do Projeto Juventude(s). Divulgação com autorização.

Como uma possível estratégia de enfrentamento às violências sofridas de diferentes formas e que interferem em seu direito à cidade, os jovens apontaram a necessidade de sua organização em coletivos. Uma das jovens presentes na concepção do mapa corporal no evento Circulando disse: “*A gente faz parte de um projeto junto aqui, imagina o que sai de ideia daqui, ideias junto*”. Muitos dos jovens ali presentes já desenvolveram ações, principalmente no âmbito educacional (como a participação em pré-vestibulares comunitários e em projetos de alfabetização) e na área da comunicação (jornal comunitário), e afirmaram que, para enfrentar as adversidades cotidianas, a organização tem que vir deles mesmo, como na fala da jovem que escreveu “nós por nós” no cartaz acima. Essa jovem afirmou que “*a gente que tem que correr atrás disso [da liberdade e do direito de ir e vir]*”.

Eduardo, um dos jovens participantes, disse que os heróis de mangás são definidos por seu vilão, principalmente, então é preciso criá-lo primeiro. Naquele momento, iniciou-se um debate a respeito de quem seria e Geraldo disse que, sendo jovens da favela os “heróis” da história, necessitaria ser alguém de fora, que critica os moradores, que é preconceituoso, racista, machista e que quer matar os moradores das favelas. Elza complementou dizendo que deveria ser uma “*pessoa mimada, rica e que sempre tem tudo o que quer*”. Os jovens relacionaram essas características aos representantes políticos eleitos e começaram a demonstrar, de alguma forma, preocupação com a violências que os cerca. Apesar da discussão, eles acabaram não criando a personagem. Como em todo o processo da construção do mangá, os jovens debatiam muito as ideias, mas pouco concretizavam o que falavam.

Outra característica importante daqueles jovens é a “vontade de fazer tudo”, como eles mesmos relataram. Em todas as propostas de atividades, os jovens mostraram-se sempre disponíveis às novas experiências e experimentações, especialmente quando estavam em grupos. Novamente, pode ser uma característica advinda de suas experiências de participação em projetos sociais. Para além disso, verbalizaram o desejo de conhecer novas possibilidades e novos lugares. Ao mesmo tempo, refletimos, durante as atividades, sobre o quanto desse desejo em participar de tudo também poderia ser a impossibilidade de identificar o que não gostam, ou a possibilidade de recusa de algo.

Qualquer lugar, qualquer atividade, desperta interesse e envolvimento ... Tão interessante pensar sobre isso. Ao mesmo tempo que é muito bom para o grupo e para as oficinas, penso para eles, será mesmo que não tem nada que eles não queiram? É importante termos desejos, mas também é importante identificarmos e saber o que não desejamos. (Diário de campo, 17 de setembro de 2018)

Um dos assuntos que mais apareceu nas atividades foi a questão da orientação sexual e da identidade de gênero. São assuntos que eles trazem como desejo de discussão e que verbalizam em seus discursos como um marcador importante em seu cotidiano e algo que afeta, inclusive, sua mobilidade na favela. No primeiro encontro de construção de mangá, antes de decidirmos qual seria a atividade a ser realizada, os jovens presentes pensaram na possibilidade de realizar estêncil e a temática que perpassou essa discussão foi a orientação sexual e a identidade de gênero:

Começo a perguntar o que eles gostariam de escrever ou desenhar pelo estêncil e, puxados por Elza, começam: Liberdade, viva a arte, diversidades, #complexodediversidade #cpxdediversidade⁸⁴, CPX⁸⁵, Complexo do Alemão, Direito à cidade. LGBT+. Nessa hora, alguém pergunta o que é LGBT+, falo para o Geraldo explicar, afinal, ele produziu um fanzine sobre isso (Diário de campo, 29 de outubro de 2019)

Caetano, por exemplo, em uma conversa individual contou que perdeu amigos por se assumir gay e reclamou que não gostava de ficar andando perto de casa para se divertir, pois os “vizinhos são muito fofoqueiros”. Neste sentido, disse que gostaria de mudar para uma rua maior, onde se sentisse mais à vontade. No evento Circulando, os jovens também trouxeram essa questão. No mapa corporal coletivo criado, um jovem escreveu “bixa preta” nos braços do corpo desenhado. Sobre essa interferência na atividade coletiva, ele explicou que “*as bixas pretas, pardas, negras, em geral sofrem diariamente em seus corpos. Eu, pessoalmente, por ser afeminada, já senti. Bixa foi a primeira palavra que eu ouvi, e eu nem sabia o que era, mas sabia que era algo que eu não poderia ser*”.

⁸⁴ Essas duas *hashtags* foram escolhidas pelos jovens em uma atividade anterior ao início dessa pesquisa, no qual produziram um *fanzine* com objetivo de debater questões relacionadas à orientação sexual e ao gênero.

⁸⁵ CPX é a maneira informal como os moradores se referem ao Complexo do Alemão na escrita, aparecendo inclusive em nome de coletivos do bairro.

Figura 30: Detalhe no mapa corporal do evento Circulando. Destaque para o símbolo da luta feminista no centro do corpo, com as palavras “Liberdade LGBTQ+”. Nos braços do mapa, escrito em tinta vermelha, com bastante destaque, “Bixa Preta”.



Fonte: Acervo do Projeto Juventude(s). Divulgação com autorização.

Pires (2016) e Vieira (2011) afirmam que a cidade é um espaço heterossexualizado e normativo. A homossexualidade e suas diferentes formas de expressão pública são vistas como algo “estranho”, que deve ser mantido apenas no espaço privado. Para Aguião (2011), “ter um corpo fora da lei patriarcal de gênero é experimentar a desigualdade do espaço urbano não democrático” (p.104-105). Tal desigualdade, podemos afirmar, ocorre na cidade como um todo e também dentro da favela, onde os padrões heteronormativos não se diferem da sociedade, de modo geral (CECCHETTO, 2004).

5.2 QUE CIDADE QUE DESEJAM OS JOVENS: A CONSTRUÇÃO DE UMA CIDADE DA/PARA A JUVENTUDE

*Mas não, mas não
 O sonho é meu e eu sonho que
 Deve ter alamedas verdes
 A cidade dos meus amores
 E, quem dera, os moradores
 E o prefeito e os varredores
 Fossem somente crianças
 Deve ter alamedas verdes
 A cidade dos meus amores
 E, quem dera, os moradores
 E o prefeito e os varredores
 E os pintores e os vendedores
 Fossem somente crianças
 (A cidade ideal. Os saltimbancos)*

A construção da Cidade da Juventude começou logo no início do campo da pesquisa, com o intuito de aproximar os jovens de uma reflexão acerca da cidade em que vivem e a que gostariam de viver. Entendemos que a visão que se tem sobre a cidade e sobre as relações nela estabelecidas se conectam diretamente com a mobilidade urbana cotidiana e, por conta disso, a construção ajudou a entender como os jovens vivenciam cotidianamente a vida urbana.

Na oficina, foi proposto a construção de uma “rua da juventude”, com espaços, instituições, lugares que eles gostariam de ter acesso e considerassem importante para os jovens de forma geral. No entanto, durante o fazer, a atividade ganhou vida com os sujeitos que a faziam e, de uma rua, passou-se para a construção de uma cidade toda, já que eles começaram a enumerar uma quantidade de lugares que não seria possível ser representada em uma única rua, como praça, loja de salgado, lojas, *shopping*, balada, praia, museu, escola, “serviços públicos”, o EDUCAP, uma escola de dança, teatro, cinema, favela. Referiram também, nessa conversa inicial, antes mesmo de começar a atividade, o desejo de construir um rio, uma piscina pública e até mesmo um cemitério.

Durante o trabalho, que durou quatro semanas, foram diversos os temas e os debates que perpassaram o fazer, enquanto o realizavam. Cabe destacar que não era claro para nós (e talvez não fosse claro a eles, em alguns momentos) o que estava sendo construído: se uma cidade ideal, conforme proposto, ou uma representação da cidade real, feita pelos jovens. Tal dúvida

foi expressa por diálogos estabelecidos pelos jovens em diferentes momentos da oficina e destacada no diário de campo:

Um papel pardo no chão. A Proposta: Construção de uma “rua da juventude”, que acabou virando uma “CIDADE DA JUVENTUDE”! Mas... Será que era mesmo uma cidade da juventude ideal, como eles gostariam? Ou uma cidade real? E sendo ela real, onde entra a juventude, especialmente, a da favela? Seria um misto de ideal e real? Onde entram os desejos dos jovens, que espaços eles têm na construção urbana? É dado ao jovem da favela o direito de sonhar com uma cidade na qual se sinta contemplado? (Diário de campo, 10 de setembro de 2018)

Tais questionamentos apareceram pelo fato de os jovens trazerem, em diferentes momentos, acalorados debates sobre a presença ou não de uma favela na cidade, da polícia, de uma delegacia e de uma piscina pública. Foram diversos os momentos em que ocorreram questionamentos nesse âmbito e optamos por não os interromper. Entendemos que essas dualidades entre real e ideal são importantes para um exercício reflexivo a respeito da cidade em que vivem, da mobilidade por ela, das possibilidades concretas e das utopias no que se refere à sua participação urbana plena, sendo essencial, para além da pesquisa, à intervenção prática que realizamos com aqueles jovens.

Tais fatos remetem às discussões de Paulo Freire sobre conscientização, consciência de futuro e a criação de suas possibilidades. Para o autor (1981, 1987, 2011), a conscientização é um processo que permite a crítica das relações do sujeito com o mundo, frente ao contexto histórico-social. Isto porque, quando se tem mais consciência crítica das injustiças sociais existentes e de sua situação de opressão, há mais possibilidade de desenvolver ações que busquem transformações sociais reais e a construção de outros futuros. A conscientização implica em um compromisso com o mundo e com nós mesmos, com isso os sujeitos assumem uma posição utópica frente ao mundo.

Importante ressaltar que Paulo Freire trabalha com o entendimento da utopia como uma possibilidade de realização dos sonhos possíveis, no planejamento de um futuro a partir de sua consciência. A utopia se constrói a partir da consciência crítica da realidade e, portanto, leva a reflexão de quais são as possibilidades de mudanças que desencadeiam em uma práxis que pode ser transformadora.

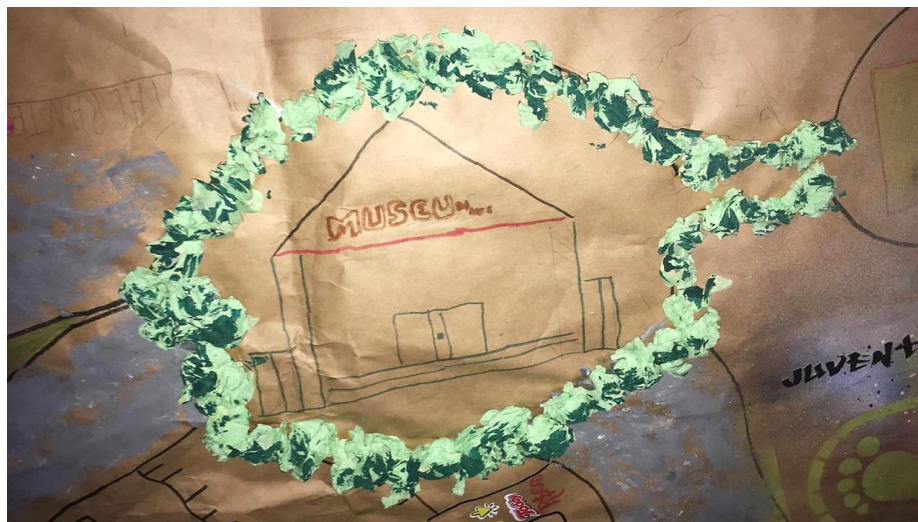
Nunca falo da utopia como uma impossibilidade que, às vezes, pode dar certo. Menos ainda, jamais falo da utopia como refúgio dos que não atuam ou [como] inalcançável pronúncia de quem apenas devaneia. Falo da utopia, pelo contrário, como necessidade fundamental do ser humano. Faz parte de sua natureza, histórica e socialmente constituindo-se, que homens e mulheres não prescindam, em condições normais, do sonho e da utopia. (FREIRE, 2011, p. 85)

Assim, entendemos que a prática reflexiva da atividade realizada pode ser pensada como um instrumento de construção de uma consciência crítica coletiva entre aqueles jovens, sendo que a busca por uma cidade ideal (ou utópica) pode ser necessária para que eles possam começar a refletir sobre uma ação (ou práxis) em busca dessa cidade.

5.2.1 O espaço da cultura e do lazer na cidade

Um dos aspectos centrais para os jovens durante a construção da cidade foram os espaços de cultura e lazer. A primeira “estrutura” construída foi uma praça no centro, na qual chegavam várias ruas e se interligavam a outras praças. Nesta praça, o centro da cidade, quando estava começando a ser construído, os jovens decidiram por desenhar um museu. Ao lado do museu, construíram um teatro e um cinema, ligaram as três praças e discutiram como iriam chegar a tais locais a partir de outros pontos da cidade. A praça do museu e os espaços de lazer receberam bastante atenção nas semanas seguintes e foram trabalhadas com diferentes materiais, que lhes deram cores e texturas, como tintas, papéis, lãs e barbantes, resultando no destaque dessas construções na cidade como um todo.

Figura 31: Detalhe da cidade: museu no centro da cidade



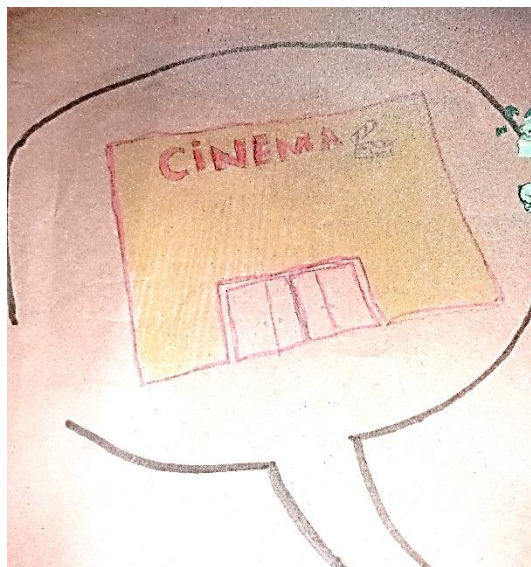
Fonte: Acervo da pesquisa.

Figura 32: Detalhe da cidade: o teatro.



Fonte: Acervo da pesquisa.

Figura 33: Detalhe da cidade: o cinema.



Fonte: Acervo da pesquisa.

É importante ressaltar que essa oficina, no dia 10 de setembro de 2018, aconteceu alguns dias depois do incêndio que atingiu um dos principais e mais acessíveis museus da cidade do Rio de Janeiro, o mais antigo museu do país, o Museu Nacional, localizado na Quinta da Boa Vista. A tragédia teve repercussão mundial nas mídias, diante do debate a respeito do papel do museu na cidade, o descaso com as instituições culturais públicas e a importância do acervo perdido⁸⁶. Muitos dos jovens que estavam na oficina já haviam visitado aquele museu, a maioria, em passeios com a escola.

O museu é colocado no centro da cidade, em uma praça (emociona lembrarmos que, na última semana, o museu mais acessível ao público do Rio de Janeiro foi destruído...). Perto dele, um teatro e um cinema. E o destaque de Chico, jovem de 20 anos, morador do Alemão e estudante de história da arte na UFRJ: “Tem que ter uma via ligando a favela ao museu, cinema e teatro, porque a acessibilidade é fundamental!”. Acessibilidade, primordial na garantia da mobilidade urbana, aqui representada em seu aspecto mais fundamental: a acessibilidade física ao espaço! (Diário de campo, 10 de setembro de 2018)

⁸⁶ Sobre o incêndio do Museu Nacional, exemplificamos algumas reportagens da mídia, como no jornal Folha de São Paulo (<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2018/09/apos-mais-6-h-bombeiros-controlam-incendio-no-museu-nacional-no-rio.shtml>) e na revista Carta Capital (<https://www.cartacapital.com.br/sociedade/incendio-destroi-museu-nacional-no-rio-de-janeiro/>). Acesso em 17 de março de 2019.

Outro lugar que os jovens fizeram questão de construir e que destacaram como importante para sua sociabilidade e lazer foi um parque. Utilizaram, como referência, o Parque de Madureira, localizado na zona norte do Rio, próximo ao Complexo do Alemão, e que já tinha sido (ou ainda é) frequentado por todos os jovens que estavam no EDUCAP naquele dia. Desenharam uma pista de *skate*, banheiros, uma fonte de água e brinquedos. Perto dele, acrescentaram uma floresta e também um rio, representando uma preocupação em garantir um espaço para a natureza na cidade, que, apesar de conter muitos elementos urbanos, também é verde e arborizada.

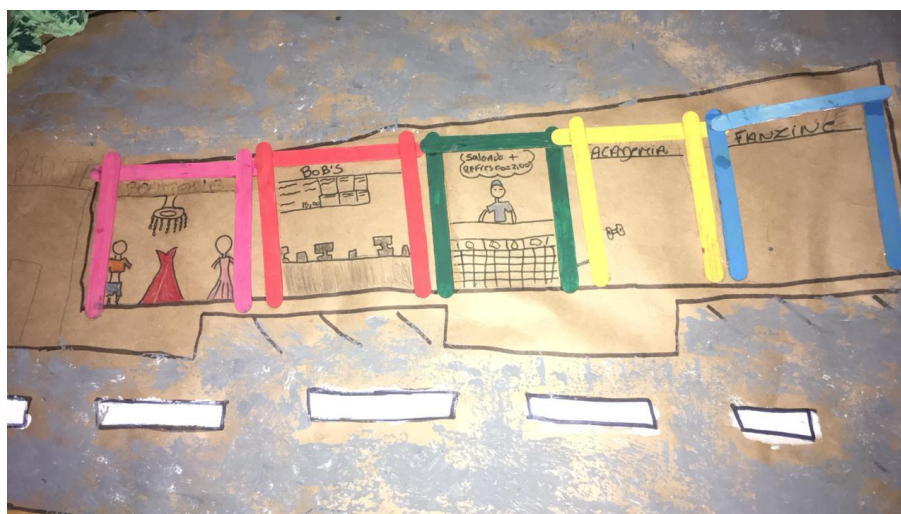
Figura 34: Detalhe da cidade: o parque



Fonte: Acervo da pesquisa

Uma das atividades que os jovens mais referiram gostar de fazer aos fins de semana foi passear pelos locais de comércio do bairro. Eles relataram gostar de ver as vitrines, para saber o que está na moda, e também de comer salgadinhos. Por isso, na cidade, construíram uma área de comércio.

Figura 35: Detalhe da cidade: comércio



Fonte: Acervo da pesquisa

Fizeram também uma danceteria e um *shopping*, porém não debateram muito sobre eles. Dos jovens do EDUCAP que participaram desta pesquisa, apenas Caetano afirmou gostar de ir ao *shopping*. Nenhum dos participantes das oficinas disse ter ido a uma danceteria anteriormente. Sobre tal relato, encontramos no diário de campo uma reflexão que talvez explique o aparecimento desses elementos, que talvez não pertencessem à realidade dos frequentadores do EDUCAP, mas sim de outros jovens do Rio de Janeiro: o grande envolvimento dos estudantes extensionistas da UFRJ na construção da cidade junto aos jovens do Alemão.

Cabe ressaltar que todos os estudantes extensionistas da UFRJ também eram jovens, com idades entre 19 e 22 anos, alguns moradores de outras favelas ou de áreas periféricas da cidade, com dificuldades financeiras e dependentes de transporte público para sua locomoção. Dessa forma, apesar de condições financeiras e culturais, como o acesso à universidade pública, que os diferencia da imensa maioria dos jovens do EDUCAP, os extensionistas e os jovens da favela têm algo em comum e querem também expressar, no fazer, qual a cidade que querem para si.

Hoje, algo me chamou muito a atenção... Como os estudantes [de graduação da UFRJ] do Juventude(s) (que tem em média 20 anos) se envolveram na proposta de fazer a cidade... Tanto pelos seus relatos, como pelos seus fazeres durante as oficinas, percebo que eles também estão querendo dizer qual a cidade que eles querem.

[...]

Eles se envolvem tanto com o fazer, que até parecem ser os sujeitos da intervenção... Isso me lembra um dos textos que li, que afirma que a mobilidade é uma questão que afeta a TODOS e que a cidade não é democrática... Sim, de modos diferentes para cada um, mas de alguma forma a todos. (Diário de campo, 01º de outubro de 2018)

Figura 36: Detalhe da cidade: A danceteria e o shopping.



Fonte: Acervo da pesquisa

Relacionados ao lazer e à diversão, dois espaços ganharam destaque ao pensar e criar a cidade: uma piscina pública e a praia. Esses dois lugares, muito representativos na vida daqueles jovens, que vivem em uma cidade conhecida mundialmente justamente pelas praias e pelas altas temperaturas durante todo o ano, nesta construção foram imbricados com a discussão de qual o papel da favela na cidade, sobre a qual nos aprofundaremos mais adiante.

Magnani (2005) afirma que, para compreender as vivências e experiências juvenis, é necessária uma apreensão a respeito de suas sociabilidades, incluindo os espaços, instituições e equipamentos urbanos nos quais eles se inserem. Um dos lugares onde os jovens se encontram são os espaços de lazer e, segundo Carrano (2003), “para a juventude, os espaços de lazer se constituem como verdadeiros espaços de sociabilidade e formação subjetiva” (p.105). Para jovens de favela, tais espaços são muitas vezes circunscritos dentro da favela, pois, como já pontuamos anteriormente, a distribuição espacial da cidade faz com que o acesso a diferentes territórios seja dificultado por questões financeiras, de transporte, de tempo e de segurança.

Além disso, ao frequentar territórios fora da favela, muitas vezes os jovens são discriminados devido aos estigmas que os cercam. Por isso, consideramos importante nos debruçarmos sobre os possíveis espaços de sociabilidades elencados por eles no mapa. Conforme pudemos perceber, apesar da discussão sobre a piscina e a praia, que faremos adiante, os espaços de lazer foram destacados na cidade construída (praças, cinema, parque), o que nos leva a inferir que os espaços públicos de lazer, abertos e fechados, têm um papel central na vida urbana daqueles jovens.

5.2.2 O lugar da favela na cidade

O debate sobre o lugar (e, anteriormente a isso, a existência ou não) de uma favela na cidade se tornou central e retornou em diversos momentos durante a construção coletiva da Cidade da Juventude. Tal debate se iniciou quando separaram, no papel, um espaço para a construção de uma favela na cidade e, em seguida, decidiram fazer a praia, no lado oposto do papel. Um dos jovens justificou a escolha porque a praia é realmente longe da favela (ao menos do Complexo do Alemão, a favela que eles têm como referência). Portanto, entendemos naquele momento que os jovens estavam representando no papel uma cidade que se aproximava da cidade real que eles conhecem e vivem.

Em seguida, continuaram a pensar em mais alternativas de lazer e propuseram uma piscina pública que, assim como todas as outras áreas de lazer da cidade, também ficaria longe da favela. A esta decisão, perguntamos qual a razão de ser necessário tal distanciamento e Geraldo respondeu, com naturalidade, que se ficar perto “*vira bagunça*”. Neste momento, na intenção de provocar um aprofundamento da questão, questionamos se quem mora na favela não tem direito de ir à piscina e eles responderam que não, reafirmando o mesmo motivo: a bagunça. Neste momento, Tom afirmou que “*quem vai na piscina é a gente, quem é da favela que vá na praia!*”. Nenhum dos outros jovens contestou tal afirmação, nos levando à reflexão:

Mil interrogações na cabeça. Eles não se consideram moradores de favelas, então? (Diário de campo, 10 de setembro de 2018)

Figura 37: Detalhe da cidade: a praia



Fonte: Acervo da pesquisa

O Complexo do Alemão, conforme já apresentamos, é um conglomerado formado por diferentes favelas, com histórias e realidades diferentes. Por exemplo, os jovens que frequentam o EDUCAP, que em sua maioria moram na região da favela da Matinha e da rua Canitar, contaram que achavam a favela da Galinha um lugar muito perigoso. Embora formada por diferentes realidades, na mídia e no senso comum todas as favelas que compõem o Complexo são vistas como um único lugar homogêneo, o que incomoda os moradores, como Lucia e os coordenadores do Instituto Raízes e Movimento⁸⁷ nos relataram. Esse incômodo se dá, por exemplo, quando os moradores de uma região do Complexo se sentem prejudicados por ações

⁸⁷ Conforme mencionado anteriormente, participei de um curso promovido pelo Instituto Raízes e Movimento no qual esse assunto foi debatido. Para mais informações, ver nota 78.

que aconteceram em outro lado da favela, como conflitos com a polícia. Pode ser, então, que os jovens, que moram em lugares mais “privilegiados” da favela, conforme eles mesmo relatam, diferenciem-se de moradores de outras localidades.

Continuando o debate sobre a favela, a praia e a piscina, perguntamos aos jovens se seus moradores não ficariam prejudicados em acessar tais espaços, uma vez que a localização espacial de ambos era distante da favela que estavam construindo na cidade. Um deles respondeu que não haveria problema, porque poderiam ir de ônibus, se quisessem.

A construção da piscina na cidade ganhou sentido após uma conversa que tive com Lucia, que me relatou a história da existência de uma piscina pública em uma escola no Complexo do Alemão. Aquela piscina era aberta ao público, até que um acidente, que acarretou a morte de uma criança, fez com que fosse fechada. No entanto, a piscina continuou a ser invadida por moradores, até que teve que ser esvaziada e fechada definitivamente. Lucia disse que ainda existem piscinas públicas que abrem no verão, mediante o pagamento de uma taxa de R\$ 5,00 para uso.

Apesar de nossas provocações para continuarmos a discussão, eles se dispersaram, começaram a brincar e se desviaram do assunto, mas em outros momentos e outros encontros, acabaram retornando ao assunto da favela, o que nos leva a perceber que, apesar de significativo para os jovens, ainda é difícil ser mais aprofundado, devido a visões contraditórias que têm sobre aquele lugar, como observamos no relato a seguir:

Geraldo, pintando a praia da cidade, começa a questionar porque só desenharam prédios do lado da praia. Começa então a refletir e diz que não queria desenhar uma favela na cidade, que gostaria que naquela cidade que eles estão construindo, todo mundo tivesse uma vida digna, uma casa com quintal. Ele e Tom começam a debater: “Você tá falando que a gente não é digno?”

- Não cara, não é isso... é que tem gente que mora sem água, apertado em uma mesma casa, sem esgoto...

Segue então esse debate... Tom fala que tem que ter favela, pois os “turistas” (entendo que ele queria dizer imigrantes) que forem para cidade trabalhar e precisarem morar em algum lugar precisam de um lugar para morar, tinha que ter lugar... Adiciona que a favela é “maneira”, que tem escola e tal...

Geraldo rebate, diz que “essa é a cidade que nós criamos, não é o Rio de Janeiro”, os ‘turistas’ terão lugar, mas será um lugar melhor...” (Diário de campo, 17 de setembro de 2018)

Abordar o tema da migração se relaciona com a ocupação das favelas, pois desde o final dos anos de 1940 e início de 1950, cresceu o fluxo de migrantes da zona rural para as áreas urbanas, o que fez com que aumentasse o número de favelas nas cidades (VALLADARES, 2005). Muitos dos moradores do Complexo do Alemão são trabalhadores que vieram da região nordeste do país em busca de trabalho, incluindo a família de Tom, conforme ele contou naquele dia.

No evento *Circulando*, um dos jovens, morador de um bairro vizinho ao Complexo, frequentador de ações e eventos nas favelas que o compõem, falou sobre a necessidade de um distanciamento da favela:

“A busca pelo distanciamento é uma coisa meio agressiva, não só para quem vive dentro, como para quem tá fora. Lá em cima [no alto da favela], a gente tinha uma sensação de que estava tudo tão perto... E de baixo parecia que estava tudo tão longe [...] Como a nossa mente afasta automaticamente”. (Participante do evento *Circulando*).

Tais debates nos fazem refletir sobre qual seria o sentido e as representações das favelas para aqueles jovens. Como já afirmamos anteriormente, a época em que se realizavam essas oficinas era de conflitos recorrentes no Complexo do Alemão, usualmente entre a polícia e moradores, com a possibilidade de tiros. Inclusive, tendo um ocorrido no final de semana anterior ao encontro em que se deu este debate. Logo ao início da atividade, Caetano relatou que gostaria de ir a lugares mais calmos, repetindo a fala em praticamente todos os nossos encontros, mas sem se referir aos conflitos diretamente.

Em supervisão com os extensionistas, tais questões também foram debatidas entre professores e estudantes, diante de sua relevância e influência para as práticas que são desenvolvidas pelo projeto, assim como para a formação de profissionais para lidar com contextos de violência, questionando qual a representação de favela que cada um tem para si.

Ao final da construção da cidade, a piscina e a praia foram representadas, mas a favela, que foi desenhada e apagada diversas vezes, acabou não sendo concebida, demonstrando que, naquele momento, para os jovens a cidade na qual eles gostariam de viver não teria uma favela.

5.2.3 O que, afinal, uma cidade precisa ter?

A construção da cidade levou a diversas discussões, sendo que um dos primeiros lugares a ser desenhado mais detalhadamente, após as praças centrais, foi a escola, feita por Caetano. Ficou nítido que a representada foi inspirada em uma que se localiza perto do EDUCAP e na qual grande parte dos jovens estudaram quando estavam no ensino fundamental. Ela tinha uma quadra, um bebedouro, salas de aula. Porém, foi ampliada e ganhou uma grande área verde que não existe na escola na qual se inspiraram.

Figura 38: Detalhe da cidade: a escola.



Fonte: Acervo da pesquisa

Chegaram a cogitar desenhar uma delegacia, mas decidiram por não a fazer, pois, na fala de Geraldo, a cidade ideal deles não teria violência e, portanto, não necessitaria de uma delegacia: “*Nossa cidade é tão boa que não precisa ter uma delegacia*”. Ouviu, como resposta de Tom: “*Mas será que é possível? No mundo real?*”. Cabe ressaltar que naquele momento o Complexo do Alemão tinha sido ocupado, além dos policiais da UPP, pelos militares do exército, o que não garantiu a paz desejada pelos moradores no local.

Fizeram um cemitério na cidade. Apesar do estranhamento inicial quando surgiu a ideia, não a questionaram e rapidamente esse local foi representado no papel. Mostrando uma preocupação ambiental, também fizeram um rio e uma floresta e afirmaram que aquele rio não estava poluído.

Chico comentou sobre a ausência de uma igreja, ou conforme ele mesmo se corrigiu, “*um lugar para a espiritualidade*”. Disse que ele não sentiria falta, mas que acredita que as outras pessoas sentiriam. Caetano, por exemplo, relatou achar importante esse espaço. Um dos extensionistas explicou a eles o que é uma capela ecumênica, eles não conheciam o conceito, e concordam ser uma alternativa. No entanto, apesar da concordância, o local não apareceu no produto final, assim como vários outros lugares que foram lembrados, mas não representados, como uma fábrica e uma ONG, por exemplo.

Olhando para o desenho do alto, ficando em pé e deixando-o no chão, os jovens começaram a se questionar sobre o que poderia estar faltando ainda. Cabe ressaltar que tais discussões foram feitas no segundo encontro, no qual havia mais jovens presentes, já que nos dois últimos poucos participaram das oficinas. Geraldo disse que faltava vida na cidade. Tom disse que iria fazer sombras para representar a existência de um sol e Geraldo completou que “*para uma cidade ser cidade, ela precisa de mais coisas, que a tornem atrativa, que a tornem viva*”, dizendo que o que faltava na cidade eram “*as pessoas*”. Chico comentou que elas poderiam estar dentro dos locais que eles construíram.

Figura 39: Registro do segundo encontro de construção da cidade da juventude.



Fonte: Acervo da pesquisa.

Chico, que participou da atividade após o nosso rolê individual pelo Complexo, que será descrito adiante, sugeriu colocarmos grafites na cidade e, ao ser perguntado se deveríamos ter um muro na cidade, ele respondeu que não, que poderia ser em qualquer lugar, sem autorização, já que “*a cidade é nossa*”. Porém, reafirmou que numa cidade real, é preciso autorização para a prática dessa arte urbana. O grafite apareceu no último encontro, por Caetano, que o fez copiando o logo dos projetos “Juventude(s)” e “Vamos pro rolê?”.

O resultado fica muito bonito esteticamente e, para mim, simbolicamente muito importante. Passa a ser a Cidade da Juventude (ou do Juventude(s)?) construído pela juventude (ou pelo “Juventude(s)”)! De qualquer forma, é uma cidade que tem uma marca que é nossa. (Diário de campo, 1º de outubro de 2018)

Figura 40: A marca dos projetos “Juventude(s)” e “Vamos pro rolê?” feitas por Caetano na cidade.



Fonte: Acervo da pesquisa.

Neste último encontro, embora com a presença de apenas dois jovens, tentamos trazer de forma mais aprofundada como seria a mobilidade das pessoas na cidade, carimbando os meios de transporte e pensando em como seria o acesso das pessoas a determinados lugares. Os participantes carimbaram algumas bicicletas e motos, mas a discussão não despertou interesse neles. Em um encontro anterior, Tom relatou que gostaria de fazer em outro papel pardo a representação de uma estrada que levasse à cidade que estávamos construindo, pois, em suas palavras, em uma cidade ideal era preciso pensar no acesso a ela. Porém, ele parou de frequentar o EDUCAP nas semanas seguintes e, portanto, sua ideia não se concretizou. Como resultado final, temos a cidade representada com seus detalhes na imagem abaixo, que ficou exposta no EDUCAP por algumas semanas, sob os cuidados de Caetano. Quando o mural onde ela estava foi utilizado para outra atividade, ele separou e guardou para me entregar, para que eu pudesse tê-la e “apresentar na minha pesquisa”.

Figura 41: Imagem final da cidade construída pelos jovens.



Fonte: Acervo da pesquisa

5.3 “EU ANDO POR TODOS OS LUGARES” – MAPEAMENTOS DA MOBILIDADE URBANA COTIDIANA DE ALGUNS JOVENS DO COMPLEXO DO ALEMÃO

*Eu só quero é ser feliz
Andar tranquilamente na favela onde eu nasci, é
E poder me orgulhar
E ter a consciência que o pobre tem seu lugar
(RAP da Felicidade. MC Cidinho e MC Doca)*

Além das oficinas descritas acima, realizamos atividades individuais com quatro jovens moradores do Complexo do Alemão, com o objetivo de que eles narrassem seu cotidiano e sua mobilidade urbana. Descreveremos como foram as atividades com cada um deles.

5.3.1 Chico

Chico tinha 20 anos na época da pesquisa e o conheci na semana anterior à primeira oficina, quando retornei ao EDUCAP para combinar com Lucia as atividades que faríamos naquele período. Chico estava acompanhando uma amiga, que também estava no local, para apresentar à Lucia uma proposta de projeto para ser desenvolvido em parceria com a ONG. Morador do Complexo do Alemão, já havia frequentado algumas atividades do EDUCAP anos antes, mas estava recentemente afastado. Estava, no momento, cursando graduação em História da Arte na UFRJ. É um jovem cuja família de imigrantes nordestinos chegou no Alemão há muitos anos. Mora com seus pais e irmãos. Contou que sempre participou de vários cursos e projetos em diferentes lugares no Complexo, como cursos de informática, de fotografia e de produção cultural. Ele e sua irmã são os primeiros da família a adentrarem o ensino superior.

Além de participar das oficinas realizadas no EDUCAP, como a construção da cidade e o mangá, Chico também se mostrou disponível para outras atividades mais individuais. Com isso, entre as oficinas, marcamos – eu e Letícia, extensionista do projeto Juventude(s) – um “rolê” com ele pelo Complexo do Alemão. Marcamos como ponto de encontro o EDUCAP. A proposta foi que Chico nos levasse a lugares no Complexo do Alemão que ele considerava

significativo e que fizessem parte de seu cotidiano. Fizemos (equipe do projeto) um estêncil para grafitarmos os lugares pelos quais iríamos passar.

A ideia de realizar o estêncil para marcar os lugares partiu do histórico de atividades realizadas pelo Projeto Juventude(s) no Complexo do Alemão. Como o projeto tem como principal meio de suas intervenções o uso de técnicas de “arte e cultura urbana”, conforme previsto em seu próprio nome, foram vários os momentos em que realizamos atividades com grafite e estêncil.

Chico não havia participado de nenhuma delas, mas quando começou a frequentar as oficinas às segundas-feiras, mostrou o interesse na pintura em muros, com *spray* e estêncil. Chegou a relatar que não estudou o tema na faculdade, até o momento (estava finalizando o segundo semestre do curso), apenas tinha estudado as artes clássicas. Posteriormente, na festa de encerramento do semestre, que aconteceu no EDUCAP, fizemos uma oficina de estêncil com os jovens, que puderam aprender todo o processo de confecção desse tipo de material e depois aplicá-los nos muros do EDUCAP.

Figura 42: Estêncil.



Fonte: Acervo da pesquisa.

Tive com Chico, além do rolê pelo Complexo do Alemão, um encontro que teve duração de cerca de 1h30min no EDUCAP, no qual ele me contou sobre sua mobilidade utilizando o

mapa do Rio de Janeiro como referência. Nosso segundo encontro foi na UFRJ, no prédio do Centro de Ciências da Saúde (CCS), onde se localizam as atividades do curso de terapia ocupacional. Chico não conhecia aquele prédio, pois suas aulas são em outro local, e quis que o encontro fosse realizado lá. Neste dia, trouxe fotos que fez ao longo do ano dos lugares por onde circulou. Em função da qualidade de suas fotos e de seu interesse em um projeto sobre elas, optamos pela realização de um acompanhamento individual e territorial com Chico.

Perguntei o que gostaria de fazer e quais proposições poderiam ser combinadas às suas propostas, sendo que iniciamos um projeto, em princípio virtual, para exposição de suas fotos. Esse encontro durou cerca de 2h30min e nele localizamos no mapa onde as fotos haviam sido feitas e Chico contou sobre cada uma, seu lugar e data. Combinamos de continuar trabalhando naquelas fotos e para isso marcamos mais um encontro, que durou cerca de uma hora, no EDUCAP, no qual Chico quis rever as fotos e fazer uma nova seleção para a exposição. Mantivemos contato pelas redes sociais para continuarmos o projeto, que apresentaremos mais adiante.

Em 2019, por Chico ser estudante regular da UFRJ, pudemos convidá-lo para integrar a equipe do nosso projeto de extensão, como voluntário, o que ele aceitou e trabalhou por um semestre na condição de estudante universitário no projeto. Naquele período, além de concretizar a exposição virtual de suas fotos, redigimos um artigo conjunto para uma revista científica a respeito do processo de criação de sua exposição. Durante o processo, Chico trabalhou com textos para “legendar” as suas fotos, tanto para o artigo quanto para a exposição virtual. Essas legendas, das imagens que ele selecionou como destaques para constar no artigo, estão apresentadas neste texto. No segundo semestre ele teve que sair do projeto por incompatibilidade de horários, mas manteve contato com a equipe e ocasionalmente nos encontramos em eventos na Universidade ou no Complexo do Alemão.

5.3.1.1 Detalhando o rolê com Chico e seus desdobramentos

Especificamente sobre nosso rolê com Chico, nossa primeira atividade “individual” na pesquisa, havia sido pensada com a participação de Caetano, porém ele acabou cancelando sua ida. Nos encontramos no EDUCAP e, assim que saímos, Chico nos avisou: “*nós vamos subir essa rua até a Grota, tem muitos meninos que ficam aqui, não liga não*”. Ele se referia aos meninos (bem jovens) que trabalham para o tráfico de drogas e estavam em um bar fumando maconha quando passamos. Os meninos não mexeram conosco e nem portavam armas, sendo que seguimos nosso caminho naturalmente. Naquele mesmo trecho da rua se tem uma vista belíssima do Complexo, com uma das estações do teleférico e as casas de tijolos, como os quadros que vemos representando favelas. Paramos um pouco para olhar. Perguntamos a Chico se ele achava que seria possível fotografar aquela vista: “*Melhor não, eu não sei. Essa vista a gente guarda na memória*”.

Infelizmente fotografamos menos do que queríamos nesse percurso, por conta de medo de flagrar alguma atividade ilegal e também por um cuidado (de minha parte) com a espetacularização da favela, como nos “*favela tours*” (Diário de campo, 13 de setembro de 2018).

Fomos até a Oca dos Curumins. A Oca dos Curumins é um centro cultural que desenvolve diferentes ações, como alfabetização de crianças e adultos e atividades culturais. Funciona desde 1977 e era conhecido como a escolinha da Tia Bete, idealizadora da Oca. A Oca já contou com financiamento de empresas privadas para desenvolvimento de alguns projetos, mas no momento não possuía nenhuma fonte de renda, funcionando apenas com a ajuda de voluntários⁸⁸. Chico contou que frequentou muito a Oca, que é bem próxima de sua casa, para diversas atividades, e atualmente é monitor da biblioteca, porém não estava conseguindo participar ativamente por causa dos compromissos da Universidade.

Para chegar lá, é preciso subir uma série de escadas. Minha impressão é de que só quem conhece consegue chegar, não há sinalização nenhuma nas ruas, muitos becos estreitos... (Diário de Campo, 13 de setembro de 2018)

⁸⁸ As informações sobre a Oca dos Curumins foram obtidas através de um mapeamento que realizamos em diferentes espaços no Complexo do Alemão em 2019, além de informações dos próprios frequentadores do espaço, e dados encontradas nas redes sociais, como Facebook® (https://www.facebook.com/pg/CentroCulturalOcadosCurumins/about/?ref=page_internal e <https://www.facebook.com/ocados.curumins>)

Na Oca encontramos algumas jovens estrangeiras que estavam brincando com as crianças pequenas que frequentavam o local. Segundo Lucia e Bete, a Oca recebe muitos voluntários estrangeiros devido a um convênio com uma ONG norte-americana. Chico disse que a Oca é um lugar que gostaria de marcar com nosso símbolo, pois era um lugar de referência para ele no Complexo, mas como a coordenadora não estava, achava melhor voltarmos outro dia e termos autorização dela para grafitar. Pedimos então que Chico fotografasse a Oca. Queríamos imagens que representassem o seu olhar do local. Ele tirou duas fotos, com o meu celular, logo da entrada do local:

Figura 43: Foto da porta de entrada da Oca dos Curumins. Fotografia de Chico.



Fonte: Acervo da pesquisa, divulgada com autorização do autor.

Figura 44: Foto do muro da entrada da Oca dos Curumins. Fotografia de Chico.



Fonte: Acervo da pesquisa, divulgada com autorização do autor.

Sáímos da Oca e Chico disse que nos levaria ao Instituto Raízes em Movimento⁸⁹. Nesse trajeto, subimos para uma praça com uma linda pintura. Chico nos contou que era de uma artista do Complexo do Alemão, Mariluce Mariá⁹⁰. Como essa praça já era um lugar com muitas intervenções artísticas, Chico disse que achava ser um bom lugar para deixamos nossa primeira marca.

Figura 45: Muro da praça com a interferência artística realizada.



Fonte: Acervo da pesquisa.

⁸⁹ Ver nota 75.

⁹⁰ Para saber mais sobre a história de Mariluce Mariá, ver: MAIA, J.O. Fogos digitais: letramentos de sobrevivência no Complexo do Alemão/RJ. 2017. 333p. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada). Unicamp: Campinas, Disponível em: http://repositorio.unicamp.br/jspui/bitstream/REPOSIP/330523/1/Maia_JunotDeOliveira_D.pdf

Seguimos então e passamos pela Praça da Grotta, um espaço de comércio, com ruas largas. Chico contou que as ruas nos arredores foram aumentadas por ocasião das obras do PAC⁹¹. Aproveitamos que ele havia feito esta menção e perguntamos sobre o teleférico. Chico disse que o utilizava muito, todo dia, para ir à escola, mas que moradores eram contra a obra do PAC, que incluiu o teleférico, e exemplificou com os idealizadores do Instituto Raízes em Movimento. Perguntamos qual era a opinião dele, como jovem morador do Complexo do Alemão, e Chico respondeu que achava que o teleférico ajudava muitos moradores e era bastante utilizado. Porém, disse que achava que os representantes do Raízes poderiam responder melhor sobre o assunto, pois “*têm mais fundamentação para fazer crítica*”.

Continuamos o rolê seguindo para o Raízes em Movimento, onde Chico nos contou ter feito muitos cursos e projetos. O Raízes se localiza na Avenida Central, uma ladeira bem íngreme. Durante a subida da ladeira, Chico parou em um ponto para nos mostrar a vista do *campus* do Fundão da UFRJ, onde ele estuda. Paramos para fotografar a vista e perguntamos a ele se, no passado, ele imaginava estudar na universidade. Ele respondeu que não, que nunca pensou em fazer faculdade, mas passou a ter esse desejo quando viu vários amigos estudando e assim se inscreveu no ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio, que permite o acesso às universidades brasileiras federais) e foi aprovado. Ele se inscreveu pelas cotas de estudantes pretos, pardos e indígenas que cursaram todo o ensino médio em escola pública. Não quis se inscrever nas cotas por renda pois “*ficou com medo de dar algo errado e ficar de fora*”.

Na praça em frente ao Raízes, grafitamos novamente a nossa marca, em um poste. Chico contou que nunca havia feito arte com tinta *spray* e que gostou muito da experiência.

O fazer dando sentido às coisas, às experimentações, às ampliações de experimentações e de experiências... Se isso acontece nessa pesquisa, acredito eu, é por minha especificidade como terapeuta ocupacional. (Diário de campo, 13 de setembro de 2018)

⁹¹ Ver nota 44 e seção 3.3 do capítulo três desta tese.

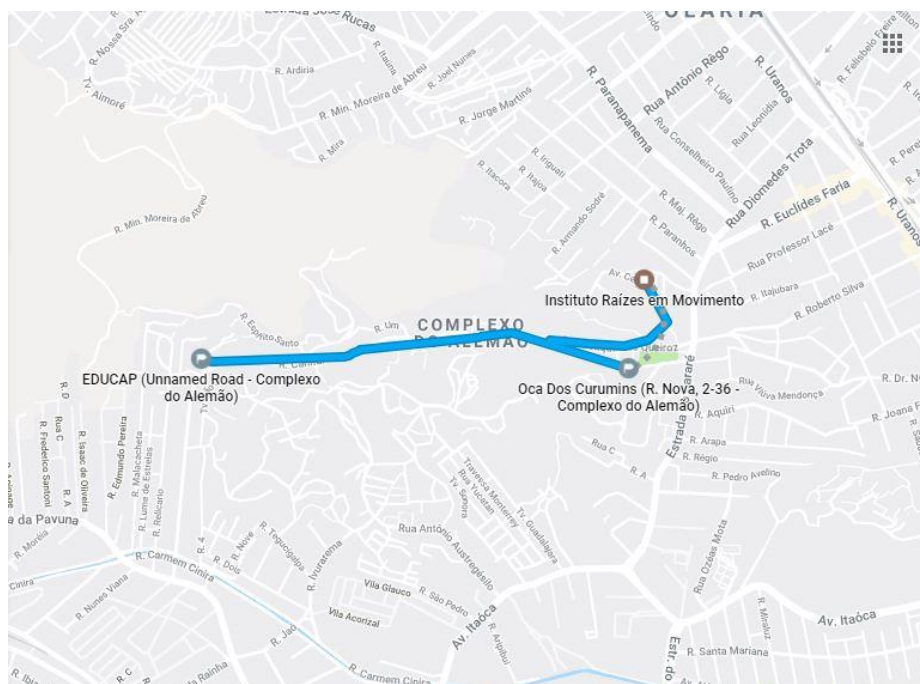
Figura 46: Chico e Leticia fazendo o grafite no poste em frente ao Raízes.



Fonte: Acervo da pesquisa.

Na volta, perguntamos se poderíamos postar as fotos no *Instagram*® e usar a *hashtag* que propusemos para os jovens utilizarem. Chico nos autorizou a postá-las e disse que iria usar a *hashtag* em seu perfil pessoal, porém disse que não costumava sair muito de casa. Retornamos juntos ao EDUCAP e salvamos nosso trajeto através do *Google Maps*®. Combinamos de nos encontrar na próxima semana para conversamos mais sobre os lugares por onde ele circula.

Figura 47: Percurso do rolê com Chico no dia 13 de setembro de 2018.



Fonte: Função “Sua linha do tempo” de meu celular, no *Google maps*®.

Em nosso segundo encontro individual com Chico, após o rolê, começamos a atividade com um mapa do Complexo do Alemão, onde marcamos os lugares aos quais fomos juntos. Chico foi marcando naquele mapa outros lugares que ele disse serem importantes no Complexo. Contou que vai, na maioria deles, caminhando, mesmo quando são distantes. Começamos identificando as estações do teleférico e então Chico marcou como lugares referências: um restaurante/bistrô, uma das estações do teleférico e a Vila Olímpica⁹².

Seguimos a conversa com um mapa da cidade do Rio de Janeiro dividida por bairros. Iniciamos identificando onde estava o Complexo do Alemão e sugerimos então que Chico nos contasse, a partir do mapa, os bairros que ele já havia visitado, o que foi fazer em cada um deles, como chegou nos lugares, como se sentiu. Chico iniciou marcando o Centro do Rio de

⁹² As Vilas Olímpicas são equipamentos ligados à Secretaria Municipal de Educação da prefeitura do Rio de Janeiro. A Vila Olímpica Carlos Castilho, que se localiza no Complexo do Alemão, foi inaugurada em 2002. Foi um dos projetos resultantes do PAC no local. Trata-se de um espaço público, aberto à comunidade e que oferece atividades de esporte e lazer para a população. A Vila Olímpica do Complexo ficou fechada ao público durante alguns períodos, por falta de financiamento e manutenção do local. No momento da pesquisa estava em funcionamento. Informações disponíveis em: <http://www.rio.rj.gov.br/web/sme/exibeconteudo?id=6755974>; <http://memoria.etc.com.br/agenciabrasil/noticia/2002-09-29/prefeito-inaugura-vila-olimpica-no-complexo-do-alemao>; <http://www.rio.rj.gov.br/web/sme/exibeconteudo?id=6748952>. Acesso em 05 de junho de 2019.

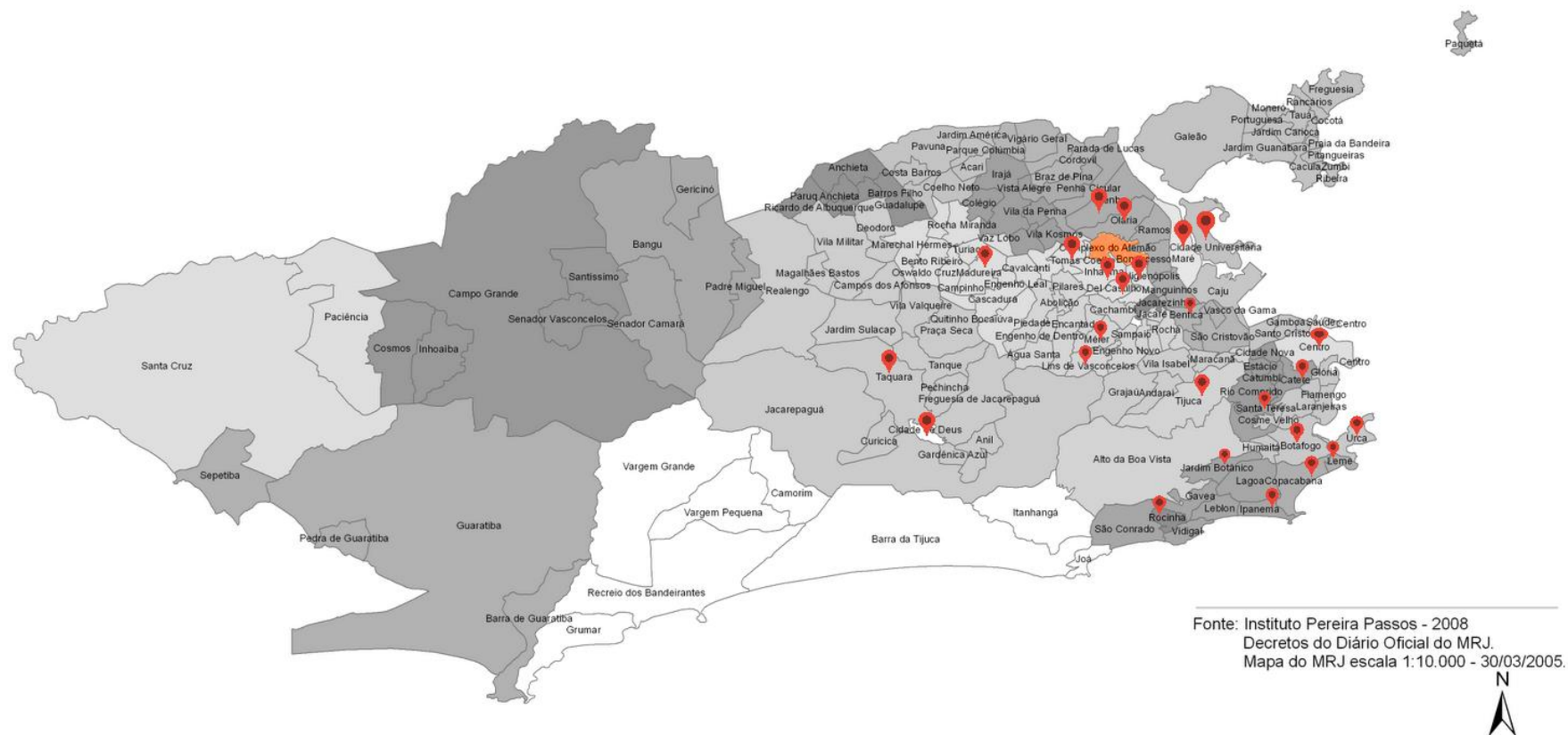
Janeiro, bairro ao qual foi para visitar museus, em atividade em função da Universidade. Contou que visitou o Centro Cultural do Banco do Brasil (CCBB), a Caixa Cultural, o Museu Nacional de Belas Artes e a praça da Cinelândia. Já conheceu também o Parque das Ruínas em Santa Tereza. Já na Zona Sul, contou que já foi ao bairro de Botafogo, quando foi ao *campus* da Praia Vermelha da UFRJ ver a exposição de uma amiga. No Catete, foi em 2014 num evento do *Green Nation* sobre sustentabilidade. Também já havia visitado as praias de Copacabana e Ipanema e, no bairro Jardim Botânico, havia visitado o Parque Lage, quando viu a exposição *Queer*.

Começou então a narrar que vários lugares que conhecia decorriam de fazer trabalhos audiovisuais com amigas do Complexo do Alemão, que o convidam para esses projetos. Contou que já havia feito um curso de fotografia na TV Verde, que ficava no teleférico central, e por isso algumas vezes foi convidado para alguns trabalhos. Devido aos convites para trabalhar com audiovisual, Chico já foi à Baixada Fluminense, à Taquara (na Colônia Juliana Moreira) e Higienópolis. Para conseguir chegar a tempo de fazer esses trabalhos em bairros mais distantes, Chico contou que dormiu na casa de uma amiga na Tijuca, mas que conhecia pouco daquela região. Para Madureira, foi para comprar tinta de cabelo azul. Conhecia o mercadão, mas disse que não conhecia o parque que os outros meninos tanto falavam. Ainda, naquela região, marcou no mapa a Favela de Maré e o Meier. Também disse já ter visitado a Cadeg (o Mercado Municipal do Rio), localizado no bairro de Benfica, quando foi ver um bloco de carnaval.

No Lins, ele nos falou sobre a Casa Livre do Altinho, um projeto social para moradores do bairro. Segundo ele, “*como se fosse o EDUCAP de lá*”. Chico também já foi a outras favelas, embora nos relatou um certo medo por não conhecer a dinâmica daqueles lugares. Foi na Rocinha, quando levou crianças do Complexo pelo projeto Novos Líderes para um jogo, e conhecia a Cidade de Deus devido a mais um trabalho audiovisual, no qual gravou imagens de usuários de drogas da região para um documentário. Marcou em seu mapa também os bairros de Del Castilho, Inhaúma e Engenho da Rainha, pois são lugares próximos ao Alemão, sendo então lugares por onde transita mais no seu cotidiano, assim como a Ilha do Fundão. Percebemos, ao final das marcações no mapa que, apesar de ter nos falado que quase não saía de casa, Chico já havia transitado por diferentes lugares.

O mapa de Chico é cheio. Acho que ele já transitou mais do que eu por esse Rio de Janeiro. E pensar que em nosso primeiro rolê ele falou que era preguiçoso, que gostava de ficar em casa... (Diário de campo, 5 de novembro de 2018)

Figura 48: Mapa do Rio de Janeiro com marcações nos bairros onde Chico já esteve. Em laranja, o Complexo do Alemão.



Fonte: <http://mapaambiental.blogspot.com.br/2010/08/bairros-do-rio-de-janeiro-shapefile-e.html>. Modificado pela autora. Acesso em 02 de abril de 2018.

Chico continuou contando sobre uma experiência com fotografia e contamos a ele que existe uma metodologia de trabalho chamada de fotovoz⁹³. Inspirados por essa metodologia, pela qual Chico se encantou, começamos a pensar em como ele poderia representar suas andanças pelo Rio de Janeiro através das fotografias. Chico, entusiasmado com a possibilidade, sugeriu fazermos um trabalho com o tema “Cotidiano de um jovem morador do Complexo do Alemão”. Combinamos que iríamos trabalhar com suas fotografias toda semana, após nossos encontros nas oficinas, com o intuito de pensar em uma forma de exposição de suas imagens.

Realizamos então mais encontros individuais em que Chico levou algumas fotos que, a princípio, organizamos em ordem cronológica dos lugares que ele havia visitado em 2018. Na primeira vez que conversamos, Chico trouxe mais de 40 fotos. Apenas quando percebeu a quantidade de fotos que havia separado e os diferentes lugares em que cada uma havia sido feita, Chico percebeu o quanto já circulou pela cidade:

Ele mesmo fala que só percebeu tudo o que fez e por onde andou após fazer o mapa e essa revisão de histórias. (Diário de campo, 6 de dezembro de 2018)

A primeira dessa série era uma foto do Complexo do Alemão, refletido em uma poça d'água no chão. Contou que fotografou quando fazia suas caminhadas por lá, que aliviavam a sua ansiedade, segundo ele. Chico não soube precisar de onde vinha a ansiedade, mas disse que as caminhadas pelo bairro o ajudavam a lidar com ela. Os textos que se referem às imagens abaixo foram elaborados por Chico, com minha ajuda para revisão, durante o processo de escrita do artigo anteriormente citado.

⁹³ O método fotovoz (ou *photovoice*, em inglês), é uma metodologia de pesquisa na qual os participantes utilizam a câmera fotográfica para registrar suas visões a respeito de determinados temas. É uma metodologia que tem uma série de procedimentos a serem seguidos, mas busca que, através das fotografias, os participantes possam refletir e analisar criticamente sua realidade. Faz parte de uma perspectiva crítica que entende que é necessário “dar voz” às populações cultural e historicamente silenciadas, uma vez que todo ser humano é capaz de ver e refletir sobre o mundo (HARTMAN et al., 2011).

“Eu caminhava todo dia na pista que tem em Olaria para ajudar com a ansiedade... Hoje, eu não me lembro mais qual era o motivo dessa ansiedade. Mas nesse dia eu resolvi mudar meu lugar de caminhada... Fui para a Vila Olímpica do Complexo do Alemão e tinha chovido no dia anterior e ainda tinham algumas poças d’água pelo chão. Essa foto foi de um momento que eu parei de caminhar e fui me alongar, foi quando eu vi a poça e lembrei de todas aquelas fotos muito estilizadas que fazem da poça um espelho. Eu estava com um celular novo e com uma câmera decente, então estava tirando foto de praticamente tudo.

Sobre a escolha de fotografar esse espelho, inspirei-me na brincadeira dos contos de fadas, especificamente Branca de Neve. Nesta reflexão, pergunto: *“Espelho, espelho meu, onde está o direito que me prometeu?”*. Ainda não tenho essa resposta, mas é uma pergunta constante na vida de quem mora na favela. Essas palavras me lembram de outra frase dita em um curso de direitos humanos que fiz no Raízes em Movimento, no Complexo do Alemão mesmo, *“A favela pede direitos, pois quando pedimos paz vocês invadem”* (Chico, em abril de 2019).

Figura 49: Complexo do Alemão, refletido em poça d’água. Fotografia de Chico.



Fonte: Divulgação autorizada pelo autor

Nosso primeiro encontro para trabalhar com as fotos foi no prédio do Centro de Ciências da Saúde (CCS), na UFRJ, conforme relatamos acima. Em uma sala com computador e *internet*, começamos a discutir como poderia ser realizada a exposição e pensamos no uso das redes sociais para divulgá-la. Chico gostou da ideia, mas colocou que gostaria que, de alguma forma, elas estivessem em um mapa. Combinamos de pesquisar sobre como poderíamos fazer isso e,

naquele momento, nos detivemos a organizar as fotos e as histórias sobre elas em um documento de *Power Point*®, para registro. Naquele encontro, começamos lembrando a nossa primeira conversa no EDUCAP, quando ele me disse que não saía de casa e como que agora, com as marcações no mapa e as fotografias, percebemos que ele circulava bastante pela cidade.

Chico me falou que acredita que esse aumento de sua circulação se deu pelo surgimento de novas oportunidades em sua vida após sua entrada na Universidade. Porém lembrou que, mesmo antes de entrar, já circulava pela cidade por causa dos amigos que participavam de diferentes projetos, incluindo seu trabalho como fotógrafo em vários deles, resultando em sua maior mobilidade urbana. Contudo, reafirmou que muitas oportunidades surgiram quando ingressou na faculdade, especialmente no que se referia às suas idas a espaços culturais, como os museus.

Por exemplo, me mostrou várias fotos tiradas no Museu Nacional, local em que ele foi pela primeira vez através de uma disciplina que cursou da Universidade, mas que depois passou a frequentar sozinho. Contou que antes tinha medo de andar de ônibus para lugares desconhecidos e não sabia da existência de muitos daqueles lugares, principalmente que eram abertos e gratuitos, ou seja, Chico não sabia que ele poderia frequentá-los. Tal fato foi representado no texto que escreveu sobre uma das fotografias do Parque Lage:

“Após a faculdade, meus amigos e eu marcamos de ir ao Parque Lage. Dois ônibus para chegar lá, saindo da UFRJ. Entrar na universidade tem aberto diversos lugares novos pra mim.” (Chico, em abril de 2019)

Figura 50: Parque Lage. Fotografia de Chico.



Fonte: Divulgação autorizada pelo autor.

Para o segundo encontro, ele fez nova seleção e diminuiu o número de fotografias, para cerca de 20. Naquele momento, ainda não sabíamos como iríamos fazer a exposição: pensamos em montar um vídeo com algum editor de vídeos *online*, mas não conseguimos definir qual usaríamos. Em fevereiro de 2019, após pesquisar os recursos tecnológicos possíveis de utilizarmos para sua exposição virtual, decidimos que a faríamos através do recurso de edições do *My Maps*, ligado ao *Google Maps*®. Nesse recurso é possível escolher um mapa e acrescentar marcações em determinados pontos do mapa e editar informações sobre esses pontos, adicionando fotos, textos, vídeos, etc. A escolha por esse recurso se deu pelo fato de ser editável a qualquer momento e cujo *link* pode ser compartilhado em um *site*, ou nas redes sociais. Assim, Chico poderia continuar alimentando o mapa quando desejasse⁹⁴.

Entre as mais de 40 fotos de nosso primeiro encontro, pudemos observar que as imagens do Complexo do Alemão se alternavam com fotos de diferentes regiões do Rio de Janeiro.

⁹⁴ Diante dessa possibilidade de modificações, talvez as fotografias aqui descritas não estejam na exposição, ou Chico acrescente novas imagens mesmo após o término da produção de dados desta pesquisa.

Algumas fotos são de andanças que fez sozinho, incluindo paisagens e até mesmo um ônibus. Outras são de eventos, tanto de dentro do Alemão (como o *Slam Laje*) quanto fora (exposição *Queer Museu*, Festival WOW). Muitos espaços culturais, formais e não formais, apareceram nas imagens selecionadas por ele para sua exposição. As fotos que Chico selecionou foram as que ele achou que melhor representavam o seu cotidiano como um jovem morador da favela.

Figura 51: Complexo do Alemão à noite. Fotografia de Chico.



Fonte: Divulgação autorizada pelo autor.

Figura 52: Ato “Ele não”, durante as eleições presidenciais, de 2018, na Cinelândia, centro do Rio de Janeiro. Fotografia de Chico.



Fonte: Divulgação autorizada pelo autor.

Figura 53: Uma rua de Olaria. Fotografia de Chico.



Fonte: Divulgação autorizada pelo autor.

O *Slam Laje*, sobre o qual já falamos anteriormente neste trabalho, é uma atividade cultural que acontece no Complexo do Alemão com a qual Chico apresentou grande envolvimento⁹⁵. Devido a sua amizade com uma das idealizadoras do projeto, a MC Martina, são vários os registros que ele escolheu dos *slams* realizados.

⁹⁵ Ver nota 31 e seção 2.2.1 no segundo capítulo desta tese.

Figura 54: *Slam Laje*, no Complexo do Alemão. Fotografia de Chico.



Fonte: Divulgação autorizada pelo autor.

Figura 55: *Slam Laje*, no Complexo do Alemão. Fotografia de Chico.



Fonte: Divulgação autorizada pelo autor.

Além das fotografias dos *slams*, Chico também registrou a imagem de sua amiga Sabrina, a MC Martina, e a MC Dall Farras, em uma exposição realizada no centro da cidade (um lugar que não soube precisar qual era), que tinha como foco as militâncias nas favelas. Chico disse que essa exposição foi censurada, ficando em cartaz menos tempo que o previsto. Porém, ele a registrou e colocou em seu mapa (na ocasião de nossa escrita conjunta do artigo sobre suas fotos):

“Saí de casa apenas para ver essa foto. Da grande potência que é a MC Martina e a MC Dall Farras. A Sabrina é uma amiga minha do ensino médio e estou acompanhando de perto a evolução pessoal dela, o que está sendo muito gratificante para mim. Por causa dela, eu tenho um documentário com meu nome como cocriador (ou algo assim, é coalgo). Mais conhecida como MC Martina, ela já foi até para fora do país para palestrar. Fez palestra no *Ted Talks*. Sobre a foto, eu não lembro muito bem sobre o que era a exposição, mas tinha um foco em militância de favela e nem chegou até o fim do tempo estimado, censura. Já a Dall Farras foi uma pessoa que eu nem conhecia direito, mas da primeira vez que a vi já quis ser amigo, ela é uma mulher guerreira e eu amo as rimas dela, quando ela vai no *Slam Laje* e recita/apresenta é demais. Nesse dia, aproveitei que estava perto do CCBB [Centro Cultural Banco do Brasil] e fui ver também a exposição do Basquiat” (Chico, em abril de 2019).

Figura 56: Exposição no centro do Rio de Janeiro sobre a militância nas favelas.

Fotografia de Chico.



Fonte: Divulgada com autorização do autor.

Para alguns desses lugares que representou em suas fotografias, ele foi com amigos, ou do Complexo ou da Universidade. Para outros, ele foi sozinho e alguns são lugares em que ele foi por causa de trabalhos ou projetos sociais e culturais do Complexo do Alemão dos quais participou. Chico nos disse que gostou de fazer alguns passeios sozinho e que acha que “*precisa fazer mais vezes*”.

Figura 57: Magé, onde Chico foi a convite de uma amiga para trabalhar em um projeto. Fotografia de Chico.



Fonte: Divulgação autorizada pelo autor.

Uma das fotos sobre a qual Chico mais falou foi uma imagem do prédio da Faculdade de Letras da UFRJ. Disse que “*A Letras é o seu forte*” e quando questionado sobre o porquê dessa afirmação, ele respondeu que “*é um espaço muito aconchegante, porque o pessoal é muito diverso e muito plural*”. No exercício de legendagem de algumas fotografias para o artigo que escrevemos conjuntamente, Chico escreveu sobre a imagem que segue:

“Ah, Letras. Letras é um lugar em que eu me sinto muito bem. É minha fortificação.” (Chico, em abril de 2019)

Figura 58: Prédio da Faculdade de Letras da UFRJ. Fotografia de Chico.



Fonte: Divulgação autorizada pelo autor.

Ao mostrar a imagem e dar este depoimento, perguntei a Chico quais seriam os lugares em que ele se sentia bem, além da Faculdade de Letras. Ele afirmou que seria o Complexo do Alemão, mas complementou que qualquer lugar que ele pudesse ir caminhando faria com que ele se sentisse bem. Contou também, quando o questionamos, que a zona sul do Rio de Janeiro é um lugar no qual ele não se sente confortável, pois percebe uma diferença de classe que o incomoda. Em suas palavras, “*se sente deslocado lá*”. Perguntamos se ele já havia sofrido preconceito em algum desses lugares, ele disse que não, mas, ao mesmo tempo, afirmou que não pode ter certeza, pois ele, em suas palavras: “*ando do meu jeito, de fone, e não estou nem*

aí para o que os outros pensam”. Sobre as favelas da zona sul, afirmou que são vistas de forma diferente das favelas da zona norte, pois são lugares turísticos e ficam perto do metrô. Apesar disso, em suas fotografias aparecem várias imagens da zona sul, como a praia da Urca e do Leme.

Figura 59: Praia do Leme. Fotografia de Chico.



Fonte: Divulgação autorizada pelo autor.

Figura 60: Praia da Urca. Fotografia de Chico.



Fonte: Divulgação autorizada pelo autor.

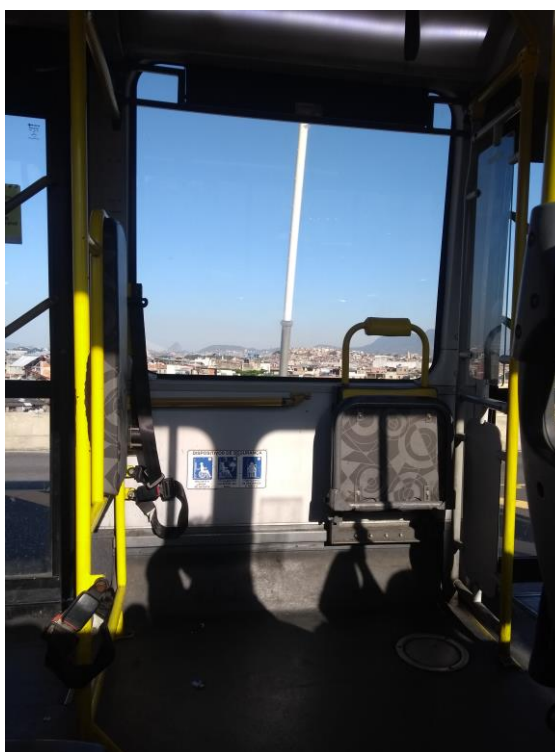
Chico não fala de não se sentir à vontade nesses lugares. Semana passada, quando falou do Centro de Tecnologia da UFRJ, disse justamente que se veste diferente quando vai a esses lugares para quebrar padrões. Ou seja, se ele é diferente, é isso mesmo que quer ser. Quer marcar seu lugar. Ele vai, querendo o resto que ele esteja ali ou não. Mostra uma forma de resistência apesar de todos os impedimentos que poderiam ter existido em sua trajetória: um jovem negro, morador da favela. Políticas sociais como as de cota permitiram que ele acessasse a universidade, diferenciando-se da trajetória de vida de seus pais e de muitos de seus vizinhos. Ampliaram ainda mais seu universo, suas possibilidades, sua circulação pela cidade. (Diário de campo, 5 de setembro de 2019)

Em nossa conversa, Chico fez reflexões sobre como para ele é estranha a visão da favela como ponto turístico, mas ao mesmo tempo contou achar errado ações que buscam esconder ou segregar a favela da cidade, como nos tapumes que existem na Linha Vermelha e na Linha Amarela⁹⁶, que ele classifica como algo “estranho”.

⁹⁶ Ver nota 3.

Outro fator que influenciou sua mobilidade urbana e sobre o qual Chico falou claramente durante as conversas foi a distância e desconhecimento sobre como acessar alguns lugares. Ele afirmou que, por exemplo, já deixou de ir ao Vigário Geral, quando uma amiga o convidou, pois não tinha certeza de qual seria a linha de ônibus para chegar ao local, além da necessidade de baldeação. Chico me disse que quando precisava ficar mais de trinta minutos no ônibus para chegar a algum destino, ficava ansioso, mas que estava superando isso. Falou que tem feito um esforço, durante seus trajetos, para apreciar mais as paisagens, como por exemplo no caminho de mais de uma hora que percorre cotidianamente para chegar à UFRJ. Contou que, naquela época, já estava conseguindo superar essa questão e se aventurando por lugares desconhecidos.

Figura 61: Ônibus parado em umas das estações do BRT, trajeto que Chico faz diariamente para ir à UFRJ. Fotografia de Chico.



Fonte: Divulgação autorizada pelo autor.

Afirmou também que um aspecto que interfere positivamente em sua mobilidade é o fato de ter o “passe livre” de ônibus. Disse que não conseguiria frequentar lugares que necessitem de outro meio de transporte além do ônibus, como por exemplo metrô ou trem, pois não tem renda para isso. Chico não tem bolsa da universidade, pois, segundo ele, ficou inseguro

em tentar se inscrever pelas cotas por renda. Sua renda vem de alguns trabalhos que faz esporadicamente, mas não tem nenhum ganho fixo.

Quando perguntei a Chico se ele achava que o Rio de Janeiro é uma cidade democrática, ele respondeu que depende do passe livre ou não, e exemplificou falando que para sair do Alemão e ir pra Copacabana não existe uma linha de ônibus que faça o trajeto de forma direta, havendo então um impedimento de ordem financeira para a mobilidade das pessoas. Quando perguntei se ele conhecia jovens moradores do Complexo que deixam de ir a algum lugar por problemas financeiros, ele contou que conhece muitos que circulam bastante pela cidade, “*pedindo para o motorista abrir a porta de trás do ônibus*” (ou seja, para entrar sem pagar a passagem), mas que ele não se sente à vontade com essa condição, até porque, segundo ele, essa prática só é possível em algumas linhas de ônibus, não acontecendo nos que circulam pela zona sul da cidade, por exemplo.

Outro aspecto primordial sobre a mobilidade urbana cotidiana, que apareceu também nas falas de Chico, foi a questão do medo. Chico me contou que o lugar em que mais sentiu medo foi quando esteve no bairro Lins. Disse que esse medo veio do fato de não conhecer a favela, seus sinais e qual a facção que dominava a região. Como estava de tênis vermelho, sentiu-se inseguro e, embora reconheça que hoje essa questão da roupa não é mais tão forte nas facções, ainda está “*impregnada em sua cabeça*”⁹⁷. Contou que, naquele dia, quando foi à padaria, uma pessoa lhe perguntou em que bairro morava e ele, por medo, disse que era Bonsucesso, e não o Complexo. Novamente, disse que era algo “*impregnado na sua cabeça, que não conseguia mudar*”.

Em 2019, a partir de nosso convite, Chico se candidatou na seleção de estudantes extensionistas voluntários para o projeto de extensão “Vamos pro rolê?”. Passou então a integrar a equipe de estudantes dos projetos “Juventude(s)” e “Vamos pro rolê?”, como mencionamos acima. Tal mudança de posição, de um jovem que participava do projeto como público das ações ao lugar de um estudante universitário extensionista, aproximou-nos bastante de Chico e fez com que as reflexões que iniciamos no período da pesquisa continuassem a acontecer em diferentes espaços e momentos. Durante sua participação nos projetos de extensão, Chico continuou relatando suas vivências a partir de seu lugar de morador do

⁹⁷ Durante muitos anos, no Rio de Janeiro, não se devia usar roupas ou acessórios vermelhos em determinadas favelas devido à rivalidade de outras facções com o Comando Vermelho. Atualmente essa questão não é mais uma realidade, segundo relato dos moradores.

Complexo do Alemão e ressaltou como sua participação no projeto e sua inserção na universidade estavam lhe possibilitado novas oportunidades. Em seu depoimento, em um momento de avaliação parcial dos projetos junto aos alunos que os compunham, em abril de 2019, ele disse que:

“O ‘Juventude(s)’ tá mudando algo em mim que tá me dando mais coragem para fazer as coisas, no sentido de [pausa] por exemplo, falar em público, era uma coisa que eu quase não fazia [...] até o fim do ensino médio, até antes de eu entrar na faculdade eu era, tipo assim, um vulto assim naquele cantinho ali e parado. Não só o Juventudes, mas a faculdade toda em si tá me fazendo mudar pra ter mais coragem, tipo, nunca que no ensino fundamental eu ia usar um short que nem agora, que tá na minha coxa. E, sei lá, uma blusa rosa e o meu cabelo grande. Há uma mudança de uma maneira muito forte e eu tô gostando muito porque eu sou eu agora. E tipo, eu tenho coragem também pela situação que a gente tá todo mundo vivendo, e sair assim de casa na favela, passando por três milhões de bocas, três milhões de armas e chegar aqui, fazer o que eu tenho que fazer e voltar pra casa tem que ter coragem, todo dia. E se eu não tiver coragem eu não vou sair de casa tipo nunca, eu não vou na rua, eu não vou fazer nada [...] E coragem de me tacar de cabeça nas coisa, às vezes passa aquele medo, mas tipo [...] eu tava lá com o pessoal e falava: quer participar? É uma coragem momentânea, mas maior que o medo. *Beatriz (coordenadora do projeto):* Como foi voltar como extensionista para o Projeto, depois de participar como jovem que ia nas oficinas? *Chico:* Essa é uma coisa diferente porque sempre que eu participava de alguma coisa, era como participante sim, de lá, e agora eu tô propondo as coisas, eu tô falando mais, apresentando o trabalho, então é um lugar diferente de fala, de ação.” (Depoimento de Chico em 17 de abril de 2019)

Frente às ações que foram possíveis de serem realizadas com Chico, podemos caracterizar a realização de um acompanhamento singular territorial, conforme definido na terapia ocupacional social:

pode ser concebido como uma técnica, entendida aqui como um conjunto de métodos e procedimentos práticos, tornando-se mais uma ferramenta na conformação da assistência à população alvo da terapia ocupacional no campo social (LOPES; BORBA; CAPPELLARO, 2011, p. 238)

Nessa técnica, o terapeuta ocupacional busca a criação de estratégias de intervenção a partir das demandas sociais advindas de uma escuta individual, aproximando-se da população com a qual atua para realizar uma leitura conjunta com o sujeito das necessidades apresentadas e, a partir daí, realizar o papel de mediador na articulação de serviços, redes sociais, instituições

e recursos necessários para a efetivação de práticas correspondentes (LOPES; BORBA; CAPPELLARO, 2011).

A demanda de Chico foi a divulgação e a visibilidade de seu trabalho como “fotógrafo amador”, como ele mesmo se identifica. Nossas ações conjuntas, a partir dos fundamentos da terapia ocupacional social, puderam acontecer por meio do projeto de extensão em curso, que ultrapassa as demandas desta pesquisa e busca uma ação de intervenção junto à comunidade, como parte de nossas funções na universidade pública. Assim, a partir de seus projetos, construímos juntos sua exposição, pensamos conjuntamente nas possibilidades e traçamos o caminho a ser seguido.

O artigo relatando esta parceria foi escrito em conjunto, quando Chico esteve como estudante extensionista dos projetos que coordeno. O *site* para a exposição foi organizado conjuntamente e está disponível através do *link*: <https://sites.google.com/view/cotidianoluiz/home>. Chico me autorizou a colocá-lo nesta tese⁹⁸. A visibilidade possível para esse projeto, tanto no meio acadêmico quanto fora dele, é algo que contempla os desejos de Chico e reforça seu novo lugar, de um morador da favela, mas agora também estudante universitário, produtor de conhecimento e de arte.

5.3.2 Caetano

Caetano tinha, à época da pesquisa, 16 anos e era morador da comunidade da Matinha, localizada ao lado do EDUCAP. Seus pais eram separados e, naquele momento, vivia com a mãe, o padrasto e os irmãos, frutos do segundo casamento de sua mãe. Apesar da idade, devido a repetências, cursava o 9º ano do Ensino Fundamental em uma escola próxima ao local onde morava. Ele diz que tem dislexia e isso dificulta o seu aprendizado, mas se esforçava muito nos estudos e estava bastante empenhado para conseguir ser aprovado e iniciar o ensino médio, na mesma escola onde grande parte dos jovens frequentadores do EDUCAP estudava.

⁹⁸ A divulgação do *link* da exposição de Chico na tese permite a identificação de seu verdadeiro nome, assim como o artigo que estamos escrevendo sobre suas fotografias. Mesmo sabendo da identificação, Chico nos autorizou a divulgá-las nesta tese. Para ele, ser identificado é parte do reconhecimento que busca, tanto no meio das artes quanto no acadêmico.

Ele conhecia Lucia desde a infância e mantém uma relação de confiança e carinho com ela e com o EDUCAP, onde sempre a auxiliava em diversas tarefas da ONG, na qual permanecia praticamente durante todo o período em que não estava na escola, diariamente e há muitos anos. Conhecia todos os frequentadores do espaço. Porém, não parecia ser um jovem muito enturmado com os outros. Apesar de ser um menino muito alto, ainda apresentava uma atitude mais “infantil”, ou inocente perto dos outros da mesma idade. Ao mesmo tempo, era muito comprometido com suas tarefas. Além de ajudar Lucia, era responsável por buscar seus irmãos mais novos na creche todos os dias e levá-los para casa.

Já o conhecíamos anteriormente por ter participado das atividades desde o início do projeto “Juventude(s)”, sendo sua frequência intermitente: em algumas épocas, estava presente e, em outros períodos, ficava ausente. No nosso retorno ao EDUCAP para as atividades do “Vamos pro rolê?”, às segundas-feiras, Caetano voltou a se organizar para ficar conosco. Esteve presente em todas as oficinas da construção da Cidade da Juventude. Apesar de participar nos grupos, ele diz preferir atividades com menos pessoas envolvidas e gosta de conversas individuais, vinculando-se às coordenadoras e estudantes extensionistas dos projetos. Em um depoimento dado para a elaboração de um documentário sobre o projeto “Juventude(s)”, Caetano contou que sua atividade preferida em todo o tempo que participou do projeto foi a construção da Cidade da Juventude⁹⁹.

Com Caetano, além da participação nas oficinas, tivemos encontros individuais em várias semanas. Formalmente, foram quatro encontros. No primeiro, utilizamos apenas o mapa do Complexo do Alemão, para que ele nos contasse sobre sua mobilidade pelo Complexo. No segundo, trabalhamos com as referências do mapa da cidade do Rio de Janeiro e Caetano contou os lugares em que já tinha ido e em qual contexto. No terceiro, conversamos e combinamos de ele produzir um diário de mobilidade. Como ele perdeu o diário, no quarto encontro produzimos um “*fanzine*”¹⁰⁰ sobre o tema.

Todos os encontros duravam entre uma e duas horas e foram realizados no EDUCAP. Além dos encontros individuais, Caetano participou de todas as oficinas de construção da Cidade da Juventude, foi conosco ao evento Circulando, no qual realizamos uma atividade

⁹⁹ O minidocumentário está disponível nas redes sociais do projeto.

¹⁰⁰ *Fanzine* é “uma publicação alternativa e amadora, geralmente de pequena tiragem e impressa artesanalmente” (MAGALHÃES, 1993). Ainda segundo Magalhães (1993), nos *fanzines* os autores publicam o que quiserem, sem censura. Este recurso já tem sido utilizado pela terapia ocupacional social nas intervenções com jovens, conforme observamos na publicação de Lopes, Borba e Monzeli (2013).

aberta ao público e, em 2019, continuou a participar do projeto de extensão, em algumas de nossas oficinas itinerantes em diferentes espaços do Complexo.

Caetano estava presente em nossa primeira conversa com Chico e observou nosso trabalho de marcação de lugares no mapa, dizendo que gostaria de fazer essa atividade também. Começamos nossa conversa, assim como fizemos com todos os jovens, analisando um mapa do Complexo do Alemão, para que ele nos indicasse os lugares que achava importante para os jovens e os lugares que ele frequentava. No mapa do Complexo do Alemão, Caetano começou marcando o local onde ficava sua casa, na comunidade da Matinha, bem atrás do EDUCAP.

Também falou que lá frequentava uma igreja evangélica, que mencionou em uma das atividades em grupo, mas que no momento não estava mais frequentando, pois durante o período eleitoral o pastor se utilizava do espaço da igreja para induzir os votos a determinado candidato à presidência. Caetano relatou que não concordou com essa postura, pois o candidato sugerido era, em suas palavras, “*preconceituoso, não gosta de preto e quer acabar com a vida do morador [da favela]*”. Ele contou que, na última eleição, foi às urnas, mesmo ainda não sendo obrigado a votar. Disse que votou em uma escola e quis marcá-la no mapa. Como não encontramos o local sozinhos, pedimos ajuda à Lucia para localizá-la.

Seu segundo ponto de referência no mapa do Complexo foi a casa da Lucia e a Unidade de Pronto Atendimento (UPA) em saúde, localizadas na mesma rua. Caetano apresentou bastante dificuldade em nos falar os lugares que conhecia no Complexo, embora nos dissesse que andava por toda parte. Percebemos que talvez a dificuldade dele fosse em se localizar no mapa. Mostramos então as estações de teleférico, para orientá-lo no mapa. Ele nos relatou que nunca havia andado no teleférico, porque não tinha companhia, já que sua mãe não o deixava utilizar esse meio de transporte sem um acompanhante. Porém, contou que já tinha visitado de moto com o primo a estação mais alta – Palmeiras, e disse que achou o lugar muito bonito.

Indicamos a ele onde estava a escola estadual no qual o projeto “Juventude(s)” também desenvolve suas ações e perguntamos se ele o conhecia. Caetano disse que não, mas lembrou que no ano anterior alguns jovens frequentadores do EDUCAP foram a um evento na escola se apresentar com o grupo de dança. No entanto, ele não estava junto ao grupo naquele dia. Marcou a escola onde estudava, mais próxima ao EDUCAP. Outro ponto que Caetano achou importante marcar foi a praça de Inhaúma, local que relatou frequentar para “*andar, tirar fotos, ficar zoando com os amigos, comprar coisas para comer, levar os irmãos para passear*”.

Quando perguntamos mais detalhes sobre quem eram seus amigos, Caetano não falou muito e disse que às vezes vai sozinho mesmo. Caetano é responsável por buscar seus irmãos na creche diariamente, mas, quando perguntamos o nome dessa creche, ele não conseguiu lembrar, mas com a ajuda de Lucia marcou-a no mapa.

Como ele começou a apresentar dificuldades em falar sobre os lugares que frequentava, começamos a fazer algumas perguntas para ajudá-lo. Questionamos, por exemplo, se ele visitava o cinema ou o *shopping*. Ele nos disse que frequentava o Cinema Nova Brasília (localizado dentro do Complexo) ou o *shopping* Nova América, que é o *shopping center* mais próximo ao Complexo. Perguntamos então, dentre todos os locais que ele nos falou, para qual nos levaria para um passeio, para conhecermos. Ele respondeu que nos levaria na Matinha (onde ele mora), pois é um “*lugar legal, que tem muita gente e muita criança na rua*”.

Muitas conversas que tivemos com os jovens, especialmente com Caetano, foram realizadas em uma mesa no pátio do EDUCAP, atravessadas em diversos momentos por todos que estavam no local. Uma das crianças interferiu para nos dizer que, se fosse escolher um lugar para visitarmos, seria a Grota, porque “*tem muito comércio, embora também tenha bastante bandido*”. Caetano concordou que a Grota era um lugar de referência no Complexo.

Um outro jovem participante das oficinas sugeriu assinalarmos a Praça do Conhecimento, onde fica a Nave do Conhecimento¹⁰¹ e o Cinema na Nova Brasília, além de uma rua chamada Estofador, que fica na favela da Fazenda¹⁰². Todos esses pontos foram marcados no mapa impresso do Complexo do Alemão, que foi sendo preenchido coletivamente ao longo da pesquisa¹⁰³. Caetano não se incomodou com essas interferências, ao contrário,

¹⁰¹ Naves do Conhecimento fazem parte do projeto “Rio 15 minutos digital” da Secretaria Especial de Ciência e Tecnologia da Prefeitura do Rio de Janeiro, iniciado em 2012. São nove unidades localizadas em bairros das zonas norte e oeste da cidade. As Naves têm como objetivo oferecer espaços coletivos, com cursos, oficinas e eventos relacionados à Informática Básica, Economia Criativa, Tecnologias da Informação, Robótica e Programação, Trabalho e Empreendedorismo. São nove Naves localizadas na Zona Norte e Zona Oeste da cidade. A Nave do Conhecimento da Nova Brasília foi inaugurada em janeiro de 2012. Em 2018, no período da pesquisa, ficou fechada devido à falta de repasse de verba da prefeitura. Informações disponíveis em: <http://www.rio.rj.gov.br/web/sect/exibeconteudo?id=4359508>; <https://sectrj.wordpress.com/2015/07/17/nave-do-conhecimento-do-complexo-do-alemao-lanca-livro-sobre-os-dois-anos-de-sua-historia/>; <https://oglobo.globo.com/rio/naves-do-conhecimento-suspendem-atividades-por-falta-de-repasses-da-prefeitura-22980551>. Acesso em: 05 de junho de 2019.

¹⁰² Segundo nos relataram os participantes da pesquisa, a rua do Estofador é um ponto de encontro de jovens do Complexo do Alemão.

¹⁰³ O mapa do Complexo do Alemão com os pontos indicados pelos jovens como lugares que eles consideram representativos e importantes está nos anexos dessa tese (ANEXO E).

complementava a fala dos outros jovens e crianças que participavam, mostrando-se feliz em ver o mapa com cada vez mais marcações de lugares.

De todos os pontos que Caetano marcou no mapa da sua mobilidade urbana, ele referiu que o preferido era o Complexo do Alemão, em especial, dentro do Complexo, a Grotta, a Matinha e a Canitar. A maior parte da mobilidade de Caetano pelo Complexo se dá caminhando. Quando tem dinheiro, ele nos disse que vai de mototáxi até a casa da Lucia. Mesmo assim, ele referiu que prefere caminhar, porque gosta de ver vitrines de lojas, preços de roupas e acompanhar a moda. Contou que seus amigos também gostavam de caminhar e vão até o bairro da Penha, atravessando a mata que existe entre os dois bairros.

Caetano relatou também que não gosta de ficar em casa, porque “não tem nada para fazer”. Por isso, ele fica na rua o dia inteiro, indo para a escola e o EDUCAP durante o dia e à noite caminha pelas ruas do bairro.

Este fato difere dos relatos, ao menos nos discursos, dos jovens participantes das oficinas realizadas durante a pesquisa. Nas conversas que tivemos, todos eles diziam que preferiam ficar em casa, por “preguiça” de sair. Uma das hipóteses que pensamos é o fato de o desejo de ficar em casa se relacionar com sua conexão à *internet* e às redes sociais. Embora as redes em princípio façam com que os jovens se comuniquem e interajam mais, esse contato se restringe ao mundo virtual, distanciando os jovens de encontros presenciais cotidianos. Caetano também comentou que se utiliza bastante das redes sociais no seu cotidiano, porém, como nem sempre o retorno é recíproco e imediato, prefere ir às ruas. Em um encontro, no qual programávamos uma atividade de estêncil, Caetano relatou que gostaria de pintar seu quarto com grafite e estêncil.

Em nossa participação coordenando uma oficina evento Circulando, Caetano também esteve presente e participou ativamente da proposta. Para chegar ao local, combinou com uma das estudantes extensionistas de se encontrarem para irem juntos. Foi dele o corpo contornado para realizarmos a atividade do mapa corporal.

Figura 62: Caetano tendo seu corpo contornado para a realização do mapa corporal no evento Circulando.



Fonte: Acervo do projeto Juventude(s). Divulgação com autorização.

Após esse evento, ele me disse que gostava muito da região onde foi realizado o evento, o Morro do Alemão (um dos que compõe o Complexo), por ser um lugar movimentado, com “*bastante gente*”, em suas palavras. Mencionou que já trabalhou naquela região colocando *outdoors* e que tem o desejo de morar naquele local. Porém, falou que sua mãe não iria aprovar tal ideia, pois “*é muita subida no morro e tem muito tiro*”.

Penso: ué, mas na Matinha, onde ele mora, também é uma super subida e ultimamente tem tido bem mais tiro do que no Alemão. (Diário de campo, 07 de dezembro de 2018)

Ao mesmo tempo, contou que no Morro do Alemão especificamente não tem muito bandido. Quando perguntei a ele quais seriam os lugares do Complexo que ele considerava haver mais bandido, ele nos indicou: “aqui”, referindo-se a região onde se localiza o EDUCAP,

e apontou para as obras que estavam sendo realizadas em frente à ONG. Complementou adicionando as regiões da Alvorada e Matinha, indicado ser também lugares com mais conflitos, confirmando minhas percepções. Relatou também a Grota, mais especificamente em um determinado trecho de uma rua, onde se localiza um bar, o mesmo pelo qual passamos no rolê realizado com Chico. Também relatou, ainda falando sobre seus desejos futuros com relação à moradia, que não gostaria de morar em vilas ou becos e que deseja “*uma casa com a porta direto para a rua*”. Disse estar cansado de morar na Matinha, pois os moradores vizinhos “*são muito fofoqueiros, todo mundo fica na janela olhando*”.

Percebo que, quando Caetano fala que não quer morar em beco ou vila e sim direto para a rua, parece um pouco daquele binômio de morar em cidade pequena X cidade grande e da questão da vida em comunidade. Ele não quer que os vizinhos saibam da sua vida, deem palpite sobre ela, será que por ser gay? Mas ao mesmo tempo quer ruas movimentadas e cheias de gente... Talvez aí ele vire mais um entre tantos outros e possa se sentir mais livre... (Diário de campo, 7 de dezembro de 2018)

Partindo para o mapa da cidade do Rio de Janeiro, dividido por bairros, Caetano foi nos contando mais sobre outros lugares na cidade que já conheceu. Primeiro, localizou o Complexo do Alemão. Logo em seguida, Caetano contou que já foi a Ramos, bairro vizinho. Ele contou que é um lugar que costuma ir esporadicamente com a madrinha para “ver o comércio”. Ainda naquela mesma região, marcou o bairro da Penha, local que relatou ter ido uma única vez com uma amiga para procurar um salão de festa. Outro bairro da região que Caetano marcou foi Del Castilho, onde se localiza o *shopping* Nova América, que ele costumava frequentar.

Um dos pontos que Caetano assinalou e que disse ser um lugar que “ama” é Madureira. Relatou que já “*matou aula*” para ir ao bairro e que é um lugar que frequentava constantemente. Ao mesmo tempo, ao ser perguntado se em algum os lugares que ele já foi na cidade ele não se sentiu bem por algum motivo, falou que este lugar foi Madureira. Explicou que apesar das favelas de Madureira serem comandadas pela mesma facção que o Complexo do Alemão, como existem conflitos internos, ele se sentiu inseguro. Relatou que em uma das vezes que foi lá, “*os meninos de lá ficaram mexendo*” com ele, mas ele ficou “*na dele, de boa*”.

A despeito do acontecimento, Caetano afirmou que continua frequentando Madureira, segundo ele, com “*seus melhores amigos*”. Porém, ao perguntarmos quem seriam esses amigos, se eram da escola ou do bairro, Caetano nos contou que eles recentemente o haviam

abandonado, por conta de sua orientação sexual. Apesar do tema da orientação sexual e identidade de gênero ter sido abordado em algumas oficinas do projeto “Juventude(s)”, essa foi a primeira vez que Caetano conversou conosco sobre o tema. Falou com detalhes sobre o processo de se assumir homossexual aos amigos. Referiu-se a dois amigos: um deles “*virou as costas e saiu andando*” e Caetano não teve mais contato com ele, o outro “*até conversou com ele*”, mas depois deixou de acompanhá-lo nas atividades, pois foi proibido pela mãe, embora ainda tenham contato de forma escondida.

Voltando ao mapa, Caetano marcou alguns lugares que já havia visitado, mas que não frequentava no seu cotidiano. Como exemplo, bairros na zona oeste, como Barra e Campo Grande. Na Barra foi tomar banho de piscina na casa de uma amiga e na Bienal do livro. Em Campo Grande foi passear com um tio. Também assinalou o bairro da Gávea, onde foi para um passeio com os jovens do EDUCAP na Pontifícia Universidade Católica (PUC). Em um de nossos encontros, ele me disse que este é um local ao qual queria voltar pois “*a comida de lá é boa e equilibrada*” e contou ainda que na PUC andou de elevador, uma prática que não faz parte do seu dia a dia na favela.

Falando sobre a questão dos prédios e elevadores, Caetano lembrou que não gostou de Santa Cruz, quando foi ao local, pois achou “*tudo muito estranho e as casas todas têm portões, são separadas*”. Percebemos que Caetano se contradizia em suas falas a respeito do tipo de lugar em que gostaria de morar: em alguns momentos relatava querer morar em um lugar com mais privacidade, onde as pessoas se “*intrometem*” menos na vida das outras, e em outros estranhava as “*casas separadas*”.

Tais colocações de Caetano apontam para uma reflexão com relação a um novo modelo de cidade, em que o desenvolvimento, o progresso, o aumento do número de pessoas e a ocupação dos territórios faz com que as residências sejam cada vez mais verticais, o que permite mais em menos espaço, além do surgimento de mais prédios comerciais. Para além disso, esse modelo distancia as pessoas, mesmos as vizinhas, em prol de segurança e privacidade. Tal modelo difere da realidade da favela, apesar da grande densidade populacional, onde as moradias ainda são casas, próximas umas das outras e os vizinhos se conhecem e têm uma relação mais próxima com laços de mais solidariedade e suporte para o cotidiano.

Já nas favelas... As favelas, para mim, criada em cidade pequena no interior, aproximam-se de muitos aspectos que eu vivi e hoje não acho que são a realidade dos que moram no mesmo lugar onde passei os primeiros 19 anos da minha vida.

Na favela, a moradia é “baixa”, colada uma na outra. Você sabe quem são seus vizinhos, os nomes deles. Não é como nos prédios, em que, mesmo estando junto aos vizinhos diariamente no elevador, pouco contato existe e muitas vezes não sabemos nem os seus nomes (Diário de campo, 26 de novembro de 2019).

Outro aspecto que Caetano destacou como sendo uma característica das favelas que não encontrou em outros lugares onde já esteve foi o fato de as pessoas ficarem muito na rua. Segundo ele, na favela “*todas as pessoas ficam na rua, desde as crianças até os idosos*”, o que se difere bastante da realidade de outros centros urbanos. Lembrou também de um passeio que fez na praia de Copacabana em uma campanha de prevenção em saúde, em que foi com o EDUCAP. Essa foi a única vez que Caetano foi à uma praia da zona sul.

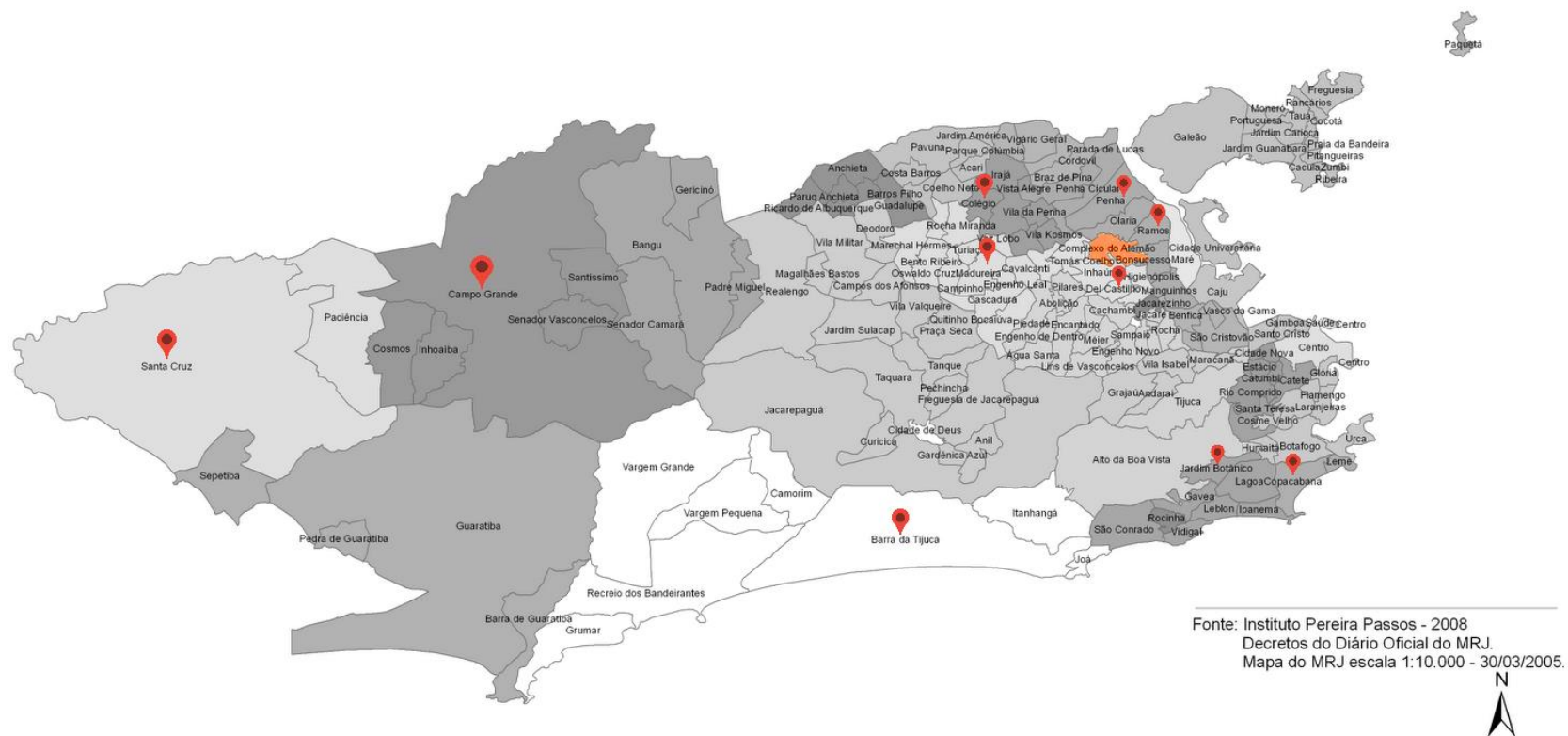
Ele me falou que a maioria dos passeios que faz fora do Complexo do Alemão ou bairros vizinhos foi acompanhado por sua madrinha. Ela mora no Colégio, bairro próximo ao Alemão, e eles se encontram de ônibus para irem juntos. Disse que quando quer ir sozinho a algum lugar é “tranquilo”, só precisa prestar atenção ao mapa e avisar a mãe. Porém, em seguida, falou que a mãe não o deixa sair desacompanhado e utilizar o metrô, mas que se tiver a companhia de “*alguém mais velho, com mais de 29 anos*” poderia ir “*porque as pessoas mais velhas são mais responsáveis*”. Em seguida, complementa que ele poderia ir com Leticia, uma das estudantes extensionistas dos projetos pois, mesmo ela tendo apenas 21 anos, “*ela é responsável, e os [jovens] de 21 daqui [do Complexo] bebem e são irresponsáveis*”.

Em diversos outros encontros, Caetano disse que desejava ir à praia, especialmente quando se iniciou o verão com altas temperaturas. Porém, afirmou que não poderia por falta de companhia, ou porque sua mãe não o deixaria ir com os amigos da favela e da escola. Outro aspecto que Caetano pontua como sendo impeditivo de frequentar alguns lugares na cidade, como a praia de Copacabana, é o medo de ser assaltado, pois ele acha que pode acabar reagindo ao assalto e considera que seria um risco, segundo nos relatou. Afirmou que no Complexo do Alemão não existe o risco de um assalto acontecer. Nunca foi à praia apenas para passear, pois a única pessoa que poderia acompanhá-lo, sua tia, nunca o levou.

Olhamos para o mapa para ver outros bairros que estavam em branco. Fomos lendo os nomes e Caetano nos contou que nunca tinha ido àqueles lugares, como os bairros do centro do Rio de Janeiro, onde se localizam grande partes das atrações turísticas e culturais da cidade. Um dos locais em que Caetano foi pela primeira vez durante o processo da pesquisa foi à Quinta da Boa Vista, local onde se localizava o Museu Nacional. Relatou que visitou com seus colegas da escola e postou várias fotos em suas redes sociais. Sobre o processo de organização do passeio, Caetano relatou que os estudantes e a professora decidiram realizar essa atividade para comemorar a aprovação de todos no 9º ano, momento de finalização do Ensino Fundamental. Assim, essa ida à Quinta, apesar de ter sido realizada junto à professora e aos colegas de classe, não foi uma atividade institucionalizada pela escola. Eles se encontraram no ponto de ônibus e foram juntos de transporte público. Naquele passeio, ele levou um bolo de cenoura, como o que havíamos feito juntos em uma semana anterior no EDUCAP.

Tão legal ouvir ele falar disso... pode parecer muito pouco, mas para ele significa uma autonomia bem grande dar conta de algo sozinho. Caetano falou com orgulho, sentindo-se importante, contando que o bolo deu certo e todo mundo comeu tudo! Além disso, percebi a importância da nossa atividade na semana anterior e o vínculo que criamos durante esse tempo (Diário de campo, 18 de dezembro de 2018)

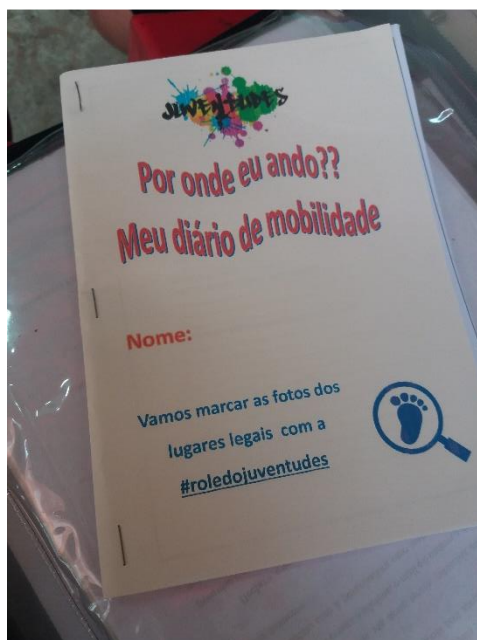
Figura 63: Mapa do Rio de Janeiro com marcações nos bairros onde Caetano já esteve. Em laranja, o Complexo do Alemão.



Fonte: <http://mapaambiental.blogspot.com.br/2010/08/bairros-do-rio-de-janeiro-shapefile-e.html>. Modificado pela autora. Acesso em 02 de abril de 2018.

Para termos um produto concreto sobre sua mobilidade urbana, Caetano se interessou em fazer um diário de mobilidade cotidiana, como havíamos preparado para Elza, a outra jovem participante da pesquisa. O diário foi inspirado pelo trabalho de Carneiro (2018), que utilizou um instrumento semelhante para pesquisar a mobilidade urbana de mulheres em Fortaleza. Porém foi adaptado aos objetivos da presente pesquisa e à realidade sociocultural dos jovens participantes. Ao invés dos símbolos dos meios de transporte e uma sistematização de informações sobre horários e trajetos, conforme constava na proposta original, o diário criado buscou ter sua escrita mais livre. As páginas eram organizadas para que na folha do lado esquerdo os jovens contassem, a partir de relatos escritos, a atividade do dia (de onde para onde, como foi o trajeto, quais os meios utilizados para o deslocamento, quanto tempo levaram, por que a escolha daquele deslocamento, entre outros). Na página ao lado, tinham um espaço livre para representar a vivência do deslocamento com imagens, podendo ser representado da forma como quisessem: desenho, pintura ou colagem, por exemplo.

Figura 64: Capa do diário de mobilidade, proposto a alguns jovens da pesquisa como método de produção de dados



Fonte: Acervo da pesquisa.

Figura 65: Parte interna do diário de mobilidade urbana

<p>DATA: _____</p> <p>PARA ONDE EU FUI: _____</p> <p>DE ONDE EU SAÍ: _____</p> <p>COMO EU FUI (a pé, moto, bicicleta, kombi...): _____</p> <p>QUANTO TEMPO EU DEMOREI: _____</p> <p>POR QUE EU FUI PRA LÁ? _____</p> <p>_____</p> <p>COMO FOI ESSE CAMINHO (tranquilo, agitado, bonito, feio, cheio, vazio, perigoso...): _____</p> <p>_____</p> <p>COMO EU ME SENTI DURANTE ESSE CAMINHO (feliz, triste, agitada, cansada, ansiosa, empolgada ...): _____</p> <p>_____</p> <p>_____</p> <p>É UM LUGAR QUE EU VOU SEMPRE? _____</p> <p>COMO EU ME SINTO NESSE LUGAR QUE EU FUI? : _____</p> <p>_____</p> <p>_____</p> <p>O QUE MAIS E TENHO A DIZER SOBRE ESSA ATIVIDADE? _____</p> <p>_____</p> <p>_____</p> <p>_____</p> <p>_____</p> <p>_____</p> <p>_____</p> <p>_____</p> <p>_____</p>	<p>COMO EU REPRESENTARIA ESSE RELATO COM IMAGENS:</p>
---	---

Fonte: Elaboração da autora.

Caetano se interessou em escrever, pois, com as aulas de reforço que estava tendo aos finais de semana com uma das alunas extensionistas do projeto, estava melhorando sua redação e havia sido aprovado em todas as disciplinas na escola naquele ano (2018). Porém, na data que havíamos combinado para conversarmos sobre o diário, Caetano contou que já tinha escrito alguns relatos, incluindo seu passeio de escola, mas que o perdeu e não conseguia encontrar. Tal fala se repetiu várias vezes, até o ano de 2019, quando encontramos Caetano para as oficinas itinerantes do projeto de extensão. Ele nos relatou diversas vezes ter achado o diário, combinava de levá-lo ao nosso próximo encontro, mas dizia ter esquecido, ao chegar à data agendada. Porém, em todas essas situações, propunha conversar sobre tudo o que havia escrito.

Caetano é assim... ele quer fazer a mesma atividade que os outros jovens, mas nem sempre ele gosta das propostas. Ele quer conversar e conversar, é assim que ele funciona, esse é o fazer que tem sentido para ele! (Diário de campo, 18 de dezembro de 2018)

Propus então, em nosso último encontro do ano de 2018, realizarmos alguma produção estética que falasse sobre seu cotidiano, incluindo sua mobilidade, utilizando diferentes materiais. Lembramos do *fanzine* realizado pelos estudantes extensionistas durante o ano e que Caetano se responsabilizou por guardar. Essa foi a atividade escolhida por ele e o próprio providenciou os materiais necessários para sua realização. O processo de confecção se iniciou com Caetano folheando diversas revistas. Durante aquela ação, ele conversou sobre assuntos que o tocavam de alguma forma. O primeiro deles foi a violência, que Caetano disse ser “*a pior coisa do mundo*”. Ele referiu que seu *fanzine* teria como tema “*A paz que queremos sentir*”. Ao terminar sua publicação, Caetano falou sobre cada uma das imagens que escolheu e me deu seu trabalho para que eu pudesse guardar e “*usar na pesquisa*”.

Figura 66: Fanzine produzido por Caetano



Qual é a sua?

RICHARDE BARROS
"Oy Simpósio"

FABIANNE ROCCOLA
"Fractalidade"

MARLENA VON MESE
"A Grande Família"

A TURMA DE TONOU AS SALAS E O PÁTIO. AQUELA MAE VEIO LOUCA PARA ME BATER.

VIOLÊNCIA

Como escrever outra história

Ações de escolas que enfrentaram e venceram o problema de verdade

A MEDIAÇÃO RESOLVEU O CONFLITO.
CADA UM OUVIU, FALOU, PEDIU DESCULPAS. ACABARAM AS BRIGAS E AMEAÇAS.

HISTÓRIA
A saborosa origem da nossa comida

PENSADORES
Quando Rubem Alves defendeu Paulo Freire

CIÊNCIAS
O consumo pode ser mais consciente

PREÇO DE CUSTO: R\$ 0,90 (LAPTA 001)
Comprar só assinante Venda proibida

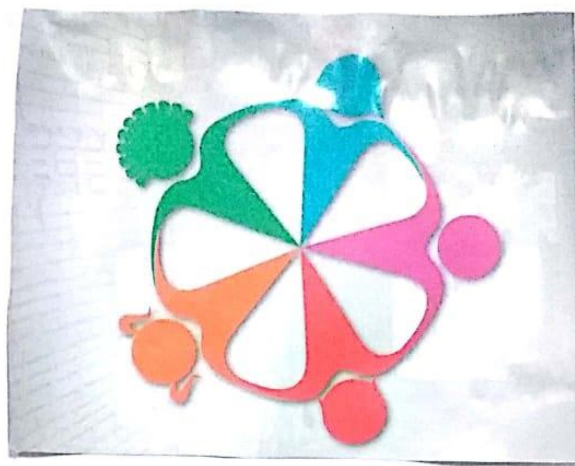
EU ESTAVA BEBADO
DESCONTROLADO QUANDO ME VIU,
GRITOU. QUIS ME DAR UM TAPA.

TENHO MUITO MEDO.
SEI QUE ELE É PERIGOSO.

ABRIMOS O DIÁLOGO
NA ESSENCIAL E, ELES FIZERAM UM RETORNO CONSERVADOR O QUE TINHAM QUEFARIDO

ANEXO 3D Nº 23 - SEMIOTICÁRIO 2013 - R\$ 4,00 - www.semiotica.org.br





CAPA

UM EM cada dez PROFESSORES **AGREDIDO** METADE JA *presença* AGRESSÕES A COLEGAS E FUNCIONARIOS

73% JA VJU alguma **briga** ENTRE ALUNOS *dentro da escola* **VIOLÊNCIA** *com uso de* **TEUBADO NA ESCOLA** **1% de ter SIDO**

Para escrever outra história

Violência amedronta. Fere. Cansa. Mas tem solução. Exemplos promissores apostam na capacitação para utilizar o diálogo como instrumento de resolução de conflitos na escola

TEXTO ANNA RACHEL FERREIRA - DESIGN ALICE VASCONCELLOS - EDIÇÃO RODRIGO RATIER

© 2015 UNICEF BRASIL. TODOS OS DIREITOS RESERVADOS. INCLUÍDO NA REDE PÚBLICA DE ESCOLAS

18 JUNHO/JULHO 2015 novaescola.org.br

Fonte: Acervo da pesquisa. Reproduzida com autorização do autor.

Escreveu o título na primeira página: “Nosso lugar de paz” e contou que queria usar uma *hashtag*, pois ficou “*cismado*” com isso desde a conversa em que propusemos aos jovens participantes das oficinas o uso da *#roledojuventudes* em suas fotos nas redes sociais. Embora não tenha utilizado, Caetano se interessou pelo funcionamento das *hashtags*. A paz a qual Caetano se referiu no *fanzine*, para além das questões da violência, segundo seus relatos, se referia também ao silêncio que ele desejava. Silêncio esse não apenas pelo cessar dos tiros ou das ações violentas que ocorrem com frequência na favela, mas também no que se refere às “*pessoas [que] falam muito da vida dos outros*”, algo que dizia o incomodar muito.

Em uma das páginas, ele escolheu uma imagem grande sobre violência, e complementou dizendo que todas as formas de violência são ruins, mas que, para ele, a pior é o preconceito. Colocou ainda outra imagem menor sobre este tema e discorreu bastante sobre o assunto, contando a história de crianças vizinhas que sofreram violência. Relatou uma situação em que entrevistou quando presenciou um pai agredindo o filho na rua, esse pai era um traficante local e Caetano relatou que foi morto pela polícia dentro de casa, na frente dos filhos, algum tempo depois daquele acontecimento. Refletiu sobre a relação entre pais e filhos, verbalizando que algumas mães “*largam os filhos pela rua*”, o que “*é errado*”, em seu ponto de vista, mas, ao mesmo tempo alguns “*filhos que não escutam a mãe e ficam perdidos na vida, e por isso acabam sofrendo violência por parte do pai*”.

Explicou cada uma das imagens que escolheu para o *fanzine*. Algumas não se referiam a temática escolhida por ele, como por exemplo o cachorro dálmata (que apenas achava bonito), a imagem de pessoas ouvindo música, o quadro com diferentes personagens (porque seus personagens preferidos eram os Simpsons) e um “*desenho que achei lindo*”, pois viu uma reportagem sobre arte e achou importante colocar algo sobre esse tema.

Outro assunto que Caetano abordou foi o desejo por trabalho e cursos profissionalizantes. Ele recortou a imagem de um *iPhone*®, pois gostaria de ter um para “*usar no trabalho*”. Quando questionado sobre qual trabalho ele gostaria de ter, ele respondeu que poderia ser subchefe de cozinha, pois gosta de cozinhar. Revelou que gostaria de fazer um curso de gastronomia, para ser sua profissão, e um de fotografia por *hobbie*. Por esse motivo, ele colocou a imagem de jovens fazendo pose em um muro. Ele contou que gosta de fotografar e de posar para fotos. Sobre o último recorte inserido, uma imagem abstrata, Caetano disse que ela representava união, pois, em suas palavras “*precisamos trabalhar sempre juntos, pois*

quando fazemos as coisas separado, dá errado". Tal discurso de Caetano se aproxima aos que foram propostos na roda do evento *Circulando*.

Em nossa primeira oficina, quando apresentamos os objetivos do projeto e da pesquisa, Caetano nos disse "*Eu ando por todos os lugares!*" e afirmou não haver nenhum problema de circulação em seu cotidiano. Porém, sobre essa fala, percebemos que talvez a questão de Caetano seja justamente o que ele considera "*todos os lugares*", uma vez que, em seu cotidiano, percebemos que sua circulação se dava quase que exclusivamente no Complexo do Alemão. Sobre essa questão, refletimos em nosso diário campo:

Logo que menciono a proposta da oficina, Caetano diz que anda muito, que vai a todos lugares, que não vê nenhum problema em se locomover, porém, todo lugar para ele, é todo lugar do Alemão, pelo que percebo em sua fala. Falta de oportunidade de conhecer outros espaços ou falta de desejo mesmo? (Diário de campo, 3 de setembro de 2018)

Tal ligação com determinados espaços apareceu durante as oficinas de construção da Cidade da Juventude, durante as quais Caetano se dedicou bastante a criar uma escola e uma ONG, inspirados nos lugares que ele frequentava na favela. Ele não participou muito dos debates dos outros jovens sobre a questão da piscina, da localização da favela ou da praia.

Outro aspecto importante que percebemos, conforme fomos discutindo sua circulação pela cidade do Rio de Janeiro, foi que Caetano foi lembrando e nos contando sobre sua família, algo que não havia acontecido anteriormente nas oficinas. Contou sobre sua avó, que morava bem próximo ao EDUCAP. Disse que ela cobrava que ele a visitasse mais vezes, mas que, quando ele o faz, ela o manda ir embora. Mesmo assim, ele falou que continuava a ir visitá-la com certa frequência e, quando ela o mandava embora, ele ficava na rua brincando com outros jovens.

Caetano narrou sobre a história dessa avó e sua mãe com mais detalhes. Disse que a avó "*jogou a mãe no lixo*" e ela foi criada por sua avó (bisavó de Caetano) até os 15 anos de idade, quando voltou a morar com a mãe. Ele nos disse que sua bisavó ainda era viva, mas como era portadora de Alzheimer, não se lembrava de muitos fatos e nem reconhecia mais as pessoas. Caetano nos disse que sua mãe lhe falava que a bisavó teria 131 anos, mas que não acreditava que ela pudesse ter esta idade. Falou, claramente, de uma relação mais afetiva com a bisavó do

que com a avó e pensava que o motivo poderia ser também pelo fato da mãe e da avó não serem próximas.

Com relação à sua família paterna, que Caetano nunca havia mencionado, contou que seus pais eram separados e atualmente seu pai também morava na Matinha, no Complexo do Alemão, onde Caetano vivia com a mãe. Falou que tem apenas um avô paterno, que é “*muito rico, mora fora do país*” (embora não soubesse precisar onde) e que o avô às vezes procurava por seu pai e por ele, mas não ajudava a família financeiramente. A madrinha que ele mencionou quando contou sobre seus passeios era sua tia paterna.

Contar por onde anda e já andou faz com que Caetano nos contasse também suas histórias de vida nunca contadas. O andar, os territórios, estão relacionados aos nossos fazeres, tão ligados que certos lugares nos lembram diretamente certas histórias e a memória é ativada! (Diário de campo, 26 de novembro de 2018)

Nessas narrativas individuais, Caetano também conversou conosco pela primeira vez sobre sua orientação sexual, o que nunca havia feito antes, mesmo com o projeto “Juventude(s)” tendo realizado algumas oficinas específicas sobre esse tema. Falou sobre as amizades que perdeu ao se assumir homossexual e da dificuldade da mãe em aceitar sua orientação sexual.

5.3.3 Elza

Elza tinha 17 anos na ocasião da pesquisa e a conheci ao final do semestre, quando começou a frequentar o EDUCAP devido ao seu interesse pelos mangás e de seu desejo de poder participar de mais “*atividades diferentes*”, após um período em que ficou isolada em casa, devido a um quadro de depressão grave, conforme ela mesma me relatou, em particular. Em suas palavras, foi uma “*crise de adolescência*” e naquele período chegou a pensar em tentar suicídio.

Sobre essa crise, disse que sua maior insegurança era sair de casa e ir a alguns lugares e, por isso, poder discutir a mobilidade poderia ajudá-la a saber onde os jovens vão, pois, sabendo da presença de outros jovens como ela, disse que se sentiria mais à vontade para também ir. Em razão deste quadro, em uma conversa individual, falei a ela da existência de um

Centro de Atenção Psicossocial - CAPS III¹⁰⁴ no Alemão, que ela desconhecia. Como ela faria 18 anos em janeiro, informei que, caso necessitasse, poderia buscar o local em um momento de crise. Ela falou que estava em acompanhamento psicológico, do qual gostava bastante, e que estava se sentindo melhor, mas que era bom saber que perto de sua moradia existia um serviço 24 horas que poderia acolhê-la.

Além dos encontros nas oficinas, tive um encontro individual com Elza, que durou cerca de duas horas, no qual marcamos no mapa do Complexo e do Rio de Janeiro os lugares onde ela costumava ir ou já havia visitado em algum momento de sua vida, ocasião em que me contou um pouco de sua história. Como Elza relatou diversas vezes que “*gostava muito de escrever*”, combinamos de ela fazer, assim como Caetano, um diário de sua mobilidade. Infelizmente, ao final do ano, marcamos alguns encontros, mas Elza não conseguiu comparecer a nenhum deles, o que fez com que não conseguíssemos finalizar esta atividade. Mantivemos contato com Elza pelas redes sociais e nos vimos na festa de final de ano do EDUCAP, onde se apresentou junto com o grupo de música do qual participa.

Como no ano de 2019 o projeto “Juventude(s)” passou a desenvolver oficinas itinerantes e não mais localizadas apenas no EDUCAP, acabei me distanciando de Elza. Porém continuei acompanhando a jovem através dos relatos de Lucia, especialmente no primeiro semestre de 2019, quando ela ainda frequentava o EDUCAP para as atividades de música e aos sábados para a aula de inglês. Lucia também afirmou que naquela época ela estava bem e “*terrível, toda hora namorando*”.

Encontrei com Elza em abril de 2019, um sábado, após trocarmos mensagens para combinarmos uma conversa. Ela iria ao EDUCAP naquele dia para as aulas de reforço escolar de inglês. Ela não se mostrou disponível nem para o diálogo, nem para realizar alguma atividade naquele dia, pois sua tia havia falecido na mesma semana e estava triste. Porém, contou que havia voltado a estudar, que mesmo com o falecimento da tia “*estava bem, ajudando a cuidar da prima e da avó*”.

¹⁰⁴ Os Centros de Atenção Psicossocial – CAPS são serviços da rede pública de saúde mental, criados oficialmente a partir da Portaria GM 224/92. Os CAPS são os serviços responsáveis pela organização da rede de atenção às pessoas com transtornos mentais nos municípios. Esses são os articuladores estratégicos dessa rede e da política de saúde mental num determinado território. No que se refere ao atendimento clínico, os CAPS são os lugares de referência e tratamento para pessoas que sofrem com transtornos mentais, psicoses, neuroses graves e demais quadros, cuja severidade e/ou persistência justifiquem sua permanência num dispositivo de cuidado intensivo, comunitário, personalizado e promotor de vida (BRASIL, 2004).

Também compartilhou que estava frequentando a escola no período noturno e durante o dia participava das atividades que lhe interessavam no EDUCAP. Disse que o grupo de música esteve parado nos últimos meses, mas que haviam combinado de retornar às atividades naquele sábado. Depois de um período, o grupo de música acabou se dispersando pela saída do profissional que o coordenava e com isso os jovens que participavam (grande parte dos que participaram das oficinas durante a pesquisa) acabaram se distanciando do EDUCAP e passaram a frequentar outros lugares. Lucia sempre tinha notícias deles através de seus familiares (principalmente as mães que ainda frequentavam o EDUCAP quando necessitavam de algum tipo de apoio) ou de outros jovens que passavam no EDUCAP esporadicamente para dar notícias.

Nas oficinas em grupo, Elza era bastante participativa, falante e entusiasmada com as atividades propostas, aceitando meu convite para uma conversa individual sobre sua mobilidade urbana. Nossa conversa foi agendada via *WhatsApp*¹⁰⁵ para um dia da semana que não atrapalharia outras atividades. Encontramo-nos no EDUCAP e ela chegou acompanhada de sua irmã. Naquele dia, estava bastante tímida, ao contrário de sua postura quando estava em grupo. Sua irmã ficou na mesa conosco durante toda a nossa conversa, mas não interferiu em momento algum.

Elza já havia me observado enquanto realizávamos essas conversas com outros jovens no EDUCAP e por esse motivo perguntamos como ela preferia iniciar. Ela respondeu que gostaria de falar sobre o Complexo do Alemão e começamos pelo mapa do bairro, para iniciarmos as marcações. Ele começou a conversa assinalando no mapa a localização de sua casa, que ficava em uma das principais vias do Complexo. Contou que em 2019 iria estudar no Colégio Tim Lopes e retornaria aos estudos, dessa vez na mesma sala que sua irmã mais nova, devido à sua reprovação por ausência no ano anterior.

No Alemão, Elza disse que o lugar que gostava de frequentar era a Praça de Inhaúma, especialmente aos fins de semana, quando tem feirinha de rua. Ela relatou que vai caminhando com a irmã e, chegando ao local, encontra outros amigos. Mostrou também a Praça da Nova Brasília. Mencionou que não é um lugar que frequenta cotidianamente, mas que já fez alguns

¹⁰⁵ *WhatsApp*[®] é um aplicativo fundado em 2009 para a troca de mensagens instantâneas e realização de chamadas de voz para *smartphones*. Além de mensagens de texto, os usuários podem enviar imagens, vídeos e documentos em PDF, além de fazer ligações utilizando uma conexão com a *Internet*.

curso na Nave do Conhecimento¹⁰⁶ e foi ao Cinema. Mostrou o Morro do Adeus, onde realizou uma apresentação com o projeto de música do EDUCAP, o projeto Tambores.

Ela nos contou sobre sua rotina. Disse acordar todos os dias pela manhã e ficar em casa, saindo no horário do almoço para buscar a irmã mais nova na escola. À tarde frequentava o EDUCAP, nos dias em que havia oficinas e atividades. Em sua casa moravam a mãe, ela e mais três irmãs (de 22, 15 e 13 anos). No momento de nossa conversa ela não estava frequentando nenhuma escola, mas estava certa de que no ano seguinte retornaria para os estudos no período da noite, para não prejudicar suas atividades diurnas. Todas as quartas-feiras ela frequentava a consulta com a psicóloga no bairro de Ramos.

Em relação ao seu cotidiano, eram apenas esses os lugares sobre os quais Elza referiu frequentar, o que nos aponta para uma mobilidade restrita até mesmo dentro de seu bairro. Ela relatou que sua circulação no Complexo do Alemão acontecia na maioria das vezes caminhando, sendo que, quando necessário, utilizava um ônibus. Quando questionada se o Complexo seria um lugar no qual se sente bem, ela respondeu que “*um pouquinho*”, identificando que o problema para ela era o fato de haver “*muita gente*” e os tiroteios frequentes. Porém, disse que mesmo assim achava que o bairro tinha “*lugares legais*”.

Ao passarmos para o mapa da cidade completo, o primeiro lugar que ela lembrou ter ido e quis contar a história foi Copacabana. Disse que já havia visitado o bairro três vezes: uma vez foi à praia, uma ao bloco de carnaval e uma a um curso de atriz. Contou que estava agendando um retorno para janeiro, no dia do seu aniversário, para a segunda etapa do curso. Relatou que gostou de ir ao local, embora no carnaval só foi devido a companhia da irmã, pois “*não gosta de lugar com muita gente*”.

Todos os outros lugares fora do Complexo que Elza já frequentou foram por causa de algum evento pontual, seja ligado a projetos dos quais participava ou para acompanhar sua família. Sair do Alemão não era parte de seu cotidiano. Com o projeto Tambores do EDUCAP, já havia ido à PUC (no bairro da Gávea), à Lapa, a um evento na Cidade de Deus e à Barra da Tijuca. No momento da conversa, estavam marcados ainda eventos no Maracanã e na quadra da escola de samba Imperatriz Leopoldinense, em Ramos.

¹⁰⁶ Ver nota 101.

Para saídas fora da cidade, contou que todo ano viajava para Caxias (cidade da região da Baixada Fluminense, a 22 km de distância do Rio), no dia das mães, pois ela e sua família almoçavam com a bisavó, que morava lá. Quando ficou viúva, essa bisavó se mudou para o Alemão. Elza demonstrou bastante carinho pela bisavó e relatou que gostaria de ir almoçar mais vezes com ela. Outro passeio que relatou fazer com sua família em alguns momentos era ir ao Mercado de Madureira para fazer compras. Também já tinha ido à Penha com a mãe, mas não lembrou o motivo para me contar.

Dos dois passeios que fez com a escola, listou o Planetário na Gávea e a Bienal do Livro na Barra da Tijuca. À Bienal disse que gostaria de retornar, porque adorava livros, *animes* e também os *youtubers*¹⁰⁷ que se apresentam no evento.

Um dos assuntos sobre o qual Elza gostava de conversar era a cultura pop, relatando suas preferências. Ela era bem ativa nas redes sociais virtuais e, além dos *youtubers* que acompanhava, disse seguir¹⁰⁸ canais de diferentes assuntos, como *animes*, RAP, maquiagem. Contou que seu sonho era ir à *Comic Con*®¹⁰⁹, pois “acompanha famosos” nas redes sociais e via suas fotos. Disse que se um dia fosse ao evento, iria de *cosplay*¹¹⁰ de algum *anime*. Também compartilhou conosco gostar de novelas mexicanas, japonesas e coreanas, estas últimas chamadas de *doramas*¹¹¹. Por tal motivo, ela disse que se pudesse conhecer outro país gostaria

¹⁰⁷ *Youtuber* é o nome dado a pessoas que gravam vídeos para o *Youtube*® e têm grande alcance em suas publicações, tornando-se populares, especialmente entre crianças e jovens. O *Youtube*® é uma plataforma online de compartilhamento de vídeos criada em 2005. (Fonte: <https://www.youtube.com/intl/pt-BR/yt/about/>; Acesso em: 25 de junho de 2019)

¹⁰⁸ Expressão usada para se referir ao acompanhamento/seguimento de pessoas ou grupos nas redes sociais.

¹⁰⁹ A *Comic Con*® é a maior convenção de quadrinhos e cultura pop e *nerd* do mundo e acontece anualmente em San Diego, na Califórnia. Sua primeira edição foi em 1970 e hoje são convenções que acontecem em diferentes cidades do mundo. No Brasil, o evento foi nomeado de *Comic Con Experience*® (CCXP) e sua primeira edição aconteceu em São Paulo, em 2014, quando recebeu cerca de 100 mil visitantes, número que tem aumentado a cada nova realização (CARVALHO; SCHULZ; OLIARI, 2017).

¹¹⁰ O termo *cosplay* surge na contração entre as palavras em inglês *costume* (roupa) e *play* (brincar). É definida como a prática de se vestir e se comportar como personagens fictícios. A prática surgiu nos Estados Unidos nos anos de 1930, mas o termo só foi cunhado nos anos de 1980 pelo jornalista japonês Nobuyuki Takahashi. No Brasil, os eventos em que começam os encontros de *cosplayers* (pessoas que fazem *cosplay*) se iniciam em meados dos anos 1990 (NUNES, 2016).

¹¹¹ *Dorama* é a pronúncia japonesa para drama e a palavra usada para se referir às telenovelas. Essas produções se diferem das novelas brasileiras e se aproximam dos seriados norte-americanos, pois os episódios são exibidos semanalmente. Porém, as *doramas* têm um número definido de episódios, em média de 10 a 12, pois sua duração é determinada pelas estações do ano, durando aproximadamente três meses. No Brasil, a principal forma de assisti-

de ir ao Japão ou para a Coréia. Falou também que gostaria de conhecer o México e a França, pois uma professora de artes lhe falou sobre a cultura desses países e ela “*se encantou*”.

O seu interesse pela cultura pop pode justificar sua menção à Bienal como o único lugar ao qual gostaria de retornar. Depois de pensar um pouco, lembrou-se da reserva florestal existente na Barra, contou ser um lugar que ela gostaria de conhecer melhor e complementou contando do desejo de conhecer melhor também a PUC, especialmente o prédio da faculdade de arquitetura. Disse também que gostaria de ir a Belo Horizonte, pois uma amiga postou umas fotos bonitas de uma praia de lá. Quando perguntei se não seria um outro lugar, pois Belo Horizonte não tem praia, ela disse que não.

No Rio de Janeiro, um lugar ao qual nunca foi e que desejava conhecer era o Cristo Redentor e também gostaria de fazer trilhas em algumas florestas. Justificando não ter feitos esses passeios, relatou que o motivo era falta de tempo. Finalizou a conversa contando que, no seu cotidiano, os trajetos feitos eram os mesmos basicamente todos os dias, mas que, com sua entrada no projeto Tambores, que acontecia no EDUCAP, ela estava conhecendo mais lugares. Observando suas marcações finais no mapa, disse que gostaria de ter conhecido mais lugares na cidade.

Figura 67: Mapa do Rio de Janeiro com marcações nos bairros onde Elza já esteve. Em laranja, o Complexo do Alemão.



Fonte: <http://mapaambiental.blogspot.com.br/2010/08/bairros-do-rio-de-janeiro-shapefile-e.html>. Modificado pela autora. Acesso em 02 de abril de 2018

Propus para Elza a elaboração do diário de mobilidade, já que ela havia nos contado que gostava muito de escrever e tinha um blog onde escrevia histórias ficcionais inspirada pela cultura oriental. Ela disse que tinha gostado da ideia e iria fazer, mas não para a próxima semana, pois estava ocupada. Falei que não haveria problema, pois poderíamos marcar um encontro quando fosse melhor para ela. Como já colocado anteriormente, agendamos algumas vezes, ainda em 2018, mas em todos os encontros Elza não pôde comparecer. Em 2019, quando a encontramos no EDUCAP, conforme já referido acima, ela relatou ter escrito no diário, mas que o tinha perdido. Desde o início, fiquei com a sensação de que, apesar do discurso, ela não realizaria a proposta, conforme relatei em diário de campo:

Não acho que ela vá fazer o diário. Mas deixei mesmo assim com ela. Vamos ver no que dá... (Diário de campo, 7 de dezembro de 2018)

Sobre a mobilidade urbana de Elza, refletimos no diário de campo:

Percebo a diferença gritante entre Elza e Chico... Enquanto ele roda tudo, ela tem sua mobilidade bem mais restrita. Ao mesmo tempo, não questiona muito, parece aceitar mais. Elza é mais hipotímica, não sei se pela questão da depressão ou por não se sentir “autorizada” a ser um ser desejante. Ao mesmo tempo, faz pequenos movimentos em torno de algo, como o curso para ser atriz em Copacabana. A fala dela não transparece muita empolgação com nada. Não sei se estava tímida por estar só comigo. Às vezes acho que no grupo ela fica mais à vontade, como ficava fazendo os quadrinhos (Diário de campo, 7 de dezembro de 2018)

Desejo e sensação de pertencimento são primordiais para a mobilidade urbana e, no caso de Elza, percebemos que essa ausência desses sentimentos, junto à sua questão de saúde mental e à falta de informações, são fatores que inferem diretamente em sua mobilidade. Mesmo com todo seu interesse pela cultura pop, o que poderia levá-la a lugares diferentes da cidade, para eventos e cinema, por exemplo, esses interesses ainda não superam sua insegurança. A participação no projeto de música tem iniciado algum movimento com Elza, no sentido de levá-la a lugares diferentes, mas ainda sem produzir um desejo e autonomia para que ela vá sozinha depois.

5.3.4 Gil

Conheci Gil na festa de encerramento do ano, que fizemos no EDUCAP. Com 16 anos, foi o quarto jovem participante da pesquisa. Ele frequentou o EDUCAP na infância, mora bem próximo ao local, mas nos últimos anos não costumava mais frequentar a ONG, por estudar em uma escola em tempo integral, localizada em São Cristóvão, bairro mais distante. Neste dia, ele estava visitando a Lucia, que nos apresentou. Ela contou que Gil gostava de desenhar cidades e fazia curso técnico em edificações, integrado ao ensino médio, e que ele poderia se interessar em colaborar. Neste primeiro encontro, durante a festa, contei a ele sobre a pesquisa, sua proposta e como estava sendo realizada. Ele se interessou e me forneceu seu telefone. Disse que não conseguiria ir às atividades nos dias da semana, devido à sua rotina escolar, mas que poderíamos marcar um encontro nas próximas semanas, quando o semestre letivo estaria encerrado.

Após a festa, marcamos através do *WhatsApp*® o primeiro encontro individual, na semana seguinte, no EDUCAP. Durou cerca de duas horas e conversamos sobre sua circulação, o que ele considerava a cidade ideal e como seria a mobilidade nela. Além de marcarmos os pontos nos mapas, Gil desenhou um prédio que ele gostaria que ali houvesse. Combinamos de nos encontrarmos mais uma vez para nos aprofundarmos em seus desenhos, pois ele disse que desenharia então a cidade “*perfeita*”. Porém, alguns empecilhos impediram nosso encontro:

E quando você faz uma pesquisa sobre mobilidade urbana e seu coprodutor de dados não chega, justamente por causa de um problema de mobilidade? Parece que faz sentido, não?

Gil não apareceu e disse que foi por causa do metrô, que quebrou. Cheguei a ver algo pela manhã sobre isso nas redes sociais.

Enfim, é isso. A cidade nos impede. (Diário de campo, 11 de dezembro de 2018)

Marcamos mais algumas vezes no mês de dezembro de 2018 e em fevereiro de 2019. Na primeira data ele não compareceu e não retornou as mensagens recebidas. Em fevereiro de 2019, a violência explícita, com tiros da polícia nas ruas do Complexo, impediu-me de chegar ao EDUCAP. Mande mensagem para ele avisando que não poderia ir e ele compreendeu, entendendo que também era melhor ele ficar em casa. Em abril de 2019 consegui retornar para mais uma conversa. Gil quis apenas conversar e não mostrou disponibilidade a realizar nenhum outro tipo de atividade. Nesta conversa, ele me contou um pouco mais sobre seu cotidiano e

trouxe suas reflexões sobre diversos assuntos da atualidade, relacionando-as com a questão do direito à cidade.

Em nossa primeira conversa sobre sua mobilidade, em uma quinta-feira no EDUCAP, ele chegou pontualmente, após combinarmos via *WhatsApp*® o horário e o local. Ele perguntou se seria uma entrevista com perguntas a serem respondidas, então apresentei a proposta de ser uma conversa sobre seu cotidiano e os lugares por onde andava e que tínhamos mapas para nos auxiliarem na visualização. Começamos a partir do mapa do Complexo do Alemão. Naquele mapa, Gil marcou sua casa, que se localizava próximo ao EDUCAP, e logo disse que “*não se identifica muito com o Alemão*”, mesmo morando ali desde que nasceu. Disse que tinha poucos amigos no bairro, dois ou três, isso porque sua “*vibe é outra*”. Exemplificou falando que não gostava de jogar bola na rua, ir aos bailes, ouvir *funk proibidão*¹¹² e que esses fatos faziam com que os outros jovens o achassem, em suas palavras, “*estranho*”, já que seus interesses eram diferentes.

Contou que preferia fazer passeios a *shopping centers* (Carioca, Nova América e Norte Shopping, todos localizados na zona norte do Rio de Janeiro, mas fora do Complexo) e disse, assim como os outros jovens, que era muito caseiro, porém que naquele momento estava saindo mais de casa para passear. Gil relatou que não ficava na rua perto de sua casa, “*pois é perigoso, pode ter tiroteio*”. Ele me falou que, em seu ponto de vista, o Alemão não tinha muitas opções de lugares para se divertir aos fins de semana, o que se devia à violência que rondava o bairro. Disse que saía muito pouco de casa para andar no Complexo e que, quando o fazia, era para “*ver lojas de roupas*”, assim como nos afirmaram Elza e Caetano em suas entrevistas. Gil contou, porém, que não foi sempre assim, pois quando era criança brincava muito na rua, mas com mais ou menos nove anos de idade começou a ficar mais em casa.

Gil disse que desde que iniciou os estudos no colégio técnico, que se localiza no bairro de São Cristóvão, passou a utilizar o metrô como meio de transporte e que isso “*expandiu seus horizontes*”. Ainda, segundo seus relatos, antes ele “*não sabia ir nem até a padaria, mas agora vai até Copacabana e volta*”. Nesse período, fez novas amizades e frequentava festas.

¹¹² A categoria *funk proibidão* faz “referência aos *funks* que abordam a temática da orientação sexual de forma explícita – *funk putaria* – ou aos que produzem narrativas sobre o universo da criminalidade, tangenciando o cotidiano e as sociabilidades ligadas à noção de bandido” (NOVAES, 2016, p. 11)

Quando perguntei sobre os locais com os quais se identificava, Gil afirmou que em São Cristóvão se sentia melhor, “*pois tem mais liberdade, ninguém o conhece*”. Tal fato se daria, segundo seu relato, pelo fato de em sua nova escola os estudantes serem “*mais diversificados*”, o que faz com ele se identifique mais. Ele também complementou afirmando que tinha mais facilidade na convivência com adultos do que com jovens de sua idade. Assim como Caetano, reclamou que no Complexo “*todo mundo o conhece e fica comentando e fazendo fofoca*” e que este fato ficava ainda mais evidente quando se é adolescente. Ao mesmo tempo, assim como Caetano, disse que nunca foi assaltado no Complexo e não tinha esse medo no bairro, mas em São Cristóvão “*fica mais esperto*”, com medo de um assalto. Mesmo assim, continuou dizendo que em São Cristóvão sentia mais liberdade.

Gil, ao contrário dos outros jovens, pouco se interessava em falar sobre o Complexo do Alemão e pediu que pudéssemos conversar sobre outros bairros, passando rapidamente para o mapa da cidade como um todo. Ele identificou alguns bairros e regiões sem precisar acessar a legenda, diferente dos outros jovens da pesquisa.

Sobre seu cotidiano, contou que diariamente utilizava o mototáxi até a estação de Inhaúma, de onde seguia de metrô até chegar na escola, em São Cristóvão. Em seu retorno, ao descer na estação de Inhaúma, caminhava até sua casa. Como estudava em período integral, Gil relatou que era na região de São Cristóvão que fazia suas atividades de lazer e citou lugares como a Quinta da Boa Vista, o Shopping Tijuca e o Maracanã. Marcamos os lugares.

Narrou também já ter visitado o Cristo Redentor junto com uma tia, que trabalhava com turismo. Na Orla de Copacabana, foi apenas em passeio com a escola. Marcou também o Jardim Botânico. Falou que gostaria de ir ao Planetário, que fica na Gávea, mas disse que seus amigos não teriam interesse em ir, pois os “*jovens não gostam muito desses passeios*”. Também já havia visitado o Museu Nacional, que se localizava na Quinta da Boa Vista, próximo ao colégio onde estuda, antes mesmo de estudar lá.

Figura 68: Mapa do Rio de Janeiro com marcações nos bairros onde Gil já esteve. Em laranja, o Complexo do Alemão.



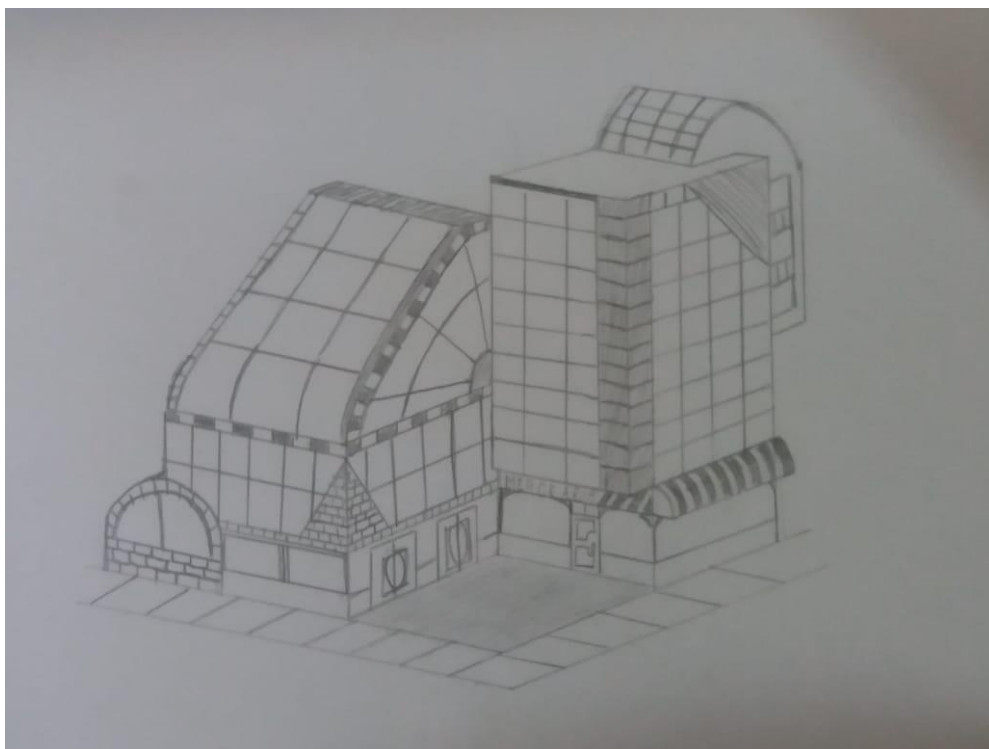
Fonte: <http://mapaambiental.blogspot.com.br/2010/08/bairros-do-rio-de-janeiro-shapefile-e.html>. Modificado pela autora. Acesso em 02 de abril de 2018.

Com Gil, o recurso de utilizar os mapas como um desencadeador para as suas narrativas e para cartografar sua mobilidade cotidiana não suscitou o mesmo interesse que para os outros jovens. Por esse motivo, paramos de trabalhar com o mapa, pois percebi que Gil já não tinha mais o que contar sobre sua mobilidade através daquele recurso, então sugeri conversarmos enquanto ele desenhava uma cidade, já que foi essa proposta que nos aproximou para a sua participação na pesquisa.

Propus que ele desenhasse a cidade que considerasse ideal e, enquanto desenhava, poderíamos continuar conversando. Elaborando o desenho, Gil falou mais sobre si e diversificou os assuntos. Utilizando régua e medidas fixas, apresentava uma técnica para o desenho, mantendo a simetria no que estava fazendo, apagando e redesenhando diversas vezes. Contou que começou a desenhar com seis anos de idade, sempre gostou de fazer cidades e que, quando iniciou seu processo de desenhar, reproduzia lugares que já tinha visto, mas que atualmente estava utilizando mais sua criatividade. Relatou também que seus desenhos eram mais “técnicos, realistas” e não apresentavam uma representação “subjetiva”, quando comparou com a Cidade da Juventude feita pelos jovens do EDUCAP.

Uma das primeiras coisas que Gil afirmou sobre a cidade que considerava ideal foi que ela teria que ter mais espaços de lazer, como lojas e livrarias. Para ele, essa cidade deveria ter prédios altos, “*tipo arranha-céu*”, pois para ele isso seria sinal de desenvolvimento. Afirmou também sobre a necessidade de um sistema público diferenciado de transportes, com opções para a locomoção das pessoas, como “*trem, ônibus, metrô, trem elétrico, balsa e dirigível*”. Lembrou da necessidade de postos de saúde e de escolas. Também falou que ruas asfaltadas ajudariam na mobilidade. Finalizou essa reflexão dizendo que não poderia afirmar se essa cidade que ele planejara funcionaria bem, pois “*não tem como saber*”, mas que achava que os fatores que pontuou seriam para melhorar a vida das pessoas. No desenho que estava fazendo, relatou que estava representando um centro comercial, com uma mercearia.

Figura 69: Centro comercial desenhado por Gil durante nossa primeira conversa.



Fonte: Acervo da pesquisa. Divulgação com autorização do autor.

Sobre a arquitetura das cidades, Gil afirmou gostar de prédios com fachadas espelhadas ou de vitral e fez referência a um prédio que havia sido construído recentemente no centro do Rio de Janeiro, mais precisamente na região portuária.

Figura 70: Prédio que Gil contou admirar na região portuária.



Fonte: Site Porto Maravilha, da Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.portomaravilha.com.br/noticiadetalhe/4561>. Acesso em 11 de maio de 2019.

Ao identificar qual era a construção a que Gil se referia, percebi uma relação com a minha vida pessoal, conforme apontado no diário de campo, fato esse que fez com que Gil se sentisse mais animado para conversar sobre o assunto:

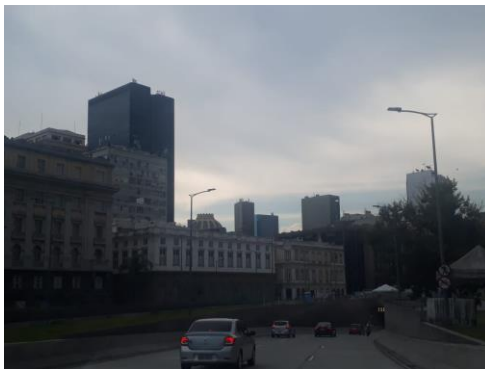
Por coincidência, conto que meu pai trabalhou na obra desse prédio. Ele fica bastante curioso e a conversa engata com esse tema. Quando termina o desenho que fez hoje, pede que eu mande uma foto e pergunte ao meu pai o que ele achou. No fim de semana seguinte a essa conversa, me manda pelo *WhatsApp*® imagens que tirou no centro do Rio de prédios que admirava. Parece que este fato ajudou a uma vinculação de Gil comigo, já que ele era o único jovem que não me conhecia anteriormente (Diário de campo, 13 de dezembro de 2018).

Figura 71: Fotografia no centro do Rio de Janeiro enviadas por Gil à pesquisadora via *WhatsApp*®.



Fonte: Acervo da pesquisa. Imagem divulgada com autorização do autor.

Figura 72: Fotografia no centro do Rio de Janeiro enviadas por Gil à pesquisadora via *WhatsApp*®.



Fonte: Acervo da pesquisa. Imagem divulgada com autorização do autor.

Gil relatou que acompanhava as notícias no jornal e nas redes sociais e, por esse motivo, ao conversarmos sobre a cidade e a mobilidade urbana, reportou vários fatos atuais para demonstrar seu ponto de vista sobre fatores que influenciariam na mobilidade das pessoas. Seu principal assunto foi a violência. Disse que a violência é uma questão que, em seu ponto de vista, dificulta muito a circulação das pessoas pelo Rio de Janeiro. Relacionou com o momento político do país, fazendo crítica ao governo atual que, segundo ele, prejudicará muito as minorias, como os homossexuais, negros, índios e sem-terra. Apresentou um discurso de descrença na política, dizendo que “*nada vai mudar, porque o sistema não muda*”. Citou como exemplo os espaços governamentais abandonados pela cidade e que no Alemão, segundo ele, são bem visíveis. Falou que o Rio de Janeiro é uma cidade bonita para os turistas, mas “*para os moradores nem tanto*”.

Gil, em suas narrativas, relacionou diretamente a questão da violência com o racismo. Afirmou, por exemplo, que nunca sofreu nenhum tipo de violência explícita, o que provavelmente decorria do fato de ter a pele branca, colocando-o, segundo ele, em uma condição de certos privilégios. Disse que, apesar de seu pai ser indígena e ter a pele escura, sua mãe era branca, por esse motivo acreditava que sua família sofria menos intolerância religiosa que outras, mesmo tendo parte da família sendo do candomblé.

Sua mãe era espírita kardecista, seu pai e avó eram do candomblé e ele afirmou não ter religião. Como não vivenciou em sua vida nenhum tipo de intolerância religiosa, não compreendia essa questão como um tipo de violência, mas a relacionava diretamente

ao racismo. Relatou a história de uma tia que tinha a “*pele escura, moreninha*” e passou por uma situação de constrangimento em um *shopping center*, pois o segurança de uma loja achou que ela estivesse roubando e pediu para revistar sua bolsa. Contou que percebia que na escola em que estudava a minoria de estudantes era negra, enquanto no Complexo do Alemão a realidade era o oposto.

Também relembrou, em nossa segunda conversa, a notícia que tinha tido bastante visibilidade naquela semana: o fuzilamento de uma família pelo exército do Rio de Janeiro, que acabou acarretando na morte do pai, um homem negro¹¹³. Afirmou que, se fosse uma família branca “*em um carrão*”, o fato não teria ocorrido, nem mesmo se fosse uma família branca em um carro velho. Disse que tal fato exemplificava o racismo institucional, afirmando ainda que acreditava que não haveria nenhuma consequência para os soldados que atiraram no carro. Afirmou, categoricamente, que “*os jovens podem andar pela cidade como quiserem, mas será diferente dependendo da sua cor e sua classe social*”. Embora tenha afirmado que a classe social é um fator que interfere na mobilidade urbana e nos preconceitos vivenciados, ele afirmou que nunca passou por nenhuma situação de constrangimento por ser morador da favela, em sua percepção, por “*não seguir os estereótipos da favela, no modo de se vestir e por ser branco*”.

Conversando ainda sobre violência e intolerância religiosa, lembramos de uma ocasião em que foi noticiado em diversos jornais que alguns centros de candomblé foram atacados em algumas regiões¹¹⁴ da cidade. Gil afirmou que provavelmente os responsáveis por tal ato não eram os “*bandidos da favela*”, pois estes não “*fazem mal aos moradores, porque conhecem a nossa realidade*”.

Outra questão que ele relacionou com a violência foi o preconceito quanto à orientação sexual e identidade de gênero. Afirmou que o atual governo, ao misturar política e religião, contribuía para a perpetuação de preconceitos. Mencionou suas

¹¹³ Reportagem do jornal Folha de São Paulo: “Exército dispara 80 tiros em carro de família no Rio e mata músico. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/04/militares-do-exercito-matam-musico-em-abordagem-na-zona-oeste-do-rio.shtml>. Acesso em 15 de abril de 2019.

¹¹⁴ Como podemos observar nas reportagens: “Em nome de Jesus’, bandidos destroem terreiro no Rio”. Revista Veja Disponível em: <https://veja.abril.com.br/brasil/em-nome-de-jesus-bandidos-destroem-terreiro-no-rio/>. Acesso em 11 de maio de 2019; e “Ataques a religiões de matriz africana fazem parte de uma nova dinâmica no Rio”. Disponível em: <https://theintercept.com/2017/09/20/ataques-a-religoes-de-matriz-africana-fazem-parte-da-nova-dinamica-do-traffic-no-rio/>. Acesso em 16 de janeiro de 2020.

melhores amigas, que eram lésbicas, e um amigo que, ao andar pelas ruas com seu namorado, percebia que “*as pessoas olham torto*”. Continuou esse assunto afirmando acreditar ser muito importante existir educação sexual nas escolas. Disse que em sua escola chegou a ter algumas aulas e considerou muito importante.

Sobre seus planos para o futuro, Gil contou que pretendia fazer a prova do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), em 2020, quando finalizaria o ensino médio, e que desejava estudar arquitetura na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) ou na Universidade Veiga de Almeida (UVA), uma instituição privada. Citou estas duas instituições porque, em seu relato, considerava-as as duas universidades melhores da cidade. Falou também que gostaria de estudar em Curitiba, na Universidade Federal do Paraná (UFPR), pois conhecia uma professora de seu curso técnico que era formada naquela instituição e ele acreditava que deve ser um bom lugar para estudar.

Quando perguntei se ele não gostaria de estudar na UFRJ, sendo que o curso de arquitetura se localiza no *campus* do Fundão, ele afirmou que seria uma possibilidade a ser pensada, mas que pensava que era “*muito longe, tem que ir lá atrás para pegar ônibus*”. Percebi que para Gil, o centro do Rio é mais perto que o Fundão, embora geograficamente não o seja. Tal fato se deve ao seu cotidiano e seu hábito de andar de metrô, que tornava mais fácil chegar a lugares onde existe uma estação, ao contrário dos outros jovens que conheci no processo da pesquisa, que referiram caminhar ou se locomover de ônibus.

Gil afirmou acreditar que nos dias atuais as pessoas “*fazem tudo no automático e nem percebem os caminhos e processos que fazem no dia a dia*”. Disse que ele mesmo é assim e que em sua rotina acabava não percebendo nada à sua volta, mesmo aos fins de semana, quando não tinha compromissos com horários e saía para atividades de lazer.

Terminamos nossa conversa e propus a Gil se ele gostaria de detalhar mais seu projeto de uma cidade ideal, porém, em ambos os encontros, ele não se mostrou disponível para tal atividade. Ele me mostrou, desde a primeira vez que nos vimos e em todas as vezes que conversamos, um desenho que fez e postou em suas redes sociais, que, para ele, representava uma cidade ideal, embora não moraria na cidade que desenhou pois

“*esqueceu de fazer uma lanchonete*”. Disse que gostaria que essa imagem fosse colocada na tese para ilustrar sua opinião e me enviou a imagem por *WhatsApp*®.

Figura 73: Desenho de Gil sobre qual seria a cidade ideal, em sua visão.



Fonte: Página do *Facebook*® de Gil, enviada à autora via *WhatsApp*®. Divulgação com autorização do autor.

Terminamos nossa conversa combinando de nos encontramos novamente mais adiante, para que ele pudesse ver a tese e suas imagens nela registradas. Ele perguntou se ainda “*vai demorar muito*” e se espantou ao saber o tempo total de um curso de doutorado, comparando com o trabalho de conclusão de curso que deveria realizar para concluir o ensino médio. Desejou-me boa sorte no processo e assim encerramos nossos encontros.

Gil difere bastante dos outros jovens que conheci durante a pesquisa. Não se identificava com o Complexo do Alemão como um lugar de pertencimento, assim como não compartilhava dos gostos e hábitos da maioria dos jovens que moram no bairro. Embora em seu cotidiano frequentasse outro bairro e utilizasse outros meios de

transporte, devido à oportunidade vinda dos estudos, assim como Chico, sua mobilidade cotidiana ainda estava reduzida, no que se refere à circulação e pertencimento a outros espaços da cidade. Mantendo-se circunscrito a uma única região, sem experimentações que ultrapassem tais lugares, aproxima-se, neste sentido, das narrativas de Caetano e Elza.

CAPITULO 6 – CONSTRUINDO UM “PONTO DE VISTA”

*Do ponto de vista da terra, quem gira é o sol
Do ponto de vista da mãe, todo filho é bonito
Do ponto de vista do ponto, o círculo é infinito
Do ponto de vista do cego, sirene é farol*

Do ponto de vista do mar, quem balança é a praia

*Do ponto de vista da vida, um dia é pouco
Guardado no bolso do louco
Há sempre um pedaço de deus
Respeite meus pontos de vista
Que eu respeito os teus*

*Às vezes, o ponto de vista tem certa miopia,
Pois enxerga diferente do que a gente gostaria
Não é preciso pôr lente, nem óculos de grau
Tampouco que exista somente
Um ponto de vista igual*

*O jeito é manter o respeito e ponto final.
(Ponto de Vista. Casuarina)*

Em 3 de setembro de 2018, ocasião em que fiz minha primeira oficina para a produção de dados, conversei com Lucia sobre o Complexo do Alemão e as pesquisas e referências que eu estava encontrando sobre o território para a escrita desta tese. Ela me disse que não concordava com todas as publicações feitas a respeito do Complexo do Alemão, nem mesmo algumas realizadas por instituições de dentro do próprio Complexo. Lucia me mostrou a música acima, com a qual começo este capítulo. Destacou, em sua fala, que qualquer fato tem diferentes pontos de vista, que nenhum é certo ou errado, mas que todos deveriam de alguma forma ser explicitados.

Interessante esse ponto de vista de quem efetivamente está lá, vive lá. Tenho que colocar isso na pesquisa! Nem sempre a literatura condiz com a realidade, condiz com o que todos pensam a respeito de determinado tema. Conversamos sobre a questão dos diferentes pontos de vista. O do morador, o da universidade, o meu. Como são só diferentes, sem certo ou errado, sem superior ou inferior. Como, na medida do possível, precisam ser todos explicitados. (Diário de campo, 03 de setembro de 2018)

Destaco que houve nessa pesquisa o cuidado e o compromisso ético de se trabalhar com o que os jovens trouxeram durante o processo. Porém, partindo de uma perspectiva compreensiva da realidade, as reflexões aqui partem do meu lugar social e minhas possibilidades de fala e dos referenciais teóricos que embasaram a construção deste trabalho e, portanto, têm um determinado e localizado “ponto de vista”. Assim, começo a discussão dos resultados encontrados na pesquisa buscando uma reflexão sobre os seus achados, ressaltando que se trata de uma das possibilidades de entendimento do que produzimos. Não é única, não é universal e não é neutra.

6.1 ENTRE VELHOS E NOVOS CONHECIMENTOS: JOVENS POBRES NAS FAVELAS

Conforme já discutido pela literatura, um dos achados desta pesquisa corrobora com um já conhecido fato: os jovens pobres, moradores de favelas (neste caso, do Complexo do Alemão), têm sua mobilidade urbana cotidiana cerceada. Embora esta informação não seja inovadora em termos daquilo já relatado pela literatura em ciências humanas e sociais sobre as favelas do Rio de Janeiro, reafirmar a falta de oportunidades e de acesso a direitos sociais e suas relações com o imaginário social, os estigmas e, conseqüentemente, as representações sobre as favelas brasileiras é essencial se buscamos conhecer o cotidiano daqueles jovens.

As favelas são identificadas a partir de alguns marcadores sociais. O primeiro, mais evidente, é a classe social, materializada pela pobreza. A impossibilidade de acesso material incide diretamente sobre as possibilidades e impossibilidades da mobilidade urbana, impactando também forma direta o cotidiano das pessoas, restringindo suas oportunidades de participação e de acesso à vida social. Pois, fica impossibilitado um primeiro ponto fundamental para se mover: pagar o transporte público, por exemplo. Porém, apesar de tal constatação ser ratificada por estudos sobre a temática (CASSAB; MENDES, 2011; CASTRO, 2004; LEITE; MACHADO DA SILVA, 2013; MONTEIRO, CECCHETTO, 2009; SAVEGNAGO, 2008; VELOSO; SANTIAGO, 2017, entre outros), acreditamos que o tema ainda necessita de visualização, debate e sua evidência como um persistente problema social. Este seria o primeiro passo para criarmos

uma nova cultura, que busque lidar com os estigmas em torno de ser morador de favela e iluminar os seus cotidianos, em prol da diversidade e de condições de mais justiça e de acesso a direitos para todos, o que deve incluir os jovens daqueles locais. A mobilidade urbana é um dos fatores que deve ser debatido para diminuir as desigualdades de acesso aos direitos sociais e, portanto, incluída na pauta das políticas sociais.

Ainda, embora a discussão sobre o cerceamento social seja de conhecimento nas ciências humanas e sociais, pouco se tem debatido sobre sua aplicação no campo da terapia ocupacional, em especial na focalização da discussão sobre a mobilidade urbana cotidiana. Embora a atuação da terapia ocupacional, em específico da terapia ocupacional social, com jovens pobres urbanos já esteja bem documentada (LOPES et al., 2008, 2011, 2014; MALFITANO; LOPES, 2014; SILVA; OLIVEIRA; MALFITANO, 2019, entre outros), a discussão sobre as intervenções na vulnerabilidade daqueles jovens a partir da compreensão de sua mobilidade urbana ainda é pouco explorada em relatos e reflexões acerca da prática técnico-profissional.

Conforme colocado no primeiro capítulo, o conceito de mobilidade urbana não é encontrado de forma fundamentada pelas publicações da profissão, embora se considere que esteja relacionada diretamente com o *lôcus* de atuação do terapeuta ocupacional: o cotidiano dos sujeitos. Portanto, as reflexões aqui apresentadas visam problematizar a mobilidade urbana de jovens da favela e lançar reflexões sobre ações da terapia ocupacional social, conforme um dos objetivos estabelecidos na pesquisa.

Na busca de alcançar tal discussão, o presente capítulo foi dividido em duas partes. A primeira compreende três seções, que correspondem a categorias escolhidas com vistas a responder a uma das questões colocada por esta tese, a saber: quais são os fatores relacionados à mobilidade urbana de jovens moradores do Complexo do Alemão? Na primeira seção, argumentaremos sobre o lugar de moradia como influenciador na mobilidade urbana de jovens moradores de favela. Na segunda seção, retornaremos ao conceito de cotidiano para discutir qual o tipo de cotidiano possível aos jovens moradores de favela diante da restrição de sua mobilidade urbana. Na terceira seção, discutiremos a relação das políticas sociais com a mobilidade urbana dos jovens participantes da pesquisa. Na segunda parte deste capítulo, articulamos os achados deste estudo especificamente com a terapia ocupacional.

6.2 A MOBILIDADE URBANA DE JOVENS MORADORES DO COMPLEXO DO ALEMÃO

6.2.1 A favela como lugar de moradia e a mobilidade urbana

*Todo dia o sol da manhã vem e lhes desafia
Traz do sonho pro mundo, quem já não o queria
Palafitas, trapiches, farrapos
Filhos da mesma agonia*

*E a cidade que tem braços abertos num cartão postal
Com os punhos fechados na vida real
Lhe nega oportunidades
Mostra a face dura do mal
(Alagados. Paralamas do Sucesso)*

Uma das questões que se mostrou central por meio dos dados de campo foi o lugar de moradia como constituinte das restrições e/ou das impossibilidades de mobilidade urbana de jovens moradores da favela. Partindo da ideia de interseccionalidade entre os marcadores sociais, como classe, gênero, raça, orientação sexual, faixa etária, destaca-se o lugar de moradia como também um marcador social, influente naquele contexto, relacionado à classe social.

Milton Santos (2007) afirma que o local de moradia e o lugar social ocupado pelo sujeito são intrínsecos à ordem capitalista. Como consequência, a pobreza direciona onde o sujeito vai morar e o local onde ele mora se relaciona com a possibilidade de acesso aos direitos sociais e de mudanças de suas condições de vida. As cidades são construídas de forma a segregar as classes sociais e distanciá-las, física e simbolicamente, cada vez mais dos bens sociais disponíveis a alguns e não a outros. Assim acontece com as favelas do Rio de Janeiro. Milton Santos ainda esmiúça o conceito de território usado, os quais “são os objetos e ações, sinônimos de espaço humano e espaço habitado” (SANTOS, 1998, p. 16). Santos defende o uso do “território usado” como uma categoria de análise social, pois é o uso do território, e não a sua forma, que deve ser o objeto da análise nas ciências sociais.

Associando tais reflexões a outros marcadores sociais, Amartya Sen (2001, 2010) propõe o entendimento da pobreza para além da questão da insuficiência de renda, defendendo pobreza como uma privação de liberdade ou de liberdade de escolha. O autor compreende a pobreza como um fenômeno complexo, com duas dimensões a serem consideradas: a dimensão econômica e a dimensão moral. Considerando a dimensão econômica concreta necessária para a manutenção e reprodução da vida, ele defende que “apenas” a renda não garante o bem-estar das pessoas, pois não necessariamente garante a liberdade de escolha, pois diversos fatores interferem para a liberdade de escolha, como a disponibilidade de serviços de educação, assistência social e saúde, os direitos políticos e civis, o capital social e cultural, a possibilidade de participação comunitária, entre outros.

Tal concepção se articula com as proposições de Balbim (2016), quando relaciona o conceito de mobilidade urbana com as possibilidades de planejamento e realização de deslocamentos pelo espaço urbano, o que envolve a dimensão econômica, assim como a liberdade de escolha, ou a restrição dela, já que a mobilidade engloba as possibilidades de escolher como, quando e para onde se mover.

Pela dimensão econômica, a pobreza daquela população, na restrição da sua mobilidade urbana personifica a não efetivação do direito à cidade. Para Léfèbvre (2001) e Harvey (2012), conforme apresentado no capítulo inicial desta tese, o direito à cidade é regido pelo capital, sendo as classes dominantes as detentoras dos meios que garantem ou não o acesso a esse direito. Morar na favela é diretamente ligado à classe social, como pontua Milton Santos (2007).

Os jovens da favela são jovens pobres que pertencem à classe social que tem o direito à cidade cerceado. O pouco que se oferece com relação à mobilidade urbana e de acesso à cidade para aqueles jovens ainda se dá na esfera do consumo e da manutenção da ordem capitalista, que entende a cidade como uma mercadoria. A cidade não é vista como um espaço de encontros, trocas e participação social, conforme propõem os autores. Esses jovens, restritos de participação social, não conseguem efetivamente mudar as formas de construção e organização da cidade e, portanto, continuam sendo parte da população que não tem consolidado o seu direito a ela.

Porém, considerando a dimensão moral, nas palavras de Sen (2001, 2010), podemos afirmar que, segundo os dados deste estudo, no caso das favelas nem sempre a renda é o problema único, pois a falta de liberdade de escolha, vinda da falta de oportunidades de diversas ordens, é uma realidade reconhecida. Os jovens que participaram do evento “Circulando”, por exemplo, relataram que “ser da favela” limitava o seu acesso às oportunidades e restringia a sua liberdade de ir e vir, o que se aproxima do proposto por Amartya Sen (2001, 2010) ao conceituar a pobreza e ao conceito de mobilidade urbana de Balbim (2016).

Santos (L.M.N. 2007), em um estudo na favela do Vidigal, também no Rio de Janeiro, afirma existir um “paradoxo da pobreza do favelado carioca” (p.12), o qual consiste em entender que aquela população não necessariamente é pobre de renda, mas sim de liberdade. A afirmação desta economista dialoga com os dados do censo do IBGE, do ano 2000, que dizem que 64% dos pobres do Rio de Janeiro moravam fora das favelas. Ou seja, a favela não é o território que mais concentra os pobres da cidade.

Aproximando as ideias de Santos (1998) das proposições de Amartya Sen (2001, 2010), compreendemos que o uso do território e quais territórios podem ser usados por um indivíduo ou grupo se relacionam com a liberdade de escolha e de participação neles. Ou seja, entender a mobilidade urbana dos jovens moradores de favela nos levou a perceber quais eram os territórios efetivamente usados por eles e aqueles que não tinham liberdade de escolher utilizar, por diversos motivos, mas pelo fato de serem moradores de favela, principalmente. Assim, entendemos essa restrição da mobilidade urbana dos jovens e conseqüentemente de seu direito à cidade como uma característica que compõe a pobreza vivenciada por aquela população.

A construção histórica das favelas no Rio de Janeiro incide até os dias atuais na percepção daqueles territórios pelo imaginário social de toda a cidade. Entendemos que, embora a favela seja diretamente ligada ao imaginário social da pobreza, ela se diferencia do que é entendido como pobreza em outros bairros, porque além de um lugar de pobreza, ela também é vista como o lugar da desordem, da bagunça, das ausências, da irregularidade e da criminalidade (OBSERVATÓRIO DE FAVELAS, 2009; VALLADARES, 2005). O que pôde ser observado no próprio discurso dos jovens, reproduzindo os imaginários de desordem e de “bagunça” quando construíram a Cidade

da Juventude. Este imaginário homogeneiza todas as favelas, desconsiderando as diferenças entre elas, pois existem importantes distinções relacionadas à disponibilidade de acesso a serviços públicos, renda, infraestrutura, entre outros pontos. Os moradores são vistos como favelados, imaginário constituído em uma sobreposição de marcadores:

[as favelas] são historicamente identificadas como a expressão da antítese da ordem pública e percebidas pelo conjunto da sociedade como espaço transgressor, seja por extrapolar limites geográficos ou ainda morais. Sobe as favelas para os morros e se cria a equivocada imagem de “terra sem lei” (STROZEMBERG, 2009, p. 67)

Goffman (1981), ao explicar em sua obra o que nomeia de estigma, expõe que a sociedade cria meios de categorizar pessoas, assim como estabelece quais são as características e atributos comuns e naturais para os membros de uma categoria específica, o que chamou de “identidade social”. A identidade social fica marcada nos sujeitos e grupos, fazendo com que a sociedade de forma geral já tenha pré-elaborado o que espera deles. Quando tais atributos são negativos ou depreciativos, temos o que o autor nomeou de estigma. As favelas são permeadas de estigmas, socialmente construídos ao longo da história daqueles territórios.

A percepção da favela como um lugar de desordem é fruto de um contexto histórico e cultural, que fez com que as favelas fossem historicamente entendidas, desde o seu surgimento, como um problema urbano e social, tanto pelo poder público, quanto pela população de forma geral, conforme apresentado no capítulo 3. Tal fato fez com que, desde o começo da habitação em favelas, os moradores se organizassem em movimentos coletivos, que buscam a garantia de direitos e melhores condições de vida, ao mesmo tempo que têm como objetivo mudar as percepções da população acerca das favelas. Os movimentos fizeram com que, desde o “surgimento” das primeiras favelas até os dias de hoje, as visões sobre elas por parte da população e de estudiosos fossem sendo modificadas ao longo do tempo (VALLADARES, 2005).

Para Valladares (2005), entre 1950 e 1970 começou, por parte dos estudiosos, uma valorização das favelas, utilizando o termo comunidade para designá-las, sendo então objeto de trabalhos de campo das ciências sociais. Porém, a visão ainda era baseada na teoria da marginalidade social e o estigma da periculosidade permanecia nos estudos. Já

nos anos de 1980, “a identificação da favela como lugar da pobreza e da marginalidade era contrabalançada por sua valorização como berço do samba, do carnaval, da cultura popular e por sua representação como comunidade” (LEITE, 2012, p. 378). Na década seguinte, de 1990, Leite (2012) afirma que as favelas foram sendo vistas quase que exclusivamente pela violência e insegurança, reforçando os estigmas negativos já existentes.

Mais contemporaneamente, observa-se um discurso direcionado à positividade da “favela”, o que inclui a ideia de turismo e dos investimentos públicos, como as UPPs, conforme relatado no capítulo 3. Cruz (2007), em pesquisa realizada em uma favela de Belo Horizonte/MG, afirma que os moradores têm tentado modificar o discurso sobre o local, enaltecendo o orgulho de ser morador da favela, ou “favelado”. Embora algumas vezes ainda seja uma categoria que acarreta estigmas negativos, existem atualmente movimentos coletivos de ressignificação de favela e favelado.

Segundo Burgos (2009), a favela “converteu-se em instrumento de luta e de reafirmação identitária” (p.52). No evento *Circulando*, a visão positiva da favela apareceu no mapa corporal, a partir da frase “Bem favelada sim”, como já apresentamos. Na construção do mangá, as personagens que eram moradoras da favela foram colocadas como os “heróis” da história. No entanto, para Cruz (2007), “embora haja essa intenção, os discursos dos próprios moradores se encontram fortemente influenciados pelo discurso sobre a favela proferido pelo ‘outro’” (p.88). Tais contradições foram percebidas nas falas dos jovens durante as oficinas, especialmente durante a construção da Cidade da Juventude, na reprodução da ideia de “bagunça”, conforme já exposto. Trata-se de uma questão histórica e cultural que requer tempo, articulação política, social e coletiva para que seja modificada.

Apesar das alternâncias de discurso, ainda temos hoje uma visão estigmatizada das favelas brasileiras e uma grande influência dos meios de comunicação em massa em sua constituição e do imaginário social. Como resultado das construções da mídia, do poder público e das classes dominantes se tem uma representação negativa pela população urbana a respeito das favelas, que associa seus moradores a uma postura conivente com as ações ilegais das facções criminosas que se organizam nos morros. Os estigmas sobre a favelas e seus moradores levam também a uma representação de uma aparente

homogeneidade entre as existentes. Tal visão faz com que as singularidades e diversidades de cada favela não sejam contempladas e potencializadas por ações do poder público e da academia (SILVA, 2007). Diversos autores refutam a percepção e saem em defesa das heterogeneidades.

Ser jovem e viver na favela, portanto, acarreta uma sobreposição de estigmas diretamente ligados ao território de moradia. Os jovens das favelas, em especial, são vistos como potencialmente criminosos, vivendo sob o princípio da “sujeição criminal” (MISSE, 2010), ou seja, estão marcados a serem vistos como bandidos, por sua condição de pobreza e de ser morador de favela. Embora já exista um movimento de luta política e identitária nas favelas que busca mudar esse estigma (BURGOS, 2009; CRUZ, 2007), o imaginário cultural negativo para aqueles jovens ainda é predominante e, mais que isso, influencia diretamente nos cotidianos possíveis de serem vividos.

Pelos dados desta pesquisa, podemos afirmar que a identidade favela ou favelado, que é composta por diversos fatores inter-relacionados, interfere na mobilidade urbana dos seus jovens moradores. A negritude, a classe social, o modo de se vestir e as manifestações culturais (como *funk* e RAP) combinados, remetem ao modo de vida da favela e juntos influem na mobilidade urbana. Pode-se entender que há uma “articulação” entre os diferentes marcadores sociais, a partir da teoria da interseccionalidade. Para Crenshaw (2002):

A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. (CRENSHAW, 2002, p. 177)

No nosso caso, pode-se pensar na interseccionalidade como uma acumulação de identificações negativas, ou estigmas. Para Rodrigues (2013), a interseccionalidade é uma “ferramenta teórico-metodológica” que deve ser utilizada para elucidar como são “as relações de poder e categorias como classe, gênero e raça em contextos individuais, práticas coletivas e arranjos culturais/institucionais” (p. 7). Entende-se que a teoria nos auxilia a compreender a articulação de diferentes marcadores, sendo que incluímos e destacamos o local de moradia para a juventude, uma vez que seu enfoque é na

multiplicidade dos sistemas de opressão na produção e reprodução das desigualdades sociais (BILGE, 2009).

Quando os jovens participantes da pesquisa construíram o mangá, por exemplo, parte das personagens que criaram ou pensaram em criar tinha marcas explícitas da interseccionalidade das identificações: moradoras de favela negras, com cabelo afro, transexuais, que se vestiam como eles, com roupas e acessórios ligados ao movimento hip hop, dentre outras características. Ou seja, eram personagens que levavam no corpo marcas identitárias estigmatizadas.

No Rio de Janeiro, a partir de sua história de constituição urbana, a categoria favelado é presente socioculturalmente e permeada de estigmas e, por isso, o local de moradia desenha impossibilidades para a mobilidade urbana. Na pesquisa de Pérez e Castro (2011), um morador do Complexo do Alemão afirmou que o preconceito por ser morador da favela é maior que o preconceito por ser negro. Para Leite e Machado da Silva (2013), “a condição de favelado é aquela à qual é atribuída o maior estigma. O pertencimento a esse território delimita o acesso dos jovens favelados à cidade, mesmo no contexto da ‘pacificação’ e produz tensão em suas fronteiras” (p.154).

Assim, a combinação entre raça, modo de se vestir, de falar e preferências culturais culminam na categorização do jovem como favelado e, conseqüentemente, com os estigmas que tal categoria carrega. Pérez e Castro (2011) afirmam que “os jovens demonstram indignação pelo tratamento recebido por viverem na favela, pois parece que a sua identidade é definida por essa única característica, não interessando outro aspecto da vida, como ser estudante ou trabalhar (p.117)”.

Chico nos contou que não se sentia confortável em todos lugares da cidade, além de se sentir incomodado em ficar muito tempo no transporte coletivo (realidade cotidiana de quem mora longe dos grandes centros urbanos). Ele refletiu, justamente em uma fotografia que apresenta uma imagem da favela: “*onde está o direito que me prometeu?*”. O direito à cidade e à participação social são restritos aos jovens da favela através do cerceamento de sua mobilidade urbana. Tal reivindicação apareceu também no mapa corporal e nas falas dos jovens participantes do evento “Circulando”. Eles verbalizaram querer seus direitos: tanto o de circular pela cidade quanto o de poder ser quem são, jovens

favelados, sendo que representaram o favelado por meio da interseccionalidade de preconceitos: as identidades de gênero, orientação sexual e a negritude.

Gil relatou que não sofria tanto preconceito nos outros bairros que frequentava, pois “*não parece um jovem da favela*”. Deixou claro em seu discurso que esse “não parecer” é pela cor de sua pele, seu modo de se vestir, de andar, seus “*gostos musicais*” e suas atividades de lazer. Dizia ser privilegiado, mas reconhecia o estigma sofrido por seus amigos da favela, principalmente os que são negros. Conforme coloca Barbosa (2016), a mobilidade inclui as questões subjetivas do sujeito, que podemos relacionar com a sensação de pertencimento. Não se sentir confortável em algum território da cidade, como observamos nos relatos, é um fator que influencia e pode limitar a mobilidade urbana.

Quando construíram a “Cidade da Juventude”, na qual eles tinham autonomia para tomar todas as decisões, os jovens se preocuparam em colocar “vias” que levassem ao museu, ao teatro e ao cinema. Falaram da acessibilidade em seu sentido completo: físico e simbólico. Demonstraram que desejavam ter acesso aos lugares que construíam, ao mesmo tempo em que começavam a se referir a uma cidade compatível com a “real”, transparecendo que a circulação pela cidade seria reduzida, se a fizessem espelhada na cidade em que vivem: o Rio de Janeiro.

Na mesma atividade, afirmaram também não poder ir a um dos lugares que eles mesmos construíram, no caso a piscina, pois se os moradores da favela fossem frequentadores, “*viraria bagunça*”. Os estigmas sobre a favela e seus moradores não são apenas externos a ela, também estão enraizados nos próprios jovens que moram naqueles territórios, que acabam por reproduzir e manter, eles mesmos, os discursos das classes dominantes. Ainda sobre essa questão, temos o exemplo de Caetano, que, ao comparar a estudante extensionista Letícia com os jovens do Alemão da mesma idade, disse que ela era responsável, enquanto os jovens do Alemão não eram.

Portanto, o que os jovens nos demonstraram é que ser um jovem pobre de um bairro periférico ou do subúrbio é diferente de ser um jovem pobre **da favela**. O próprio IBGE, ao se referir às favelas, chama-as de “aglomerados subnormais”, diferenciando-as de outros bairros que muitas vezes têm a situação estrutural de construção de moradia e/ou socioeconômica semelhantes, mas outra constituição histórica.

Patrocínio (2017) afirma que existem diferenças no uso dos termos favela, periferia e subúrbio, que, embora tenham uma questão que os unifica (a oposição ao centro – econômico – da cidade), têm diferenças em seus significados, já que “cada um tem sua historicidade própria e uma especificidade na leitura, uso e apropriação do espaço, transformando o território” (p. 2506). Para Gonçalves, Amoroso e Brum (2015) a percepção sobre os territórios com essas diferentes denominações constituem e são constituídas de disputas simbólicas. Sendo a mobilidade urbana uma prática social (SABEGNANO, 2018), o imaginário construído por estas representações simbólicas está intrinsecamente ligado à possibilidade ou não de se ter mobilidade nas cidades.

Tendo por base a literatura, assim como a experiência concreta vivida pelos jovens colaboradores com nosso estudo, podemos dizer que o território da favela adquire significados profundos no cotidiano de seus moradores, construídos pela reprodução de estigmas, tanto pelos veículos da grande mídia, quanto pela própria academia. Há contradições e ambiguidades a respeito da visão sobre as favelas e de quem ali mora.

Conclui-se, a partir dos dados produzidos na pesquisa, que ser morador de favela impacta na mobilidade urbana dos jovens e em seu cotidiano. Um aspecto que encontramos foi o fato de a mobilidade urbana daqueles jovens ser reduzida dentro do seu próprio lugar de moradia, ou seja, do Complexo do Alemão. Os motivos que apareceram foram principalmente dois: a orientação sexual conjugada com a identidade de gênero e o medo, tanto da violência, quanto do desconhecido.

6.2.2 A orientação sexual de jovens moradores de favela e a mobilidade urbana

*Bixistranha, loka preta da favela
Quando ela tá passando todos riem da cara dela
Mas, se liga macho, presta muita atenção
Senta e observa a sua destruição
(Bixa Preta. MC Linn da Quebrada)*

Dentre os diversos estigmas que se interseccionam com o local de moradia no impacto sobre a mobilidade urbana dos jovens, um dos que se destacou nos achados desta pesquisa foi a orientação sexual. A questão está presente em outros estudos que se

debruçaram em estudar a mobilidade urbana de uma forma geral (PIRES, 2016; PUCCINELLI, 2014). Porém, nesta pesquisa, o que se destacou foi o fato de a orientação sexual ser um determinante para a mobilidade **dentro da própria favela**.

Com o crescimento de uma cultura religiosa extremista no Brasil, que tem sido apresentada e defendida inclusive por políticos na esfera federal, valores conservadores tradicionais relativos à família heteronormativa monogâmica e a concepção do papel social de homens e mulheres têm ganhado espaço no discurso popular brasileiro (CESAR, 2017; LIONÇO, 2017). Tal crescimento tem reverberado na sociedade de forma geral, por exemplo, com o aumento da defesa de igrejas neopentecostais sobre estes valores, bem como nos discursos do poder paralelo exercido pelo tráfico de drogas, que também é influenciado por essas instituições, observado no número crescente de “traficantes evangélicos”, conforme relata Cunha (2008; 2014). Os líderes das facções criminosas acabam por impor seus valores ao território “que comandam”, sendo que pudemos observar tais fatos durante o período de campo da pesquisa.

Dessa forma, devido ao poder imposto pelo tráfico de drogas em tais comunidades, ocupado centralmente devido à carência da presença do Estado, ser homossexual e expressar sua orientação sexual é um desafio, seja por meio de sua expressão corporal ou pelas relações afetivas no território.

Aguião (2011), em uma pesquisa etnográfica realizada em uma favela do Rio de Janeiro, mostra que os homossexuais e travestis daquele território identificavam um único bar onde ficavam mais à vontade para demonstrar sua orientação sexual e identidade de gênero. Porém, mesmo naquele bar específico, eram repreendidos os casais que se beijavam ou demonstravam afeto, porque, segundo os depoimentos colhidos pela autora, a homossexualidade “não podia ser muito explícita”, senão “mandavam fechar o bar”. Naquele mesmo território, a autora relata que as travestis eram sempre associadas à prostituição e que no baile *funk* os gays, lésbicas e travestis ficavam em um “canto” específico do salão. Porém, mesmo o baile *funk* sendo um local mais “liberado”, diz que era difícil vê-los se beijando, pois as regras subjetivas daquele local, segundo os depoimentos, diziam que é “preciso saber onde pode se mostrar” e, mesmo assim, “não muito, porque não pode faltar respeito”.

Como exemplo dessa imposição simbólica em nosso campo, houve a fala de jovens dizendo que estavam frequentando o EDUCAP porque era um local onde poderiam expressar sua orientação sexual (por exemplo nas aulas de dança e nas oficinas do projeto Juventudes), pois, em outros espaços do Alemão, isso não seria possível. Caetano e Chico, homossexuais assumidos, falaram em diversos momentos que “as pessoas ficavam olhando” para eles, por causa de sua orientação sexual, expressa pelo jeito de agir e se vestir. Para Caetano, esse é um fator que compromete o seu cotidiano, pois, segundo relatou, isso faz com que se sinta incomodado, tendo o afastado de algumas amizades. Já Chico, apoiado por experiências que têm vivenciado desde que ingressou na universidade, tem conseguido lidar com a situação: “*nem ligo, deixo olhar mesmo*”.

Os jovens do evento Circulando falaram da dificuldade de poder se expressar, de ser “*bixa preta*”, tanto dentro quanto fora da favela e colocaram, no centro do corpo do mapa corporal que construíram, o símbolo da luta feminista e os dizeres “Liberdade LGBTQ+”. Também escreveram no papel “#Matheusa presente!”, em referência a uma jovem transexual que foi assassinada ao entrar em uma favela¹¹⁵. A orientação sexual também esteve presente na construção das personagens do mangá, que seriam jovens moradores do Complexo.

Em atividades realizadas pelo Projeto Juventude(s), para além da coleta de dados para a pesquisa, o tema da orientação sexual foi também presente e era abordado pelos jovens em diversas ocasiões, já que, nas atividades do projeto e no espaço do EDUCAP, eles diziam se sentir à vontade para se expressar. Essa situação se aproxima dos achados de Huot e Veronis (2018), em pesquisa com a população imigrante em situação de vulnerabilidade no Canadá, quando relatam experiências e vivências permeadas por estigmas sociais que se cruzam e incidem no cotidiano dos imigrantes, sendo que encontraram nos espaços comunitários (entendidos como lugares concretos, tais como instituições) um lugar significativo e que lhes propiciaram uma sensação de pertencimento, assim como relatado pelos jovens que frequentavam o EDUCAP.

Pontuamos então que, apesar da experiência da homossexualidade ainda ser estigmatizada na sociedade como um todo, ela traz vivências de cerceamento de

¹¹⁵ Ver nota 9.

mobilidade urbana e participação social dos jovens moradores da favela dentro de seu próprio território de moradia, ao qual se sentem pertencentes e com que se identificam.

6.2.3 O medo e suas relações com a favela e com a mobilidade urbana

*Medo, tenho medo, muito medo
Quando vem a vida e obriga
A gente a se decidir.
Tenho medo, muito medo
De enfrentar a morte e a má sorte
E eu tenho medo de seguir.
(Canção do Medo. Toquinho)*

O medo foi relatado por parte dos jovens participantes como um fator que interfere na sua mobilidade urbana cotidiana. Com base nos discursos que apresentaram, podemos inferir que se relaciona ao fato de serem moradores de favela. Identificamos principalmente dois “tipos” de medo: o medo da violência e o medo do desconhecido.

O medo da violência apareceu de duas formas: tanto o medo da violência dentro da favela, quanto o que existe fora dela. O medo da violência é justificado pelas estatísticas oficiais, as quais apontam a população entre 15 e 29 anos com maior taxa de morte violenta no país em 2017 (69,9 a cada 100 mil jovens), com homicídio a maior causa das mortes, sendo que 2017 teve a maior taxa da década (2007-2017). No estado do Rio de Janeiro, a taxa é ainda maior que a média nacional: 92,6 mortes a cada 100 mil jovens, estando o estado entre os 10 mais violentos do país, no que se refere à mortalidade juvenil. Além disso, 94,4% dos jovens assassinados no Brasil são do sexo masculino (INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA; FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2019).

No Rio de Janeiro, o medo da violência se relaciona também com as representações midiáticas sobre a cidade, que coloca a violência urbana como algo “universal”, existente em todos os seus territórios. Há a preocupação desde os confrontos armados dentro das favelas, até os assaltos e arrastões nos bairros nobres. Ao mesmo tempo, a geografia da cidade aproxima “morro e asfalto”, o que faz com que esses medos

sejam “entrelaçados”. Entretanto, a ideia predominante que circula é sobre o medo da violência urbana dos moradores “do asfalto”. Embora a favela também seja considerada um lugar onde é explícita (e realmente, já que as armas são visíveis durante o dia e os embates entre polícia e traficantes são recorrentes), o que ressaltamos aqui é que, para os moradores da favela, que reconhecem a violência em seu território, ela também existe fora dele, “no asfalto”, e eles também a temem.

Pode-se afirmar que, devido aos estigmas, os moradores “do asfalto” relacionam a violência da cidade com a presença dos moradores de favela em diferentes territórios. Já os jovens das favelas, que são dados como os sujeitos criminais (MISSE, 2010), têm medo do que pode acontecer com eles fora de lá, ou seja, “no asfalto”. Acrescenta-se também o medo de transitarem em outras favelas que desconhecem e na própria em que vivem, devido ao histórico de incursões violentas da polícia naqueles locais, além das brigas de facções. Ou seja, eles têm mais medos acumulados e conhecem mais a violência de dentro da favela em que moram do que a do “asfalto”, a qual também é assustadora, por vezes.

Lisboa e Lerner (2017) afirmam que os jovens mencionam que as situações que consideram de risco são situações imprevisíveis, ou seja, aquelas para as quais eles não podem elaborar estratégias de cuidado de antemão, de modo a não se colocarem em perigo. Caetano exemplificou essa situação quando disse que seu medo, em caso de assalto fora da favela, era justamente porque não saberia como iria reagir. Ao mesmo tempo, não relatou ter medo de ser assaltado dentro da favela. Com relação aos assaltos, Caetano e Gil referiram que este é um medo que eles têm apenas quando estão fora do Complexo do Alemão. As situações que conhecem, como por exemplo, os tiroteios nas favelas, apesar da violência e risco explícitos, são situações que infelizmente fazem parte do cotidiano de alguns jovens, o que faz com que eles já saibam algumas maneiras de se proteger, apesar de não ser naturalizada e ainda causar inseguranças.

Caetano sinalizou abertamente o medo da violência “de dentro” da favela, tanto na construção de seu fanzine, quanto em nossas conversas. Seu discurso foi sempre bastante permeado pelo desejo de paz. Gil também relatou que, aos finais de semana, quando não tem aula, não sai muito para passear no Complexo do Alemão, por causa da violência. Chico não relatou sentir medo dentro do Complexo, mas verbalizou sua

insegurança quando estava em uma favela desconhecida, assim como destacou sua coragem em sair todos os dias do Alemão para ir à Universidade, passando por situações de violências explícitas em seu percurso (bocas de fumo e pessoas armadas).

Durante a construção da Cidade da Juventude, os jovens se questionaram se seria possível uma cidade sem polícia, verbalizando que uma cidade boa não teria violência. A violência, apesar de frequente no cotidiano daqueles jovens, não é naturalizada. Ao final, não desenharam uma delegacia. Afirmaram que na cidade todos teriam trabalho e, portanto, não haveria violência. Assim, os jovens que estavam naquela atividade a associaram à falta de oportunidades.

Caetano falou em diversos momentos que não vai em algumas regiões do Complexo do Alemão “porque tem muito bandido”, mesmo que, na prática, a região em que ele mora seja um dos pontos de encontro dos traficantes. Ele mostrou fisicamente a restrição, quando fazíamos marcações no mapa do Complexo do Alemão. Elza também disse ter medo de circular sozinha, mesmo na região próxima à sua casa. Sempre estava acompanhada no EDUCAP, pela irmã ou por algum amigo. O medo de Elza, conjugado com o sofrimento mental relatado por ela (depressão), restringia sua mobilidade. O medo também apareceu na fala de Caetano e Elza, quando relataram a insegurança de seus familiares responsáveis quando eles saem de casa, principalmente para fora do Complexo. Ambos não saem sem a companhia de algum adulto ou uma pessoa mais velha e “responsável”. Gonçalves, Queiroz e Delgado (2017) afirmam que a violência urbana traz efeitos diretos e indiretos na vida de moradores de áreas violentas, com consequências psicossociais relevantes. Os autores afirmam existirem pesquisas que comprovam o aumento de sintomas clínicos relacionados à saúde mental em territórios violentos da cidade.

O medo interno à favela diz também sobre sua heterogeneidade. Conforme foi apresentado na contextualização do território da pesquisa, o Complexo do Alemão é composto por uma grande área geográfica com diferentes morros e favelas. O território é extenso e durante os quatro anos em que desenvolvo ações lá não foi possível conhecê-lo totalmente. Além disso, dentro do Complexo, também existe uma desigualdade social que reproduz as que encontramos na cidade como um todo: existem diferenças em relação à

disponibilidade de coleta de lixo, iluminação pública, água encanada e saneamento básico, para citar alguns exemplos.

As condições de moradia também são diferentes: existem casas com tijolos, acabamento e cômodos bem estruturados, assim como casas de tijolos sem acabamento e barracos com condições precárias de moradia. Essa diferenciação ficou clara durante a construção da Cidade da Juventude, por exemplo, quando Geraldo e Tom debateram sobre as diferenças de moradia entre as diferentes favelas do Complexo, quando refletiram se iriam ou não construir uma favela na cidade e o que era morar em um lugar “digno”.

Assim, jovens que moram em determinadas favelas do Complexo não conhecem o Alemão como um todo, pois acabam por frequentar apenas as regiões mais próximas de sua casa. Caetano disse que “anda por todo lugar”, mas em nossas conversas foi possível perceber que todo lugar é apenas o Complexo e, mais especificamente, um determinado “lado” dele. Elza também só frequentava poucos lugares dentro do Complexo do Alemão. Quando os jovens marcaram no mapa os lugares que mais gostavam de ir, percebemos que todos os jovens que frequentavam o EDUCAP e participaram da pesquisa indicavam sempre lugares localizados naquelas redondezas. Já Gil quase não andava pelo Complexo, porque “não gostava” e não se identificava com a favela, além de ter medo da violência. A falta de identificação com determinado território, conforme já vimos, restringe a mobilidade, tanto dentro como fora da favela.

Chico circulava tranquilamente pelo Alemão, porém, quando fizemos nosso rolê (Leticia, Chico e eu), ele se preocupou bastante com a rota que faria conosco e também em nos avisar sobre possíveis “situações” que poderíamos ver, como o uso de drogas ou pessoas portando armas nas ruas. Ele afirmou não ter medo, mas de alguma forma sabia que a violência é real e se preocupou em nos proteger. Para ele, o trajeto que fizemos não era desconhecido, mas para Leticia e para mim era e, de alguma forma, foi nos avisando dos “desconhecidos” que encontraríamos no caminho e que não faziam parte do nosso cotidiano, nem fora nem dentro do Complexo, já que na região do EDUCAP não era tão frequente ver armas ou pontos de venda de drogas naquela época.

Elza, Caetano e Gil também contaram ter medo da violência fora da favela. Caetano e Gil têm medo de serem assaltados quando estão fora do Complexo do Alemão, um tipo de medo que não existe no seu território de moradia. Na construção do mapa corporal coletivo no evento *Circulando*, tal questão também foi apontada: “*Eu quero andar em qualquer lugar sem medo*” foi uma das frases escritas. Também desenharam uma pomba representando a paz e lembraram no mapa corporal dos casos de Marielle Franco e de Matheusa, que recentemente haviam sido mortas, vítimas da violência do Rio de Janeiro.

Outro fator encontrado nos resultados foi o medo do desconhecido. Chico relatou explicitamente a insegurança que sentia ao pegar linhas de ônibus que não conhecesse o trajeto, para ir a territórios desconhecidos. As mães de Caetano e de Gil não se preocupavam com a circulação dos filhos dentro do território que eles conheciam (o Complexo do Alemão, para Caetano, e a região de São Cristóvão, para Gil), porém se sentiam inseguras em deixá-los circular sozinhos por territórios que fossem desconhecidos, conforme eles nos relataram. Percebe-se que o medo do desconhecido se relaciona diretamente com o da violência.

Lisboa e Lerner (2017) afirmam que os jovens de favela que entrevistaram têm medo tanto da violência que faz parte do cotidiano de suas vidas, como os tiros e ações policiais na favela, quanto da violência simbólica, “pulverizada em diferentes comunidades discursivas, em especial, os meios de comunicação” (p.903). Porém, perto de casa, mesmo com a possibilidade da violência, conhecer o local e as pessoas constrói uma sensação de segurança:

Percebemos que o sentimento de segurança ou insegurança parece estar mais atrelado aos vínculos que os indivíduos estabelecem com o espaço, com o seu conhecimento e com o sentimento de pertencimento a um lugar do que aos índices de violência ou criminalidade (PÉREZ; CASTRO, 2011, p. 119)

Podemos afirmar que parte do medo do desconhecido está diretamente relacionado à mobilidade urbana. Os jovens falaram temerem ir a lugares que nunca foram, utilizarem uma linha do transporte coletivo que não conheciam. O “desconhecido” que temiam embute o medo do que poderia acontecer por serem moradores de favelas e não terem o pleno direito à mobilidade urbana. Trata-se de uma questão retroalimentada:

eles não conhecem alguns territórios por morarem na favela e não terem oportunidades e, com isso, tornam-se áreas desconhecidas. Então, como eles têm medo do desconhecido, acabam não conseguindo conhecer esses novos territórios, o que os mantém ciclicamente desconhecidos. O medo relaciona-se à falta de oportunidade de ampliar o território usado daqueles jovens.

Concluimos então que o medo dos jovens moradores da favela é ainda maior que o dos jovens “do asfalto”. Afinal, eles são as maiores vítimas de mortes violentas no Rio de Janeiro, notadamente da violência de Estado cometida pela polícia. Ainda desconhecem a cidade em que vivem, já que têm um território usado, conforme propõe Milton Santos, restrito tanto por fatores simbólicos (estigmas por ser morador de favela), quanto concretos (falta de oportunidade, capital cultural e mesmo informação para acesso à cidade). O cerceamento da mobilidade urbana impacta diretamente no cotidiano daqueles jovens.

6.2.4 A mobilidade urbana no cotidiano dos jovens moradores do Complexo do Alemão

Retomando o conceito de cotidiano apresentado no primeiro capítulo, entendemos que o seu estudo na esfera microssocial pode revelar e ajudar a compreender a estrutura macrossocial de uma determinada sociedade (PAIS, 2007). Perceber a restrição da mobilidade urbana de alguns jovens participantes da pesquisa, como Caetano e Elza, representa a realidade da estrutura social em que estão inseridos os jovens moradores de favela: as faltas de oportunidades e, conseqüentemente, de percepção do que é a cidade. Já os cotidianos de Chico e Gil nos revelaram a possibilidade de as políticas sociais mudarem, mesmo que não imediatamente, esta estrutura social de contínuas desigualdades. A aproximação das histórias e dos cotidianos dos jovens nos possibilitou visualizar as questões social e cultural nas tessituras de cada vida.

O reconhecimento dos aspectos individuais de vida para a compreensão da dimensão macrossocial ganha visibilidade na medida em que a cidade e suas manifestações assumem o lugar de interesse de investigações e potencializam reflexões sobre modos de vida e sociedade, traçando tentativas de comunicação entre as partes e a sua totalidade, ou entre a vivência micro, local, e a sua macrorepresentatividade global (MALFITANO, 2011b, p. 321).

As restrições da mobilidade urbana no cotidiano ficaram evidentes nas marcações nos mapas pelos jovens: com exceção de Chico, todos tinham sua mobilidade circunscrita a uma determinada região da cidade e, no caso de Elza e Caetano, em bairros próximos ao Complexo do Alemão. Na construção da cidade da juventude, grande parte dos lugares construídos pelos jovens eram inspirados naqueles que eles conheciam, a grande maioria localizados perto do território em que viviam, pois o parque era baseado no Parque de Madureira, também na Zona Norte do Rio; a escola se assemelhava à escola localizada perto do EDUCAP; as áreas de comércio tiveram como modelo o comércio da região da Grota, no Complexo do Alemão e a Praça de Inhaúma, no bairro ao lado. Outros lugares, como o lago, a floresta, a praia e até mesmo o cinema e o teatro foram criados a partir da imaginação dos jovens, que não relataram estar utilizando nenhuma referência para aquelas construções.

Elza, por causa de sua mobilidade restrita, não conhecia muitos espaços culturais e de lazer e tinha suas atividades cotidianas limitadas ao EDUCAP, uma vez que, à época da produção de dados, também estava fora da escola. Gil tinha uma rotina fora do Complexo do Alemão, mas também circunscrita ao bairro onde estudava, sendo que durante os fins de semana não circulava por outros territórios. Caetano só andava pelo Complexo, no máximo se dirigia a um *shopping*, no bairro vizinho. Chico contou que, antes de entrar na Universidade, não conhecia quase nenhum lugar, era ansioso e tinha medo de ir para locais desconhecidos, o que estava mudando a partir de sua entrada no ensino superior.

Dentre os impactos da mobilidade urbana no cotidiano dos jovens, encontramos a limitação de acesso às informações, do acesso às atividades de cultura e lazer e da compreensão do direito à cidade. Os jovens relataram em diversos momentos certa monotonia em seu cotidiano: “*não saio muito, fico só em casa, no celular*”. Ao mesmo tempo, quando ofertávamos atividades, qualquer que fosse, eles sempre diziam gostar e estavam disponíveis para a sua realização, demonstrando interesse e vontade pela ampliação de seu repertório cultural. A restrição de seu repertório era explicitada pelo fato de grande parte dos jovens participantes nunca ter ido aos principais pontos turísticos da cidade, como à praia de Copacabana, ao Pão de Açúcar ou ao Cristo Redentor.

Assim, as contradições entre não fazer nada, não querer fazer nada e, ao mesmo tempo, gostar de tudo e estar sempre disponível pode ser um indicativo de que a falta de liberdade de escolha, presente na pobreza que vivenciam, incide no cotidiano daqueles jovens. Conseqüentemente à restrição da mobilidade urbana, tem-se também uma dificuldade de participação social e de produção de capital social.

Com exceção de Elza, todos tinham acesso à educação no momento da pesquisa e mesmo ela retornou aos estudos no ano seguinte. Todos também relataram acessar os serviços de saúde do território, assim como projetos sociais. A territorialização de serviços públicos de diferentes setores é prevista na formulação das políticas brasileiras, tanto de saúde (BRASIL, 2004; BREVILHERI; NARCISO; PASTOR, 2014; RIBEIRO, 2015), quanto de assistência social (BRASIL, 2014; NASCIMENTO; MELAZZO, 2013), de educação (ALGEBAIL; SILVA; FAGUNDES, 2014; BRASIL, 2010) e de cultura (BRASIL, 2012; MONTEIRO; SERPA, 2012).

É inegável a importância da territorialização, tanto no sentido de oferecer serviços contextualizados com as demandas, necessidades, história e contexto do território onde se localizam quanto pela facilitação do acesso da população aos serviços, no sentido físico. Porém, quando pensamos na territorialização de serviços, existem debates das possíveis “armadilhas” ou ambigüidades deste processo. Isso porque, para muitos serviços, a oferta de opções perto de seu local de moradia pode restringir a possibilidade de escolha de participação em outros territórios. A oferta de serviços dentro da favela é por exemplo uma justificativa para a diminuição de disponibilidade de transporte público para outros bairros, especialmente para atividades de lazer aos finais de semana¹¹⁶.

O que fica claro é que a mobilidade urbana dos moradores das favelas é condicionada aos interesses capitalistas: nos dias úteis, para a oferta de mão de obra para trabalhos fora da favela, existe a possibilidade de deslocamento (BARBOSA, 2016), representando a desigualdade social que é expressa na construção do espaço urbano (HARVEY, 2012; LÉFÈBVRE, 2001; SANTOS, M. 2007). Aos finais de semana, quando não há a obrigatoriedade do trabalho, a escolha de ir aos outros bairros, para qualquer atividade que seja, é limitada.

¹¹⁶ Aos finais de semana as linhas de transporte coletivo público da cidade do Rio de Janeiro são reduzidas.

Já com relação à participação social também podemos apontar alguns achados da pesquisa. Consideramos aqui que a participação social é o conjunto de relações culturais, sociopolíticas e econômicas intrínseco à vida em sociedade, que tem como objetivo o convívio democrático em “espaços comuns (públicos) em qualquer âmbito – familiar, afetivo, cultural, econômico ou político” (SCOREL; MONTEIRO, 2008, p. 980). A participação social implica comportamentos ativos e passivos, estimulados ou não, que envolvem a discussão a respeito das relações entre indivíduo e coletividade. É uma categoria de análise ampla, que pode ser relacionada a outras categorias de análise social, e pode ser avaliada tanto no nível mais micro, quanto no macrosocial (SCOREL; MONTEIRO, 2008). Podemos entender que a participação social é essencial para a efetivação do direito à cidade, como proposto por Léfèbvre (2001) e Harvey (2012). Neste sentido, entende-se que para que essa participação se efetive é necessário que os indivíduos e coletivos tenham acesso aos espaços públicos em que a vida cotidiana acontece, sendo eles os mais diversos, desde os mais próximos às atividades rotineiras quanto aos espaços de participação política.

Assim sendo, a mobilidade urbana impacta diretamente na participação social. No âmbito da participação local, os jovens ainda conseguiam estar presentes em alguns espaços coletivos, como o evento *Circulando*, por exemplo. Os participantes falaram de sua organização em coletivos com parceiros do território e alguns dos frequentadores do EDUCAP colaboradores da pesquisa foram à sua realização (Chico e Caetano) e têm uma entrada nos debates coletivos promovidos por outras ONGs ou projetos sociais do Complexo do Alemão. Caetano também participa de algumas reuniões de articulação de rede que Lucia organiza com outros projetos do Complexo. Chico era “monitor” do ponto de Cultura Oca dos Curumins e participava de diversos projetos pontuais relacionados à visibilidade da favela, principalmente os que envolviam fotografia.

Porém, analisando a participação social no nível mais macro, como nos espaços de participação política na cidade, percebemos que os jovens participantes da pesquisa sequer mencionaram essa possibilidade. Por exemplo, para além dos coletivos do Complexo do Alemão, somente Chico relatou já ter participado de uma manifestação política que não foi localizada na favela (mas sim no centro da cidade do Rio de Janeiro, durante o período eleitoral de 2018). A falta de informação associada à escassa mobilidade urbana restringe o acesso dos jovens a diversos espaços públicos da cidade e,

consequente, o seu pertencimento a eles. Com isso, a participação política em espaços de construção coletiva da cidade, fora da favela, ainda é uma possibilidade distante para aqueles jovens. Contudo, sem participação social não é possível a luta por sua transformação, de forma que todos a usufruam como um direito (HARVEY, 2012; LÉFÈBVRE, 2001).

6.2.5 As políticas sociais e suas relações com a mobilidade urbana cotidiana

Abordamos as políticas sociais tendo em vista que algumas histórias de vida demonstraram a possibilidade de aplicação da mobilidade a partir do acesso a elas. Lopes et al. (2014) definem políticas sociais, a partir da leitura de Offe (1984), como “aquelas relações e estratégias organizadas que visam criar as condições para que os proprietários da força de trabalho sejam incluídos nas relações de troca” (LOPES et al. 2014, p. 392).

Chico personifica esta relação, pois, a partir do momento em que teve acesso à universidade, por meio das políticas de cotas ao ensino superior, ele ampliou significativamente sua mobilidade, reconhecendo esse fato como o marcador desta mudança. Com sua entrada na universidade, cada vez mais lugares deixam de ser “desconhecidos” e, para além de se tornarem territórios conhecidos, passaram também a fazer parte de seu novo cotidiano, transformando-se em territórios usados por ele.

Apesar de ainda relatar algumas questões, como o incômodo com os “olhares” ao frequentar diferentes territórios, Chico passou a circular de forma mais ampla no Rio de Janeiro. O centro da cidade, onde nunca tinha ido anteriormente, passou a ser um lugar ao qual se dirige frequentemente, para visitar os museus, exposições, manifestações e eventos. Também começou a ir com mais frequência à praia, tanto com seus amigos moradores do Complexo do Alemão, quanto com novos da universidade. Cheguei a dar carona a ele algumas vezes, quando nos encontramos na faculdade, para deixá-lo perto da estação de metrô que levava à Copacabana. Além de ir à praia, Chico também começou a utilizar o metrô tranquilamente (embora não frequentemente por questões financeiras), o que antes lhe trazia insegurança, porque não conhecia esse meio.

Gil, também a partir de políticas de acesso à educação, no seu caso de Ensino Médio, teve uma ampliação de sua mobilidade urbana, ainda que em menor escala, se comparado ao cotidiano de Chico. O acesso a um ensino médio diferenciado, acoplado ao ensino técnico em uma escola pública, expandiu também sua percepção sobre a cidade e seu capital cultural. Por causa dessa inserção, ao contrário dos outros jovens, ele passou a andar de metrô diariamente. Não existe uma estação no Complexo do Alemão, mas as estações de Inhaúma e Engenho da Rainha estão a cerca de dois quilômetros do EDUCAP, mas Gil foi o único jovem participante da pesquisa que relatou utilizar esse meio para sua locomoção em seu cotidiano. Mais que utilizá-lo, relatou que andar de metrô expandiu suas opções de acesso à cidade.

A possibilidade de utilizar diferentes meios de transporte também é um fator que impacta na mobilidade urbana (BALBIM, 2016) e, no caso dele, foi a escola que propiciou que conhecesse um novo meio que não é culturalmente utilizado entre os moradores do Complexo. O curso de edificações fez com que Gil passasse a perceber e notar uma outra cidade, que passou a conhecer por suas construções, aguçando sua curiosidade sobre o processo de planejamento e construção das obras, o que percebemos quando me perguntou sobre a obra da qual meu pai participou. Gil circulou pelo centro da cidade, fotografou prédios que admirava e me enviou algumas imagens, mostrando uma ampliação de seu conhecimento sobre a cidade, de sua percepção sobre onde vive e consequentemente de seu capital cultural.

Já Elza, a jovem que menos circulava dentre os que participaram desta pesquisa, tinha sua mobilidade reduzida justamente por falta de acesso a políticas sociais. Ela não frequentava a escola, aparentemente sob influência de suas questões em torno da saúde mental, ou seja, por causa da demora em conseguir acessar os serviços para buscar seu tratamento e da falta de acesso à assistência social para auxiliá-la com a articulação da rede, a escola também deixou de ser parte de seu cotidiano. Com sua inserção no EDUCAP e a busca de sua mãe por auxílio, Elza passou a frequentar um serviço de saúde e fazer acompanhamento psicológico. Ao mesmo tempo, sua mãe era auxiliada por Lucia

sobre seus direitos junto aos serviços da assistência social¹¹⁷, sendo que, após algumas articulações, Elza retornou aos estudos na escola pública próxima à sua casa.

As políticas sociais, sejam elas de qual setor forem, não garantem diretamente a mobilidade urbana, o acesso pleno à cidade ou a participação social e política dos jovens, uma vez que não mudam a estrutura econômica da sociedade. Porém, possibilitam a ampliação do capital cultural, manifestado no acesso a informações, a de gratuidade de alguns serviços de cultura e de lazer, por exemplo; na experimentação com outras pessoas, notadamente profissionais da educação, turma de amigos, entre outros; da vivência de sua exposição em diferentes espaços; na reflexão sobre processos e sobre a própria cidade.

Os capitais educacional e cultural compõem, com o capital econômico, as possibilidades de liberdade de escolha para os jovens, incidindo e constituindo diferentes aspectos de sua vivência sobre a pobreza. Dessa forma, defendemos que as políticas sociais são recursos importantes na possibilidade de ampliação da mobilidade urbana de jovens pobres urbanos, o que pode levar ao aumento de sua participação social, sendo um aspecto a ser considerado na formulação dessas políticas, portanto.

6.3 TERAPIA OCUPACIONAL SOCIAL, JOVENS POBRES E MOBILIDADE URBANA

*O início, o fim e o meio
Eu sou o início, o fim e o meio
(Gita. Raul Seixas)*

Nesta tese, para estudar a mobilidade urbana de jovens moradores do Complexo do Alemão, associando o tema à terapia ocupacional, relacionei o conceito de mobilidade com a prática profissional. Para esta relação, foi discutido que a associação entre mobilidade urbana e cotidiano – o lócus de atuação do terapeuta ocupacional – é o que torna o estudo deste conceito importante para a profissão. Isso porque a mobilidade

¹¹⁷ Lucia é assistente social por formação.

urbana faz parte do cotidiano de todos e, conseqüentemente, sua restrição ou ampliação traz impactos em diferentes esferas dele (BALBIM, 2016; SOUZA, 2012).

Considerando a atuação territorial de terapeutas ocupacionais como uma prática já consolidada na profissão, ressaltamos que é preciso avaliar e entender o território onde se pretende atuar de forma integral. Pizarro et al. (2018) afirmam que a apropriação e a avaliação de um determinado território podem ocorrer a partir de duas perspectivas: (1) utilitárias-funcionais, relacionadas com as necessidades materiais do espaço, e (2) simbólicas e expressivas, enfocando os laços simbólicos e afetivos relacionados à cultura. Ambas são importantes, uma vez que se relacionam com diferentes aspectos do cotidiano dos sujeitos com quem trabalhamos nas intervenções em terapia ocupacional.

O conceito de mobilidade urbana aqui empregado se aproxima do que propomos, já que também consideramos os aspectos concretos e simbólicos do ato de se mover pela cidade, a partir das reflexões de autores de outras áreas de conhecimento com os quais buscamos dialogar, como Barbosa (2016), Balbim (2016), Sabegnano (2018), Adey (2014), Souza (2014) e Langevang; Goug (2009). Tanto na pesquisa quanto nas práticas técnico-profissionais são fatores que precisam ser considerados, ainda mais quando nos referimos às populações em situação de vulnerabilidade social e pobreza, como grande parte dos jovens moradores de favela.

Nesta seção trabalharemos especificamente a relação da mobilidade urbana de jovens moradores de favela com as proposições da terapia ocupacional social, subárea a qual nos filiamos teórico-metodologicamente nesta tese.

6.3.1 Proposições para a terapia ocupacional social

Segundo Reis (2008), as abordagens da terapia ocupacional social “não se definem a partir das similaridades das características da população, e sim pelo grau de distanciamento em que essa população se encontra do exercício de seus direitos fundamentais” (p.26), considerando a cidadania como um dos eixos possíveis de articular a prática em terapia ocupacional social (BARROS; GHIRARDI; LOPES, 2002). Portanto, pontuando a mobilidade urbana como essencial para o acesso aos direitos

sociais e à efetivação da cidadania (FLORENTINO, 2011; MOVIMENTO PASSE LIVRE DE SÃO PAULO, s/d; PERO; MIHESSEN, 2013; SOUZA, 2014), realizar atividades que trabalhem a partir deste conceito passa a ser uma das possibilidades de ações dos terapeutas ocupacionais que atuam nesta subárea.

Nesta conexão entre direitos, cidadania e o destaque que aqui fazemos à mobilidade, assinalamos que as produções acadêmicas da terapia ocupacional brasileira, especialmente as filiadas à terapia ocupacional social, indicam a participação social como um dos objetivos da prática profissional (CORREIA; COSTA; AKERMAN, 2018; MALFITANO, 2016). Em alguns contextos de grande vulnerabilidade social, como os existentes na realidade brasileira, a participação social é uma possibilidade muito distante para alguns indivíduos e coletivos, sendo horizonte de objetivo a ser executado por meio do trabalho do terapeuta ocupacional. Neste sentido, pode-se pensar que talvez antes de objetivar a participação social seja preciso ponderar caminhos que sejam mais possíveis a curto e médio prazos.

Apoiamo-nos nas proposições de Paulo Freire (1978), que afirma que “a melhor maneira de fazer o impossível de hoje é realizar o possível de hoje” (p.100). Para ele, não se trata de conformismo, mas da paciência necessária para que a práxis seja realizada, a partir da tomada de consciência crítica por parte dos envolvidos (FREIRE, 1978, 1981). Tal proposição se coaduna com o princípio da terapia ocupacional social de efetivar abordagens contextualizadas, com elaboração de projetos terapêuticos-ocupacionais coerentes com as possibilidades concretas existentes dentro de um contexto sociopolítico e cultural.

Assim, podemos pensar que os jovens moradores de uma grande favela no Rio de Janeiro, no atual momento político e econômico do país e mais especificamente do próprio estado, infelizmente estão distantes da participação social conforme almejamos. Por este motivo, defendemos que pensar sobre a mobilidade urbana daqueles jovens pode ser um caminho possível que nos ajude a encontrar pistas sobre como começar a buscar sua efetiva participação social, com vistas ao seu pleno direito à cidade.

Lopes et al. (2014) apresentam quatro tecnologias de ação da terapia ocupacional social, a saber: (a) oficinas de atividades, (b) acompanhamentos singulares territoriais, (c)

a articulação de recursos no campo social e (d) dinamização da rede de atenção. As atividades na terapia ocupacional social são consideradas mediadoras no processo de intervenção, no qual o terapeuta ocupacional se constitui como um articulador social (BARROS; GHIRARDI; LOPES, 2002):

O terapeuta ocupacional deve ter o papel de promover um espaço onde as dificuldades e contradições vividas pelo sujeito possam ser trazidas para o fazer concreto, abrindo então a possibilidade de reconhecimento e enfrentamento de suas dificuldades cotidianas na busca por um enriquecimento de suas necessidades. (GONCALVES, 2016, p.133).

As atividades podem ser utilizadas, dentre outras formas, por meio de oficinas. Com relação ao seu uso, apoiamo-nos na definição de Silva (2007), que as entende como “espaços constituídos por um agrupamento social nos quais são estabelecidas propostas relacionadas ao fazer, à ação humana, que promovem a aprendizagem compartilhada” (p.213), ou seja, lugares em que existe uma interação entre participantes, espaços, materiais, memórias, sensações e tudo aquilo que esteja sendo experimentado durante essa vivência.

Sendo assim, são “espaços de experimentação e aprendizagem, nos quais os participantes são atuantes do processo, um ser de práxis, da ação e da reflexão” (SILVA, 2007, p. 213). Entendemos as oficinas como meios de vivências em um ambiente de trocas, tendo como objetivo promover experiência. Assim, pretendem ser onde se respeita o tempo de cada um e se permite uma experimentação de saberes e fazeres que podem proporcionar uma experiência com sentido e significado para aqueles que delas participam. Dessa forma, somada à sua utilização como uma aproximação da linguagem juvenil e a vinculação com jovens (LOPES et al. 2011, 2014), foi o recurso escolhido tanto para a pesquisa, quanto para as propostas de intervenção do Projeto Juventude(s), ações que se realizaram de forma concomitante. Portanto, este recurso em terapia ocupacional social esteve presente e se mostrou potente para a nossa compreensão sobre a mobilidade daqueles jovens, assim como na intervenção neste ponto.

Já os acompanhamentos singulares territoriais são definidos como uma “estratégia de intervenção que possibilita uma percepção e interação mais real do cotidiano e contexto de vida dos indivíduos, interconectando suas histórias e percursos, sua situação

atual e sua rede de relações” (LOPES et al., 2014, p. 597). Sua utilização aqui se deu principalmente com Chico, na construção conjunta de seu projeto de exposição fotográfica, que nos permitiu maior apreensão de sua mobilidade, bem como a sua reflexão sobre ela.

A articulação de recursos no campo social e a dinamização da rede de atenção, por sua vez, são duas tecnologias sociais utilizados por terapeutas ocupacionais que atuam nessa área, que buscam articular ações de abrangência macro e microssocial (LOPES et al., 2014). As políticas sociais são importantes aqui, porque possibilitam a articulação de recursos e suportes para os sujeitos.

Experiências de terapeutas ocupacionais que atuam a partir dos referenciais da terapia ocupacional social e utilizam essas tecnologias já são encontradas na literatura brasileira (BELLENZANI; MALFITANO, 2006; BORBA et al., 2017; LOPES, 2006; LOPES et al., 2014; LOPES; BORBA; CAPPELLARO, 2011; MALFITANO; LOPES, 2014). Quando abordamos especificamente a mobilidade, observamos que a articulação de recursos e a dinamização da rede, como o acesso à educação (para Chico e Gil, por exemplo), são fundamentais para que a sua mobilidade possa ser ampliada, podendo o terapeuta ocupacional atuar como um mediador no acesso a informações, aos serviços e aos deslocamentos que possibilitem a ampliação de suas redes.

Portanto, por meio do uso de tecnologias de ação técnico-profissional, conforme expusemos no primeiro capítulo da tese, o conceito de mobilidade urbana cotidiana pode ser utilizado pela terapia ocupacional como (a) objetivo da prática, (b) instrumento avaliativo, (c) recurso da intervenção e (d) na proposição de políticas públicas. Para organizarmos nossas reflexões, esta seção se divide a partir das quatro formas de utilização do conceito de mobilidade urbana que estamos propondo para a terapia ocupacional, para articularmos os achados da pesquisa com as fundamentações teórico-metodológicas da terapia ocupacional social. Utilizaremos os exemplos das ações do projeto de extensão em curso e dos instrumentos da pesquisa utilizados.

6.3.1.1 Mobilidade urbana como um objetivo

Conforme já explanamos, quando a participação social é um objetivo distante de ser alcançado, como no caso de alguns dos jovens pobres moradores de favela, a mobilidade urbana pode ser um objetivo a ser traçado no projeto de intervenção, já que é um elemento primordial para o direito à cidade e à participação social (FLORENTINO, 2011; MOVIMENTO PASSE LIVRE DE SÃO PAULO, s/d; PERO; MIHESSEN, 2013; SOUZA, 2014).

Na terapia ocupacional social, para o uso da mobilidade urbana como um conceito que norteia os objetivos da ação, devemos nos valer da compreensão socio-histórica-cultural do contexto. É, portanto, a partir da análise do lugar, do território, de onde estamos é que a mobilidade urbana pode ser compreendida e elencada como um dos objetivos da ação em terapia ocupacional social. Em nosso caso, a compreensão socio-histórica sobre as favelas se faz essencial.

Por exemplo, nas oficinas de atividades podemos trabalhar com o grupo os significados coletivos a respeito daquele território e de outros desconhecidos, para onde vão, para onde querem ir, que lugares podem e querem acessar. A construção da Cidade da Juventude, realizada durante a pesquisa, trabalhou tais aspectos: os jovens refletiram que tipo de espaços gostariam de frequentar, falaram da necessidade de emprego para a população, relatam que na cidade deles *“não ia precisar de polícia”*, demonstrando assim um conjunto de elementos que possibilita compreender e debater aquele território, os territórios usados e as possibilidades de sua ampliação. Utilizar as oficinas de atividades para essas reflexões, com o objetivo de futuramente os participantes poderem ampliar a sua mobilidade, configura a organização da ação técnico-profissional em terapia ocupacional naquele local.

Nos acompanhamentos singulares territoriais, podemos planejar junto ao jovem as possibilidades de ampliação de sua mobilidade urbana, construindo conjuntamente os recursos necessários para efetivá-la, identificando quais são possíveis e viáveis e quais os caminhos para alcançá-los. O estar e ir junto, com o sujeito individualmente ou o grupo, sempre entrelaçando dimensões individuais e coletivas, é uma das estratégias a serem efetivadas. Este processo, concreto e simbólico, compõe a mobilidade urbana.

A articulação de recursos no campo social e a dinamização da rede, conforme vimos pelos dados da tese, promovem a mobilidade urbana. As histórias mencionadas de Chico e Gil demonstram como a inserção na rede de educação pode ampliá-la. Ao mesmo tempo, para Elza, a falta de articulação entre os serviços de saúde, educação e assistência social ocasionou seu menor acesso ao suporte necessário e, como uma das consequências, a restrição de sua mobilidade. Portanto, se propusermos que temos como objetivo ampliar a mobilidade urbana daqueles jovens, devemos pensar em como articularmos os serviços de diferentes setores, tendo como ponto inicial os recursos existentes na rede social.

Por exemplo, articular com os jovens o acesso ao passe livre estudantil e ao ID Jovem¹¹⁸ pode ser uma etapa importante que resulte nessa ampliação desejada, pois de alguma forma interferem objetivamente no acesso ao transporte. Ofertar informações sobre eventos culturais, esportivos, de lazer e de espaços públicos disponíveis na cidade também são ações que a possibilitam. Porém, em nossa vivência, acessar a informação é um primeiro passo de bastante relevância, contudo superar o “medo”, como descrevemos, é um outro passo importante. Sendo que, muitas vezes, para além da informação, faz-se necessário o ir junto, para que novos códigos sejam decifrados e novos territórios possam se configurar como territórios usados em suas vidas.

Assim, a ampliação da mobilidade pode ser um objetivo da intervenção terapêutico-ocupacional.

6.3.1.2 Mobilidade como instrumento avaliativo

Compreendendo a mobilidade urbana como implícita à vida (BARROS, 2014; BALBIM, 2016; SOUZA, 2014), avaliá-la nos ajuda a compreender o cotidiano dos sujeitos com os quais estamos atuando e pode indicar pistas sobre como é o acesso da população a seus direitos sociais e espaços públicos da cidade e, ainda, sobre quais as

¹¹⁸ Segundo informações oficiais do site do governo federal sobre o ID Jovem, “A Identidade Jovem, ou simplesmente ID Jovem, é o documento que possibilita acesso aos benefícios de meia-entrada em eventos artístico-culturais e esportivos e também a vagas gratuitas ou com desconto no sistema de transporte coletivo interestadual, conforme disposto no Decreto 8.537 de 2015”. Disponível em: <https://idjovem.juventude.gov.br/>. Acesso em 08 de fevereiro de 2020.

reais possibilidades de participação social, diante do contexto socioeconômico e cultural da população.

O cotidiano como lócus de atuação da terapia ocupacional vem da compreensão de que é preciso entender a realidade em que atuamos a partir de seu contexto social, histórico, econômico e cultural, além de incluir as formas de inserção e participação coletiva dos sujeitos e grupos (GALHEIGO, 2003). Salles e Matsukura (2015) destacam que ele vai além dos fenômenos repetitivos do dia a dia, englobando também fenômenos únicos que são intrinsecamente relacionados ao contexto social. Assim, podemos entender que conhecer o cotidiano, o que pode ser abordado também pela dimensão de “avaliação”, é essencial para a elaboração dos projetos de intervenção da terapia ocupacional social, sendo a mobilidade urbana um dos seus elementos constituintes, portanto.

Tendo como base os dados desta pesquisa, tais como as oficinas de atividades realizadas no evento “Circulando” e a construção do mangá e da “Cidade da Juventude”, podemos afirmar que nos possibilitaram a compreensão de como os jovens entendiam a cidade, como se viam e como queriam ser vistos, como se identificavam ou não com aquele território e com outros existentes. Em diferentes momentos foi dito que querem ser vistos a partir de sua identidade de “jovem favelado”, buscando ressignificar o imaginário social sobre favelas, que é perpassado por estigmas. Avaliar e entender quais são tais significados busca avaliar um dos aspectos essenciais da mobilidade urbana, dando um passo relevante em direção à apreensão do cotidiano daquela população.

Por uma perspectiva mais individualizada, o uso dos mapas e de recursos visuais, como as fotografias e o fanzine, permitiram-nos avaliar como era a mobilidade urbana de cada um dos quatro jovens com os quais nos aprofundamos nesta pesquisa. Pudemos desvelar a mobilidade de Chico, apesar de inicialmente ter dito que não conhecia nada, sendo que com ele o acompanhamento singular territorial ofertou elementos para avaliarmos sua mobilidade urbana cotidiana, pois durante o “rolê” ele se sentiu mais à vontade para contar sobre sua vida e estava confortável narrando a sua história “em movimento”.

Pudemos apreender ainda o discurso de Caetano, quando disse não ter nenhuma dificuldade com sua mobilidade urbana, mas demonstrando visualmente que seu cotidiano estava circunscrito ao Complexo do Alemão. Já Elza, por diversas questões concretas e simbólicas, tinha ainda mais restrições em termos de territórios usados no seu cotidiano, enquanto Gil acessava alguma ampliação de circulação devido à sua inserção em uma escola pública diferenciada. Pelas histórias, pudemos constatar que as atividades se constituíram como recursos para explicitação de elementos que possivelmente “apenas” o discurso verbal não conseguiríamos alcançar.

O uso do diário da mobilidade também foi uma atividade individual que buscamos utilizar para avaliar a mobilidade urbana dos jovens participantes. Elza e Caetano, apesar do interesse demonstrado, nunca chegaram a efetivar a proposta. Podemos supor algumas questões relacionadas ao não alcance do objetivo por meio dela, como a questão de que a escrita de um diário é uma atividade estruturada, com a necessidade de uma organização e disciplina para que seja concretizada. Além disso, seria uma atividade que eles realizariam sozinhos, sem a companhia de outro jovem ou a minha.

O cotidiano da vida na favela não é organizado e estruturado, pois eles fazem sempre muitas atividades ao mesmo tempo: vão à escola, à ONG, participam de projetos sociais, conectam-se às redes sociais. A rotina é organizada de acordo com seus desejos e com as condições concretas do território, conforme já explicitamos. Além disso, preferem desenvolver atividades coletivamente, com seus pares, como pudemos perceber nas oficinas. Talvez, em outro contexto, com jovens um pouco mais velhos ou com maior regularidade de frequência a determinado espaço (por exemplo, a escola), ou seja, com uma rotina mais organizada, a atividade tivesse outro resultado. Porém, ainda que a proposta original do diário não tenha se efetivado, podemos dizer que aglutinou elementos para a compreensão do cotidiano daqueles jovens.

Assim como o diário, outras atividades também tiveram descontinuidade durante o processo. Em alguns momentos ela se deu por fatores externos à pesquisa e às atividades propostas, como mudanças nas atividades da ONG e o contexto político da cidade do Rio de Janeiro, que acarretou no aumento de intervenções da polícia e do exército, restringindo o acesso e modificando a dinâmica cotidiana do território.

Para além das discontinuidades, o que obtivemos foram elementos que se aglutinaram à compreensão do cotidiano de quem vive na favela e sofre continuamente rupturas por fatores exógenos à vontade de seus moradores. Frequentemente eles precisaram ficar em suas casas por causa da violência, deixando de realizar compromissos e atividades que desejavam, como ir à escola, à ONG ou ao trabalho, por causa da violência, das operações policiais e até das chuvas que alagam e destroem moradias nas favelas, devido à falta de infraestrutura daqueles territórios¹¹⁹. Assim, esse cotidiano que pudemos observar no nível microsocial da pesquisa representa uma realidade maior, do contexto das favelas do Rio de Janeiro.

Portanto, as atividades efetivadas ou não, conforme suas proposições originais, possibilitaram a compreensão da mobilidade daqueles jovens, que aqui estamos chamando de uma dimensão avaliativa. Conforme destacado no primeiro capítulo, essa divisão em possíveis usos do conceito de mobilidade urbana foi desenhada com objetivos didáticos, entretanto, tais dimensões se entrelaçam na prática.

6.3.1.3 Mobilidade urbana como recurso da prática

A mobilidade como um recurso se refere ao seu uso como um meio para se atingir o objetivo da intervenção em terapia ocupacional. Conforme apontamos no capítulo 1, sua utilização muitas vezes se caracteriza como uma circulação, não propriamente a

¹¹⁹ Algumas reportagens de jornal podem ilustrar essas questões, como podemos observar:

“Violência fecha escolas e interrompe aulas em 93 de 100 dias no Rio”. Folha de São Paulo, julho de 2017. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2017/07/1900460-violencia-fecha-escolas-e-interrompe-aulas-em-93-de-100-dias-no-rio.shtml>. Acesso em 14 de janeiro de 2019.

“Com tiroteios, moradores de favelas do Rio vivem rotina de medo”. Revista Exame, setembro de 2019. Disponível em: <https://exame.abril.com.br/brasil/com-tiroteios-frequentes-moradores-de-favelas-do-rio-vivem-rotina-de-medo/>. Acesso em 14 de janeiro de 2019.

“Chuva deixa 200 desabrigados no Complexo do Alemão dizem moradores”. Jornal Extra, fevereiro de 2019. Disponível em: <https://extra.globo.com/noticias/rio/chuva-deixa-200-familias-desabrigadas-no-complexo-do-alemao-dizem-moradores-22400149.html>. Acesso em 14 de janeiro de 2019.

“Jovens que perderam prova por tiroteio no Rio passam no vestibular”. Jornal Folha de São Paulo, maio de 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2018/05/jovens-que-perderam-prova-por-tiroteio-no-rio-passam-no-vestibular.shtml>. Acesso em 14 de janeiro de 2019.

“‘Refêns’ de tiroteios na Rocinha, jovens perdem vestibular e adiam sonho”. Jornal Folha de São Paulo, outubro de 2017. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2017/10/1923445-refens-de-tiroteio-na-rocinha-jovens-perdem-vestibular-e-adiam-sonho.shtml>. Acesso em 14 de janeiro de 2019.

mobilidade, considerando que a circulação é um primeiro momento de reconhecimento do território para uma posterior apropriação do mesmo, transformando-o então em um território usado, o que configuraria a transição para a mobilidade urbana.

Embora a mobilidade urbana não tenha sido utilizada propriamente como um recurso, no percurso da pesquisa, podemos conjecturar que se deslocar junto com os sujeitos, andar de ônibus, participar de espaços públicos, planejar rotas e meios de deslocamentos, acessar novos locais, dentre outras, são ações que utilizam o conceito de mobilidade urbana como um recurso da intervenção técnico-profissional, conforme ilustrado na experiência de Borba et al. (2017). Tais ações podem estar na dimensão mais individualizada do trabalho, assim como tópico das oficinas de atividades e dos acompanhamentos singulares territoriais, no planejamento e efetivação de algum passeio, por exemplo, ou na participação em um evento cultural ou político.

Portanto, trata-se de abordar a dimensão econômica, exemplifica-se com os meios de transporte, como também a dimensão da liberdade de escolha e os sentimentos e os sentidos envolvidos nas etapas do planejamento de percursos e as possibilidades de acesso. Tal conjunção se caracteriza como essencial para uma possível transformação da relação com determinado território, o que faz parte da mobilidade urbana e das práticas da terapia ocupacional social, mesclando recurso e objetivo por meio do uso da mobilidade. Usar a mobilidade urbana como um recurso pode ser um caminho para ampliar os territórios usados, as redes sociais e o acesso às políticas sociais, o que é imprescindível para a participação social (MALFITANO, 2016).

6.3.1.4 Mobilidade urbana nas políticas sociais

O envolvimento e a participação de terapeutas ocupacionais nas políticas sociais é algo recorrente na literatura, apontando a relevância de se conhecer e trabalhar com elas:

Sendo o terapeuta ocupacional um profissional que atuará nessa sociedade buscando meios para favorecer a inserção social dos sujeitos, a participação em espaços públicos para o enfrentamento do contingente da desigualdade é imprescindível, sendo que a forma social de intervenção sob as condições de vida, na sua organização formal pública enquanto técnico, ocorrerá por meio das políticas públicas (MALFITANO, 2016, p.120)

Correia et al. (2018), Correia, Costa e Akerman (2018), Di Stefano, Stuckey e Lovell (2012), Jónasdóttir, Egilson e Polgar (2018), Jónasdóttir e Polgar (2018) e Parnell e Wilding (2010) foram referências na literatura que encontramos especificando a importância da participação de terapeutas ocupacionais na proposição de políticas públicas de planejamento urbano, constando a pequena participação desses profissionais neste nível da política. Um dos aspectos ressaltados pelos autores é que a compreensão do terapeuta ocupacional sobre o cotidiano dos sujeitos e coletivos permite que a sua participação na construção de políticas públicas seja contextualizada com sua realidade e seus desejos e significativa no cotidiano onde a vida acontece.

Galheigo (2011) destaca a relevância de se abordar o cotidiano, especialmente de grupos marginalizados, lembrando que produzir invisibilidade social tem sido uma estratégia bem-sucedida em processos de opressão social, ou seja, da população acompanhada nas ações da terapia ocupacional social.

No caso da cidade do Rio de Janeiro, conhecer o cotidiano da favela é essencial para a proposição de políticas condizentes com a realidade e a necessidade local, no caminho de ampliação de oportunidades para a população daqueles territórios (LEITÃO, 2009; OBSERVATÓRIO DE FAVELAS, 2009; SILVA, 2007). Compreendemos que esta pesquisa pode colaborar para que terapeutas ocupacionais possam buscar subsídios que consolidem a sua participação em políticas urbanas em prol de uma das populações mais vulneráveis da cidade.

Entretanto, um ponto a ser discutido é a efetiva participação de terapeutas ocupacionais na esfera macrossocial das políticas sociais. A partir de sua leitura sobre o cotidiano de sujeitos e coletivos, eles teriam subsídios para contribuir no planejamento de políticas sociais, incluindo as políticas de planejamento urbano. Porém, para esta efetivação, seria preciso compreender que esse papel político é parte do trabalho técnico-

profissional, assumindo-o no cotidiano dos serviços, em diferentes níveis, o que raramente é presente.

Contudo, apesar dos avanços a respeito de uma concepção crítica da atuação profissional, especialmente na terapia ocupacional brasileira, são poucos os que estão efetivamente inseridos na proposição de políticas sociais. Infere-se que uma das possíveis causas seja a formação profissional ainda predominantemente pautada em uma perspectiva biomédica e clínica (PAN, 2014). A participação política é pouco abordada na formação e, conseqüentemente, não é entendida como uma dimensão técnica do trabalho do terapeuta ocupacional. No entanto, podemos constatar que a dimensão política está presente na atuação direta com a população que se utiliza das políticas sociais e, com frequência, são elas os lugares de emprego dos terapeutas ocupacionais (MALFITANO, 2016).

Nesta perspectiva, podemos afirmar que a terapia ocupacional social afirma a dimensão política como parte do trabalho do terapeuta ocupacional (LOPES et al., 2014) e traz a discussão nas duas esferas. Na esfera macrossocial, no âmbito do planejamento das políticas e articulação das redes de serviços, assim como na esfera microssocial, a partir da atuação com os sujeitos e coletivos, o que envolve desde a criação de espaços de escuta, até a discussão de constituição de fóruns e instâncias formais de veiculação de demandas públicas. Neste contexto, a partir de uma leitura política sobre a mobilidade urbana, é possível trazer a dimensão política para o trabalho individual com sujeitos e coletivos, assim como para a instância de participação nas esferas de planejamento das políticas sociais.

Na perspectiva mais local, na esfera da intenção com os sujeitos, a consecução das oficinas de atividades pode se relacionar com as questões das políticas públicas, mesmo que não de uma forma direta. Elas podem ser um passo inicial na reflexão acerca da importância da participação social em suas proposições. Na construção da Cidade da Juventude, por exemplo, percebemos que, assim como na experiência de Correia, Akerman e Costa (2018), a oficina pôde “produzir conteúdo sobre a realidade local e servir como leitura para a cidade” (p.831). A atividade permitiu uma reflexão coletiva dos jovens sobre a construção da cidade e suas relações com a favela, assim como as diferentes representações que se tem sobre ela.

Permitiu ainda a vivência de um processo coletivo, evidenciado nos debates que os jovens tinham antes de concretizar as suas proposições no papel: em nenhum momento um jovem desenhou algo na cidade sem antes consultar os outros envolvidos. Tudo foi construído coletivamente, mesmo com as discordâncias em alguns momentos. Quando as vontades não eram unânimes, havia um diálogo entre todos, antes de uma tomada de decisão. Tais aspectos são relevantes quando entendemos esta pequena experiência com uma perspectiva política, associada ao direito à cidade, o qual se efetiva a partir da participação social democrática de diferentes atores em sua construção (LÉFÈBVRE, 2001).

Para além das oficinas, os acompanhamentos singulares territoriais, como o que realizamos com Chico, também são possíveis de levarem a esta reflexão sobre a relação com o espaço urbano, pois estamos *in loco* com os sujeitos que vivenciam suas relações com o território. Também a articulação de recursos no campo social e a dinamização da rede de atenção podem possibilitar o conhecimento daquela realidade e a ampliação do acesso às políticas sociais.

Redes são “sistemas organizacionais capazes de reunir indivíduos e instituições, de forma democrática e participativa, em torno de causas afins” (FELIPE, 2007, p. 247). As redes têm como características primordiais o fato de serem colaborativas e com relações horizontalizadas. Quando constituídas por indivíduos e instituições de diferentes setores de atuação são chamadas de redes intersetoriais. Intersetorialidade é concebida como a articulação entre as políticas públicas mediante o desenvolvimento de ações conjuntas voltadas à proteção, inclusão e promoção, sendo um princípio orientador das práticas de construção de redes (BOURGUIGNON, 2001). Feuerwerker e Costa (2000) propõem a intersetorialidade como:

A articulação entre sujeitos de setores sociais diversos e, portanto, de saberes, poderes e vontades diversos, para enfrentar problemas complexos. É uma nova forma de trabalhar, de governar e de construir políticas públicas que pretende possibilitar a superação da fragmentação dos conhecimentos e das estruturas sociais, para produzir efeitos mais significativos na saúde da população (FEUERWERKER; COSTA, 2000, p. 26).

A intersetorialidade deve romper com a fragmentação e focalização das ações das políticas públicas, que limitam o acesso aos direitos, culminando em ações paliativas e pontuais. É importante ressaltar que o trabalho de articulação da rede não significa apenas conhecer outras instituições e encaminhar os usuários de um serviço para o outro. Grossi et al. (2012) destacam que a articulação “significa caminhar junto, acolher os indivíduos e suas famílias na integralidade, buscando atender suas necessidades básicas, articular, partilhar conhecimentos” (p. 8). Avelar e Malfitano (2018) reafirmam a importância do trabalho com rede sociais e a intersetorialidade na promoção de acesso às políticas sociais:

é possível afirmar que, dentro de suas limitações, o recurso das redes sociais nos serviços, por meio da articulação intersetorial, é capaz de promover e facilitar o acesso às políticas sociais, ampliando seu alcance. Portanto, refere-se a um arranjo bastante potente e capaz de modificar a maneira como a política interfere no cotidiano dos sujeitos, mas carece de institucionalidade na gestão e crítica constante de suas ações (AVELAR; MALFITANO, 2018, p. 3209).

Dentre as políticas sociais ressaltamos aqui o acesso às políticas de educação como um diferencial para a mobilidade urbana dos jovens. Tanto o ensino superior para Chico, quanto o ensino médio junto à formação técnica para Gil foram influentes na ampliação da mobilidade daqueles jovens. Ações fundamentadas nos pressupostos teóricos da terapia ocupacional social já têm sido desenvolvidas por terapeutas ocupacionais em escolas públicas (PAN, 2019; PEREIRA, 2018), apontando que esta é uma proposição coerente com a produção da área ao atuar com a população jovem.

Lopes (2013) afirma que a escola pública e as políticas educacionais têm sido centrais na atuação de terapeutas ocupacionais que atuam na área social junto às juventudes, uma vez que têm um papel central na vida dos jovens em situação de vulnerabilidade. Pereira (2018), em uma pesquisa de revisão sobre a atuação de terapeutas ocupacionais em escolas, classificou a produção científica encontrada em eixos temáticos, sendo um deles “Infância, adolescência e juventudes em situação de vulnerabilidade social, a escola e a terapia ocupacional”. Os trabalhos que classificou dentro deste tema enfatizam que a escola pública é um equipamento social estratégico para as intervenções da terapia ocupacional social. Não encontramos relatos de experiências de terapeutas ocupacionais que atuassem no acesso da população em vulnerabilidade social ao ensino superior, mas propomos que este é um caminho a ser pensando por estes profissionais.

Percebemos nesta pesquisa que as políticas sociais podem ser mais facilmente acessadas por aqueles que têm maior mobilidade urbana, por facilitar a articulação entre as redes e os serviços. Ao mesmo tempo, podem promovê-la a pessoas que, por algum motivo, tenham restrições. O acesso às políticas de educação, cultura, lazer e trabalho mostram caminhos relevantes para a ampliação da mobilidade urbana dos jovens. Com este objetivo, promover tal acesso a elas condiz com a ação dos terapeutas ocupacionais, especialmente os que trabalham na área social.

O trabalho da terapia ocupacional social está relacionado com a mobilidade urbana a partir de sua relação com o conceito de cotidiano, considerando suas diferentes dimensões políticas, micro e macrossocial, e, portanto, servindo como um subsídio para a prática técnica profissional.

ÚLTIMAS PALAVRAS: ONDE CHEGUEI E PARA ONDE QUERO IR

“A utopia está lá no horizonte. Me aproximo dois passos, ela se afasta dois passos. Caminho dez passos e o horizonte corre dez passos. Por mais que eu caminhe, jamais alcançarei. Para que serve a utopia? Serve para isso: para que eu não deixe de caminhar”.
(Eduardo Galeano)

Onde cheguei

Esta tese foi construída para responder aos seguintes objetivos: (1) conhecer, através do uso de atividades, a narrativa de jovens moradores do Complexo do Alemão a respeito de seus cotidianos, com ênfase na sua mobilidade urbana; (2) analisar os aspectos que inferem na mobilidade urbana de jovens moradores do Complexo do Alemão; e (3) refletir sobre as relações entre mobilidade urbana juvenil e a prática profissional em terapia ocupacional.

Compreendemos o conceito de mobilidade urbana como uma prática social, definida pelos significados, impactos e representações dos deslocamentos e movimentos cotidianos de pessoas e coletivos pelo espaço urbano. Ela ocorre no cotidiano, marcada e influenciada pela posição social dos sujeitos, caracterizando-se como imprescindível para a sua participação social e efetivação da cidadania. Engloba as transformações sociais relacionadas ao movimento pela cidade e às significações dos deslocamentos para a vida de pessoas e grupos, incluindo suas causas e consequências. Tal conceito se aproxima da terapia ocupacional por ser intrínseco ao cotidiano dos sujeitos, objeto de estudo e lócus da ação da profissão.

Através de um trabalho de campo realizado com jovens no Complexo do Alemão, chegamos à conclusão de que a sua mobilidade urbana é reduzida pelo fato de serem moradores de uma favela perpassada por diversos estigmas, como a pobreza e o imaginário social sobre eles como sendo criminosos ou desordeiros. O território de

moradia diminui o acesso daqueles jovens aos seus direitos, restringe sua cidadania, sua liberdade de escolha e, conseqüentemente a sua mobilidade urbana.

O medo do desconhecido e da violência, além da orientação sexual e identidade de gênero se interseccionam com a questão de ser “favelado”, influenciando nas possibilidades e restrições da mobilidade urbana daqueles jovens. Quando abordam o medo, relacionam diretamente ao seu lugar de moradia, pois o sentem dentro da favela em que vivem, devido à violência explícita da polícia e do crime organizado, também sentem medo fora, por serem territórios desconhecidos em seu cotidiano, onde podem ser vítimas de preconceito e também de outros tipos de violência urbana.

Os jovens moradores de favelas são as maiores vítimas de violência no Brasil, o que afirma a legitimidade do seu medo. De forma associada, a vivência da sexualidade e da identidade de gênero também podem restringir a mobilidade dos jovens dentro da própria favela, devido ao preconceito. Portanto, o cerceamento da mobilidade urbana, por aspectos simbólicos e concretos, impacta em seus cotidianos, marcados por rupturas e descontinuidades devido ao território de moradia. Por conseguinte, têm uma restrição no repertório de atividades acessados e nos territórios usados, tendo como uma das conseqüências a restrição do capital cultural e da participação social, especialmente em nível macrossocial.

Neste contexto de cerceamento as políticas sociais ganharam destaque, mesmo não garantindo por si a mobilidade urbana, na medida em que não mudam a estrutura econômica social, responsável fundamentalmente pelas restrições vivenciadas. Contudo, ficou claro que possibilitam a ampliação do capital cultural e educacional, o que pode levar a também uma ampliação da mobilidade urbana e quiçá da participação social, posteriormente.

Esta constatação foi possível por meio de um trabalho em terapia ocupacional social, o qual se caracterizou desde as atuações locais, no nível microssocial, quanto aquelas no nível macrossocial, através do engajamento em ações que buscam mudanças socioestruturais para permitir a participação social dos sujeitos individuais e coletivos que vivem em situação de vulnerabilidade. Para tais mudanças em nível macrossocial, a admissão da dimensão política do trabalho do terapeuta ocupacional se faz necessária,

podendo se expressar na busca de sua inserção no planejamento, implementação e controle de políticas sociais, assim como na perspectiva política incluída em compreensão e intervenção no cotidiano das pessoas com quem trabalhamos.

Especificamente sobre a mobilidade urbana, a leitura política de suas dimensões contribui também para empreender ações na esfera microsocial da vida dos sujeitos, utilizando-se de tecnologias como as oficinas de atividades, os acompanhamentos singulares territoriais, a articulação de recursos do campo social e a dinamização da rede territorial, com vistas à ampliação de possibilidades para todos. Para tanto, circular com os jovens, dentro e fora da favela; mapear os territórios usados; possibilitar o reconhecimento de outros territórios; criar oportunidades por meio da ação social; articular políticas públicas e serviços territoriais e ouvir as narrativas sobre os significados e sentidos do território e da mobilidade urbana dos jovens são ações técnico-profissionais em terapia ocupacional social, notadamente a partir de seu enfoque no cotidiano.

Para onde quero ir

Inicia-se esta reflexão destacando que este estudo apresenta algumas limitações, pelo fato de ser uma pesquisa com um recorte pontual e local, contando com a participação apenas de jovens participantes de projetos sociais. Contudo, apresenta apontamentos que podem ser mais desenvolvidos em pesquisas futuras. A utilização de outras metodologias de investigação sobre a mobilidade urbana¹²⁰, assim como a reprodução das oficinas realizadas nesta pesquisa em diferentes territórios, para uma

¹²⁰ Existem várias outras formas de trabalhar com a mobilidade urbana que podem ser utilizadas para a pesquisa sobre o tema. Sheller e Urry (2006) elencam algumas delas, a saber: (1) a observação do movimento de sujeitos e grupos, com foco no “como” é esse movimento – nesse caso, ele recomenda a pesquisa “cara a cara” (*face to face*) para melhor compreensão; (2) a etnografia móvel, ou seja, o pesquisador participar junto na movimentação, utilizando técnicas de observação ou entrevistando as pessoas após o acontecimento destas; (3) os “diários espaço-tempo”, nos quais os usuários registram o que estavam fazendo, como, quando, em que tipo de movimentação; (4) a ciberpesquisa, ou “ciberetnografia”, ou seja, acompanhar a mobilidade através de recursos virtuais *online*; (5) “viagens imaginativas”, ou seja, experimentar antecipadamente na imaginação a “atmosfera” do lugar para onde será a mobilidade; (6) trabalhar com a memória, através de fotografias, cartas, lembranças e relatos e (7) pesquisas nos “pontos de transferências”, ou seja, locais imóveis pelos quais os envolvidos (pessoas, grupos e mercadorias) na mobilidade passam (pode-se pensar em lugares como aeroportos, rodoviárias, estações de transporte público, etc).

análise comparativa, poderiam contribuir para um aprofundamento da discussão sobre a temática e suas implicações no cotidiano de sujeitos e grupos que vivem em situação de vulnerabilidade social marcada pelo seu território de moradia, como os jovens moradores de favela.

Ainda que a pesquisa tenha encontrado questões a respeito das relações entre orientação sexual e a mobilidade urbana, as diferenças entre gênero (masculino e feminino, cis ou transexual) não foi aqui especificamente focada, embora algumas pesquisas apontem influências de tais marcadores. Participaram das atividades, na grande maioria, jovens cisgêneros do sexo masculino. Apenas uma jovem participou das narrativas individuais e as mulheres eram minoria nas oficinas. Nenhum jovem transgênero participou da pesquisa.

Já a questão da raça interferindo na mobilidade urbana apareceu em alguns relatos do evento “Circulando” e nas falas de Gil, porém somente ao contar histórias de pessoas próximas a ele que passaram por situações de racismo ou de notícias expostas pela mídia, não enfocando especificamente suas vivências. Ele, que se considera branco, disse não sentir o impacto do racismo em sua mobilidade, mesmo sabendo de sua existência. Chico e Elza, negros, não trouxeram essa questão explicitamente. A raça e a cor da pele também são elementos que impactam na mobilidade urbana e foram lembradas pelos jovens da pesquisa, mas também não foi uma questão possível de ser aprofundada com os dados produzidos. Tais limitações direcionam a necessidade de pesquisas futuras focadas na interseccionalidade entre gênero, raça, juventude e território de moradia e seus impactos na mobilidade urbana.

A partir dos resultados encontrados e com a finalização deste trabalho, o compromisso ético e político por mim assumido como pesquisadora de um programa de pós-graduação em uma universidade pública e também como docente em outra instituição de mesma natureza se dá a partir do meu comprometimento com a disseminação do conhecimento que aqui foi produzido e no seu retorno para os participantes. No âmbito acadêmico, a produção de artigos científicos¹²¹ e a apresentação de trabalhos em eventos

¹²¹ O artigo “O conceito de mobilidade urbana: articulando conceitos em terapia ocupacional” foi aceito para publicação nos Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional. Publicamos também uma revisão de literatura na Revisbrato sobre as juventudes do Complexo do Alemão, intitulado: “Juventudes no Complexo do Alemão: o que diz a literatura acadêmica”, publicado em 2019, v.3, n.3. Outros dois artigos relacionados

serão algumas das formas de compartilhamento dos resultados. Além dessas publicações dentro da área, procurei e continuo procurando levar as contribuições da terapia ocupacional para o debate sobre a mobilidade urbana e políticas urbanas em outros espaços interdisciplinares nos quais a profissão ainda não é reconhecida. Estou buscando participar de eventos acadêmicos dos âmbitos do planejamento urbano, gestão pública e urbanismo¹²². Penso que a conversa com outros campos de conhecimento, tão presente em terapia ocupacional desde a sua concepção, pode se ampliar ainda mais.

Para os jovens do Complexo do Alemão, espera-se que os desdobramentos sejam articulados com as práticas dos projetos de extensão já desenvolvidas no território. Os projetos “Juventude(s)” e “Vamos pro rolê?” continuam com suas ações, articulados entre si e, neste momento, com outros projetos da universidade também desenvolvidos no território. Estamos acompanhando a organização de um coletivo, por enquanto nomeado “Ocupa Alemão pela paz”, formado por representantes de serviços de diferentes setores: líderes comunitários, como a Lucia; representantes das associações de moradores; profissionais e usuários de serviços de saúde do local; docentes e discentes da UFRJ participantes de projetos de extensão, entre outros.

A ideia busca a articulação da rede e a ocupação de espaços diversos do Complexo com atividades de cuidado por diferentes perspectivas. Para além do cuidado em saúde, pensa-se no cuidado coletivo, a partir das ações culturais e de lazer, da articulação com as escolas, com as associações, com coletivos diversos existentes dentro do Complexo, na dimensão de articulação de recursos e constituição de redes. Penso que muito do que tem sido vislumbrado pelo “Ocupa” tem sentido ao se relacionar com o que produzi nos últimos anos enquanto escrevia esta tese. Teoria e prática estão se encontrando.

à tese estão em processo de avaliação, em periódicos de áreas interdisciplinares, um nacional e outro internacional.

¹²² Participei do Congresso de 20 anos do Observatório das Metrópoles - As metrópoles e o direito à cidade: dilemas, desafios e esperança”, em 2018, com trabalho intitulado “Um novo olhar para a mobilidade urbana: interface entre diferentes saberes”, publicado nos Anais do evento. Também fiz o “Oficina de mapeamentos da vizinhança - de perto e de dentro”, desenvolvida pelo coletivo Micrópolis, no qual pude, junto a outro colega, apresentar-me como terapeuta ocupacional e levar nossas proposições sobre o tema para o debate (o público do curso era majoritariamente formado por arquitetos e urbanistas), assim como no curso de extensão ofertado pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos da UERJ, em parceria com o Instituto Raízes em movimento: “Cidade: olhares periféricos”.

Planejo, em um dos encontros, promover uma roda de conversa sobre mobilidade urbana, já que o direito à cidade e à circulação pela cidade sem riscos é o disparador para esse movimento¹²³. A partir das ações do coletivo e da futura roda de conversa, penso que organizar um grupo de jovens para a produção de material em redes sociais virtuais sobre a mobilidade urbana possa ser um caminho interessante a ser seguido, já que a maior articulação do grupo tem sido através do uso das redes sociais. Este é um meio bastante explorado pelos coletivos do Complexo do Alemão, devido ao seu maior alcance.

A exposição virtual de Chico foi um primeiro ensaio de possibilidades nessas mídias a ser seguido. Utilizar o mesmo recurso do mapa para compartilhamento de informações a respeito de lugares distintos nas cidades que possam interessar aos jovens, feito de forma colaborativa entre diferentes atores, principalmente incluindo jovens moradores da favela, é um projeto já desenhado para ser desenvolvido em um futuro próximo, junto aos projetos de extensão.

Com Chico, Caetano, Elza, Gil e os outros jovens participantes, pretendo marcar um encontro no EDUCAP para apresentar a eles a tese e conversarmos sobre o tema. O contato com Chico e Caetano se mantêm mais próximo, pelo fato de continuarem frequentando os mesmos espaços da época da pesquisa: o EDUCAP, no caso de Caetano; e a universidade, no caso de Chico. Gil me pediu para contar a ele, ao final do trabalho, como foi o processo, pois ele também tem que escrever um trabalho de conclusão no curso técnico. Não nos encontramos mais, mas tenho seu contato telefônico. Também tenho o contato de Elza e, apesar de não a encontrar com frequência, sei que sua mãe continua frequentando o EDUCAP, podendo ser uma ponte para nossa comunicação. Para

¹²³ O coletivo começou sua articulação após a morte de Ágatha Félix, uma menina de oito anos, no Complexo do Alemão. No dia 20 de setembro de 2019, uma sexta feira, a menina foi morta por um tiro quando voltava de Kombi com a mãe para casa. O caso teve grande repercussão na mídia e nas redes sociais, por causa das intervenções policiais no bairro, que frequentemente acabavam em tiros. Os moradores acusam os policiais de terem atirado na Kombi após tentar atingir uma moto sem motivo. Os policiais disseram que estavam reagindo. O caso está sendo investigado, mas os rumos das investigações também estão cercados de polêmicas, como a tentativa de ocultação de provas. Fontes: Jornal “O Globo”: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2019/09/23/entenda-como-foi-a-morte-da-menina-agatha-no-complexo-do-alemao-zona-norte-do-rio.ghtml>; <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2019/10/01/policia-isola-local-para-reconstituicao-da-morte-de-agatha-felix-no-alemao.ghtml>; Jornal “El País”: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/09/22/politica/1569186636_712007.html. Acesso em 24 de novembro de 2019.

essa conversa penso, como terapeuta ocupacional, na utilização de uma atividade disparadora e mediadora a respeito do tema.

Lucia também tem interesse no material. Ela sempre diz que quer que nós organizemos um livro sobre o Projeto Juventude(s) no EDUCAP, porque além do material produzido nas redes sociais, ela gosta de “*livro mesmo, de papel*”. Em diversos momentos, ela fala que minha tese é como se fosse um livro, pelo tempo que vinha dedicando à escrita. Para Lucia, com quem já conversei diversas vezes sobre os meus achados, quero dar uma cópia impressa da tese e quem sabe a partir daí pensar um primeiro ensaio para realmente concretizarmos a escrita de uma obra maior sobre o EDUCAP e o Juventude(s).

Tenho a certeza de que não esgotei ainda todas as reflexões possíveis sobre o tema que trabalhei na tese e que o posto aqui é o começo de novas reflexões, agora mais maduras e fundamentadas, pois se tem um material concreto de uma pesquisa. Muitas outras abordagens e possibilidades de aprofundamento sobre a mobilidade urbana de jovens moradores de favela ainda são possíveis, assim como sobre a articulação entre o conceito aqui tratado e a terapia ocupacional. Como professora, tenho desdobrado essas reflexões em disciplinas (criei uma optativa no curso de graduação da UFRJ para continuação do debate sobre a relação entre terapia ocupacional e a cidade¹²⁴), eventos (rodas de conversa sobre o tema em diferentes universidades¹²⁵) e pesquisas de iniciação científica envolvendo estudantes de graduação¹²⁶. Espero que, a partir deste trabalho que desenvolvi nos últimos anos, a discussão ganhe visibilidade dentro da terapia ocupacional, em especial, da terapia ocupacional social.

¹²⁴Disciplina optativa “Terapia Ocupacional e Ações Territoriais”. Disponível em: <https://www.siga.ufrj.br/sira/repositorio-curriculo/disciplinas/71999B7F-92A4-F799-7A40-7909A86EAF65.html>. Acesso em 05 de janeiro de 2019.

¹²⁵ Roda de Conversa: Terapia Ocupacional, Juventudes e Direito à Cidade, na Universidade Federal do Espírito Santo, em julho de 2019.

¹²⁶ Pesquisa de Iniciação Científica “Terapia Ocupacional e Mobilidade Urbana: as relações possíveis pelas perspectivas dos profissionais”.

REFERÊNCIAS

- ABRAMO, H. W. Condição juvenil no Brasil contemporâneo. *In*: ABRAMO, H. W.; BRANCO, P. P. M. (Orgs.). **Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo/Instituto Cidadania, 2005b.
- ABRAMO, H. W. Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, n. 5/6, p. 73–90, 1997.
- ABRAMO, H. W. O uso das noções de adolescência e juventude no contexto brasileiro. *In*: FREITAS, M. V. (Org.). **Juventude e adolescência no Brasil: referências conceituais**. São Paulo: Ação Educativa, 2005a. p. 19–39.
- ABRAMOVAY, M. et al. **Gangues, galeras, chegados e rappers: juventude, violência e cidadania nas cidades da periferia de Brasília**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004, 198 p.
- ABREU, V. P. S. Avaliação da percepção e da cognição. *In*: CAVALCANTI, A.; GALVÃO, C. (Orgs.). **Terapia Ocupacional – Fundamentação e Prática**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2007. p. 94–102.
- ADEY, P. If Mobility is Everything Then it is Nothing: Towards a Relational Politics of (Im)mobilities. **Mobilities**, v. 1, n. 1, p. 75–94, mar. 2006.
- AGUIÃO, S. Cenas da circulação: fragmentos de uma etnografia sobre homossexualidade, gênero, cor e mestiçagem em uma favela do Rio de Janeiro. **Sexualidad, Salud y Sociedad - Revista Latino-americana**, v. 9, p. 61–90, 2011.
- ALGEBAILLE, E.; SILVA, G. L. A.; FAGUNDES, T. Referenciamento territorial de políticas sociais e reconfiguração do sistema educativo no Brasil. **Espaço e Economia**, v. 3, n. 5, p. 1–12, 5 dez. 2014.
- ALMEIDA, M. C.; OLIVER, F. C. Abordagem comunitárias e territoriais em reabilitação de pessoas com deficiência: fundamentos para a Terapia Ocupacional. *In*: DE CARLO, M. M. R.; BARTALOTTI, C. C. (Orgs.). **Terapia Ocupacional no Brasil**. São Paulo: Plexus, 2001. p. 81–98.
- ALMEIDA, M. M. Grupo de Terapia Ocupacional com jovens após o cumprimento de medidas sócioeducativas: um espaço para produção de vida. **Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional**, v. 11, n. 2, p. 106–110, 2003.
- ALMEIDA, M. M. O jornal e o vídeo como meio de expressão de jovens internados na Unidade Educacional da FEBEM de Ribeirão Preto. **Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo**, v. 15, n. 1, p. 33–38, 2004.
- ALMEIDA, R. S. Juventude, direito à cidade e cidadania cultural na periferia de São Paulo. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, v. 56, p. 151–172, 2013.

ALVARADO, S. V.; VOMMARO, P. A. Presetación. *In: JÓvenes, cultura y política en América Latina : algunos trayectos de sus relaciones, experiencias y lecturas 1960-2000*. Rosario: Homo Sapiens Ediciones, 2010. p. 7–12.

ALVARENGA FILHO, J. R. A “Chacina do Pan” e a produção de vidas descartáveis. *Fractal : Revista de Psicologia*, v. 28, n. 1, p. 111–117, 2016.

AOTA, Occupational Therapy Practice Framework: Domain and Process (3rd Edition). *American Journal of Occupational Therapy*, v. 68, n. Supplement_1, p. S1–S48, 11 set. 2017.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS TRANSPORTES PÚBLICOS. **Gestão da mobilidade urbana**. São Paulo: Associação Nacional de Transportes Públicos, [s.d.].

AVELAR, M. R.; MALFITANO, A. P. S. Entre o suporte e o controle: a articulação intersetorial de redes de serviços. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 23, n. 10, p. 3201–3210, out. 2018.

BALBIM, R. Mobilidade: uma abordagem sistêmica. *In: BALBIM, R.; KRAUSE, C.; LINKE, C. C. (Orgs.). Cidade e Movimento. Mobilidades e Interações no Desenvolvimento Urbano*. Brasília: Ipea: ITPD, 2016. p. 23–42.

BALDANI, A. C.; CASTRO, E. D. Construindo espaços de habitar: ações de terapia ocupacional com uma criança em situação de risco social. *Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo*, v. 18, n. 1, p. 1–10, 2007.

BARBOSA, J. L. O significado da mobilidade na construção democrática da cidade. *In: BALBIM, R.; KRAUSE, C.; LINKE, C. C. (Orgs.). Cidade e Movimento. Mobilidades e Interações no Desenvolvimento Urbano*. Brasília: Ipea: ITPD, 2016. p. 43–56.

BARBOSA, J. L.; DIAS, C. G. (Orgs.). Pesquisa de hábitos e práticas culturais de jovens residentes em cinco favelas cariocas. *In: Solos Culturais*. Rio de Janeiro: Observatório de Favelas, 2013b. p. 165–193.

BARBOSA, J. L.; DIAS, C. G. Projeto Solos Culturais. *In: BARBOSA, J. L.; DIAS, C. G. (Orgs.). Solos Culturais*. Rio de Janeiro: Observatório de Favelas, 2013a. p. 11–13.

BARREIRO, R. G.; MALFITANO, A. P. S. Retrato das políticas públicas governamentais brasileira para a juventude nos anos 2000. *Última Década*, p. 133–157, 2014.

BARROS, A. P. B. G. **Diz-me como andas e te direis onde estás: inserção do aspecto relacional da mobilidade urbana para o pedestre**. 2014, 372 f. Tese (Doutorado em Transporte/Sistemas de transporte) – Departamento de Engenharia Civil e Ambiental, Universidade de Brasília, Brasília, 2014.

BARROS, D. D.; ALMEIDA, M. C.; VECCHIA, T. C. Terapia ocupacional social: diversidade, cultura e saber técnico. **Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo**, v. 18, n. 3, p. 128–134, 2007.

BARROS, D. D.; GHIRARDI, M. I. G.; LOPES, R. E. Terapia ocupacional social. **Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo**, v. 13, n. 3, p. 95–103, 2002.

BARROS, D. D.; LOPES, R. E.; GALHEIGO, S. M. Novos espaços, novos sujeitos: a terapia ocupacional no trabalho territorial e comunitário. *In*: CAVALCANTI, A.; GALVÃO, C. (Orgs.). **Terapia Ocupacional – Fundamentação e Prática**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2007b. p. 354–363.

BARROS, D. D.; LOPES, R. E.; GALHEIGO, S. M. Terapia ocupacional social: Concepções e perspectivas. *In*: CAVALCANTI, A.; GALVÃO, C. (Orgs.). **Terapia Ocupacional – Fundamentação e Prática**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2007a. p. 347–353.

BATISTA, V. M. O Alemão é muito mais complexo. **Revista Justiça e Sistema Criminal**, v. 3, n. 5, p. 103–126, 2011.

BELLENZANI, R.; MALFITANO, A. P. S. Juventude, vulnerabilidade social e exploração sexual: um olhar a partir da articulação entre saúde e direitos humanos. **Saúde e Sociedade**, v. 15, n. 3, p. 115–130, dez. 2006.

BENEVIDES, M. V. Cidadania e Direitos Humanos. **IEA - Instituto de Estudos Avançados**, 1998.

BENJAMIN, W. O Narrador. *In*: **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 197–221.

BILGE, S. Théorisations féministes de l'intersectionnalité. **Diogène**, v. 1, n. 225, p. 70–88, 2009.

BOGDAN, R. C.; BIKLEN, S. K. Notas de campo. *In*: BOGDAN, R. C.; BIKLEN, S. K. (Orgs.). **Investigação qualitativa em educação**. Porto: Porto Editora, 1994. p. 150–175.

BORBA, P. L. O. et al. Entre fluxos, pessoas e territórios: delineando a inserção do terapeuta ocupacional no Sistema Único de Assistência Social. **Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar**, v. 25, n. 1, p. 203–214, 2017.

BORELLI, S. H. S.; ABOBOREIRA, A. Teorias/metodologias: trajetos de investigação com coletivos juvenis em São Paulo/Brasil. **Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud**, v. 1, n. 9, p. 161–172, 2011.

BORELLI, S. H. S.; OLIVEIRA, R. DE C. A. Jovens urbanos, cultura e novas práticas políticas: acontecimentos estético-culturais e produção acadêmica brasileira (1960–2000). **Utopía y Praxis Latinoamericana**, v. 15, n. 50, p. 57–69, 2010.

BOURGUIGNON, J. A. **Concepção de Rede Intersectorial**. Disponível em: <<http://www.uepg.br/nupes/intersector.htm>>. Acesso em: 19 set. 2017.

BRASIL, Governo Federal. **Programa de Aceleração do Crescimento 2007-2010**. Disponível em: <[http://globalclearinghouse.info/InfraDev/assets%5C10/documents/Brazil - Programa de Aceleracao do Crecimento 2007 - 2010 - GoB \(2007\).pdf](http://globalclearinghouse.info/InfraDev/assets%5C10/documents/Brazil - Programa de Aceleracao do Crecimento 2007 - 2010 - GoB (2007).pdf)>. Acesso em: 15 mar. 2018a.

BRASIL, Ministério da Cultura. **As Metas do Plano Nacional de Cultura**. Brasília: MinC, 2012. Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/documents/10883/11294/METAS_PNC_final.pdf/>.

BRASIL, Ministério da Educação. **Plano Nacional de Educação 2011-2020: Metas e estratégias**. 2010. Disponível em: <http://fne.mec.gov.br/images/pdf/notas_tecnicas_pne_2011_2020.pdf>. Acesso em: 14 set. 2017.

BRASIL, Ministério da Educação. **Prouni. Programa Universidade para todos - O Programa**. Disponível em: <<http://prouniportal.mec.gov.br/o-programa>>. Acesso em: 6 jun. 2019.

BRASIL, Ministério da Educação. **Reuni - Reestruturação e Expansão das Universidades Federais. Diretrizes gerais**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/diretrizesreuni.pdf>>. Acesso em: 6 jun. 2019b.

BRASIL, Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Saúde Mental no SUS: os Centros Atenção Psicossocial**. Brasília, 2004, 86 p. Disponível em: <http://www.ccs.saude.gov.br/saude_mental/pdf/sm_sus.pdf>. Acesso em: 5 jun. 2019

BRASIL, Ministério das Cidades. **Conheça o anteprojeto de lei da política nacional de mobilidade urbana. Mobilidade Urbana é desenvolvimento urbano**. Instituto Pólis, Ministério das Cidades, 2005. Disponível em: <<http://www.polis.org.br/uploads/922/922.pdf>>. Acesso em: 8 jan. 2018

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional de Assistência Social - PNAS**. DOU de 28/10/2014. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS_2004.pdf>. Acesso em: 19 set. 2017.

BRASIL. **Estatuto da Juventude: atos internacionais e normas correlatadas**. Brasília: Senado Federal, 2013. Disponível em: <<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/509232/001032616.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 1 ago. 2017

BRASIL. **Lei no. 10.257 de 10 de julho de 2011. Estatuto da Cidade**, 2011. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10257.htm>. Acesso em: 9 nov. 2018

BREVILHERI, E. C. L.; NARCISO, A. M. S.; PASTOR, M. A lógica territorial na política de saúde brasileira. **Serviço Social em Revista**, v. 16, n. 2, p. 36–61, 2014.

BURGOS, M. M. Favela e luta pela cidade: esboço de um argumento. In: SILVA, J. S. (Org.). **O que é favela, afinal?** Rio de Janeiro: Observatório de Favelas do Rio de Janeiro, 2009. p. 52–58. Disponível em: <<http://observatoriodefavelas.org.br/wp-content/uploads/2013/09/o-que-é-favela-afinal.pdf>>.

CAFRUNE, M. E. O direito à cidade no Brasil: construção teórica, reivindicação e exercício de direitos. **Revista Interdisciplinar de Direitos Humanos**, v. 4, n. 1, p. 185–206, 2016.

CARLOS, G. S. Do mangá para o dorama: a representação da irritação em *Nodame Cantabile*. **Animus Revista Interamericana de Comunicação Midiática**, v. 11, n. 21, p. 128–151, 2012.

CARNEIRO, G. L. S. Mulheres e direito à cidade: uma reflexão a partir da mobilidade urbana na cidade de Fortaleza/CE. **Anais do Congresso Observatório das Metrôpoles 20 anos: As metrôpoles e o direito à cidade: desafios e esperanças**, p. 222–235, 2018. Disponível em: <http://congressovinteanos.observatoriodasmetropoles.net.br/wp-content/uploads/2019/07/02-2_MOBILIDADE-URBANA_00_Rev-01.pdf>.

CARRANO, P. C. R. **Juventudes e cidades educadoras**. Petrópolis: Vozes, 2003.

CARRANO, P. C. R.; PEREGRINO, M. La escuela en expansión: un desafío para los jóvenes. **Anales de la Educación Comun**, v. 1, n. 1–2, p. 18–27, 2005.

Carta Mundial pelo Direito à Cidade. Fórum Social Mundial Policêntrico de 2006, 2006. Disponível em: <<http://www.polis.org.br/uploads/709/709.pdf>>. Acesso em: 10 abr. 2018

CARVALHO, B. O.; SCHULZ, M. T. G.; OLIARI, D. E. Comic Con Experience Abrindo os Olhos do Mercado. **Anais do Intercom-Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação**, 2017.

CARVALHO, C. R. A.; MAGALHÃES, M. M.; FARIAS, P. H. A influência da prática extensionista nas futuras escolhas profissionais dos estudantes. **Interagir: pensando a extensão**, n. 23, p. 58–72, 2017.

CARVALHO, I. M. M.; BARRETO, V. S. Segregação residencial, condição social e raça em Salvador. **Cadernos Metrôpole**, n. 18, p. 251–273, 2007.

CARVALHO, M. C. B. O conhecimento da vida cotidiana: base necessária à prática social. In: CARVALHO, M. C. B.; NETTO, J. P. (Org.). **Cotidiano: conhecimento e crítica**. 7a. ed. São Paulo: Cortez, 2007. p. 13–63.

CARVALHO, M. M.; WALTENBERG, F. D. Desigualdade de oportunidades no acesso ao ensino superior no Brasil: uma comparação entre 2003 e 2013. **Economia Aplicada**, v. 19, n. 2, p. 369–396, 2015.

CASSAB, C. **(Re)construir utopias: jovem, cidade e política**, 2009, 228f. Tese (Doutorado em Geografia). Instituto de Geociências, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009.

CASSAB, C.; MENDES, J. T. N. “Perder-se também é caminho”: A dimensão espacial da juventude. **Libertas**, v. 11, n. 2, 2011.

CASSAPIAN, M. R.; RECHIA, S. Lazer para todos? Análise de acessibilidade de alguns parques de Curitiba, PR. **Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar**, v. 22, n. 1, p. 25–38, 2014.

CASTILHO, M. Martírio e autoridade na trama noticiosa do caso Tim Lopes. **Revista Contracampo**, n. 23, p. 207–221, 2011.

CASTRO, E. D. et al. Formação em Terapia Ocupacional na interface das artes e da saúde: a experiência do PACTO. **Rev. Ter. Ocup. Univ. São Paulo**, v. 20, n.3, p. 149–156, 2009.

CASTRO, E. D. et al. Território e diversidade: trajetórias da terapia ocupacional em experiências de arte e cultura. **Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar**, v. 24, n. 1, p. 3–12, 2016.

CASTRO, L. M.; MAXTA, B. S. B. Práticas territoriais de cuidado em saúde mental: experiências de um centro de atenção psicossocial no município do Rio de Janeiro. **Revista Eletrônica Saúde Mental Álcool e Drogas**, v. 6, n. 1, p. 1–11, 2010.

CASTRO, L. R. **A aventura urbana. Crianças e jovens no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2004, 258 p.

CAVALCANTI, A. Avaliação da recreação e do lazer. *In*: CAVALCANTI, A.; GALVÃO, C. (Orgs.). **Terapia Ocupacional – Fundamentação e Prática**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2007. p. 69–72.

CAVALCANTI, A. et al. Acessibilidade em transporte coletivo urbano na perspectiva dos motoristas e cobradores. **Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar**, v. 12, n. 1, p. 19–24, 2013.

CAVALCANTI, A.; DUTRA, F. C. M. S.; ELUI, V. M. C. Estrutura da prática da Terapia Ocupacional: domínio e processo. 3a edição. **Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo**, v. 26, n. edição especial, p. 1–49, 2015.

CAVALCANTI, A.; GALVÃO, C. Avaliação dos contextos. *In*: CAVALCANTI, A.; GALVÃO, C. (Orgs.). **Terapia Ocupacional – Fundamentação e Prática**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2007b. p. 106–109.

CAVALCANTI, A.; GALVÃO, C. **Terapia Ocupacional. Fundamentação e prática.** Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2007a.

CAVALCANTI, A.; GALVÃO, C.; MIRANDA, S. G. S. Mobilidade. *In:* CAVALCANTI, A.; GALVÃO, C. (Orgs.). **Terapia Ocupacional – Fundamentação e Prática.** Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2007. p. 427–434.

CAVALLIERI, F.; LOPES, G. P. **Índice de Desenvolvimento Social - IDS: comparando as realidades microurbanas da cidade do Rio de Janeiro.** Instituto Pereira Passos, Rio de Janeiro, 2008, p.1-12. Disponível em: <[http://portalgeo.rio.rj.gov.br/estudoscariocas/download/2394_Índice de Desenvolvimento Social_IDS.pdf](http://portalgeo.rio.rj.gov.br/estudoscariocas/download/2394_Índice%20de%20Desenvolvimento%20Social_IDS.pdf)>. Acesso em: 5 mar. 2018.

CAVALLIERI, F.; VIAL, A. **Favelas na cidade do Rio de Janeiro: o quadro populacional com base no Censo 2010.** Instituto Pereira Passos, Rio de Janeiro, 2012, p.1-18. Disponível em: <http://portalgeo.rio.rj.gov.br/estudoscariocas/download%5C3190_FavelasnacidadedoRioDeJaneiro_Censo_2010.PDF>. Acesso em: 19 dez. 2017.

CAVICHIOLO, K. S. **Ações afirmativas: políticas de permanência para estudantes cotistas na Universidade Federal de São Carlos.** 2019, 137 f. Dissertação (Mestrado em Gestão de Organizações e Sistemas Públicos), Programa de Pós-Graduação em Gestão de Organizações e Sistemas Públicos, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos: 2019.

CECCHETTO, F. **Violência e estilos de masculinidade.** Rio de Janeiro: Editora FVG, 2004.

CECCHETTO, F.; CORRÊA, J.; FARIAS, P. Quando o projeto era moda: projetos sociais, juventudes e a política de “pacificação” no Rio de Janeiro. **Brasiliana- Journal for Brazilian Studies**, v. 4, n. 2, p. 455–482, 2016.

CESAR, L. O. Religião e Política: medos sociais e extremismo religioso no Brasil. **Revista Mídia e Cotidiano**, v. 11, n. 3, p. 269–274, 2017.

COLETIVO PAPO RETO. **Sobre - Coletivo Papo Reto.** *Site da internet.* Disponível em: <<https://100ko.wordpress.com/sobre/>>. Acesso em: 29 mar. 2018.

CORDEIRO, F. et al. Entre negociação e conflito: gênero e coerção sexual em três capitais brasileiras. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 14, n. 4, p. 1051–1062, 2009.

CORRÊA, J. S. **As representações de jovens moradores do Complexo do Alemão no Rio de Janeiro sobre a implantação das Unidades de Polícia Pacificadora – UPP.** 2013, 120 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) – Escola Nacional de Saúde Pública, Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), Rio de Janeiro: 2013.

CORRÊA, J. S. et al. Poor youths and ‘pacification’: Dilemmas between discourse and practice from the perspective of young people about policing in Rio de Janeiro’s favelas. **International Sociology**, v. 31, n. 1, p. 100–120, 2016.

- CORREIA, R. L. et al. Terapia Ocupacional no planejamento urbano das cidades. *In: XII Congresso Norte - Nordeste de Terapia Ocupacional. "Identidade da Terapia Ocupacional no Brasil: reflexões, desafios e perspectivas"*. **Anais [...]. Revista Interinstitucional Brasileira de Terapia Ocupacional**, p. 356, 2018.
- CORREIA, R. L.; COSTA, S. L.; AKERMAN, M. Processos de inclusão e participação quilombola as políticas urbanas na cidade. **Revista Interinstitucional Brasileira de Terapia Ocupacional**, v. 2, n. 4, p. 827–839, 2018.
- CORREIA, R. L.; TAKEITI, B. A. "Terra a Vista! Estamos desviando as rotas!" **Revista Interinstitucional Brasileira de Terapia Ocupacional**, v. 1, n. 2, p. 120–122, 2017.
- COSTA, S. L.; ALVES, H. C. Diálogos Interepistêmicos: por uma terapia ocupacional de base alargada. **Revista Interinstitucional Brasileira de Terapia Ocupacional**, v. 1, n. 5, p. 527–532, 2017.
- COSTA, S. L.; MENDES, R. Redes Sociais Territoriais: primeiras palavras. *In: COSTA, S. L.; MENDES, R. (Orgs.). Redes Sociais Territoriais*. São Paulo: Fap-Unifesp, 2014. p. 17–32.
- COSTA-MOURA, F. Proliferação das *#hashtags*: lógica da ciência, discurso e movimentos sociais contemporâneos. **Ágora: Estudos em Teoria Psicanalítica**, v. 17, n. especial, p. 141–158, ago. 2014.
- COUTO, P. B.; RODRIGUES, R. I. **A gramática da moradia no Complexo do Alemão: história, documentos e narrativas**. Brasília: IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2015, 54 p. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_2159.pdf>. Acesso em: 28 nov. 2017.
- CRAWFORD, C. **A função Social da propriedade e o direito à cidade: teoria e prática atual**. Brasília: Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2017, 50p. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/7651/1/td_2282.pdf> . Acesso em: 28 nov. 2017.
- CRENSHAW, K. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Estudos feministas**, v. 10, n. 1, p. 171–188, 2002.
- CRESSWELL, T. **On the move: mobility in the modern Western world**. New York: Routledge, 2006, 327 p.
- CRESSWELL, T. Towards a Politics of Mobility. **Environment and Planning: Society and Space**, v. 28, p. 17–31, 2010.
- CRUZ, M. M. Vozes da favela: representação, identidade e disputas discursivas no ciberespaço. **Stockholm Review of Latin American Studies**, n. 2, p. 77–91, 2007.

CUNHA, C. V. “Traficantes evangélicos”: novas formas de experimentação do sagrado em favelas cariocas. **Plural . Revista do Programa de Pós -Graduação em Sociologia da USP**, v. 15, p. 23–46, 2008.

CUNHA, C. V. DA. Religião e criminalidade: traficantes e evangélicos entre os anos 1980 e 2000 nas favelas cariocas. **Religião & Sociedade**, v. 34, n. 1, p. 61–93, 2014.

D’ALVA, R. E. **Teatro hip-hop: a performance poética do ator-MC**. São Paulo: Perspectiva, 2014, 151 p.

DAFLON, V. T.; FERES JÚNIOR, J.; CAMPOS, L. A. Ações afirmativas raciais no ensino superior público brasileiro: Um panorama analítico. **Cadernos de Pesquisa**, v. 43, n. 148, p. 302–327, 2013.

DAVY, C. et al. Aspects of the resilience and settlement of refugee youth: a narrative study using body maps. **Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar**, v. 22, n. 2, p. 231–241, 2014.

DAYRELL, J. O jovem como sujeito social. **Revista Brasileira de Educação**, n. 24, p. 40–52, dez. 2003.

DI STEFANO, M. et al. Supporting Individuals to Make Informed Personal Mobility Choices. **Topics in Geriatric Rehabilitation**, v. 25, n. 1, p. 55–72, 2009.

DI STEFANO, M.; STUCKEY, R.; LOVELL, R. Promotion of safe community mobility: Challenges and opportunities for occupational therapy practice. **Australian Occupational Therapy Journal**, v. 59, n. 1, p. 98–102, 2012.

DIÓGENES, G. **Cartografias da cultura e da violência: gangues, galeras e o movimento hip hop**. 2^a. ed. São Paulo: Annablume, 2008, 247 p.

DORNELAS, Â.; GALVÃO, C. Avaliação das habilidades psicossociais e componentes psicológicos. In: CAVALCANTI, A.; GALVÃO, C. (Orgs.). **Terapia Ocupacional – Fundamentação e Prática**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2007. p. 102–105.

DRIESSNACK, M.; SOUSA, V. D.; COSTA MENDES, I. A. Revisão dos desenhos de pesquisa relevantes para enfermagem. Parte 2: desenhos de pesquisa qualitativa. **Revista Latinoamericana de enfermagem**, v. 15, n. 4, 2007.

DUARTE, K. ¿Juventud o Juventudes? Acerca de cómo mirar y remirar a las juventudes de nuestro continente. **Última Década**, n. 13, p. 59–77, 2000.

Educap - Espaço Democrático de União, Convivência, Aprendizagem e Prevenção - Sobre. Site da internet . Disponível em: <https://www.facebook.com/pg/educap.org/about/?ref=page_internal>. Acesso em: 23 ago. 2017.

ESCOREL, S.; MONTEIRO, M. R. Participação Social. In: GIOVANELLA, L. et al. (Org.). **Políticas e Sistema de Saúde**. Rio de Janeiro, São Paulo: Fiocruz/CEBES, 2008. p. 979–1010.

FACINA, A. Sobreviver e sonhar: reflexões sobre cultura e “pacificação” no Complexo do Alemão. In: FERNANDES, M. A.; PEDRINHA, R. D. (Orgs.). **Escritos Transdisciplinares de Criminologia, Direito e Processo Penal: homenagem aos mestres Vera Malaguti e Nilo Batista**. 1^a. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2014. p. 39–47.

FELIPE, M. Rede social. In: PARK, M. B.; FERNANDES, R. S.; CARNICEL, A. (Org.). **Palavras-chave em educação não-formal**. Holambra, Campinas: Editora Setembro/Centro de Memória da Unicamp, 2007. p. 247–2248.

FERES JÚNIOR, J. et al. **O impacto da Lei nº 12.711 sobre as universidades federais. Levantamento das políticas de ação afirmativa (GEMAA)**. Instituto de Estudos Sociais e Políticos, UERJ. Rio de Janeiro, 2013, 34 p.

FERIGATO, S. H.; CARVALHO, S. R.; TEIXEIRA, R. R. Cartografia dos Centros de Convivência: a produção de encontros e redes. **Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo**, v. 27, n. 1, p. 12–20, 2016.

FERIGATO, S. H.; SILVA, C. R.; GOZZI, A. P. N. F. O advento da cibercultura e das cibercidades e a produção de novas estéticas e a reconfiguração dos processos de inclusão e exclusão social. In: BERTELLI, G. B.; FELTRAN, G. (Orgs.). **Vozes à margem: periferias, estética e política**. São Carlos: EDUFSCar, 2017. p. 215–231.

FERREIRA, Á. Favelas no Rio de Janeiro: Nascimento, expansão, remoção e, agora, exclusão através de muros. **Revista Bibliográfica de Geografia y Ciencias Sociales**, v. XIV, n. 828, 2009.

FERREIRA, É. F. B.; FOLHA, O. A. A. C.; TOBIAS, M. S. G. Avaliação da percepção sobre o ambiente de circulação: a acessibilidade centrada no usuário. **Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar**, v. 21, n. 1, p. 25–33, 2013.

FERREIRA, V. S. Caminhos e desafios metodológicos na pesquisa com jovens. In: VIANNA, A. C. F. (Org.). **Pesquisar Jovens. Caminhos e desafios metodológicos**. Lisboa: ICS. Imprensa de Ciências Sociais, 2017. p. 17–32.

FEUERWERKER, L.; COSTA, H. Intersetorialidade na rede UNIDA. Divulgação em **Saúde para Debate**, n. 22, p. 25–35, 2000.

FIGUEIREDO, G. V. R. **Financiamento da educação: recursos necessários, fontes e o impacto das atuais propostas**. Debate da Associação dos Docentes da Universidade Federal de São Carlos - ADUFSCar Sindicato, em 27 jun 2016. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=C2O3lsj9oKI&spfreload=10>>. Acesso em: 17 jun. 2019

FLORENTINO, R. Como transformar o direito à mobilidade urbana em indicadores de políticas públicas. Uma contribuição. **E-metropolis**, v. 2, n. 7, p. 44–56, 2011.

FLORES, T. Genocídio da Juventude Negra do Brasil: as novas formas de guerra, raça e colonialidade do poder. In: MACEDO, A. et al. (Org.). **Direitos Humanos - Diversas Abordagens**. 1. ed. Rio de Janeiro: Câmara Brasileira de Jovens Escritores, 2016. p. 109–125.

FRANCISCO, J. C.; GROppo, L. A. Adolescência(s) e juventude(s): considerações a partir de uma coexistência legal. **Crítica Educativa**, v. 2, n. 2, p. 275–294, 2016.

FRANCO, M. **UPP - A redução da favela a três letras: uma análise da política de segurança pública do estado do Rio de Janeiro**. 2014, 136 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Turismo, Universidade Federal Fluminense, 2014.

FRANGELLA, S. A etnografia como enunciação pedestre: itinerância com meninos e meninas em situação de rua. In: FERREIRA, V. S. (Org.). **Pesquisar Jovens. Caminhos e desafios metodológicos**. Lisboa: ICS. Imprensa de Ciências Sociais, 2017. p. 221–241.

FREIRE, P. **Ação cultural para a liberdade e outros escritos**. Rio De Janeiro: Paz e Terra, 1981.

FREIRE, P. **Cartas à Guiné-Bissau**: Registros de uma experiência em processo. Rio De Janeiro: Paz e Terra, 1978.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 17a. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, P. **Pedagogia dos sonhos possíveis**. São Paulo: UNESP, 2011

FREIRE-MEDEIROS, B. A favela que se vê e que se vende: reflexões e polêmicas em torno da favela como destino turístico. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 22, n. 65, p. 61–73, 2007.

FRIGOTTO, G. O enfoque da dialética materialista histórica na pesquisa educacional. In: FAZENDA, I. (Org.). **Metodologia da pesquisa educacional**. 6a. ed. São Paulo: Cortez, 2000. p. 69–90.

GALHEIGO, S. M. Narrativas contemporâneas: significado, diversidade e contexto. **Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo**, v. 20, n. 1, p. 8–12, 2009.

GALHEIGO, S. M. O cotidiano na terapia ocupacional: cultura, subjetividade e contexto histórico-social. **Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo**, v. 14, n. 3, p. 104–109, 2003.

GALHEIGO, S. M. Perspectiva crítica y compleja de Terapia Ocupacional: actividad, cotidiano, diversidad, justicia social y compromiso ético-político. **TOG (A Coruña)**, v. 5, p. 176–187, 2012.

GALHEIGO, S. M. Sobre identidades, latinoamericanidades e construção de saberes em Terapia Ocupacional: diálogos com Boaventura de Sousa Santos. **Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar**, v. 7, n. 1, p. 215–221, 2014.

GALHEIGO, S. M. Terapia Ocupacional Social: uma síntese histórica acerca da constituição de um campo de saber e prática. *In*: LOPES, R. E.; MALFITANO, A. P. S. (Orgs.). **Terapia ocupacional Social - Desenhos teóricos e contornos práticos**. São Carlos: EDUFSCar, 2016. p. 49–68.

GALHEIGO, S. M. What needs to be done? Occupational therapy responsibilities and challenges regarding human rights. **Australian Occupational Therapy Journal**, v. 58, n. 2, p. 60–66, 2011.

GALVANI, D. et al. Exercícios etnográficos como atividades em espaço público: Terapia Ocupacional Social no fazer da arte, da cultura e da política. **Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar**, v. 24, n. 4, p. 859–868, 2016.

GASTALDO, D. et al. **Body-Map Storytelling as Research: Methodological considerations for telling the stories of undocumented workers through body mapping**. Ontario: Creative Commons, 2012, 51 p.

GOFFMAN, E. **Estigma**. Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1981.

GONÇALVES, C.; BANDEIRA, R. Transporte público em favelas: Análise da percepção da acessibilidade ao teleférico do Alemão. **Transportes**, v. 25, n. 2, p. 15–28, 31 ago. 2017.

GONÇALVES, H. C. B.; QUEIROZ, M. R.; DELGADO, P. G. G. Violência urbana e saúde mental: desafios de uma nova agenda? **Fractal: Revista de Psicologia**, v. 29, n. 1, p. 17–23, 2017.

GONÇALVES, M. V. “Eu nem sabia que podia entrar aqui”: promoção de cidadania cultural como experiência de ressignificação de identidade de jovens em conflito com a lei. **Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar**, v. 24, n. 1, p. 127–137, 2016.

GONÇALVES, M. V.; MALFITANO, A. P. S. Juventude no Complexo do Alemão (RJ): o que diz a literatura acadêmica? **Revista Brasileira Interinstitucional de Terapia Ocupacional - REVISBRATO**, v. 3, n. 3, p. 423–439, 2019.

GONÇALVES, R. S.; AMOROSO, M.; BRUM, M. Serviço Social, habitação e direito à cidade: favelas, subúrbios, periferias e assentamentos informais. **Libertas**, v.15, n.2, 2015.

GOZZI, A. P. N. F.; LUSSI, I. A. O. A avaliação inicial no processo de trabalho do terapeuta ocupacional na rede de saúde mental. **Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar**, v. 21, n. 3, p. 537–551, 2013.

GROPPO, L. A. Dialética das juventudes modernas e contemporâneas. **Revista de Educação do Cogeime**, v. 13, n. 25, p. 9–22, 2004.

GROSSI, P. K. et al. O Enfrentamento à Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes: desafios à intersectorialidade. **Anais do Seminário Internacional sobre Políticas Públicas, Intersectorialidade e Família**, p. 1–11, 2013. Disponível em: <http://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/9473/2/O_ENFRENTAMENTO_A_VIOLENCIA_SEXUAL_CONTRA_CRIANCAS_E_ADOLESCENTES_Desafios_a_Intersectorialidade.pdf>. Acesso em: 19 set. 2017.

GUAJARDO CÓRDOBA, A. Enfoque y praxis en terapia ocupacional. Reflexiones desde una perspectiva de la terapia ocupacional crítica. **TOG (A Coruña)**, v. 9, n. 5, p. 18–29, 2012.

GUAJARDO CÓRDOBA, A. Texto Inaugural. Construcción de identidades, epistemes y prácticas en la Terapia Ocupacional en la America Latina. *In*: SIMÓ ALGADO, S. et al. (Orgs.). **Terapias Ocupacionales desde el Sur - Derechos Humanos, ciudadanía y participación**. 1ª ed. Santiago de Chile: Editorial Universidad de Santiago de Chile, 2016. p. 41–62.

GUIMARÃES, J. R. S.; JANNUZZI, P. D. M. IDH, indicadores sintéticos e suas aplicações em políticas públicas: uma análise crítica. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 7, n. 1, p. 73, 2005.

HARTMAN, L. R. et al. How Do We ‘See’ Occupations? An Examination of Visual Research Methodologies in the Study of Human Occupation. **Journal of Occupational Science**, v. 18, n. 4, p. 292–305, out. 2011.

HARVEY, D. O direito à cidade. **Lutas Sociais**, n. 29, p. 73–89, 2012.

HELLER, A. **O Cotidiano e a História**. 2a. ed. Rio de Janeiro, São Paulo: Paz e Terra, 1985.

HUOT, S.; VERONIS, L. Examining the role of minority community spaces for enabling migrants’ performance of intersectional identities through occupation. **Journal of Occupational Science**, v. 25, n. 1, p. 37–50, 2018.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Reportagem *on line*: **Censo 2010 aprimorou a identificação dos aglomerados subnormais**. 2011. Disponível em: <<https://censo2010.ibge.gov.br/noticias-censo?view=noticia&id=1&idnoticia=2051&busca=&t=censo-2010-aprimorou-identificacao-aglomerados-subnormais>>. Acesso em: 20 dez. 2017.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA; FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. Atlas da violência 2019. Brasília; Rio de Janeiro; São Paulo, 2019. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio_institucional/190605_atlas_da_violencia_2019.pdf>. Acesso em: 5 jan. 2020.

INSTITUTO PEREIRA PASSOS. **Panorama dos Territórios: UPP's Complexo do Alemão**. Rio de Janeiro: Instituto Pereira Passos, 2007, 34 p. Disponível em: <<http://www.riomaisocial.org/wp-content/uploads/2017/01/1-Panorama-dos-Territórios-UPPs-Complexo-do-Alemão.pdf>>. Acesso em: 20 dez. 2017.

INSTITUTO RAÍZES EM MOVIMENTO. **Instituto Raízes em Movimento**. Disponível em: <<http://raizesemmovimento.blogspot.com/>>. Acesso em: 11 jun. 2019.

IZAGA, F.; PEREIRA, M. S. A mobilidade urbana na urbanização das favelas do Rio de Janeiro. **Cadernos do Desenvolvimento Fluminense**, n. 4, p. 88–115, 2014.

JÓNASDÓTTIR, S. K.; EGILSON, S. Þ.; POLGAR, J. Services, systems, and policies affecting community mobility for people with mobility impairments in Northern Iceland: An occupational perspective. **Journal of Occupational Science**, p. 1–13, 2018.

JÓNASDÓTTIR, S. K.; POLGAR, J. M. Services, systems, and policies affecting mobility device users' community mobility: A scoping review. **Canadian Journal of Occupational Therapy**, v. 85, n. 2, p. 106–116, 2018.

KAPPEL, V. B.; GONTIJO, D. T.; ALVES, H. C. As ações do terapeuta ocupacional na rede de atenção aos adolescentes em conflito com a lei. **Revista Brasileira Adolescência e Conflitualidade**, n. 10, p. 61–86, 2015.

KEMPER, M. L. C. et al. Integralidade e redes de cuidado: uma experiência do PET-Saúde/Rede de Atenção Psicossocial. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, v. 19, n. suppl 1, p. 995–1003, 2015.

LANGEVANG, T.; GOUGH, K. V. Surviving through movement: the mobility of urban youth in Ghana. **Social & Cultural Geography**, v. 10, n. 7, p. 741–756, 2009.

LARROSA BONDÍA, J. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. **Revista Brasileira de Educação**, n. 19, p. 20–28, 2002.

LEAL, A. R. R. **Representações sociais de alunos do ensino médio de uma escola do Complexo do Alemão (RJ) a respeito das Unidades de Polícia Pacificadora (UPP)**. 2014, 118 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Estácio de Sá, Rio de Janeiro, 2014.

LÉFÈBVRE, H. **O direito à cidade**. 5a. ed. São Paulo: Centauro, 2001, 146 p.

LEITE, M. P. Da “metáfora da guerra” ao projeto de “pacificação”: favelas e as políticas de segurança no Rio de Janeiro. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, v. 6, n. 2, p. 374–388, 2012.

LEITE, M. P.; MACHADO DA SILVA, L. A. Circulação e fronteira no Rio de Janeiro: a experiência urbana de jovens moradores de favelas em contexto de “pacificação”. *In*: CUNHA, N. V.; FELTRAN, G. S. (Orgs.). **Sobre periferias: Novos conflitos no Brasil urbano**. Rio de Janeiro: Lamparina e FAPERJ, 2013. p. 146–158.

LIMA, C. H. M. Narrativa e experiência do outro: um rolê afetivo no Complexo do Alemão. **Oculum ensaios**, v. 12, n. 2, p. 255–268, 2015.

LIMA, E. M. F. A. et al. PACTO: 10 anos de ações na interface arte e saúde e suas ressonâncias no campo profissional. **Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar**, v. 19, n. 3, p. 369–380, 2011.

LIONÇO, T. Psicologia, Democracia e Laicidade em Tempos de Fundamentalismo Religioso no Brasil. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 37, n. spe, p. 208–223, 2017.

LÍRIO, L. C. A construção histórica da adolescência. **Protestantismo em revista - Revista Eletrônica do Núcleo de Estudos e Pesquisa do Protestantismo da Faculdades EST**, v. 28, p. 72–79, 2012.

LISBOA, M. R.; LERNER, K. Sentidos de saúde, cuidado e risco para adolescentes residentes na favela da Maré, no Rio de Janeiro, Brasil. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, v. 21, n. 63, p. 893–906, 2017.

LIVIA, N. M.; COIMBRA, C. M. B. Juventude normatizada, moralizada e violentada: alguns modos de subjetivação contemporâneos. In: BOCA YUVA, H.; NUNES, S. A. (Orgs.). **Juventudes, subjetivações e violências**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2009. p. 41–50.

LOGAN, P. A. et al. Randomised controlled trial of an occupational therapy intervention to increase outdoor mobility after stroke. **BMJ**, v. 329, n. 7479, 2004.

LOPES, A. “Dos aparelhos ao orkut”: algumas considerações acerca das relações entre as entidades estudantis, a juventude e a internet. **Cadernos de Pesquisa do CDHIS**, v. 24, n. 1, p. 215–232, 2011.

LOPES, R. E. Cidadania, direitos e terapia ocupacional social. In: LOPES, R. E.; MALFITANO, A. P. S. (Orgs.). **Terapia ocupacional Social - Desenhos teóricos e contornos práticos**. São Paulo: EDUFSCar, 2016. p. 29–48.

LOPES, R. E. et al. Juventude pobre, violência e cidadania. **Saúde e Sociedade**, v. 17, n. 3, p. 63–76, 2008.

LOPES, R. E. et al. Oficinas de atividades com jovens da escola pública: tecnologias sociais entre educação e terapia ocupacional. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, v. 15, n. 36, p. 277–288, 2011.

LOPES, R. E. et al. Recursos e tecnologias em Terapia Ocupacional Social: ações com jovens pobres na cidade. **Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar**, v. 22, n. 3, p. 591–602, 2014.

LOPES, R. E. No pó da estrada. **Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar**, v. 21, n. 1, p. 171–186, 2013.

- LOPES, R. E. Terapia Ocupacional Social e a infância e a juventude pobres: experiências do núcleo UFSCar do projeto METUIA. **Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar**, v. 14, n. 1, p. 5–14, 2006.
- LOPES, R. E.; BORBA, P. L. O.; CAPPELLARO, M. Acompanhamento individual e articulação de recursos em Terapia Ocupacional Social: compartilhando uma experiência. **O Mundo da Saúde**, v. 35, n. 2, p. 233–38, 2011.
- LOPES, R. E.; BORBA, P. L. O.; MONZELI, G. A. Expressão livre de jovens por meio do fanzine: recursos para a terapia ocupacional social. **Saúde e Sociedade**, v. 22, n. 3, p. 937–948, 2013.
- LOPES, R. E.; SILVA, C. R.; MALFITANO, A. P. S. Adolescência e juventude de grupos populares urbanos no Brasil e as políticas públicas: apontamentos históricos. **Revista HISTEDBR On-line**, v. 23, p. 114–130, 2006.
- MACHADO, C. “É muita mistura”: projetos religiosos, políticos, sociais, midiáticos, de saúde e segurança pública nas periferias do Rio de Janeiro. **Religião & Sociedade**, v. 33, n. 2, p. 13–36, 2013.
- MAGALHÃES, H. **O que é fanzine**. 1a. ed. São Carlos: Brasiliense, 1993, 79 p.
- MAGALHÃES, L. S. **Participação de jovens em grupos culturais e mobilidade no espaço urbano de São Paulo**. 2008, 306 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.
- MAGNANI, J. G. C. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 17, n. 49, p. 11–29, jun. 2002.
- MAGNANI, J. G. C. Os circuitos dos jovens urbanos. **Tempo Social**, v. 17, n. 2, p. 173–205, 2005.
- MAIA, J. O. **Fogos digitais: letramento de sobrevivência do Complexo do Alemão/RJ**. 2017, 220 f. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada) - Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2017.
- MAIA, J. O. O Twitter de Renê Silva e a ocupação da tecnologia: o morro (do Alemão) tem vez. **Trabalhos em Linguística Aplicada**, v. 51, n. 1, p. 261–275, jun. 2012.
- MALFITANO, A. P. S. Contexto social e atuação social: generalizações e especificidades na terapia ocupacional. In: LOPES, R. E.; MALFITANO, A. P. S. (Orgs.). **Terapia Ocupacional Social - Desenhos teóricos e contornos práticos**. São Carlos: EDUFSCar, 2016. p. 17–133.
- MALFITANO, A. P. S. Experiências de Pesquisa: entre escolhas metodológicas e percursos individuais. **Saúde Soc.**, v.20, n.2, p.314-324, 2011b.
- MALFITANO, A. P. S. Juventudes e contemporaneidade: entre a autonomia e a tutela. **Etnográfica**, v. 15, n. 3, p. 523–542, 2011a.

MALFITANO, A. P. S.; LOPES, R. E. Direitos Humanos, Direitos Sociais e Cidadania: à guisa de um debate. *In: SILVA, C. R. (Org.). **Direitos humanos para a diversidade: construindo espaços de arte, cultura e educação.*** São Carlos: São Jorge, 2014. p. 13–19.

MALFITANO, A. P. S.; LOPES, R. E. Redes de serviços na atenção a jovens: desafios frente a exploração sexual. *In: COSTA, S. L.; MENDES, R. (Org.). **Redes Sociais Territoriais.*** São Paulo: FAP - Unifesp, 2014. p. 143–157.

MALFITANO, A. P. S.; SILVA, M. J.; BARBOSA, M. F. Pesquisas de Pós-Graduação brasileira stricto sensu com enfoque na saúde dos jovens entre 1987 e 2010. *Adolescência e Saúde*, v. 14, n. 2, p. 163–175, 2017.

MARGULIS, M.; ARIOVICH, L. La juventud es más que una palabra. *In: MARGULIS, M. (Org.). **La juventud es más que una palabra: ensayos sobre cultura y juventud.*** 3a. ed. Buenos Aires: Biblos, 2008. p. 13–30.

MARSHALL, T. H. **Cidadania, classe social e status.** Rio de Janeiro: Zahar, 1967, 220 p.

MARTINS, J. S. **Uma sociologia da vida cotidiana** – ensaios na perspectiva de Florestan Fernandes, de Wright Mills e de Henri Lefebvre. São Paulo: Editora Contexto, 2014.

MATIOLLI, T. O. L. Notas sobre o surgimento do bairro Complexo do Alemão. *In: RODRIGUES, R. I. (Org.). **Vida Social e Política nas Favelas: pesquisas de campo no Complexo do Alemão.*** Rio de Janeiro: IPEA, 2016. p. 71–94.

MEDEIROS, M. H. R. A Terapia Ocupacional em relação à produção de conhecimento. *Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar*, v. 8, n. 1, p. 61–68, 2000.

MEES, L. A. L. Espaços turísticos construídos no Complexo do Alemão por roteiros comerciais. *Revista Iberoamericana de Turismo*, v. 5, n. Especial, p. 43–53, 2015.

MELLO, A. F.; ALMEIDA FILHO, N.; RIBEIRO, R. J. Por uma universidade socialmente relevante. *Atos Pesquisa e Educação*, v. 4, n. 3, p. 292–302, 2009.

MELLO, M. A. F.; MANCINI, M. C. Avaliação das atividades de vida diária e controle domiciliar. *In: CAVALCANTI, A.; GALVÃO, C. (Orgs.). **Terapia Ocupacional – Fundamentação e Prática.*** Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2007. p. 49–54.

MENDES JUNIOR, A. A. F. Uma análise da progressão dos alunos cotistas sob a primeira ação afirmativa brasileira no ensino superior: o caso da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. *Ensaio: avaliação e políticas públicas*, v. 22, n. 82, p. 31–56, 2014.

MENEZES, P. Turismo e favela: reflexões sobre ética e fotografia. *Dialogando no Turismo*, v. 1, n. 3, p. 10–30, 2007.

- MINAYO, M. C. S. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 34a. ed. Petrópolis: Vozes, 2015, 108 p.
- MISSE, M. Crime, sujeito e sujeição criminal: aspectos de uma contribuição analítica sobre a categoria “bandido”; **Lua Nova**, n. 79, p. 15–38, 2010.
- MONTEIRO, J.; SERPA, A. Políticas de desenvolvimento territorial e cultural no território de identidade de Vitória da Conquista: uma análise geográfica da lógica de localização de projetos e recursos. **Ateliê Geográfico**, v. 5, n. 3, p. 150–171, 2012.
- MONTEIRO, S.; CECCHETTO, F. Cor, gênero e classe: dinâmicas da discriminação entre jovens de grupos populares cariocas. **Cadernos Pagu**, n. 32, p. 301–329, 2009.
- MORAIS, A. C.; MALFITANO, A. P. S. O Terapeuta Ocupacional como executor de medidas socioeducativas em meio aberto: discursos na construção de uma prática. **Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar**, v. 24, n. 3, p. 531–542, 2016.
- MORÁN, J. P.; ULLOA, F. Perspectiva crítica desde latinoamérica: hacia una desobediencia epistémica en terapia ocupacional contemporánea. **Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar UFSCar**, v. 24, n. 2, p. 421–427, 2016.
- MOTTA, E. Houses and economy in the favela. **Vibrant: Virtual Brazilian Anthropology**, v. 11, n. 1, p. 118–158, 2014.
- MOULIN, C.; TABAK, J. Humanitarismo e a favela global: violência urbana e ação humanitária no Rio de Janeiro. **Contexto Internacional**, v. 36, n. 1, p. 43–74, 2014.
- MOVIMENTO PASSE LIVRE. **Apresentação. Sobre o MPL**. *Site da internet*. Disponível em: <<https://saopaulo.mpl.org.br/>>. Acesso em: 10 abr. 2018.
- MOVIMENTO PASSE LIVRE. **Mobilidade urbana como um problema**. Disponível em: <<https://saopaulo.mpl.org.br/2014/01/14/mobilidade-urbana-como-um-problema/>>. Acesso em: 10 abr. 2018.
- MOVIMENTOS/CESEC. #VidasNasFavelasImportam: juventude periférica, participação política e a construção de alternativas à guerra às drogas. **Journal of Illicit Economies and Development**, v. 1, n. 2, p. 1–5, 2019.
- NASCIMENTO, J. G. **Raça, mídia e juventude**: representações da juventude negra. 2014. 125 f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Uberlândia, 2014.
- NASCIMENTO, P. F.; MELAZZO, E. S. Território: conceito estratégico na assistência social. **Serviço Social em Revista**, v. 16, n. 1, p. 66–88, 2013.
- NEGREIROS, D. J. et al. Risco e vulnerabilidade: pontos de convergência na produção brasileira sobre juventudes. **DesIdades**, v. 6, n. 18, p. 20–33, 2018.

- NILSSON, I.; TOWNSEND, E. Occupational Justice: Bridging theory and practice. **Scandinavian Journal of Occupational Therapy**, v. 17, n. 1, p. 57–63, 22 jan. 2010.
- NOVAES, D. **Funk Proibido: Música e Poder nas Favelas Cariocas**. 2016, 173 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.
- NOVAES, R. Juventude e religião, sinais do tempo experimentado. **Interseções: Revista de Estudos Interdisciplinares**, v. 20, n. 2, p. 351–368, 2018.
- NOVAES, R. Juventude, religião e espaço público: exemplos “bons para pensar” tempos e sinais. **Religião & Sociedade**, v. 32, n. 1, p. 184–208, 2012.
- NOVAES, R. Os jovens de hoje: contextos, diferenças e trajetórias. In: ALMEIDA, M. I. M. DE; EUGENIO, F. (Orgs.). **Culturas Jovens – novos mapas do afeto**. Rio de Janeiro: Zahar editores, 2006. p. 105–120.
- NOVAES, R. R. Juventudes Cariocas: mediações, conflitos e encontros culturais. In: VIANNA, H. (Org.). **Galerias Cariocas: territórios de conflitos e encontros culturais**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997. p. 119–160.
- NUNES, C. M. P. Avaliação das atividades produtivas e de trabalho. In: CAVALCANTI, A.; GALVÃO, C. (Orgs.). **Terapia Ocupacional – Fundamentação e Prática**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2007. p. 54–68.
- NUNES, M. R. F. Memória, consumo e memes de afeto nas cenas cosplay e furry. **Revista Contracampo**, v. 35, n. 1, p. 142–162, 2016.
- OBSERVATÓRIO DE FAVELAS. O que é favela, afinal? In: SILVA, J. S. (Org.). **O que é favela, afinal?** Rio de Janeiro: Observatório de Favelas do Rio de Janeiro, 2009. p. 21–23. Disponível em: <www.observatoriodefavelas.org.br>. Acesso em: 31 jul. 2019.
- OLIVEIRA, B. C. S. **Políticas públicas e participação popular na implantação do PAC Social no Complexo do Alemão**. 2011, 122 f. Dissertação (Mestrado em Política Social) -Departamento de Serviço Social de Niterói, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011.
- OLIVEIRA, M. L.; MELLO NETO, R. D. Uma ou outra inclusão: diferentes políticas de juventudes para os diferentes perfis de jovens “excluídos”. **Tópicos Educacionais**, v. 21, n. 2, p. 9–27, 2015.
- OLIVER, F. C. et al. Reabilitação baseada na comunidade - produzindo ações no contexto sociocultural. **Quaestio - Revista de estudos de educação**, v. 2, n. 1, p. 79–84, 2000.
- PAIS, J. M. A construção sociológica da juventude - alguns contributos. **Análise Social**, v. XXV, p. 139–165, 1990.

PAIS, J. M. Nas rotas do cotidiano. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 37, p. 105–115, 1993.

PAIS, J. M. O Cotidiano e a prática artesanal da pesquisa. **Revista Brasileira de Sociologia/Sociedade Brasileira de Sociologia**, v. 1, n. 1, p. 107–128, 2013.

PAIS, J. M. **Sociologia da vida quotidiana**. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2007.

PAN, L. C. **Entrelaçando pontos – de fora para dentro, de dentro para fora: ação e formação da terapia ocupacional social na escola pública**. 2019. 243 f. Tese (Doutorado em Terapia Ocupacional). Universidade Federal de São Carlos. São Carlos, SP., 2019.

PAN, L. C. **Políticas de ensino superior, graduação em terapia ocupacional e o ensino de terapia ocupacional social no Brasil**. 2014. 224 f. Universidade Federal de São Carlos, 2014.

PARNELL, T.; WILDING, C. Where can an occupation-focussed philosophy take occupational therapy? **Australian Occupational Therapy Journal**, v. 57, n. 5, p. 345–348, 2010.

PASTERNAK, S.; D’OTTAVIANO, C. Favelas no Brasil e em São Paulo: avanços nas análises a partir da Leitura Territorial do Censo de 2010*. **Cadernos MetrÓpole**, v. 18, n. 35, p. 75–100, jun. 2016.

PASTORE, M. D. N.; SATO, M. T. Pelos caminhos da diversidade sociocultural: diálogos entre terapia ocupacional, África e etnografia. **Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional**, v. 26, n. 4, p. 952–959, 2018.

PATROCÍNIO, P. R. T. Favela, periferia e subúrbio: territórios da diferença. **Anais eletrônicos do XV Congresso Internacional da Associação Brasileira de Literatura Comparada - ABRALIC**, v. 2, p. 2506–2514, 2017. Disponível em: <http://www.abralic.org.br/anais/arquivos/2017_1522191585.pdf>.

PENTEADO, J. D. O.; RENÓ, D. P. Dos “novos novos” cidadãos aos “novos novos” movimentos sociais. **Revista Extraprensa**, v. 9, n. 2, p. 99–113, 2016.

PEREIRA, B. P. **Terapia Ocupacional e Educação: as proposições de terapeutas ocupacionais na e para a Escola**. 2018. 229 f. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal de São Carlos. São Carlos, SP., 2018.

PEREIRA, P. E.; MALFITANO, A. P. S. Olhos de ver, ouvidos de ouvir, mãos de fazer: oficinas de atividades em Terapia Ocupacional como método de coletas de dados. **Interface**, v. 18, n. 49, p. 415–422, 2014.

PÉREZ, B. C. **Memórias e narrativas de jovens sobre o lugar: uma discussão sobre as intervenções urbanas no Rio de Janeiro**. 2014, 218 f. Tese (Doutorado em Psicologia) – Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

PÉREZ, B. C.; CASTRO, L. R. DE. Jovens no Rio de Janeiro: percursos, inseguranças e riscos. **Educação (UFSM)**, v. 36, n. 1, p. 107–120, 2011.

PERO, V.; MIHESSEN, V. Mobilidade Urbana e Pobreza no Rio de Janeiro. **Econômica**, v. 15, n. 2, p. 23–50, 2013.

PIRES, F. L. Discriminação na cidade: a mobilidade como direito social. **URBANA: Revista Eletrônica do Centro Interdisciplinar de Estudos sobre a Cidade**, v. 8, n. 1, p. 95–120, 2016.

PIZARRO, E. et al. Understanding occupational justice from the concept of territory: A proposal for occupational science. **Journal of Occupational Science**, v. 25, n. 4, p. 463–473, 2018.

POLIT, D. F.; HUNGLERT, B. **Fundamentos de pesquisa em enfermagem: avaliação de evidências para a prática de enfermagem**. 7^a ed. Porto Alegre: Artmed, 2001, 670 p.

PRATA, N. I. S. S. et al. Saúde Mental e Atenção Básica: território, violência e desafio das abordagens psicossociais. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 15, n. 1, p. 33–53, 2017.

PUCCINELLI, B. Na esquina do Bar d’A Lôca: produção de sexualidades no cruzamento com a produção da cidade de São Paulo. **Cadernos de Campo** (São Paulo, 1991), v. 23, n. 23, p. 109–124, 2014.

QUEIROZ FILHO, A. P. Sobre a origem da favela. **Mercator**, v. 10, n. 22, p. 33–48, 2011.

REIS, T. A. M. A terapia ocupacional social: análise da produção científica do estado de São Paulo. 2008. 87 f. Dissertação (Mestrado em Ciências). Faculdade de Medicina, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/5/5163/tde-25032009-090728/>>.

RIBEIRO, P. T. Perspectiva territorial, regionalização e redes: uma abordagem à política de saúde da República Federativa do Brasil. **Saúde e Sociedade**, v. 24, n. 2, p. 403–412, 2015.

ROCHA, E. F.; BRUNELLO, M. I. B. Avaliação qualitativa em Terapia Ocupacional: Princípios, métodos e técnicas de coleta de dados. In: CAVALCANTI, A.; GALVÃO, C. (Orgs.). **Terapia Ocupacional – Fundamentação e Prática**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2007. p. 44–48.

RODRIGUES, A. M. V. N.; ALVES, G. B. O. Avaliação dos componentes de desempenho sensorial e neuromuscular. *In*: CAVALCANTI, A.; GALVÃO, C. (Orgs.). **Terapia Ocupacional – Fundamentação e Prática**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2007. p. 74–92.

RODRIGUES, C. Atualidade do conceito de interseccionalidade para a pesquisa e prática feminista no Brasil. **Anais do Seminário Internacional Fazendo Gênero 10**. Florianópolis, 2013. Disponível em:
<https://s3.amazonaws.com/academia.edu.documents/49626474/1384446117_ARQUIVO_CristianoRodrigues.pdf?response-content-disposition=inline%3BO_CristianoRodrigues.pdf?response-content-disposition=inline%3Bfilename%3DATUALIDADE_DO_CONCEITO_DE_INTERSECCIONAL.pdf&X-Amz-Algorithm=AWS4-HMAC-SHA256&X-Amz-Credential=AKIAIWOWY>.
Acesso em: 7 nov. 2019.

RODRIGUES, R. I. Uma construção complexa: necessidades básicas, movimentos sociais, governo e mercado. *In*: RODRIGUES, R. I. (Org.). **Vida Social e Política nas Favelas: pesquisas de campo no Complexo do Alemão**. Rio de Janeiro: IPEA, 2016. p. 43–70.

ROESE, A. et al. Diário de campo: construção e utilização em pesquisas científicas. **Online Brazilian Journal of Nursing**, v. 5, n. 3, 2006.

SACKLEY, C. M. et al. Effects of a physiotherapy and occupational therapy intervention on mobility and activity in care home residents: a cluster randomised controlled trial. **BMJ**, p. 1–9, 2009.

SALLES, M. M.; MATSUKURA, T. S. Estudo de revisão sistemática sobre o uso do conceito de cotidiano no campo da Terapia Ocupacional na literatura de língua inglesa. **Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar**, v. 23, n. 1, p. 197–210, 2015.

SANTOS, D. R.; FEDEGER, A. M. O terapeuta ocupacional no processo de ressocialização de adolescentes em conflito com a lei privados de liberdade: transformação através da ocupação. **Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo**, v. 19, n. 2, p. 100–107, 2008.

SANTOS, L. B. D. **Impactos da implantação do teleférico como sistema de transporte nas favelas: O caso do Complexo do Alemão**. 2014, 118 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil) - Departamento de Engenharia Civil, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

SANTOS, L. M. N. **Pobreza como privação de liberdade: um estudo de caso na favela do Vidigal**. 2007. Dissertação (Mestrado em Economia). Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, 2007b.

SANTOS, M. **O espaço cidadão**. 7^a. ed. São Paulo: EdUSP, 2007a, 176 p.

SANTOS, M. O retorno do território. *In*: SANTOS, M.; SOUZA, M. A. DE; SILVEIRA, M. L. (Orgs.). **Território: globalização e fragmentação**. 4^a. ed. São Paulo: Hucitec, 1998. p. 255–261.

- SANTOS, M. **Por uma geografia cidadã: por uma epistemologia da existência.** Boletim Gaúcho de Geografia, n. 21, p. 7–14, 1996.
- SANTOS, M. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal.** 6^a ed. Rio de Janeiro: Record, 2001, 236 p.
- SANTOS, R. F. **Situação atual e perspectivas de desenvolvimento da Área de Planejamento 3 da Cidade do Rio de Janeiro.** 2012, 103 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Urbana e Ambiental) – Departamento de Engenharia Civil, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.
- SÃO PAULO, Prefeitura Municipal. **Cadernos de Formação. Direito à cidade.** São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2015, 41 p.
- SATO, M. T.; BARROS, D. D. Cultura, mobilidade e direitos humanos: reflexões sobre terapia ocupacional social no contexto da política municipal para população imigrante. **Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar**, v. 24, n. 1, p. 91–103, 2016.
- SAVEGNAGO, S. D. O. **Oportunidades de vida: fortuidades do tempo e mobilidades no espaço de jovens pobres cariocas.** 2018, 275 f. Tese (Doutorado em Psicologia) – Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.
- SCANDIRIZI, L. B.; MAXIMINO, V.; LIBERMAN, F. Fazer para conhecer: relato de um grupo de jovens da região noroeste de Santos. In: MAXIMINO, V.; LIBERMAN, F. (Orgs.). **Grupos e terapia ocupacional: formação, pesquisa e ação.** São Paulo: Summus, 2015. p. 68–87.
- SCHOEN-FERREIRA, T. H.; AZNAR-FARIAS, M.; SILVARES, E. F. M. Adolescência através dos Séculos. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 26, n. 2, p. 227–234, 2010.
- SEABRA, O. C. L. Territórios do uso: cotidiano e modo de vida. **Revista Cidades**, v. 1, n. 2, p. 11–206, 2004.
- SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade.** São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- SEN, A. **Desigualdade Reexaminada.** São Paulo, Rio de Janeiro: Record, 2001.
- SERRÃO, B. O.; SANTANA, J. P. Experiências vivenciadas por adolescentes em tribos urbanas: com a palavra os emos. **Interacções**, v. 9, n. 26, p. 69–91, 2013.
- SEVERIANO, M. F. V. A juventude em tempos acelerados: reflexões sobre consumo, indústria cultural e tecnologias informacionais. **Revista de Ciências Sociais**, n. 38, p. 271–286, 2017.
- SILVA JUNIOR, R. F. Circulação, epistemologia e a constituição de um ramo da ciência geográfica. **Boletim Campineiro de Geografia**, v. 2, n. 3, p. 389–417, 2013.

- SILVA, C. R. As atividades como recurso para a pesquisa. **Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar**, v. 21, n. 3, p. 461–470, 2013.
- SILVA, C. R. et al. Juventude, cultura e profissionalização da criatividade. **Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar**, v. 24, n. 1, p. 13–24, 2016a.
- SILVA, C. R. Oficinas. In: PARK, M. B.; FERNANDES, R. S.; CARNICEL, A. (Org.). **Palavras-chave da educação não formal**. Holambra: Editora Setembro/Centro de Memória da Unicamp, 2007. p. 213–214.
- SILVA, C. R.; LOPES, R. E. Adolescência e juventude: entre conceitos e políticas públicas. **Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar**, v. 17, n. 2, p. 87–106, 2009.
- SILVA, H. R. S. A situação etnográfica: andar e ver. **Horizontes Antropológicos**, v. 15, n. 32, p. 171–188, 2009.
- SILVA, J. S. et al. Um olhar possível sobre o conceito de mobilidade e os casos da Favela da Maré e do Complexo do Alemão. In: BALBIM, R.; KRAUSE, C.; LINKE, C. C. (Orgs.). **Cidade e Movimento. Mobilidades e Interações no Desenvolvimento Urbano**. Brasília: Ipea: ITPD, 2016b. p. 181–204.
- SILVA, J. S. Um espaço em busca de seu lugar: as favelas para além dos estereótipos. In: SANTOS, M.; BECKER, B. K. (Org.). **Território, Territórios. Ensaio sobre o ordenamento territorial**. 3a. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007. p. 209–230.
- SILVA, J. S.; BARBOSA, J. L. As favelas como territórios de reinvenção da cidade. In: BARBOSA, J. L.; DIAS, C. G. (Orgs.). **Solos Culturais**. Rio de Janeiro: Observatório de Favelas, 2013. p. 29–37.
- SILVA, M. J. DA; OLIVEIRA, M. L.; MALFITANO, A. P. S. O uso do espaço público da praça: considerações sobre a atuação do terapeuta ocupacional social. **Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional**, v. 27, n. 2, p. 438–447, 2019.
- SILVA, S. P.; MUNDIM, P. S. Mediações no YouTube e o caso ‘Ocupação do Complexo do Alemão’: características e dinâmica de uso. **Intercom: Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, v. 38, n. 1, p. 231–253, 2015.
- SILVA, V. P.; BARROS, D. D. Método história oral de vida: contribuições para a pesquisa qualitativa em terapia ocupacional. **Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo**, v. 21, n. 1, p. 68–73, 2010.
- SIMÓ ALGADO, S. Introducción. In: SIMÓ ALGADO, S. et al. (Orgs.). **Terapias Ocupacionales desde el Sur - Derechos Humanos, ciudadanía y participación**. 1^a. ed. Santiago de Chile: Editorial Universidad de Santiago de Chile, 2016a. p. 33–7.
- SIMÓ ALGADO, S. Una definición de Terapia Ocupacional desde un paradigma crítico. In: SIMÓ ALGADO, S. et al. (Orgs.). **Terapias Ocupacionales desde el Sur - Derechos Humanos, ciudadanía y participación**. 1^a. ed. Santiago de Chile: Editorial Universidad de Santiago de Chile, 2016b. p. 173–88.

SIMÕES, J. A. Explorando terrenos digitais: metodologias de investigação qualitativa online e offline em práticas culturais e de participação juvenis. *In: FERREIRA, V. S. (Org.). Pesquisas Jovens. Caminhos e desafios metodológicos.* Lisboa: ICS. Imprensa de Ciências Sociais, 2017. p. 111–134.

SINGER, A. Brasil, junho de 2013, classes e ideologias cruzadas. **Novos Estudos - CEBRAP**, n. 97, p. 23–40, nov. 2013.

SOARES, M. R. M.; INFORSATO, E. A.; CASTRO, E. D. Cidade adentro, cidade afora: histórias entre Associação Morungaba e PACTO - SP. **Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo**, v. 20, n. 3, p. 193–198, 2009.

SOBREIRO FILHO, J. Movimentos socioespaciais, socioterritoriais, manifestações e as redes sociais: das manifestações internacionais ao Movimento Passe Livre - SP. **GeoGraphos: Revista Digital para Estudantes de Geografia y Ciencias Sociales**, v. 6, n. 73, p. 1–29, 2015.

SOUTO, A. L. S.; PONTUAL, P. **Juventude e integração Sul-Americana: caracterização de situações-tipo e organizações juvenis: relatório nacional do Brasil.** Rio de Janeiro: PÓLIS/Ibase, 2007, 92 p. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.abong.org.br/bitstream/handle/11465/936/1618.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 2 ago. 2017.

SOUZA, A. S. B. **Presos no círculo, prostrados no asfalto: tensões entre o móvel e o imóvel.** 2014, 308 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

SOUZA, M. R.; PERUCCHI, J. “A periferia invade o centro”: uma análise sobre a apropriação do espaço urbano por jovens pobres. **Pesquisas e práticas psicossociais.**, v. 13, n. 3, p. 1–16, 2018.

SOUZA, P. L. A. Mobilizações, projetos sociais e juventude em favelas cariocas: um olhar a partir dos eventos #OcupaAlemãoàs9h e #OcupaBorelàs9h. *In: RODRIGUES, R. I. (Org.). Vida Social e Política nas Favelas: pesquisas de campo no Complexo do Alemão.* Rio de Janeiro: IPEA, 2016. p. 153–174.

SPOSITO, M. P. A pesquisa sobre Jovens na Pós-Graduação: um balanço da produção discente em Educação, Serviço Social e Ciências Sociais (1999-2006). *In: SPOSITO, M. P. (Org.). Estado da Arte sobre juventude na pós-graduação brasileira : educação, ciências sociais e serviço social (1999-2006). Volume 1.* Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009. p. 17–56.

SPOSITO, M. P. Ação coletiva, jovens e engajamento militante. *In: CARRANO, P.; FÁVERO, O. (Orgs.). Narrativas juvenis e espaços públicos: olhares de pesquisas em educação, mídia e ciências sociais.* Niterói: UFF, 2014. p. 97–130.

SPOSITO, M. P. Transversalidades no estudo sobre jovens no Brasil: educação, ação coletiva e cultura. **Educação e Pesquisa**, v. 36, n. especial, p. 95–106, abr. 2010.

SPOSITO, M. P.; CARRANO, P. C. R. Juventude e políticas públicas no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, n. 24, p. 16–39, 2003.

SPOSITO, M. P.; TARÁBOLA, F. S. Entre luzes e sombras: o passado imediato e o futuro possível da pesquisa em juventude no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, v. 22, n. 71, p. 1–18, 2017.

STROZEMBERG, P. Alguém tem receio de ser multado na favela? In: SILVA, J. S. (Org.). **O que é favela, afinal?** Rio de Janeiro: Observatório de Favelas do Rio de Janeiro, 2009. p. 67–69.

TAKEITI, B. A. **Juventudes, subjetivação e violências: inventando modos de existência no contemporâneo**. 2014, 263 f. Tese (Doutorado em Psicologia Social). Departamento de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo 2014.

TAKEITI, B. A. **O adolescente e a violência: uma análise da configuração de sentidos do adolescente sobre o fenômeno da violência**. 2003, 143 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social). Departamento de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2003.

TAKEITI, B. A.; VICENTIN, M. C. G. A produção de conhecimento sobre juventude(s), vulnerabilidades e violências: uma análise da pós-graduação brasileira nas áreas de Psicologia e Saúde (1998-2008). **Saúde e Sociedade**, v. 24, n. 3, p. 945–963, 2015.

TAKEITI, B. A.; VICENTIN, M. C. G. Jovens (en)cena: arte, cultura e território. **Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar**, v. 24, n. 1, p. 25–37, 2016.

TAVARES, A. F.; COSTA, V. L. M.; TUBINO, M. J. G. Recreação Esportiva e seus desafios corporais no Complexo do Alemão. **Motriz. Revista de Educação Física. UNESP**, v. 16, n. 1, 2009.

TRANCOSO, A. E. R.; OLIVEIRA, A. A. S. Aspectos do conceito de juventude nas Ciências Humanas e Sociais: análises de teses, dissertações e artigos produzidos de 2007 a 2011. **Pesquisas e Práticas Psicossociais**, v. 11, n. 2, p. 278–294, 2016.

UFRJ. Conselho de Ensino de Graduação. **Resolução CEG no. 02 de 2013**, 2013. Disponível em: <http://www.poli.ufrj.br/arquivos/dade/CEG2013_02.pdf>. Acesso em: 7 nov. 2017

URIARTE, U. M. O que é fazer etnografia para os antropólogos. **Ponto Urbe**, n. 11, 2012.

VALLADARES, L. Educação e mobilidade social nas favelas do Rio de Janeiro; O caso dos universitários (graduandos e graduados) das favelas. **Dilemas - Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, v. 2, n. 5–6, p. 153–172, 2009.

VALLADARES, L. P. A gênese da favela carioca: a produção anterior às ciências Sociais. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 15, n. 44, p. 5–34, 2000.

VALLADARES, L. P. **A invenção da favela**. Do mito de origem à favela.com. Rio de Janeiro: Editora FVG, 2005.

VASCONCELLOS, E.; JUNQUEIRA, L. Por uma política nacional de transporte urbano. **Revista dos Transportes Públicos - ANTP**, v. 22, n. 85, p. 29–42, 1999.

VELOSO, S.; SANTIAGO, V. **Ninguém entra, ninguém sai. Mobilidade urbana e direito à cidade no Complexo do Alemão**. 1^a ed. Rio de Janeiro: Fundação Henrich Böll, 2017, 40 p.

VICENTIN, M. C. G. **A vida em rebelião: jovens em conflito com a lei**. São Paulo: Hucitec, 2005, 322 p.

VIEIRA, A. F. R.; CAVALCANTI, A.; ALVES, A. L. O direito de ir e vir: a acessibilidade do transporte público. **Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar**, v. 23, n. 4, p. 775–780, 2015.

VIEIRA, P. J. Cidades torcidas: Uma abordagem sobre (homo)sexualidades e espaço urbano. **Anais do XII Simpurb - Simpósio Nacional de Geografia Urbana**. Belo Horizonte, 2011. Disponível em:
<[https://s3.amazonaws.com/academia.edu.documents/36846262/Cidades_torcidas_uma_abordagem_conceitual_sobre_homosexualidades_e_espaco_urbano-libre.pdf?response-content-disposition=inline%3Bfilename%3DCidades_Torcidas_Uma_abordagem_conceptu.pdf&X-Amz-Algorithm="](https://s3.amazonaws.com/academia.edu.documents/36846262/Cidades_torcidas_uma_abordagem_conceitual_sobre_homosexualidades_e_espaco_urbano-libre.pdf?response-content-disposition=inline%3Bfilename%3DCidades_Torcidas_Uma_abordagem_conceptu.pdf&X-Amz-Algorithm=)>
Acesso em: 3 nov. 2019.

VILELA, L. et al. As cotas nas universidades públicas diminuem a qualidade dos ingressantes? **Estudos em Avaliação Educacional**, v. 28, n. 69, p. 652–684, 2017.

VILELA, L.; MENEZES-FILHO, N.; TACHIBANA, T. Y. As Cotas nas Universidades Públicas Diminuem a Qualidade dos Alunos Selecionados? Simulações com dados do ENEM. **Insper. Centro de políticas públicas**, n. 17, p. 1–46, 2016.

VOLPINI, M. et al. Mobilidade sobre rodas: a percepção de pais de crianças com paralisia cerebral. **Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar**, v. 21, n. 3, p. 471–478, 2013.

VOZ DAS COMUNIDADES. Reportagem *on line*: **Ocupa Alemão realiza um rolê afetivo pelo Complexo do Alemão**. Disponível em:
<<http://www.vozdascomunidades.com.br/comunidades/complexo-do-alemao/ocupa-alemao-realiza-um-role-afetivo-pelo-complexo-do-alemao/>>. Acesso em: 6 mar. 2018.

WELLER, W. Gênero e juventude. **Revista Estudos Feministas**, v. 13, n. 1, p. 103–106, abr. 2005.

ANEXOS

Anexo I - Parecer 2.761.319 de aprovação do projeto pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de São Carlos (CEP - UFSCar),

Anexo II - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para jovens maiores de 18 anos

Anexo III - Termo de Assentimento para jovens entre 15 e 18 anos

Anexo IV - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para os responsáveis pelos jovens menores de 18 anos

ANEXO A - Parecer 2.761.319 de aprovação do projeto pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de São Carlos (CEP - UFSCar)



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: JUVENTUDE, COTIDIANO E TERRITÓRIO: CIRCULAÇÃO E MOBILIDADE DE JOVENS MORADORES DO COMPLEXO DO ALEMÃO - RJ

Pesquisador: Monica Villaça Gonçalves

Área Temática:

Versão: 4

CAAE: 86944918.8.0000.5504

Instituição Proponente: Universidade Federal de São Carlos/UFSCar

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 2.761.319

Apresentação do Projeto:

As favelas brasileiras sofrem de um estigma negativo no imaginário social no que se refere a sua realidade: são lugares permeados pela violência, com ausência do Estado e alta criminalidade. Esse estigma da favela recai diretamente sobre a juventude que nela vive, sendo esta população um das que sofre com as consequências dessa representação, que afetam o cotidiano daqueles jovens de diversas formas. Neste tema, o presente projeto de pesquisa de Doutorado em Terapia Ocupacional tem como pergunta norteadora "como é o cotidiano de um jovem morador do Complexo do Alemão, RJ, no que se refere à sua circulação e mobilidade por diferentes territórios da cidade?" Apresenta como objetivo geral conhecer e discutir a circulação e a mobilidade cotidiana de jovens moradores do Complexo do Alemão, no Rio de Janeiro, e como objetivos específicos: (1) conhecer a narrativa de jovens moradores do Complexo do Alemão a respeito de seus cotidianos, (2) discutir a circulação e a mobilidade urbana cotidiana dos jovens e (3) refletir sobre as relações entre circulação e mobilidade urbana juvenil e a prática da terapia ocupacional. Para tanto, será realizada uma pesquisa de abordagem qualitativa utilizando como método de produção de dados a realização de oficinas de atividades temáticas, com o intuito de ouvir as narrativas dos próprios jovens, a serem realizadas em um Organização Não Governamental localizada dentro do Complexo do Alemão, com jovens moradores do bairro de idade entre 15 e 29 anos, de todas as identidades de gênero. A escolha dos jovens será por meio de convites a aqueles frequentadores da ONG e os grupos realizados serão heterogêneos e

Endereço: WASHINGTON LUIZ KM 235

Bairro: JARDIM GUANABARA

CEP: 13.565-905

UF: SP

Município: SAO CARLOS

Telefone: (16)3351-9683

E-mail: cephumanos@ufscar.br



Continuação do Parecer: 2.761.319

abertos. As atividades terão o intuito de nos aproximarmos das narrativas de vida dos jovens, buscando compreender sua circulação e mobilidade na cidade, e suas implicações em seu cotidiano. Espera-se que a pesquisa possa contribuir para o entendimento acerca da temática e consequente consolidação de seu debate dentro da agenda de discussão de políticas para a juventude, assim como na discussão sobre a formação de terapeutas ocupacionais para a atuação no campo social.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Conhecer e discutir a circulação e a mobilidade cotidiana de jovens moradores do Complexo do Alemão, no Rio de Janeiro, RJ.

Objetivo Secundário:

- Conhecer a narrativa de jovens moradores do Complexo do Alemão a respeito de seus cotidianos.- Discutir a circulação e a mobilidade urbana cotidiana dos jovens. - Refletir sobre as relações entre circulação e mobilidade urbana juvenil e a prática profissional em terapia ocupacional.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

Esta pesquisa apresenta riscos mínimos para os participantes, uma vez que serão utilizados recursos para preservar a identidade dos mesmos.

Existe o risco de constrangimento e desconforto do participante nas oficinas, no entanto, caso isso venha a acontecer, será explicado ao participante

que ele terá direito a se abster das atividades, sem nenhum prejuízo para si, e a pesquisadora estará disponível para acolher individualmente ou

encaminhar para a rede de serviços demandas dos participantes que necessitem de intervenção.Serão ofertados os contatos dos pesquisadores

com o intuito de garantir que, a qualquer momento, os participantes possam contatar a equipe para questionar algum ponto da pesquisa, solicitar

algum outro esclarecimento ou retirar sua colaboração com o estudo. Todo o material produzido na pesquisa será armazenado por cinco anos com a

pesquisadora.

Benefícios:

Entende-se ser um compromisso ético do pesquisador com os parceiros com os quais desenvolverá a pesquisa de colaborar com o desenvolvimento

Endereço: WASHINGTON LUIZ KM 235	CEP: 13.565-905
Bairro: JARDIM GUANABARA	
UF: SP	Município: SAO CARLOS
Telefone: (16)3351-9683	E-mail: cephumanos@ufscar.br



Continuação do Parecer: 2.761.319

de estratégias de enfrentamento de adversidades e vulnerabilidades locais. Por se tratar de uma proposta participativa, pretende-se que, durante todo o percurso da pesquisa, os dados produzidos sejam compartilhados com os participantes, de modo que possam ser considerados na elaboração de propostas de ações por eles. Todos os dados serão discutidos e disponibilizados para a ONG parceira desta pesquisa. Almeja-se ainda que os resultados finais possam ser considerados como subsídios em debates para elaboração de projetos, políticas e ações sociais e culturais públicos como forma de garantia dos direitos da juventude brasileira.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

-

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Pesquisadora apresenta carta com justificativa para as pendências anteriores. Justificativas aceitas. Pendências resolvidas.

Recomendações:

-

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Projeto Aprovado.

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1083495.pdf	27/06/2018 17:49:12		Aceito
Brochura Pesquisa	projeto_CEP4.pdf	27/06/2018 17:47:24	Monica Villaça Gonçalves	Aceito
Parecer Anterior	parecer_3.pdf	27/06/2018 17:42:48	Monica Villaça Gonçalves	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE4.pdf	27/06/2018 17:41:18	Monica Villaça Gonçalves	Aceito
Outros	resposta_parecer_junho.docx	27/06/2018 17:41:05	Monica Villaça Gonçalves	Aceito

Endereço: WASHINGTON LUIZ KM 235

Bairro: JARDIM GUANABARA

CEP: 13.565-905

UF: SP

Município: SAO CARLOS

Telefone: (16)3351-9683

E-mail: cephumanos@ufscar.br



Continuação do Parecer: 2.761.319

Recurso Anexado pelo Pesquisador	resposta_parecer_junho.pdf	27/06/2018 17:40:39	Monica Villaça Gonçalves	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	projeto_CEP2.pdf	14/05/2018 15:44:20	Monica Villaça Gonçalves	Aceito
Outros	Carta_de_autorizacao_CEP.pdf	18/03/2018 14:52:46	Monica Villaça Gonçalves	Aceito
Folha de Rosto	folha_de_rosto_assinada.pdf	18/03/2018 14:51:04	Monica Villaça Gonçalves	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

SAO CARLOS, 09 de Julho de 2018

**Assinado por:
Priscilla Hortense
(Coordenador)**

Endereço: WASHINGTON LUIZ KM 235

Bairro: JARDIM GUANABARA

CEP: 13.565-905

UF: SP

Município: SAO CARLOS

Telefone: (16)3351-9683

E-mail: cephumanos@ufscar.br

ANEXO B - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para jovens maiores de 18 anos**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO
(Resolução 466/2012 do CNS)**

Eu, Monica Villaça Gonçalves, estudante do Programa de Pós Graduação em Terapia Ocupacional da Universidade Federal de São Carlos – UFSCar, o(a) convido a participar da pesquisa “Juventude, cotidiano e território: circulação e mobilidade de jovens moradores do Complexo do Alemão/RJ”, orientada pela Prof^ª Dr^ª Ana Paula Serrata Malfitano. A pesquisa tem como objetivo geral conhecer e discutir a circulação e a mobilidade cotidiana de jovens moradores do Complexo do Alemão, no Rio de Janeiro, e como objetivos específicos: (1) conhecer a narrativa de jovens moradores do Complexo do Alemão a respeito de seus cotidianos, (2) discutir a circulação e a mobilidade urbana cotidiana dos jovens e (3) refletir sobre as relações entre circulação e mobilidade urbana juvenil e a prática da terapia ocupacional.

Você está sendo convidado(a) a colaborar com esta pesquisa por ser um(a) jovem morador(a) do Complexo do Alemão, com interesse em participar dos grupos de atividades realizados para a pesquisa no EDUCAP – Espaço Democrático de União, Capacitação, Aprendizagem e Prevenção. Os grupos serão realizados semanalmente durante quatro meses, sempre no mesmo horário, e nele serão realizadas atividades artísticas e culturais para discutir como é o seu cotidiano como jovem morador(a) do Complexo do Alemão. Em alguns momentos da pesquisa poderão acontecer também encontros e conversas individuais, por solicitação da pesquisadora ou do(a) participante, que podem compor o material a ser utilizado.

Sua participação nessa pesquisa auxiliará na obtenção de dados que poderão ser utilizados para fins científicos, proporcionando maiores informações e discussões que poderão trazer benefícios para pensar em práticas e políticas voltadas para a juventude. A pesquisadora realizará o acompanhamento de todos os procedimentos e atividades desenvolvidas durante o trabalho.

Sua participação é voluntária e não acarretará em gastos para sua colaboração e portanto, não haverá compensação em dinheiro por ela. A qualquer momento você pode desistir de participar e retirar seu consentimento. Sua recusa ou desistência não lhe trará nenhum prejuízo pessoal ou profissional e não interferirá em suas atividades no EDUCAP. Caso haja algum dano recorrente de sua participação na pesquisa, você terá direito a indenização.

Esta pesquisa apresenta riscos mínimos para os participantes, uma vez que serão utilizados recursos para preservar a identidade dos mesmos. Existe o risco de constrangimento e desconforto do

participante nas oficinas, no entanto, caso isso venha a acontecer, você terá direito a se abster das atividades, sem nenhum prejuízo para si, e a pesquisadora estará disponível para lhe acolher individualmente ou encaminhar para a rede de serviços demandas que necessitem de intervenção.

Todas as informações obtidas através da pesquisa serão confidenciais, sendo assegurado o sigilo sobre sua participação em todas as etapas do estudo. Caso haja menção a nomes, a eles serão atribuídas nome fictícios, com garantia de anonimato nos resultados e publicações, impossibilitando sua identificação.

Solicito sua autorização para gravação em áudio e fotografias dos encontros do grupo e para presença de um(a) relator(a) nesses encontros coletivos. A transcrição das gravações realizadas durante o grupo será realizada pela pesquisadora, garantindo que se mantenha a mais fidedigna possível. Depois de transcrita será apresentada aos participantes para validação das informações.

Você receberá uma via deste termo, rubricada em todas as páginas por você e pela pesquisadora, onde consta o telefone, e-mail e o endereço da pesquisadora principal. Você poderá entrar em contato com a pesquisadora caso tenha alguma dúvida ou tenha algum problema a qualquer momento.

Declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios de minha participação na pesquisa e concordo em participar. A pesquisadora me informou que o projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), da Pró-Reitoria de Pesquisa da UFSCar, localizada na Rodovia Washington Luiz, Km. 235 - Caixa Postal 676 - CEP 13.565-905 - São Carlos - SP – Brasil. Fone (16) 3351-8110. Endereço eletrônico: cephumanos@ufscar.br

Endereço para contato (24 horas por dia e sete dias por semana):

Pesquisadora Responsável: Monica Villaça Gonçalves

Endereço: Coordenação de Curso de Terapia Ocupacional. Prédio do Centro de Ciências da Saúde, bloco K, sala k17, 1º. Andar. R. Prof. Rodolpho Paulo Rocco, s/n. Cidade Universitária, Ilha do Fundão, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

Contato telefônico: (21)98355-9740 - e-mail: movillaca@hotmail.com

Local e data: _____

Monica Villaça Gonçalves - Pesquisadora

Nome do(a) Participante:

ANEXO C - Termo de Assentimento para jovens entre 15 e 18 anos**TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARIDO
(Resolução 466/2012 do CNS)**

Eu, Monica Villaça Gonçalves, estudante do Programa de Pós Graduação em Terapia Ocupacional da Universidade Federal de São Carlos – UFSCar o(a) convido a participar da pesquisa “Juventude, cotidiano e território: circulação e mobilidade de jovens moradores do Complexo do Alemão/RJ” orientada pela Prof^a Dr^a Ana Paula Serrata Malfitano. A pesquisa tem como objetivo geral conhecer e discutir a circulação e a mobilidade cotidiana de jovens moradores do Complexo do Alemão, no Rio de Janeiro, e como objetivos específicos: (1) conhecer a narrativa de jovens moradores do Complexo do Alemão a respeito de seus cotidianos, (2) discutir a circulação e a mobilidade urbana cotidiana dos jovens e (3) refletir sobre as relações entre circulação e mobilidade urbana juvenil e a prática da terapia ocupacional.

Você está sendo convidado(a) a colaborar com esta pesquisa por ser um(a) jovem morador do Complexo do Alemão, com interesse em participar dos grupos de atividades realizados para a pesquisa no EDUCAP – Espaço Democrático de União, Capacitação, Aprendizagem e Prevenção. Os grupos serão realizados semanalmente durante quatro meses, sempre no mesmo horário, e nele serão realizadas atividades artísticas e culturais para discutir como é o seu cotidiano como jovem morador(a) do Complexo do Alemão. Em alguns momentos da pesquisa poderão acontecer também encontros e conversar individuais, por solicitação da pesquisadora ou do(a) participante, que podem compor o material a ser utilizado.

Sua participação nessa pesquisa auxiliará na obtenção de dados que poderão ser utilizados para fins científicos, proporcionando maiores informações e discussões que poderão trazer benefícios para pensar em práticas e políticas voltadas para a juventude. A pesquisadora realizará o acompanhamento de todos os procedimentos e atividades desenvolvidas durante o trabalho.

Sua participação é voluntária e não acarretará em gastos para sua colaboração, e portanto não haverá compensação em dinheiro por ela. A qualquer momento você pode desistir de participar e retirar seu consentimento. Sua recusa ou desistência não lhe trará nenhum prejuízo pessoal ou profissional e não interferirá em suas atividades no EDUCAP. Caso haja algum dano recorrente de sua participação na pesquisa, você terá direito a indenização.

Esta pesquisa apresenta riscos mínimos para os participantes, uma vez que serão utilizados recursos para preservar a identidade dos mesmos. Existe o risco de constrangimento e desconforto do

participante nas oficinas, no entanto, caso isso venha a acontecer, você terá direito a se abster das atividades, sem nenhum prejuízo para si, e a pesquisadora estará disponível para lhe acolher individualmente ou encaminhar para a rede de serviços demandas que necessitem de intervenção.

Todas as informações obtidas através da pesquisa serão confidenciais, sendo assegurado o sigilo sobre sua participação em todas as etapas do estudo. Caso haja menção a nomes, a eles serão atribuídas nome fictícios, com garantia de anonimato nos resultados e publicações, impossibilitando sua identificação.

Solicito sua autorização para gravação em áudio e fotografias dos encontros do grupo e para presença de um(a) relator(a) nesses encontros coletivos. A transcrição das gravações realizadas durante o grupo será realizada pela pesquisadora, garantindo que se mantenha a mais fidedigna possível. Depois de transcrita será apresentada aos participantes para validação das informações.

Você receberá uma via deste termo, rubricada em todas as páginas por você e pela pesquisadora, onde consta o telefone, e-mail e o endereço da pesquisadora principal. Você poderá entrar em contato com a pesquisadora caso tenha alguma dúvida ou tenha algum problema a qualquer momento.

Declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios de minha participação na pesquisa e concordo em participar. A pesquisadora me informou que o projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), da Pró-Reitoria de Pesquisa da UFSCar, localizada na Rodovia Washington Luiz, Km. 235 - Caixa Postal 676 - CEP 13.565-905 - São Carlos - SP – Brasil. Fone (16) 3351-8110. Endereço eletrônico: cephumanos@ufscar.br

Endereço para contato (24 horas por dia e sete dias por semana):

Pesquisadora Responsável: Monica Villaça Gonçalves

Endereço: Coordenação de Curso de Terapia Ocupacional. Prédio do Centro de Ciências da Saúde, bloco K, sala k17, 1º. Andar. R. Prof. Rodolpho Paulo Rocco, s/n. Cidade Universitária, Ilha do Fundão, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

Contato telefônico: (21)98355-9740 - e-mail: movillaca@hotmail.com

Local e data: _____

Monica Villaça Gonçalves - Pesquisadora

Nome do(a) Participante:

ANEXO D - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para os responsáveis pelos jovens menores de 18 anos

**TERMOS DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – PARA OS
RESPONSÁVEIS**

(Resolução 466/2012 do CNS)

Eu, Monica Villaça Gonçalves, estudante do Programa de Pós Graduação em Terapia Ocupacional da Universidade Federal de São Carlos – UFSCar convido o jovem pelo qual você é responsável a participar da pesquisa “Juventude, cotidiano e território: circulação e mobilidade de jovens moradores do Complexo do Alemão/RJ” orientada pela Prof^a Dr^a Ana Paula Serrata Malfitano. A pesquisa tem como objetivo geral conhecer e discutir a circulação e a mobilidade cotidiana de jovens moradores do Complexo do Alemão, no Rio de Janeiro, e como objetivos específicos: (1) conhecer a narrativa de jovens moradores do Complexo do Alemão a respeito de seus cotidianos, (2) discutir a circulação e a mobilidade urbana cotidiana dos jovens e (3) refletir sobre as relações entre circulação e mobilidade urbana juvenil e a prática da terapia ocupacional.

O(a) jovem foi convidado(a) para colaborar com a pesquisa por ser um(a) jovem morador(a) do Complexo do Alemão, com interesse em participar dos grupos de atividades realizados para a pesquisa no EDUCAP – Espaço Democrático de União, Capacitação, Aprendizagem e Prevenção. Os grupos serão realizados semanalmente durante quatro meses, sempre no mesmo horário, e nele serão realizadas atividades artísticas e culturais para discutir como é o seu cotidiano como jovem morador(a) do Complexo do Alemão. Em alguns momentos da pesquisa poderão acontecer também encontros e conversar individuais, por solicitação da pesquisadora ou do(a) participante, que podem compor o material a ser utilizado.

A participação do jovem é voluntária e não acarretará em gastos para sua colaboração, e portanto não haverá compensação em dinheiro por ela. A qualquer momento o(a) jovem pode desistir de participar e retirar seu consentimento. Sua recusa ou desistência não lhe trará nenhum prejuízo pessoal ou profissional e não interferirá em suas atividades no EDUCAP. Caso haja algum dano recorrente da participação do(a) jovem na pesquisa, ele(a) terá direito a indenização.

Esta pesquisa apresenta riscos mínimos para os participantes, uma vez que serão utilizados recursos para preservar a identidade dos mesmos. Existe o risco de constrangimento e desconforto do participante nas oficinas, no entanto, caso isso venha a acontecer, o participante terá direito a se abster das atividades, sem nenhum prejuízo para si, e a pesquisadora estará disponível para lhe acolher individualmente ou encaminhar para a rede de serviços demandas que necessitem de intervenção.

Todas as informações obtidas através da pesquisa serão confidenciais, sendo assegurado o sigilo sobre sua participação em todas as etapas do estudo. Caso haja menção a nomes, a eles serão atribuídas nome fictícios, com garantia de anonimato nos resultados e publicações, impossibilitando sua identificação.

Solicito sua autorização para gravação em áudio e fotografias dos encontros do grupo e para presença de um(a) relator(a) nesses encontros coletivos. A transcrição das gravações realizadas durante o grupo será realizada pela pesquisadora, garantindo que se mantenha a mais fidedigna possível. Depois de transcrita será apresentada aos participantes para validação das informações.

Você receberá uma via deste termo, rubricada em todas as páginas por você e pela pesquisadora, onde consta o telefone, e-mail e o endereço da pesquisadora principal. Você poderá entrar em contato com a pesquisadora caso tenha alguma dúvida ou tenha algum problema a qualquer momento.

Eu, _____, responsável pelo(a) jovem _____, declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios de sua participação na pesquisa e concordo com a participação do(a) jovem na mesma. A pesquisadora me informou que o projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), da Pró-Reitoria de Pesquisa da UFSCar, localizada na Rodovia Washington Luiz, Km. 235 - Caixa Postal 676 - CEP 13.565-905 - São Carlos - SP – Brasil. Fone (16) 3351-8110. Endereço eletrônico: cephumanos@ufscar.br

Endereço para contato (24 horas por dia e sete dias por semana):

Pesquisadora Responsável: Monica Villaça Gonçalves

Endereço: Coordenação de Curso de Terapia Ocupacional. Prédio do Centro de Ciências da Saúde, bloco K, sala k17, 1º. Andar. R. Prof. Rodolpho Paulo Rocco, s/n. Cidade Universitária, Ilha do Fundão, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

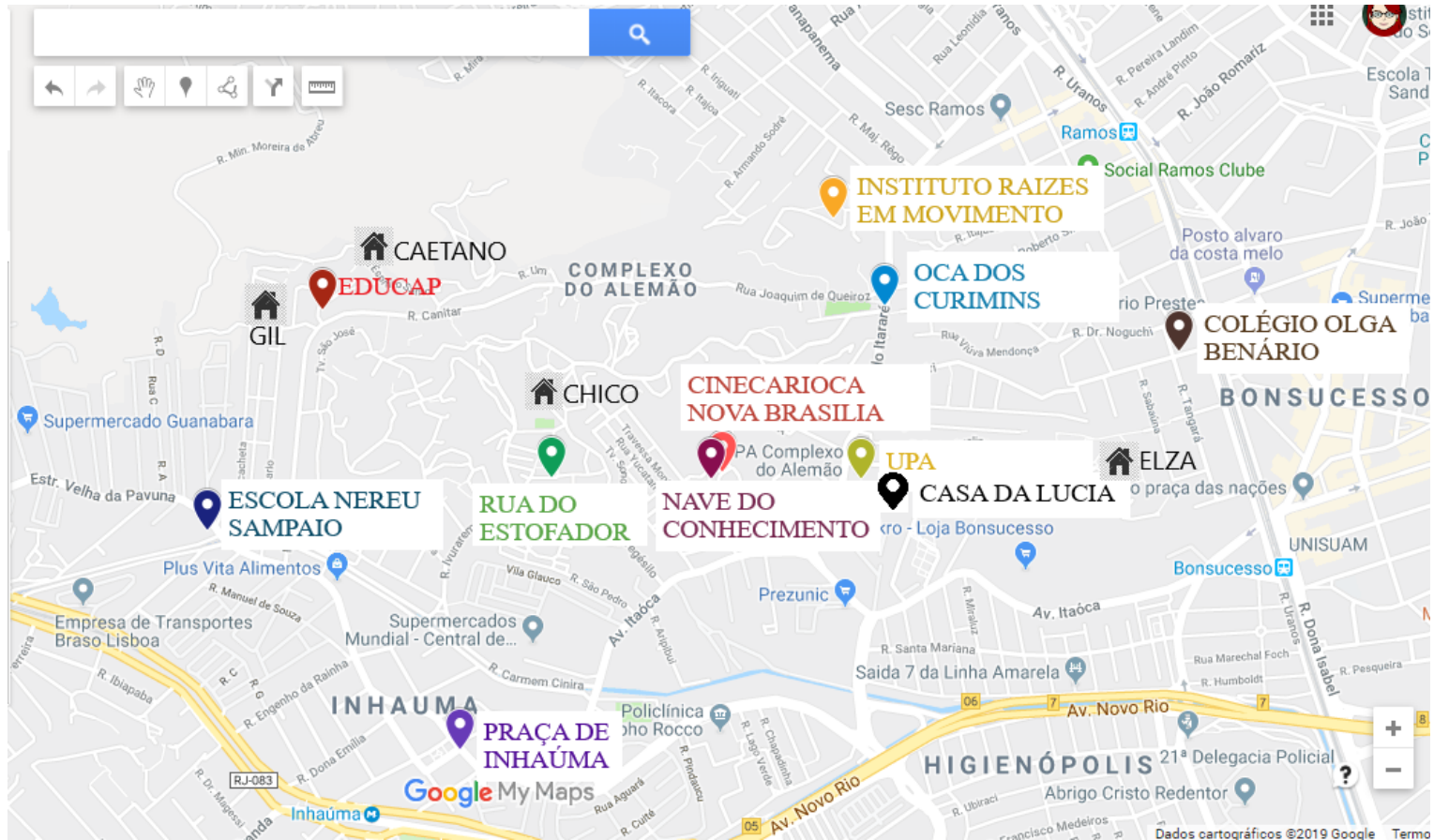
Contato telefônico: (21)98355-9740 - e-mail: movillaca@hotmail.com

Local e data: _____

Monica Villaça Gonçalves - Pesquisadora

Nome do Responsável:

ANEXO E – MAPA DO COMPLEXO DO ALEMÃO COM PONTOS INDICADOS PELOS JOVENS DA PESQUISA



Fonte: Captura de tela do recurso My Maps, do Google Maps®, editado pela autora.